

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS E LINGÜÍSTICA**  
**ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: LINGÜÍSTICA**

**Uma abordagem semântico-discursiva de estruturas nominais  
em *-mente* em interações orais dialogadas**

**Maria das Graças Carvalho Ribeiro**

**TESE DE DOUTORADO**

**ORIENTADORA: Prof<sup>ª</sup> Dr.<sup>a</sup>. DÓRIS DE ARRUDA C. DA CUNHA**

**Trabalho apresentado ao Programa de  
Pós-Graduação em Letras e Lingüística  
da Universidade Federal de Pernambuco  
para obtenção do grau de Doutora em  
Lingüística.**

**Recife – Pernambuco**

**2003**

**Examinadores**

---

**Professora Dr<sup>a</sup> Dóris de Arruda C. da Cunha – Orientadora**

---

**Professora Dr<sup>a</sup> Maria Bernadete F. de Oliveira**

---

**Professora Dr<sup>a</sup> Maria Ester Vieira de Sousa**

---

**Professora Dr<sup>a</sup> Judith C. Hoffnagel**

---

**Professor Dr. Marlos de Barros Pessoa**

**Para:**

**minha mãe**

**Bastos**

**Guilherme**

**Eduardo**

**e Otávio**

## AGRADECIMENTOS

A Deus, por me permitir mais essa realização.

A Prof<sup>ª</sup> Dóris, pela seriedade na orientação, pela confiança e pelos comentários pertinentes que me conduziram à elaboração do presente estudo.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da UFPE, pelos conhecimentos adquiridos ao longo do curso.

A Eraldo e Diva, secretários do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da UFPE, pelo modo gentil e atencioso com que sempre nos atenderam.

A minha mãe e a todos meus familiares que souberam compreender as minhas ausências.

Às amigas e colegas Evangelina e Fátima, pelo companheirismo e pelas palavras de otimismo e apoio.

À amiga e colega Cristina, pelo companheirismo e pelas horas de escuta atenciosa nas longas conversas por telefone.

À Izilda, pela disponibilidade e pela paciência no faz e refaz.

A CAPES, pela concessão de bolsa para a realização dessa pesquisa.

A todos que contribuíram para a realização desse trabalho.

*Algumas vezes é extremamente importante expor um fenômeno bem conhecido e aparentemente bem estudado a uma luz nova, reformulando-o como problema, isto é, iluminando novos aspectos dele através de uma série de questões bem orientadas. Isso é particularmente útil nos domínios em que a pesquisa desaba sob o peso de uma massa de descrições e de classificações meticulosas e detalhadas, mas destituídas de qualquer orientação. Uma problematização renovada pode colocar em evidência um caso aparentemente limitado e de interesse secundário como um fenômeno cuja importância é fundamental para todo o campo de estudo. (Mikhail Bakhtin)*

## RESUMO

O presente trabalho insere-se no quadro do sócio-interacionismo e tem por objetivo analisar, numa perspectiva semântico-discursiva, estruturas nominais em *-mente* (*EN -mente*) em interações orais dialogadas. A hipótese defendida é a de que os sentidos dessas estruturas só podem ser definidos por uma abordagem que leve em conta não só a materialidade verbal do discurso, mas também e, sobretudo, a situação concreta que faz surgir o discurso. Para tanto, tomamos como objeto de análise três gêneros da modalidade oral: um depoimento político; entrevistas do VALPB – Projeto Variação Lingüística da Paraíba e entrevistas do Programa Bom-dia Paraíba – TV Cabo Branco. A análise dos dados comprova que as *EN -mente* produzem diferentes efeitos de sentido, de acordo com a situação de enunciação e com os propósitos comunicativos. Podemos constatar, também, que muitas *EN -mente* deixam de funcionar no nível da proposição e passam a operar apenas no nível do discurso, enquanto outras assumem, simultaneamente, funções discursivas e gramaticais. Observamos, ainda, que, seja como componente proposicional, seja como componente discursivo, essas estruturas funcionam como constituintes de movimentos discursivos que vão contribuir para a progressão textual, para a organização da argumentação e para a construção do sentido do discurso.

## RÉSUMÉ

Le présent travail s'insère dans le cadre du socio-interactionnisme et a pour objectif d'analyser, dans une perspective sémantico-discursive, des structures nominales en *-ment* (*EN -ment*) en interactions orales dialoguées. L'hypothèse soutenue est que les sens de ces structures ne peuvent être définis que par un abordage qui prenne en compte, non seulement la matérialité verbale du discours, mais aussi, et surtout, la situation concrète qui fait surgir le discours. À cet effet, nous prenons comme objet d'analyse trois genres de la modalité orale: un témoignage de politiciens; des entretiens du VALPB – Projet Variation Linguistique de Paraíba et des entretiens du Programme Bom-dia Paraíba (Bonjour Paraíba) – TV Cabo Branco. L'analyse des données prouve que les *EN -mente* produisent différents effets de sens, selon la situation d'énonciation et les desseins communicatifs. Nous pouvons constater également, que de nombreuses *EN -ment* cessent de fonctionner au niveau de la proposition et en viennent à opérer seulement au niveau du discours, alors que d'autres assument, simultanément, des fonctions discursives et grammaticales. Nous observons aussi que ces structures, que ce soit comme composants propositionnels ou comme composants discursifs, fonctionnent comme constituants de mouvements discursifs qui vont contribuer à la progression textuelle, à l'organisation de l'argumentation et à la construction du sens du discours.

## SUMÁRIO

	PÁGINAS
Resumo	
Rèsumè	
INTRODUÇÃO	11
1 SIGNIFICAÇÃO, SENTIDO E SUBJETIVIDADE NOS ESTUDOS DA LINGUAGEM: UMA BREVE RETROSPECTIVA	17
1.1 Da tradição lógica aos neogramáticos	17
1.2 Abordagens estruturalista e gerativista	20
1.3 Filosofia da linguagem: Wittgenstein	24
1.4 Teoria da enunciação: Benveniste	27
1.5 Teoria sócio-interacionista: Bakhtin	31
2 EM BUSCA DE CATEGORIAS PARA UMA ANÁLISE DO FUNCIONAMENTO DA LINGUAGEM EM DISCURSOS ORAIS DIALOGADOS	37
2.1 A relação língua/linguagem: o lingüístico e seus <i>entornos</i>	37
2.2 A noção de sujeito na <i>lingüística da circulação do discurso</i>	48
2.3 Discurso e diálogo como acontecimento: movimentos discursivos e encadeamentos	52
2.3.1 Uma breve introdução	52
2.3.2 Conceitos básicos: diálogo, movimentos discursivos, encadeamentos, afinidades, papéis e lugares	59
3. ARGUMENTAÇÃO E MODALIZAÇÃO	66
3.1 Algumas palavras sobre argumentação e modalização	66
4. SITUANDO O OBJETO DE PESQUISA: UMA REVISÃO DA LITERATURA	80
4.1 A descrição das <i>EN-mente</i> no contexto da tradição greco-latina	80
4.2 A descrição das <i>EN-mente</i> na tradição gramatical	87
4.3 As <i>EN-mente</i> no contexto da Gramática Sintagmática e da Gramática dos Casos	91
4.4 As <i>EN-mente</i> no contexto da Gramática do Português Falado	96
4.5 Uma abordagem enunciativa dos advérbios	105
4.6 Uma abordagem funcionalista dos advérbios <i>EN-mente</i>	107



5 PROPOSTA DE ANÁLISE DAS <i>EN –MENTE</i>	111
5.1 Texto 1: depoimento político	112
5.1.1 Situação de enunciação	112
5.1.2 As <i>EN –mente</i> como constituintes de movimentos discursivos e suas funções no discurso.	113
5.2 Texto 2: entrevistas do VALPB	158
5.2.1 Situação de enunciação	158
5.2.2 As <i>EN –mente</i> como constituintes de movimentos discursivos e suas funções no discurso	158
5.3 Texto 3: entrevista de TV	169
5.3.1 Situação de enunciação	169
5.3.2 As <i>EN –mente</i> como constituintes de movimentos discursivos e suas funções no discurso	169
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	176
<b>REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO</b>	180
<b>ANEXOS:</b>	190

## LISTA DE ABREVIATURAS

ABREVIATURAS	NOME COMPLETO DOS SENADORES
A.C. M.	Senador Antonio Carlos Magalhães
A. L.	Senador Amir Land
A P.J.C.	Senador Antero Paz Barros
E. D.	Senador Jeferson Camata
E. S.	Senador Eduardo Dutra
H. H.	Senador Eduardo Suplicy
J. R. A	Senadora Heloísa Helena
J. P.	Senador José Roberto Arruda
L. A	Senador Jefferson Perez
M. S.	Senador Lúcio Alcântara
O D.	Senadora Marina Silva
R. Te.	Senador Osmar Dias
R. B.	Senador Ramez Tebet (Presidente da Mesa)
R. Tu.	Dra. Regina Borges (Diretora do PRODASEN)
S. B.	Senador Romeu Tuma
	Senador Saturnino Braga

### OUTRAS ABREVIATURAS:

<i>EN</i> – <i>MENTE</i> : estruturas nominais em – <i>mente</i>	PT: porta-tempo (verbo de ligação)
VALPB: Variação lingüística na Paraíba	Gadj: grupo adjetival
CP: constituinte da proposição	SPrep: sintagma preposicionado
CD: constituinte do discurso	SPA: sintagma preposicionado adjunto
	SC: sintagma circunstancial

**K: preposição**

**A: agente**

**O: objeto**

**\*E: entrevistador**

**\*I: informante**

## INTRODUÇÃO

A concepção de linguagem como lugar de interação verbal e social redefiniu o objeto de investigação da lingüística, que, saindo de seu reduto imanentista, tem-se orientado para o discurso oral, voltando seu interesse para a organização seqüencial, para a coerência desse tipo de discurso, em termos de produção e de recepção, assim como para o estudo dos aspectos não-verbais que contribuem para o desenvolvimento da interação. Nesse contexto, surgem várias teorias em que se têm privilegiado dois elementos inerentes ao uso da linguagem, o sujeito e o sentido.

Essas novas perspectivas de análise nos encorajam a reabrir a discussão em torno das estruturas nominais *em –mente* (de agora em diante *EN –mente*), assunto para o qual nos voltamos em um dos capítulos de nossa dissertação de mestrado, momento em que, fundamentando-nos na proposta de classificação de palavras apresentada por Camara Jr.(1970), consideramos o advérbio como uma *categoria gramatical*, ou seja, como uma função a ser desempenhada por estruturas nominais ou pronominais que participam da organização sintática da oração.

Tomar como objeto de investigação as *EN –mente* significa, antes de mais nada, reabrir a discussão em torno da controvertida *classe dos advérbios*, assunto tão antigo como complexo e para o qual já se voltaram muitos teóricos da linguagem, desde a tradição greco-latina até as modernas propostas de classificação de palavras. Nesses estudos, as *EN –mente* têm sido objeto de abordagens tanto gramaticais como lingüísticas que se fundamentam nas concepções de linguagem como *representação da realidade* ou como *instrumento de comunicação*, abordagens que não permitem dar conta dos papéis que essas estruturas assumem no uso efetivo da linguagem.

Considerando os estudos desenvolvidos pelos lingüistas do projeto da Gramática do Português Falado, (Vol. I, org. Castilho: 1990 e vol. II, org. Ilari: 1993), que se voltaram para a descrição dos advérbios, observamos que, embora eles tenham tomado como objeto de descrição a língua falada, a atenção desses

estudiosos parece ter-se voltado, principalmente, para a produtividade dessas estruturas, tendo sido, assim, orientada por uma perspectiva mais quantitativa que qualitativa.

A descrição proposta por Castilho e Castilho e por Ilari *et alii* representa, sem dúvida alguma, uma valiosa contribuição para a análise dos advérbios e das *EN –mente*, uma vez que, tomando a linguagem em seu funcionamento, os autores têm como propósito fazer uma análise descritiva e não prescritiva dessa categoria lingüística, como faz a tradição gramatical. Não obstante o avanço em direção a uma nova perspectiva de análise, é preciso observar que, nesse modelo de descrição, os aspectos discursivos não receberam a atenção merecida, uma vez que não se buscou investigar, ou pelo menos não foram enfatizadas as funções semântico–discursivas de que se revestem os advérbios e em particular as *EN –mente* na dinâmica da interação face a face. Em seu estudo sobre os modalizadores, após fazer o levantamento quantitativo das formas em *EN –mente* presentes no *corpus* e propor uma classificação sob os pontos de vista sintático e semântico, Castilho e Castilho (1993) chamam a atenção para o fato de não levarem em conta, naquele momento, os interessantes aspectos discursivos que elas levantam.

Partindo do pressuposto de que, embora muito já se tenha dito sobre os chamados *advérbios em –mente*, enquanto *categoria da gramática*, e de que muito pouco ainda se disse sobre as suas funções no discurso, razão que, a nosso ver, justifica a pesquisa pelo assunto, temos como objetivo, no presente estudo, analisar as *EN –mente*, não enquanto formas lingüísticas em si, ou seja, como unidades do sistema, mas como elementos constituintes de diferentes movimentos discursivos realizados pelos sujeitos falantes que participam de uma situação real de interação. Para tanto, procuramos adotar uma perspectiva teórica que permita levar em conta não só a materialidade verbal do discurso, mas toda a situação de enunciação, mais especificamente uma *teoria da enunciação* nos moldes da desenvolvida por Bakhtin (1979) e retomada por François (1980, 1984, 1990, 1993, 1994, 1996, 2000, 2002), autores que têm defendido, entre outras teses, a da natureza social e dialógica da linguagem e do sentido.

A título de exemplo, tomamos, a seguir, uma seqüência discursiva extraída do *corpus* da presente pesquisa, em que se quer apenas observar a impossibilidade de analisar as *EN –mente* numa perspectiva exclusivamente sintático–semântica. Esse trecho constitui uma das entrevistas do VALPB, volume IV:57. Nesse momento da entrevista, o informante está sendo interrogado sobre o envolvimento de políticos brasileiros em atos de corrupção.

1. 27	E*	e isso aí /.../ você apóia ou critica as medidas tomadas pelo
1. 28		governo federal ?
1. 29	I*	apoio umas... critico outras... certo ? /.../ quem tá de fora pode
1. 30		criticar... mais:: talvez não tenha alcance de de:: realizar é fica só
1. 31		<b>exatamente</b> na na na:: na penumbra... né ? /.../
1. 34	E*	hum /.../ hum/.../ e sobre essa revisão constitucional que tanto
1. 35		se fala o que você pensa sobre ?
1. 36	I*	isso tudo é furto::... safadeza /.../ agora é só pra correr dinheiro
1. 37		e esconder mais
1. 38	E*	falcatrua
1. 39	I*	e falcatrua... <b>exatamente</b>
1. 40	E*	e sobre esse caso desses deputados envolvidos com essas
1. 41		lavagem de dinheiro... loto... sena... esse caso desse deputado ?
1. 42	I*	<b>exatamente</b> ... não tem um homem no Brasil pra chegar e fuzilar::
1. 43		ou então mandar fechar o Congresso /.../ tinha que ser feito isso
1. 44/5		aí::... correto ? /.../
1. 46	E*	você é a favor da volta da ditadura ?
1. 47	I*	não... não... não /.../ não porque... <b>exatamente</b> ... eu acho que::
1. 48	E*	vai haver muito massacre... <b>principalmente</b> das pessoas que
1. 49		<b>realmente</b> não tinha nada a ver /.../ a perseguição..
1. 50		<b>exatamente</b> ... é:: é implacável entende ?

Uma análise das *EN-mente* nessa seqüência discursiva nos leva a vários questionamentos, sendo o primeiro deles o de saber como enquadrá-las na chamada *classe dos advérbios*, já que as estruturas ***exatamente, principalmente e realmente*** que aí aparecem não apresentam as propriedades sintático-semânticas, típicas dessa categoria, ou seja, não modificam o sentido de um verbo, não quantificam a qualidade expressa por um adjetivo, não intensificam a circunstância expressa por outro advérbio, nem tampouco veiculam uma noção de modo, funções que são previstas pela tradição. Por outro lado, se tomarmos como modelo de descrição o da gramática sintagmática ou dos constituintes imediatos, surgem outras questões, como por exemplo a de saber a que constituinte da oração ou do enunciado complexo pertencem essas estruturas. Como podemos observar, essas *EN-mente* não se integram à sintaxe das frases em que elas aparecem, não fazendo parte assim dos constituintes SN, SV, SA, SPrep ou mesmo de um enunciado complexo (En/C). Com certeza, não haveria como descrevermos essas estruturas, uma vez que elas não funcionam como constituintes de nenhum desses sintagmas.

Por outro lado, se tomarmos a descrição apresentada na Gramática do Português Falado (vol. I e II), veremos que essas estruturas podem ser enquadradas em dois grupos diferentes: a dos advérbios predicativos e dos advérbios não-predicativos, ou, segundo Neves (2000), dos advérbios modificadores ou dos advérbios não-modificadores, e, a partir daí, enquadrá-las ainda numa outra subcategorização semântica, como por exemplo a dos modalizadores, dos focalizadores, dos delimitadores, etc. Embora essa perspectiva de análise permita considerar a presença do sujeito no ato enunciativo, representando, assim, um avanço em relação às descrições que se fundamentam em critérios eminentemente formais, é preciso, a nosso ver, ir um pouco mais além e observar como essas estruturas (advérbios, intensivos, modalizadores, focalizadores, delimitadores) funcionam na organização do discurso e na construção do sentido e da argumentação, como constituintes dos movimentos discursivos.

Uma análise ainda que superficial dessas seqüências discursivas nos permite postular que, nesse contexto, as estruturas ***exatamente, realmente e principalmente*** se revestem de funções semântico-discursivas que fogem à

prescrição gramatical, ultrapassando sua descrição os limites de abordagens de base sintático-semântica, como as postuladas pela tradição gramatical e, até mesmo, lingüística.

Para uma melhor compreensão da tese, apresentamos, a seguir, a distribuição dos assuntos por capítulos. Partindo do princípio de que descrever as *EN –mente* numa perspectiva semântico-discursiva implica retomar a discussão sobre sentido e sujeito, optamos por iniciar a nossa reflexão com uma breve revisão do pensamento filosófico-lingüístico sobre a concepção de linguagem e de significação. Retomamos, também, sucintamente, as teorias enunciativas que introduziram o sujeito da enunciação na descrição lingüística, mais especificamente os estudos de Benveniste (1976, 1989) e Kerbrat-Orecchioni (1980,1990,1992), Bakhtin (1979), constituindo, assim, este assunto, o nosso primeiro capítulo. No segundo capítulo, discutiremos os pressupostos teóricos em que se alicerça, mais especificamente, a presente pesquisa. Assim, discutimos, nesse momento, a *lingüística da circulação do discurso* postulada por François (1980, 1984, 1990, 1993, 1994, 1996, 2000, 2002) que, tomando como princípio básico a natureza social e dialógica da linguagem e do sentido, defende a concepção de língua como *um código de semiologia variável*; de linguagem como *retomada-modificação de um já-dito*, revelando o papel dos *entornos* e dos *movimentos discursivos* como constitutivos do sentido no diálogo. Aqui serão discutidas as *concepções de linguagem, de significação* e de *sentido* defendidas por este lingüista, assim como vários outros conceitos por ele desenvolvidos, como por exemplo os de *movimentos discursivos, encadeamentos, afinidades* e *entornos*. Considerando que nos textos analisados, de modo especial no depoimento político, as *EN –mente* desempenham um papel relevante como constituintes das estruturas argumentativas, tomaremos como tema do terceiro capítulo estudos sobre argumentação, buscando traçar a evolução desses estudos e sua contribuição para uma descrição lingüística que se fundamenta no princípio dialógico da linguagem. Com o propósito de situar nosso objeto de pesquisa e os procedimentos metodológicos, apresentaremos, no quarto capítulo, uma revisão da literatura, procurando mostrar o tratamento dispensado às *EN –mente* no contexto da



Gramática Tradicional, da Gramática Sintagmática e da Gramática do Português Falado, assim como em outras abordagens, a exemplo da semântica enunciativa de Ducrot (1980) e a funcionalista de Thielemann (2002). No quinto e último capítulo apresentaremos nossa análise das *EN –mente*, em que se constata que, nos diferentes usos da linguagem, essas estruturas participam de diversos movimentos discursivos, contribuindo, fundamentalmente, para a progressão do discurso, para a organização da argumentação e para a construção do sentido do discurso.

Com o objetivo de identificar as funções discursivas que as *EN –mente* assumem em gêneros da modalidade oral, optamos por um *corpus* constituído por gêneros textuais distintos: a) um depoimento político realizado em duas sessões do Congresso Nacional por ocasião da investigação sobre a violação do painel eletrônico dessa Instituição em 2001. Essas sessões foram gravadas em fita de áudio e depois transcritas, tendo ao todo dez horas de gravação. A primeira sessão é constituída pelo depoimento do então Senador José R. Arruda sobre a violação do painel, fato ocorrido por ocasião da sessão em que se deu a cassação do mandato do então Senador Luís Estevão. A segunda sessão constitui-se de uma acareação entre os Senadores José R. Arruda e Antônio Carlos Magalhães e ainda a Diretora do PRODASEN a Dra. Regina Borges. Após a leitura de todo material transcrito, foi feita então a seleção do material a ser analisado; b) entrevistas do Projeto Variação Lingüística da Paraíba – VALPB, organizado em cinco volumes dos quais foram utilizados os volumes II e IV; e c) entrevistas realizadas pelo Programa Bom-dia Paraíba (TV Cabo Branco), também gravadas em fita de áudio e transcritas, das quais foram selecionadas, de acordo com os objetivos da pesquisa, quatro entrevistas, com duração de cinco minutos e temas variados.

Esperamos que a metodologia e a perspectiva teórica adotadas permitam-nos alcançar o objetivo a que nos propusemos e, assim, poder contribuir, de alguma forma, para a descrição das unidades da língua em sua realização efetiva, mais especificamente, no contexto da interação face a face.

## 1. SIGNIFICAÇÃO, SENTIDO E SUBJETIVIDADE NOS ESTUDOS DA LINGUAGEM: UMA BREVE RETROSPECTIVA

### 1.1 Da tradição lógica aos neogramáticos

O propósito de analisar as *estruturas nominais em –mente*, numa perspectiva enunciativa, levou-nos a iniciar nossa reflexão teórica pelo estudo da significação e do sentido com o objetivo de mostrar como esses assuntos foram tratados, ao longo do tempo, pelas abordagens filosófico–lingüísticas que, fundamentadas em diferentes concepções de linguagem, reservaram-lhe um tratamento também diferenciado, tomando-os ora como o tema central, ora como tema periférico da reflexão lingüística.

Um dos problemas identificados nesses estudos é o da flutuação terminológica dos termos *significado*, *significação* e *sentido*. Não tendo a pretensão de discutir essa oscilação, deixamos, de antemão, a observação de que assumimos a distinção apresentada nos estudos de Bakhtin e de François, considerando a *significação*, como situada na língua e o *sentido* como produzido no uso. A oscilação que ocorrer no uso desses termos, ao longo do presente estudo, deve ser atribuída à adequação do termo à perspectiva teórica comentada.

Começando com uma breve referência à tradição clássica, momento em que se inicia a reflexão semântica, podemos dizer que daí nos foi legada uma concepção de linguagem como representação da realidade. Partindo do pressuposto de que há uma relação lógica entre linguagem e mundo, Aristóteles, diferentemente de Platão, considera que as palavras não significam as coisas em si, mas mediante conceitos, ou seja, significam mediante *configurações conceituais abstratas, que refletem e evocam na mente humana as coisas que designam* (Marques, 1990:28). Nessa perspectiva, em que a linguagem é vista como representação da realidade, a significação está vinculada às condições de verdade das proposições, constituindo o objeto da semântica lógica ou formal.

De um modo geral, podemos dizer que a concepção lógico–filosófica de linguagem e de significação como representação se fez sentir em toda reflexão lingüística pós–aristotélica, chegando até os dias atuais, nas propostas de descrições apresentadas pela tradição. Exemplos dessa influência são os estudos desenvolvidos pelos modistas e pelos gramáticos de Port–Royal. Concebendo a linguagem como *sistema de significação*, os modistas postulavam haver uma íntima relação entre a estrutura da realidade, as operações do espírito e a respectiva expressão lingüística. Havia, assim, um modo triplo de significar: um modo da coisa ser, *modi essendi*; um modo de estar na mente, *modi intelligendi* e um modo de manifestar na linguagem, *modi significandi* (Elia, 1980:225).

Não obstante o predomínio da concepção lógico–filosófica, uma nova maneira de conceber a linguagem começa a se delinear a partir do séc. XVIII, caracterizando os trabalhos de vários estudiosos dessa época. Entre eles estão os desenvolvidos por Humboldt, Osthoff, Brugmann, Paul, Bréal, Meillet (*apud* Camara Jr, 1975). Rompendo com a concepção estática de linguagem, Humboldt a concebe como uma atividade incessante sujeita à *influência do poder mental mutável de seus falantes* (Camara Jr., 1975:30). Opondo-se à noção de signo como representação, alguns estudiosos ligados ao movimento dos neogramáticos tentaram desvincular a concepção de linguagem da influência do logicismo e do universalismo que predominava na sua conceituação. Numa postura diferente da dos gramáticos de Port–Royal, que procuravam mostrar que a linguagem se orientava pelo princípio da lógica e da razão, muitos neogramáticos postulavam a influência do meio sobre a linguagem, no espírito evolucionista ou naturalista da época. Neste período, os estudos lingüísticos deixaram à margem os aspectos relativos ao plano do conteúdo. A significação era considerada como um aspecto subjacente usado para a comparação da correspondência entre as formas.

A concepção naturalista de linguagem foi, entretanto, rejeitada por alguns neogramáticos, a exemplo de Osthoff, Brugmann e Paul (*apud* Faraco, 1991). Esses estudiosos concebiam a língua como ligada ao sujeito falante. Eles introduziram nos estudos da linguagem uma concepção psicológica e subjetivista da língua. Paul (*apud* Faraco, 1991) defendia a tese de que a fonte de

toda mudança lingüística era o falante individual. De acordo com Paul, os estudos da linguagem precisavam apenas de duas disciplinas: a psicologia e a fisiologia.

Discordando também dos lingüistas de sua época e concebendo a linguagem como um fenômeno humano e como tal como um fato histórico, Bréal (1992) reintroduziu, nos estudos lingüísticos, a significação e a subjetividade, chamando a atenção para o que ele denominou de *elemento subjetivo da linguagem*. Este assunto será retomado em outra seção deste capítulo em que trataremos da subjetividade na linguagem.

Em um artigo publicado em 1925, Bréal (*apud*, Marques,1990) propõe uma *ciência das significações*, assim se manifestando:

*o estudo que propomos ao leitor é de natureza tão nova que nem chegou ainda a receber um nome. A preocupação da maioria dos lingüistas tem-se voltado sobretudo para a análise do corpo e da forma das palavras: as leis que presidem à alteração de sentidos, à escolha de novas expressões, ao nascimento e à morte das locuções foram deixadas à margem ou apenas acidentalmente assimiladas. Como este estudo, do mesmo modo que a fonética e a morfologia, merece ter seu nome, nós o chamaremos semântica. (Breal, apud Marques, 1990:33)*

Embora a semântica de Bréal ainda estivesse presa a uma concepção historicista da linguagem e limitada ao plano lexical, ela representa uma reação aos princípios mecanicistas dos neogramáticos e à compreensão de língua como fenômeno físico, trazendo aos estudos da linguagem seus aspectos conceptuais. Outros rumos para uma nova concepção de linguagem foram traçados por Meillet (1926). Para este lingüista, *a linguagem é eminentemente um fato social*. Em seu artigo *Como as palavras mudam de sentido*, publicado em 1905, Meillet identifica três causas gerais responsáveis pelas alterações semânticas: as causas lingüísticas, históricas e sociais. A linguagem como fenômeno social representa o pensamento saussureano e vai constituir o objeto da reflexão lingüística bakhtiniana, ressaltando-se, é claro, as diferenças.

## 1.2 Abordagens estruturalista e gerativista

A tentativa para introduzir os aspectos sociais e históricos nos estudos da linguagem, aspectos que traçariam novos rumos para a abordagem das questões da significação, acaba por esbarrar na concepção estruturalista de língua e de linguagem. Insatisfeito com os métodos adotados por seus antecessores para os estudos dos fatos da língua e fundamentado na concepção de linguagem como meio de comunicação e língua como sistema formal autônomo, como forma e não como substância, Saussure (1969) traçou novas diretrizes para o desenvolvimento da lingüística. À lingüística saussureana atribui-se a exclusão dos estudos da significação e do sujeito da atividade verbal, privando da análise dos fenômenos lingüísticos os aspectos de natureza sócio-históricos.

Limitando a descrição lingüística ao sistema, Saussure considera que as palavras têm um valor definido por suas propriedades dentro do sistema, valor resultante das relações intra-sígnicas e das relações intersígnicas. O significado ou valor relacional baseia-se no jogo das oposições que o definem. Diz Saussure (1969:136) referindo-se a esse tipo de significado:

*(...) os valores correspondem a conceitos (...) definidos não positivamente por seu conteúdo, mas negativamente por suas relações com os outros termos do sistema. Sua característica mais exata é ser o que os outros não são.*

Nessa perspectiva, o significado de um signo é o que os outros signos não são, ou seja, o significado é uma unidade de diferença.

Assim, diferentemente dos que defendem uma semântica do valor de verdade, ou seja, uma semântica formal, Saussure considera a significação como uma questão interna ao sistema da língua, sem nenhuma relação com o que lhe é exterior. Em outras palavras, para este lingüista, a significação não diz respeito à relação que se estabelece entre a expressão lingüística e o mundo externo, nem também às que se dão entre os sujeitos, sendo, portanto, compreendida como

resultante das relações que se estabelecem nos dois eixos da linguagem: o paradigmático e o sintagmático.

A descrição do sistema formal e a exclusão do sujeito e da significação ligada aos sujeitos e ao mundo externo ao sistema lingüístico chegam ao extremo no estruturalismo americano, com Bloomfield (1967). Fundamentado em princípios behavioristas e mecanicistas, este autor tenta estabelecer um modelo extremamente formal para a descrição lingüística. Opondo-se ao pensamento dos que defendiam uma abordagem mentalista ou uma abordagem psicológica da linguagem, Bloomfield nega à semântica a sua importância para a descrição dos fenômenos lingüísticos. Para este autor, os valores conceituais das formas lingüísticas não deviam interessar à lingüística. Enquanto estudo específico do significado das formas lingüísticas, a semântica estava fora de uma abordagem científica da língua, ficando, assim, à margem da lingüística, constituindo-se objeto da psicologia. Em outras palavras, a semântica, para ele, não era cientificamente manipulável em termos lingüísticos.

Ao rejeitar o aspecto semântico na descrição lingüística, Bloomfield desprezava também o papel do sujeito falante na atividade de linguagem. Em sua crítica ao rigor científico da teoria mecanicista de Bloomfield, Kristeva (1969:278) argumenta que é impossível explicar a complexidade do ato de fala, considerando-se apenas o esquema *estímulo-resposta (E-e...e-R)*, proposto pelo behaviorismo. Defende esta autora que é preciso *elaborar uma teoria da linguagem ligada à materialidade corporal e física do sujeito falante e daquilo que o rodeia*.

Outros lingüistas, assim como Bloomfield, deixaram à margem dos estudos da linguagem os aspectos semânticos. Harris (1969) considerava que a identificação e caracterização das formas lingüísticas deveriam ser realizadas por métodos que não levassem em conta o significado das formas. A semântica continuou sendo tratada como disciplina periférica e deveria apenas ser usada como auxiliar no conhecimento dos subsistemas considerados como centrais, como o morfológico e o sintático. Em sua teoria, Harris defende que o significado das formas lingüísticas é definido pela sua distribuição no contexto lingüístico. Embora seja considerado como um dos estudiosos que introduziram o discurso

como objeto de análise lingüística, estendendo seu modelo distribucional aos enunciados, Harris orientava-se pelos princípios da lingüística imanente, deixando de lado qualquer reflexão sobre significado e sentido.

Em sua reflexão sobre o estruturalismo, diz Kristeva (1969:278):

*podemos mesmo dizer que a mutação epistemologica introduzida pelo estruturalismo, e de que o estruturalismo americano é a tendência formalizadora extrema, consiste não em explicar, mas em propor, de acordo com o lógico-positivismo, uma descrição simples, cega quanto aos seus próprios fundamentos e técnica no seu procedimento, desse objeto estático, sem sujeito e sem história que se tornou a linguagem (grifo nosso).*

De modo geral, podemos dizer que o tecnicismo e o rigor formal, ou seja, a lingüística de base matemática que caracterizou o estruturalismo americano e europeu tem a sua continuidade na teoria gerativa. Mas é preciso observar que o interesse de Chomsky pela estrutura da linguagem o distingue de seus antecessores. Para ele, o objeto da lingüística deveria ser *o conhecimento que um falante nativo tem de sua língua e que lhe permite produzir e entender orações nessa língua* (Silva, 1978:3). Com isso, volta a lingüística a assumir um caráter eminentemente mentalista. O que importa ao lingüista não é o comportamento manifesto dos falantes nativos, mas as regras gramaticais subjacentes, que esses falantes usam inconscientemente ao falar e compreender uma língua. Nessa perspectiva, a linguagem é uma das estruturas cognitivas da mente humana. Seu estudo é importante na medida em que oferece possibilidades de revelar propriedades da mente. Em sua teoria clássica, Chomsky (1957) exclui da descrição lingüística o estudo do significado. Mesmo reconhecendo a existência de correlações sistemáticas entre forma e sentido, este lingüista proclama a independência do plano sintático em relação ao plano semântico. É, a nosso ver, esse entendimento que o levou a afirmação de que:

*naturalmente é impossível provar que noções semânticas são irrelevantes na gramática, do mesmo modo que é impossível provar a irrelevância de qualquer outro conjunto dado de noções. A investigação de tais propostas, contudo, parece levar invariavelmente à conclusão de que somente uma base puramente formal pode fornecer um fundamento sólido e produtivo para a construção da teoria da gramática. (Chomsky, 1957:100)*

Em sua teoria padrão, Chomsky (1966) considera a língua como um conjunto de orações, sendo cada uma delas constituída de uma forma fonética ideal e de uma interpretação semântica intrínseca. As descrições estruturais passam a ter a função de determinar a forma fonética e o significado da oração relacionando a primeira ao segundo. Nesse modelo, Chomsky procura esclarecer as relações entre o sistema fonológico e o sistema semântico da língua. Essa tentativa fundamentou-se nos trabalhos desenvolvidos por Fodor & Katz (1964) e Katz & Postal (1964). Para esses autores, a semântica teria uma função complementar na descrição lingüística. Nessa perspectiva, a interpretação semântica de uma oração é determinada exclusivamente pela estrutura profunda.

Com a Semântica Gerativa, as regras de transformação e de interpretação semântica foram abolidas e as estruturas semânticas passaram a ser consideradas assim como as sintáticas, reconhecendo-se dessa maneira a interação entre semântica e sintaxe. A introdução do componente semântico no modelo dessa gramática não alterou a convicção de Chomsky em relação à independência da sintaxe e à defesa de uma abordagem formal. A linguagem continuou a ser tomada fora do contexto sociocultural onde ela surge.

Não obstante as deficiências do modelo de análise proposto pela gramática transformacional, principalmente no que se refere à definição da frase como unidade de análise lingüística, o que determinou a centralização do componente sintático em detrimento do componente semântico, e à negação de um falante real, foi a tentativa de resolver alguns impasses surgidos neste modelo de descrição que (re)colocou a semântica no bojo das preocupações lingüísticas. É a partir daí que os estudos lingüísticos começam a se (re)orientar para o discurso,



(tendência para a qual já haviam sinalizado os estudos desenvolvidos por Jakobson), perspectiva que se caracterizou pela (re)introdução da significação e do sujeito da enunciação na reflexão lingüística.

Jakobson, rompendo com alguns princípios do estruturalismo saussureano, voltou-se para o funcionamento da comunicação. Embora tenha, em parte, ultrapassado o reducionismo do modelo estruturalista, privilegiando o processo comunicativo, o lingüista russo apresenta um esquema de comunicação que funciona com base em seis elementos (remetente, destinatário, código, mensagem, contexto, canal) que se relacionam no interior de um sistema fechado, através do qual se desenvolve todo o processo comunicativo. Neste esquema de comunicação, privilegia-se a função informativa da linguagem, estando o sentido localizado no interior da mensagem.

Os temas linguagem e significação também foram objeto de investigação dos linguistas-filósofos Wittgenstein (1996) e Bakhtin (1979), autores para os quais nos voltamos, respectivamente, nas seções 1.3 e 1.5.

### **1.3 Filosofia da linguagem: Wittgenstein**

Em concordância com o pensamento da tradição filosofia ocidental, no primeiro momento de sua reflexão sobre linguagem e significação, mais exatamente no *Tractatus*, Wittgenstein (*apud* Oliveira, 1966) defende a tese da isomorfia entre linguagem e mundo. Em *Investigações Filosóficas* (1996), este autor assume uma postura bastante crítica em relação ao pensamento da tradição e à sua própria tese de que a linguagem figura o mundo sobre o qual ela fala.

No primeiro aforismo de *Investigações Filosóficas*, Wittgenstein comenta o conceito de significado dado por S. Agostinho, mostrando que para este pensador *toda palavra tem um significado. Este significado é atribuído à palavra. Ele é o objeto que a palavra designa.* Para S. Agostinho, a linguagem é uma espécie de nomenclatura que é adquirida pela aprendizagem ostensiva.

Discordando dessa concepção, Wittgenstein diz no aforismo 5:

*(...) talvez pressintamos até que ponto o conceito geral de significado das palavras envolve o funcionamento da linguagem com um nevoeiro que impossibilita a clara visão. Dissipa-se a névoa quando estudamos os fenômenos da linguagem em espécies primitivas de seu emprego, nos quais se pode ter uma visão de conjunto e da finalidade e funcionamento das palavras. (Wittgenstein, 1996:17).*

Assim, partindo do princípio de que tal concepção embaraça a visão do funcionamento da linguagem, este autor postula que só se elimina tal dificuldade se os fenômenos lingüísticos forem estudados no uso da linguagem cotidiana. Para Wittgenstein, a designação é apenas a preparação para o uso. Compreensão que nos remete a Bakhtin, que, distinguindo significado e sentido, postula o primeiro como potencial e o segundo como real. Para explicar o funcionamento da linguagem, Wittgenstein utiliza-se de várias metáforas, entre elas a da caixa de ferramenta (aforismo 23), a da cabine de um condutor (aforismo 12), a do jogo de xadrez (aforismo 66) e também a da velha cidade (aforismo 18). Nesta última, diz este pensador:

*podemos ver nossa linguagem como uma velha cidade: uma rede de ruelas e praças, casas velhas e novas com remendos de épocas diferentes; e isto tudo circundado por uma grande quantidade de novos bairros, com ruas retas e regulares e com casas uniformes. (Wittgenstein, 1996:22-23)*

Atentando para a dinâmica da linguagem, Wittgenstein, nesse segundo momento de sua reflexão, fundamenta-se numa nova concepção de linguagem. Para ele, com a linguagem se faz muito mais que dizer o mundo; com ela realizam-se várias atividades: ordenar, relatar fatos, representar teatro, cumprimentar, descrever e várias outras coisas. Assim, para Wittgenstein, a linguagem é uma atividade humana como qualquer outra, linguagem é *ação*. Nessa concepção, a linguagem não tem como função nomear objetos singulares ou essências, mais precisamente, as palavras não servem para etiquetar as coisas, mas para realizar ações.

Nesse momento de sua reflexão, esse pensador questiona o problema do essencialismo, aspecto tão defendido pela tradição (Platão) e ao qual se opôs, mais recentemente François (1998). Para Wittgenstein, pensar a essência é pensar também o significado como algo acabado, pronto, definitivo. Para este pensador, é impossível determinar a significação das palavras sem considerar seu contexto de uso. Esses contextos são por ele denominados de *formas de vida*, e de acordo com estas têm-se então os *jogos de linguagem*, que são práticas humanas socializadas e a gramática, um tipo de uso, um processo socializado.

Nessa perspectiva, a significação resulta das regras que orientam o uso das palavras nas diferentes situações de vida. A análise desses contextos mostra que não usamos as palavras de acordo com uma significação preestabelecida, mas com as semelhanças e parentescos. No aforismo 43, diz Wittgenstein: *o significado de uma palavra é o seu uso na linguagem*. Assim, podemos observar que para este pensador:

*as palavras não significam por si mesmas, nem por uma espécie de decreto individual ou coletivo: significam porque fazem parte de uma linguagem e esta de uma forma de vida. (Wittgenstein, 1996: 38 )*

Partindo dessa compreensão de significação, este autor critica radicalmente, assim como Bakhtin, a teoria dos atos intencionais e a concepção individualista da consciência.

Para Wittgenstein, as palavras vão estar sempre inseridas em uma situação de comunicação que vai reger o seu uso e nos quais se podem distinguir dois tipos de gramática, uma *gramática superficial* e uma *gramática profunda*. Esta última pode ser entendida como conjunto de regras que vão constituir um determinado *jogo de linguagem*. Diferentemente das regras da *gramática superficial*, que são de natureza sintático-semântica, as regras da *gramática profunda* (gramática de uso) estão vinculadas à pragmática. São os usos que vão conferir significação às palavras. Postula ainda Wittgenstein que só quando se interiorizam as regras de uso das palavras nos diferentes *jogos de linguagem* é que se pode apreender a sua significação. Para ele, as palavras têm sentido porque há

hábitos determinados de se manejar com elas. Diz Wittgenstein no aforismo 199: *seguir uma regra, fazer uma comunicação, dar uma ordem, jogar uma partida de xadrez são hábitos (usos, instituições).*

Nessa perspectiva, a linguagem passa a ser concebida não mais, ou não só, como representação do real, mas como uma atividade humana como outra qualquer, e a significação como estando sempre vinculada aos diversos usos que se fazem das palavras nos diversos *jogos de linguagem*. É essa concepção que vai alicerçar as teorias dos *atos de fala* de Austin (1962). Teoria que, paradoxalmente, coloca a linguagem em seu “contexto de uso”, mas revela-se ainda presa a exemplos pré-fabricados, não levando em conta a interação.

Essa breve reflexão nos permite observar que a concepção de linguagem como representação da realidade ou como um sistema abstrato e de significação como resultante das condições de verdade ou produto das relações internas ao sistema propiciou o surgimento de teorias lingüísticas que excluíram da atividade de linguagem o sujeito da enunciação, ou pelo menos, o sujeito ativo que constrói sentido no processo da interação. Por outro lado, a concepção de linguagem como ação e de significação como resultado dos usos de que se faz das palavras traçou novos rumos para a investigação lingüística. Mudança epistemológica que, a nosso ver, começa a se vislumbrar com Humboldt e Bréal, e concretiza-se com Benveniste que, retomando estudos desenvolvidos por esses autores, (re)introduz o sujeito, na teoria da linguagem, contribuindo, eficazmente, para o desenvolvimento das chamadas teorias da enunciação.

Considerando que analisar as *EN – mente* numa perspectiva semântico-discursiva implica não só voltar nossa atenção para o tratamento dispensado à significação e ao sentido, mas também para o sujeito da atividade de linguagem, tomaremos a subjetividade como assunto da próxima seção.

#### **1.4 Teoria da enunciação: Benveniste**

Após o corte saussureano, volta-se a pensar na questão do sujeito da linguagem, assunto pelo qual já se havia interessado Humboldt (1974). Em seus

estudos, opondo-se ao pensamento da época, este autor concebe a língua não mais como *ergon* (produto), mas como uma *energeia* (atividade), como um trabalho mental através do qual o homem expressa seu pensamento. Essa concepção de língua levou este estudioso a pensar na atividade do sujeito da linguagem, e a destacar a importância desse sujeito na dimensão discursiva. Mais tarde, Bréal (1992) chama a atenção para a importância do sujeito, mostrando que é preciso observar como o homem agenciou a sua linguagem. Num estudo dedicado ao elemento subjetivo da linguagem, esse autor postula que a fala não foi feita para descrever, para narrar ou para fazer considerações desinteressadas, mas, antes de tudo, para expressar desejos, dar ordens ou demonstrar poder sobre as coisas e as pessoas. Esses usos teriam sido, segundo este autor, os primeiros da linguagem. Nessa perspectiva, o elemento subjetivo não deveria ser visto como um elemento acessório, superficial, mas, ao contrário, como uma parte essencial à qual se acrescentam as outras coisas.

Essa preocupação com o sujeito da linguagem vai ressurgir com Benveniste (1976) e com outros estudiosos. Bühler (1950), rejeitando a concepção de língua como sistema de signos destinados exclusivamente ao intercâmbio de idéias, considerava que havia ao lado do aspecto intelectual da linguagem, um outro não-intelectual. Essa compreensão o levou a acrescentar à função representativa da linguagem duas outras funções, a expressiva e a apelativa. Partindo do princípio de que um enunciado lingüístico nunca é um ato em que se comunica puramente uma idéia, Bally (1965) postula que todo enunciado está impregnado de elementos expressivos, cuja fonte ele atribui estritamente aos afetos. Esses elementos vão constituir, segundo este autor, ao lado da proposição o outro componente do enunciado, ou seja, a modalidade.

Outros trabalhos, como os de Jakobson (1963), sobre os *shifters*, de Benveniste (1976), sobre a *categoria de pessoa* e os de Austin (1962), sobre os *performativos*, são considerados como precursores das teorias enunciativas, uma vez que esses estudos, cada um com sua especificidade, revelam a impossibilidade de dissociar da língua a atividade do sujeito, que, segundo Benveniste, vai se dar através do que ele denomina de *aparelho formal da enunciação*.

Para Benveniste (1976), a linguagem só é possível porque cada locutor se coloca como sujeito. A linguagem é assim concebida como possibilidade de expressão da subjetividade. É este colocar em funcionamento a língua por um ato individual que constitui a enunciação. De acordo com Benveniste, a língua dispõe de formas vazias (pronomes, advérbios) das quais se apropria o locutor para definir-se a si próprio como *eu*, sujeito da enunciação, instalando ao mesmo tempo, na instância do discurso, o seu interlocutor, *tu*. Esse sujeito é caracterizado pelo egocentrismo, é ele fonte e origem do sentido.

Tomando a enunciação como objeto da lingüística, Benveniste procura estabelecer uma metodologia para analisá-la, voltando-se para o próprio ato de produzir o enunciado, ou seja, para o processo e não para o produto. Postulando que as condições de emprego das formas não são semelhantes às condições de emprego da língua, Benveniste busca analisar estas últimas, procurando escapar ao formalismo característico do estruturalismo saussureano. De acordo com o lingüista francês, a preocupação exclusiva com a forma levou a lingüística a colocar a questão do sujeito e do sentido fora de sua competência. Diz Benveniste (1989:221) em seu artigo *A forma e o sentido na linguagem*:

*de fato, as manifestações do sentido parecem tão livres, fugidias, imprevisíveis, quanto são concretos, definidos e descritíveis os aspectos da forma. Dos dois termos do problema que nos ocupa aqui, não se estranhe que em geral apenas o primeiro pareça de relevo para a lingüística. (Benveniste, 1989:221).*

Cabia aos psicólogos e aos psico-fisiólogos trazer alguma luz sobre a natureza e sobre o funcionamento do sentido na língua.

Procurando explicar a questão do sentido, Benveniste (1989) defende que há dois domínios ou duas modalidades de significar que se combinam na língua, o semiótico e o semântico. Tudo o que está no plano do semiótico diz respeito às relações que se estabelecem entre os signos no interior do sistema da língua. Neste domínio, não se observam as relações do signo com o mundo, ou seja, com os objetos e com o sujeito. Por outro lado, falar em semântica é, segundo Benveniste,

introduzir-se no domínio da língua em emprego e em ação. Enquanto o signo tem como parte integrante o significado, a frase, expressão da semântica, tem o seu sentido relacionado à situação do discurso e à atitude do locutor, tendo, além do sentido, uma referência. Nessa perspectiva, a frase continua sendo tomada como unidade de análise. De acordo com Benveniste, (1976:139) tomar a frase como unidade de análise significava sair do domínio da língua e entrar num novo universo, o da língua como instrumento de comunicação, cuja expressão é o discurso.

Em seus estudos ainda sobre a presença do sujeito na atividade de linguagem, Benveniste distingue dois planos de enunciação: o do discurso e o da história, considerando o primeiro como marcado pela subjetividade e o segundo, pelo não-envolvimento do locutor. Distinção bastante criticada por alguns lingüistas que não concebem a linguagem sem as marcas do sujeito da enunciação.

Não obstante as críticas, os estudos desenvolvidos por Benveniste constituem uma referência para todos aqueles que se propõem tomar como pressuposto teórico alguma teoria da enunciação. A importância das idéias desse lingüista para o desenvolvimento dessas teorias pode ser percebida, embora pareça paradoxal, pelas críticas que lhe fizeram sobre a centralidade do sujeito, sobre a relação de apropriação da língua pelo sujeito, ou mesmo sobre a existência de um aparelho formal da enunciação, constituído apenas por algumas categorias da língua. Uma das grandes contribuições de Benveniste para os estudos da enunciação foi, a nosso ver, ter mostrado a impossibilidade de explicar ou tratar certos aspectos do uso da linguagem na dimensão do enunciado.

A (re)introdução do sujeito na linguagem foi tema também tratado por Kerbrat-Orecchioni (1980) que, no primeiro momento de sua reflexão sobre a questão, segue a linha de Benveniste. Procurando ampliar o aparelho formal da enunciação, essa autora identifica outras categorias da língua (substantivos, adjetivos, verbos, advérbios) que no discurso vão funcionar como marcas de subjetividade na linguagem. Posteriormente, a autora assume uma outra postura, tomando como objeto de estudo a interação. Considerando que falar não é só comunicar, mas principalmente (inter)agir, Kerbrat-Orecchioni (1990) observa que

as teorias da enunciação até então desenvolvidas, inclusive a dela<sup>1</sup>, a análise do discurso e a teoria dos atos de fala estavam todas confinadas a uma perspectiva fundamentalmente monológica. Essa concepção já havia sido veementemente criticada por Bakhtin (1979) que defende a natureza social e dialógica da linguagem e do sentido, conforme veremos a seguir.

### 1.5 Teoria sócio-interacionista: Bakhtin

Opondo-se também à concepção de linguagem defendida pela tradição, Bakhtin postula que para observar os fenômenos da linguagem é preciso ir além das esferas física, fisiológica e psicológica. A esse conjunto complexo é preciso acrescentar a esfera das relações sociais. É preciso situar os interlocutores em seu meio social. Diz Bakhtin (1979:70):

*(...) a unicidade do meio social e a do contexto social imediato são condições absolutamente indispensáveis para que o complexo físico-psíquico-fisiológico (...) possa ser vinculado à língua, à fala, possa tornar-se um fato de linguagem.*

O contexto em que é inserido esse complexo e a situação de troca social constitui-se de relações de diferente natureza. De acordo com Bakhtin, os estudos lingüístico-filosóficos, até então, tinham-se desenvolvido sob duas orientações, a do *objetivismo abstrato* e a do *subjetivismo individualista*, caracterizando-se ambas por não levarem em conta a natureza social e dialógica da linguagem. A primeira, cuja fonte é Saussure, parte do princípio de que a verdadeira substância da língua é constituída por um sistema abstrato de formas lingüísticas e a segunda, representada por Vossler e seus seguidores, fundamenta-se no pressuposto de que a realidade essencial da língua é constituída pela enunciação monológica isolada, realizada através de um ato psicofisiológico individual. Para Bakhtin, a situação de enunciação é um componente indispensável à compreensão e à explicação da estrutura semântica de qualquer ato de comunicação.

---

<sup>1</sup> Assim em meu *Enunciação* (1980): reconheço aqui meu erro.



Para melhor compreender a reflexão desse autor sobre significação e sentido, faz-se necessário que retomemos aqui algumas de suas críticas a essas duas correntes em que se basearam os estudos lingüísticos durante décadas. De acordo com Bakhtin (1979:90), o *objetivismo abstrato* fundamenta-se no princípio de que o *sistema lingüístico constitui um fato objetivo externo à consciência individual (...)*. Este sistema abstrato, estável e imutável é constituído de formas que são completamente independentes da situação social em que elas se manifestam. Sistema sincrônico e a-histórico, em que as formas lingüísticas completam-se mutuamente e toda a significação veiculada pela linguagem resulta da combinação dessas formas no interior desse sistema. Como um conjunto de formas independente da criação individual, a língua é considerada como *produto de uma criação coletiva, um fenômeno social e, portanto, como toda instituição, normativa para cada indivíduo.* (Bakhtin,1979:79)

Na prática da língua, segundo Bakhtin, os locutores não se preocupam com a forma lingüística enquanto sinal estável, sempre idêntica a si mesma, mas como signo variável. No processo de decodificação, o essencial não é a identificação da forma lingüística enquanto tal, mas a sua compreensão num contexto concreto de enunciação. O importante é seu caráter de novidade e não de conformidade à norma, o que implica uma atitude *responsiva ativa*. Diz Bakhtin (1979:94):

*(...) o elemento que torna a forma lingüística num signo não é sua identidade como sinal, mas sua **mobilidade específica**; da mesma forma que aquilo que constitui a descodificação da forma lingüística não é o conhecimento do sinal mas a compreensão da palavra no seu sentido particular, isto é, a apreensão da orientação que é conferida à palavra por um contexto e uma situação precisos, uma orientação no sentido da evolução e não do imobilismo.*

O conceito de *mobilidade específica*, introduzido por Bakhtin e de grande relevância para o estudo da significação, foi totalmente ignorado pela lingüística de sua época, uma vez que nesse contexto a forma lingüística era

concebida como um complexo sonoro portador de uma única significação, inerte e imutável. De acordo com este autor, deve-se entender como *mobilidade específica* a orientação que é conferida à palavra pelo contexto e pela situação. Assim, considerar este conceito significa, antes de mais nada, considerar as relações entre unicidade e polissemia da forma lingüística, um dos problemas fundamentais da semântica e com o qual não se preocupou a lingüística saussureana. De acordo com essa compreensão, a significação não pertence às formas lingüísticas enquanto sinal, ou seja, enquanto tomadas isoladamente, descontextualizadas, nem também está fixada na mente dos falantes, ela é determinada pelo contexto, tendo as palavras tantas significações quantos forem esses contextos. É essa multiplicidade de significações *que faz de uma palavra uma palavra* (Bakhtin:1979:130).

Retomando a tese defendida pelo *subjetivismo idealista*, Bakhtin critica o fato de terem seus representantes se apoiado, como ponto de partida de suas investigações, na enunciação monológica isolada, tomando o psiquismo individual como fonte da língua, embora não tenham eles, a exemplo do *objetivismo abstrato*, seguido a orientação dos filólogos, considerando a compreensão como um ato passivo. Sua crítica ao subjetivismo idealista fundamenta-se, principalmente, no princípio de que a teoria da expressão em que se alicerça essa corrente é totalmente falsa, uma vez que postula que a expressão se constitui de *conteúdo interior* e de sua *objetivação exterior*. Assim, a essência estaria sempre no interior, de onde provém todo ato exterior. O interior atuaria assim como fonte da expressão, cuja exteriorização nada mais seria que a sua tradução. Contrário a tal compreensão, Bakhtin defende que o processo se dá de forma completamente oposta: não é a atividade mental que organiza a expressão, mas é esta que organiza aquela. O centro organizador da expressão situa-se no meio social em que se insere o indivíduo. A atividade mental do sujeito, a exemplo do que ocorre com a expressão social, é um *território social*.

Para Bakhtin, a enunciação só pode ser concebida como determinada pelo meio, como produto da interação de dois indivíduos socialmente organizados, sendo assim socialmente orientada.

Opondo-se radicalmente as duas orientações do pensamento filosófico, Bakhtin (1979:124) afirma que:

*a língua vive e evolui historicamente na comunicação verbal concreta, não no sistema lingüístico abstrato das formas da língua nem no psiquismo individual dos falantes.*

Tratando de forma mais sistematizada a questão da significação, Bakhtin observa que a ciência que tenha por objetivo dar conta dela precisa se orientar em duas direções: uma voltada para o significado contextual e outra voltada para o significado no sistema da língua. A partir daí, ele distingue *tema* e *significação*. O tema corresponde ao sentido novo, a uma significação unitária de uma enunciação, é a expressão de uma situação histórica completa, da qual se originou a enunciação. Já a significação deve ser entendida como reiterável e idêntica cada vez que é repetida. O *tema* é determinado pelos elementos verbais e não-verbais que entram na composição de uma enunciação. Para esclarecer essa distinção, Bakhtin (1979:131) define o tema como o *estágio superior real da capacidade de significar*, o que corresponde à investigação do sentido contextual, e a *significação* como o *estágio inferior da capacidade de significar*, o que corresponde à investigação do sentido no sistema da língua. Enfatizando a distinção *tema/significação*, diz Bakhtin (1979:131): *a significação não quer dizer nada em si mesma, ela é apenas um potencial, uma possibilidade de significar*. Poderíamos dizer que Bakhtin distingue o que, mais tarde, para muitos autores seria o *sentido semântico* e o *sentido pragmático ou discursivo*.

Para Bakhtin, a distinção desses conceitos está relacionada à questão da compreensão. O *tema* só pode ser apreendido pela *compreensão responsiva ativa*. Em seus termos:

*compreender a enunciação de outrem significa orientar-se em relação a ela, encontrar o seu lugar adequado no contexto correspondente. A cada palavra da enunciação que estamos em processo de compreender, fazemos corresponder uma série de palavras nossas*

*formando uma réplica. Quanto mais numerosas e substanciais forem, mais profunda e real é a nossa compreensão* (Bakhtin,1979:132).

Partindo dessa distinção, podemos compreender que o sentido, para Bakhtin *tema*, só existe enquanto traço de união entre os interlocutores e só se realiza no processo de compreensão ativa, como *efeito da interação do locutor e do receptor produzido através do material de um determinado complexo sonoro*.

Acrescenta ainda este autor um outro conceito para o estudo da significação. Para ele, toda palavra possui um *acento apreciativo*, é o que, segundo Bakhtin, dá vida à palavra. Por isso uma mesma palavra pode adquirir diferentes sentidos de acordo com a *entoação expressiva*, o nível mais superficial do *acento apreciativo*. Normalmente esses dois elementos são determinados pela situação social em que se desenvolve a enunciação. O sentido só se realiza completamente através da *entoação expressiva*. Nessa perspectiva, a enunciação tem antes de tudo uma orientação apreciativa. É a ela que se devem as mudanças semânticas do sentido.

Pelo exposto, podemos observar que, ao longo dos estudos lingüísticos, a linguagem e a significação foram abordadas sob várias perspectivas. Abordagens filosóficas em que predominou uma concepção representacionista da significação, sendo esta objeto das teorias referenciais que se voltavam para as condições de verdade, e abordagens lingüísticas em que a significação foi considerada como produto das relações internas ao sistema, desvincilhada, assim da sua relação com o mundo. Ambas as abordagens se caracterizam por terem excluído da atividade de linguagem o sujeito da enunciação. Podemos observar, entretanto, que, na medida em que o sujeito vai-se fazendo presente nesses estudos, tornando-se objeto das teorias da enunciação, há um deslocamento gradativo da semântica representacional, para uma semântica discursiva em que o sentido passou a ser considerado como constituído no processo da interação, levando-se em conta agora o uso das formas lingüísticas, o contexto e a interlocução. Legado que se atribui, principalmente, a Bakhtin que, com sua lingüística da enunciação, expande as condições de produção das práticas lingüísticas do *eu* ao *tu*,

descentralizando assim essas condições. Com isso a questão do sentido passa a ser pensada não mais como algo centrado num *eu*, mas como resultado de uma relação dialógica estabelecida a partir de uma atividade de linguagem.

Partindo desse ponto de vista, acreditamos que para se analisar as *EN – mente* numa perspectiva semântico–discursiva é preciso assumir uma postura teórica em que se tome a linguagem em seu funcionamento efetivo e considere a relação dialógica na atividade de linguagem. Uma análise nessa perspectiva nos permitirá mobilizar não só a materialidade lingüística dos discursos, mas, sobretudo, a situação concreta de enunciação, o que nos possibilitará tratar o sentido (para Bakhtin, *tema*) como algo (re)construído localmente. Esse propósito nos levou a optar por uma teoria da enunciação e do discurso como a postulada por Bakhtin, comentada, brevemente, neste capítulo e por François, que, partindo de Bakhtin, enfatiza a natureza dialógica da linguagem e do sentido, assunto para o qual nos voltaremos a seguir.

## 2 EM BUSCA DE CATEGORIAS PARA UMA ANÁLISE DO FUNCIONAMENTO DA LINGUAGEM EM DISCURSOS ORAIS DIALOGADOS.

### 2.1. A relação língua/linguagem: o lingüístico e seus *entornos*

Partindo do princípio de que uma abordagem semântico–discursiva das *EN –mente*, em interações orais dialogadas, implica levar em conta não só a materialidade lingüística, mas, sobretudo, a situação concreta de enunciação em que essas estruturas se manifestam, discutiremos, neste capítulo, a teoria desenvolvida por François, na qual se fundamentará, basicamente, a análise que aqui se propõe.

Retomando as reflexões lingüístico–filosóficas de Wittgenstein e de Bakhtin, François (1984, 1986, 1989, 1994, 1996, 2000, 2002) busca desenvolver uma *lingüística da circulação do discurso*, cujo pressuposto básico, como já dissemos, é o da natureza social e dialógica da linguagem e do sentido, ao mesmo tempo em que procura enfatizar a multiplicidade das semiologias em que a linguagem se manifesta, resgatando, para tanto, a noção de sujeito e enfatizando a sua atividade enquanto agente dos movimentos constitutivos do discurso.

Considerando que as teorias defendidas pela tradição não permitem compreender o que se passa numa situação real de comunicação, François propõe-se a desenvolver uma teoria lingüística não formal e abstrata, ou seja, livre do formalismo que caracterizou a reflexão lingüística ao longo dos anos. Criticando o pensamento da tradição filosófica, segundo o qual a linguagem deveria ser definida por suas *condições de verdade*, assim como o pensamento de Austin, para quem a linguagem deveria ser definida por suas *condições de felicidade*, François (1994:38) observa que, mesmo quando a função representativa ou informativa se manifesta como dominante, todo discurso manifesta forçosamente um *efeito de discurso*. De acordo com este lingüista, tanto as filosofias clássicas como as teorias psicológicas pecam por serem teorias unilaterais, fundamentadas numa hipótese unívoca linguagem/significação extralingüística, quer se trate de diferentes

espécies de filosofias sensualista–empiristas, para quem a significação lingüística se reduz a uma abstração–generalização de dados sensoriais, ou, ao contrário, da tradição racionalista, para quem o pensamento é outra coisa diferente das palavras que são uma tradução mais ou menos adequada.

Revedo, por outro lado, o paradigma da lingüística estrutural, a lingüística dos processos mentais, assim como a trilogia de Morris, segundo a qual os signos lingüísticos podem ser estudados sob três aspectos distintos – o da sintaxe, o da semântica e o da pragmática – François (1994) observa que uma lingüística que centra sua análise num objeto fechado, a língua, e nas regras de boa formação dos enunciados, voltada para a sintaxe e para a semântica de frases isoladas, não dá conta da criatividade da linguagem. Não se trata, entretanto, diz François (1994:50), de

*(...) negar que haja a sintaxe da língua, mas de observar que as regras de boa ou má formação sintática não nos dão o modo como a sintaxe funciona efetivamente como esquema modificável segundo o léxico, o contexto, as condições de enunciação.*

Esses modelos, cujo objetivo é a descrição do conteúdo, nada dizem sobre o modo de dizer, nada dizem sobre a dinâmica da linguagem, sobre os diálogos, sobre os discursos reais. Voltado para a diversidade que cerca o dizer, François (1996:39) argumenta que os signos caracterizam-se mais pelo modo como apresentam seu objeto que pelo significado que eles veiculam. Nessa perspectiva, em toda situação, o modo de dizer tem sentido tanto quanto o dito. O importante é, assim, *descobrir o mundo no qual os signos trabalham*. Em outras palavras, o importante é descobrir como funcionam os signos nos diversos gêneros de discurso que eles constituem. Opondo-se à concepção de linguagem como representação do real e aos paradigmas da lingüística estrutural e da gerativo–transformacional, François (1984) propõe-se a desenvolver uma teoria lingüística que leve em conta os aspectos específicos da linguagem.

Em seus estudos, ele teoriza sobre sentido e significação lingüística, distinguindo significação e significado, assim como diferentes tipos de

significação. Considerando que a compreensão do discurso supõe e remete para o que está fora dele, para outros discursos, François prefere não utilizar o termo significado e falar de significação, tal como se manifesta na compreensão responsiva. Este autor elabora, como base para o desenvolvimento de sua teoria, alguns conceitos como os de *movimentos discursivos*, *encadeamentos*, *deslocamentos*, *afinidades* e mais recentemente o conceito de *entorno*, conforme veremos mais adiante.

Partindo da distinção língua/linguagem, em oposição à dicotomia langue/parole, e retomando uma terminologia de Halliday, François (1984:15) postula que analisar a língua é analisar as potencialidades de significação, enquanto analisar a linguagem é estudar o sentido atual das mensagens em função de sua relação com a situação extralingüística. Diz ainda ele que estudar a língua é estudar as unidades e as estruturas presentes, é o estudo de um *pleno*, enquanto estudar a linguagem é levar em conta o ausente, o implícito, a mistura de gêneros, os movimentos discursivos, as afinidades, os esboços na construção do discurso (correções, hesitações, reformulações); assim como as tensões entre o constante e o variável, entre o genérico e o particular. É considerar a linguagem e todos seus *entornos*, é considerar que o sentido pode não ser semiotizado pela materialidade lingüística. É levar em conta, assim, a situação de enunciação reconstituída pelo interlocutor com sua pluralidade.

O estudo das relações entre língua e linguagem, segundo este autor, pode se dar sob dois fios condutores. Em primeiro lugar, pelo estudo da relação entre sentido veiculado pela língua e outras fontes de sentido e depois pelo estudo das relações entre *sentido real* (significação) e *sentido potencial* (significado), este último inscrito na organização do código. Diferentemente de Bakhtin, que distingue *tema* (sentido) e *significação*, François (1984:17) usa os termos *sentido real* e *sentido potencial* para distinguir *significação* e *significado*. De acordo com François, a língua pode ser caracterizada pela diversidade dos *jogos de linguagem* que ela torna possível, ou seja, a língua pode ser definida como um *código de semiologia variável*. Como lugar de discursos e de textos, a língua se caracteriza pela possibilidade interna de modulação, de reformulação e de mudanças de



quadros. É preciso colocar a semântica na semiologia, no conjunto do circuito de troca, o que ultrapassa a competência dos elementos lingüísticos.

Nesse contexto, a linguagem passa a ser vista como espaço de significações redobradas, não se podendo falar dessa maneira de *sentido definitivo*. Chamando a atenção para a fragilidade do sentido e sua perpétua transformação, François (1994:5) defende que a fuga do sentido parece ser constitutiva do sentido. O sentido é, para ele, questão de interpretação e não de estrutura. Sem dar uma definição *fechada* do termo *sentido* diz François (1994:43):

*utilizamos então o termo **sentido**, para indicar de modo indeterminado aquilo a que remete tanto uma palavra como uma realidade qualquer, tendo ao mesmo tempo um pólo de fechamento que propomos chamar de uma 'essência negativa' e um pólo de abertura, as variações de seu modo de funcionamento e entre outros de referência. Assim, o sentido de uma palavra se desloca a cada utilização.*

Postula este autor que quando se trabalha com a linguagem não se pode querer apreender o sentido numa só semiologia. Tanto na linguagem oral como na escrita há sempre uma multiplicidade de semiologias. É preciso distinguir as diversas maneiras de produzir sentido.

Isso não impede, entretanto, o lingüista de fazer uma análise do sentido. Observa, contudo, este autor que na análise semântica, diferentemente da análise fonológica, é preciso ultrapassar a descrição das relações de combinações sintagmáticas e das oposições paradigmáticas, o que, não significa negar que haja tais relações de oposição como constitutivas do sentido na língua. Tomando como exemplo os estudos desenvolvidos por Hockett (1963) e A. Martinet (1960), François (1994) diz que a identificação de uma dupla articulação da linguagem é importante em relação ao fato de mostrar as capacidades combinatórias abertas à possibilidade de formação de novos signos, mas não se pode acreditar que tal característica seja capaz de dar conta de tudo o que a linguagem permite fazer. Postula ainda que o importante não é estabelecer uma classificação geral dos signos, mas observar o seu modo de funcionamento. Assim não se pode partir de

uma lista aleatória nem tampouco de uma relação dedutiva, mas de uma relação intermediária, o que para ele são as *afinidades inteligíveis*, afinidades entre diferentes aspectos. Esse conceito será discutido em outro momento do presente trabalho.

Retomando o pensamento chomskyano, François (1980:197) observa que segundo pressupostos da teoria transformacional, os processos de decodificação supõem uma dicotomia entre enunciado de base reconstruído e sua modificação. Essa decomposição pode, em seus termos, ajudar a compreensão de enunciados, mas nem sempre a compreensão de uma unidade ou de um sintagma depende de sua recodificação. Um dos exemplos citados por ele é o do uso dos advérbios *em – mente*, em francês, que pode se tornar autônomo em relação a seu adjetivo de origem e funcionar, como ocorre com *évidemment*, sem relação com *évident*. É também o que observamos no uso de muitas *EN – mente* no português, conforme veremos. Para François a questão está longe de ser resolvida. Se há situações em que a explicação de um sintagma ou de um enunciado complexo se faz por paráfrase sob forma de frases, isso não implica que a frase possa ser considerada como o lugar do sentido. Se alguns elementos fortemente codificados podem ser compreendidos fora da situação ou do *contexto*, a elaboração semântica não pode ser realizada sob forma de julgamento da frase, mas de um conjunto mais complexo, onde se possa estabelecer uma relação da linguagem com o que está fora dela.

Assim, para François, a língua, diferentemente de outros sistemas de signos, em sua prática cotidiana, oferece a possibilidade de paráfrases e de explicações, sendo por isso necessário levar em conta os procedimentos de *integração* e de *correspondência* entre estruturas. É preciso, assim, levar em conta as possibilidades de *paráfrases* (fortes e fracas) e de *equivalências*.

Postula ainda esse lingüista que a aquisição e o uso da linguagem se fazem sob forma de diálogo, de troca de sintagmas, que não tomam as formas monológicas codificadas na frase. Não se vai assim da língua para a fala, *mas do discurso do outro para o discurso do eu*. O que não implica que o discurso seja apenas imitação ou repetição. A retomada se dá sempre com modificação.

Aquisição e uso devem ser descritos mais como processos de utilização de paráfrase que de obediência a regras. Isso é possível, segundo François, pela possibilidade de reutilização da linguagem, ou seja, de deslocamentos em relação às condições primeiras de sua utilização; em outras palavras, pela possibilidade de usos de metáforas. Assim, para esse autor, os jogos metafóricos são constitutivos da aquisição e do uso da linguagem. Diz François (1994:36)

*uma teoria da metáfora, para dizer rapidamente, não tem necessidade de supor que há sentidos primeiros no sentido de verdadeiros, 'não figurados'. É necessário antes constatar que a criança pequena a quem se diz uma palavra não poderá tomá-la nem com as mesmas referências nem com o mesmo conteúdo daquele que lhe fala. Em outros termos, ela está condenada a metaforizar (...). A heterogeneidade é constitutiva da comunicação do mesmo modo que a convergência. Fato que vai se reencontrar no adulto: **toda reutilização de um termo o modifica a títulos diversos** (grifo nosso).*

A compreensão de que a utilização de metáforas e de paráfrases constituem os procedimentos básicos de aquisição e de uso da linguagem reflete, a nosso ver, o ponto de vista de François sobre *significação lingüística*. Em suas reflexões, ele questiona a existência do *significado*. Para François (1994:30), o que existe são práticas sociais que visam à *identificação de um tal 'significado' como sentido determinável na língua*. Mas isso não implica a existência de um real. Uma das questões fundamentais retomada de Wittgenstein por François, em sua reflexão sobre a significação, é a questão da essência e, conseqüentemente, de uma significação intralingüística. Segundo este autor, é preciso saber se é possível considerar que existem, assim como em fonologia, traços pertinentes de significação que se oporiam às variações de sentido ligados à diversidade de objetos do discurso. François considera que a questão do significado na língua comporta a mesma ambigüidade que a da compreensão como reconstituição da intenção do locutor: do mesmo modo que uma intenção não pode ser entendida como fenômeno psíquico interno, não se pode compreender o sentido em sua *pureza* na língua, argumenta o filósofo lingüista.

Rejeitando os pressupostos da lingüística estrutural, François chama a atenção para três aspectos: há uma certa especificidade da significação enquanto ela passa pela linguagem; não é tão fácil, como afirmam os defensores do *significado*, isolar um *significado intralingüístico* e, finalmente, não se levam em conta os *efeitos do discurso*, nessa perspectiva.

Pode-se dizer que, de acordo com François, as palavras não correspondem necessariamente a uma entidade ou a uma noção única. Para ele

*a polissemia não é um acidente a descartar. Ou melhor, não se trata de 'polissemia' mas de multiplicidade inevitável dos sentidos de toda palavra enquanto ela representa uma 'essência concreta', um feixe de determinações vindas de mundos diferentes. (...) não se tratará, portanto, de contradição repreensível (no sentido fixado por Aristóteles) que afirmaria e negaria de um mesmo objeto um mesmo predicado 'ao mesmo tempo e do mesmo ponto de vista', mas de constatar que a polissemia não é apenas um 'acidente verbal, mas reflete e exprime o movimento do real que uma boa discussão não seria capaz de interromper definitivamente. (François, 1994:21).*

Analisando ainda o paradigma da lingüística saussureano, François (1980:206) observa que a tentativa da Escola de Praga e das análises distribucionais, substituindo a expressão *campo associativo* pela expressão *eixo paradigmático* para esclarecer a *nebulosa* colocada por Saussure só seria inteiramente benéfica se os eixos das oposições e das combinações esgotassem o universo da significação lingüística, sem falar do não-lingüístico ou do não exclusivamente lingüístico. Se para Saussure, argumenta François (1980:206), o campo de *ensino* comporta um vínculo com um conjunto derivacional: *ensinar, ensinamento*; com um conjunto de termos semanticamente aparentados: *aprendizagem, educação*; com um conjunto de palavras derivadas pelo mesmo processo derivacional, mesmo que o significado seja diferente: *modificação, armação*; e finalmente com um conjunto de termos que têm somente uma semelhança fônica: *clementemente, justamente*, a isso é preciso acrescentar os termos em relação paradigmática e/ou sintagmática restrita a *ensino*, os diferentes

campos conceptuais que não constituem um vínculo único codificado do ponto de vista das estruturas lingüísticas, ou seja, o que faz com que *ensino* remeta, por exemplo, para problemas de custo, de diferenças entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos entre outros; e finalmente que este termo remeta para os subgrupos de locutores, para a experiência passada ou atual de cada educador ou de cada educando.

Essa análise leva França (1980:206) a postular que *a essa diversidade não pode corresponder um método unívoco de análise lingüística do sentido*, e a observar ainda que em algumas situações o lingüístico pode permitir uma comunicação sem problema, mas que em outras situações o significado comum pré-codificado pode ser praticamente nulo. É o que a nosso ver acontece com muitas *EN –mente* que, no discurso, ou mais especificamente em diálogos, adquirem sentidos diferentes, como ocorre com a forma *exatamente* nos exemplos abaixo, retirados de um dos textos do corpus (trecho de uma entrevista realizada pelo programa “Bom-dia Paraíba” – TV Cabo Branco):

1. 01	Jornalista	o prazo para a entrega da declaração do imposto e renda
1. 02		termina agora ?
1. 03	Delegado	<b>exatamente...</b> é é:: esse prazo termina agora... segunda-
1. 04		feira e esse prazo é improrrogável /.../
1. 16	Jornalista	me esclareça um ponto... aquele que declara mais cedo...
1. 17		que entrega a declaração mais cedo tem a possibilidade de
1. 18		receber mas cedo ?
1. 19	Delegado	<b>exatamente...</b> a receita tem premiado /.../ os contribuintes
1. 20		que têm sido mais ágeis na entrega de suas declarações né?
1. 28	Jornalista	eu gostaria que o senhor me esclarecesse um problema
1. 29		aqui também esse problema de recibo dos profissionais
1. 30		liberais né ? /.../
1. 32	Delegado	<b>exatamente</b> é inclusive muito oportuna a sua pergunta
1. 33		Chico /.../

Diferentemente do sentido previsto ou codificado pela gramática normativa do português – que considera, a priori, essa estrutura como portadora da noção de modo, estatuto que lhe é conferido e *garantido* pela justaposição do sufixo *-mente* ao adjetivo *exato* – a forma ***exatamente*** funciona nessas seqüências como expressão de um movimento discursivo, cuja função é manifestar a concordância do interlocutor (delegado) em relação à colocação feita pelo locutor (jornalista), possibilitando assim que o discurso se desenvolva sem nenhum constrangimento. Podemos dizer que essas estruturas assumem um papel semântico–discursivo de *marcador de assentimento*, papel não previsto pela tradição gramatical, que lhe atribui uma função estritamente sintático–semântica. Observamos ainda que a forma ***exatamente***, que marca a fala do entrevistado, retoma às perguntas do jornalista, confirmando-as. Como constituinte de um movimento de referenciação anafórica, essa estrutura corresponde, em cada uma das situações, a um enunciado diferente, adquirindo, portanto, em cada realização, sentidos também diferentes. O uso de ***exatamente*** nos exemplos citados nos permite observar, usando os termos de Possenti (1997:2), que

*a relação entre significante e significado não é nem de transparência (de modo que, dado o material verbal o sentido se torna óbvio), nem de representação exata (de modo que dada a palavra ou expressão, tem-se acesso perfeito à ‘coisa’), nem natural (de modo que nenhum fator ‘externo’ – histórico, cultural – teria qualquer equivalência) nem eterna (de modo que o tempo da história (...) não produziria nenhum deslizamento).*

Cabe aqui, entretanto, observar que, para esse autor, isso não implica que se possa afirmar que não há relação alguma entre material verbal e sentido. O que se deve considerar é que não há um sentido embutido no código, não sendo inerente à palavra nem aos enunciados em si mesmos.

Assim, no estudo da linguagem o que importa nos signos não são suas características constantes, que podem opor um signo a outro, mas o conjunto do

que a linguagem permite fazer, ou seja, o que deve ser levado em conta não são os *traços reais*, mas as *possibilidades oferecidas*. Retomando Hockett (1963), que buscava identificar as características da linguagem humana em oposição a outros sistemas de signos, François (1996:21) postula que a linguagem funciona segundo gêneros diferentes, segundo os grupos, as épocas e os indivíduos. Para ele, considerar como caráter central da linguagem *o possível* e não *o real* significa considerar que *a linguagem pode funcionar como índice, nomeação de objeto que não pode ser apresentado senão pela linguagem, utopia, ideologia, devaneio, mentira*.

Não há, portanto, por que se partir de uma suposta unidade de sentido, quando o mais importante é considerar *jogos de linguagem* e *a pluralidade dos modos de significar*, uma vez que o *sentido*<sup>2</sup> de uma palavra muda a cada utilização. Nessa perspectiva, é incorreto pensar que a palavra remete apenas a uma função de identificação. Nos termos de François (1994:43), *faz parte do sentido como horizonte que a diferença possa ser especificada*.

Há, nessa perspectiva, diferentes modos de significar, podendo as significações serem veiculadas de diversas maneiras: pelas classes lexicais e gramaticais; pelos encadeamentos entre enunciados; pela organização da mensagem ou ainda pela materialidade da mensagem. Daí resultam diferentes tipos de significação: as discretas ou analíticas, as não-localizáveis; as típicas e as associativa-metáforicas. Quanto aos modos de significar, há, para François, um sentido genérico, fora da história; um sentido específico ligado à prática constitucional; um sentido determinado pela história e, finalmente, um sentido dado pelo uso, numa determinada situação particular.

Desse modo, o sentido do signo pode ser relativamente independente de sua forma, assim como de sua combinação com outros signos, embora seja através das formas lingüísticas que se manifesta a diversidade dos jogos de linguagem. Queremos enfatizar que para este autor, o sentido não está propriamente na língua, não dependendo, necessariamente, do aspecto discreto e combinatório dos signos.

Segundo François (1996:34), não se deve colocar a significação (para ele, *sentido real*) ao lado do discreto, porque pode haver em todo discurso outras significações, não-localizáveis num ponto específico do discurso, por ele denominadas de *significações implícitas*. Nessa perspectiva, compreender um discurso, seja qual for, é evocar o campo dos implícitos, seja como saber partilhado, seja como reconstituição do implícito do outro.

A lingüística da frase parece não ter dado conta de que todo texto comporta significações que não estão diretamente ligadas à adição de enunciados, mas aos *movimentos discursivos*.

Nos termos deste autor, a lingüística subestimou as significações que não dependem radicalmente desses aspectos, ou seja, as significações não-localizáveis, privilegiando as significações analíticas. Tomando como exemplo a explicação do sentido da palavra *sentido*, este autor postula que o sentido das formas lingüísticas só pode ser explicado colocando-as em sua relação com o mundo, com o que lhe é exterior. Assim, ele relaciona o fato do significar com *outras organizações centrais* de relação com o mundo, ou seja, com as dimensões da ação, da percepção e do afeto. Desse seu ponto de vista, podemos dizer resumidamente que, estabelecendo um paralelo entre linguagem e ação, ele postula que, assim como a linguagem, a ação pode ser considerada como duplamente articulada. Observa François (1994:12) que num conjunto vasto de ações integradas, há movimentos que só no conjunto teriam sentido. Continuando o paralelo, ele argumenta que a ação e os discursos são organizados de várias maneiras, havendo modificações dos conflitos, da cooperação das negociações, e, assim como o sentido das ações se modifica, o sentido dos discursos e das palavras também se modifica.

Observa ainda François que a semiologia não seria possível sem a percepção, uma vez que não existe sentido sem materialidade sensorial. Tratando das significações dadas pela percepção, ele diz que há sentidos, como por exemplo o olfato, que nos dão atmosferas significantes não-localizáveis e não-analisáveis. Assim é preciso levar em conta os afetos que motivam os signos. Diz François

---

<sup>2</sup> François define *significação* como *sentido real* e significado como *sentido potencial*, o que corresponde, respectivamente, à distinção *tema* e a *significação* de Bakhtin. Assim como em



(2000:2) que (...) *não há no uso dos signos nada que não seja nele ele mesmo fonte de prazer, de surpresa, de problema, de terror*. Há prazeres e desprazeres ligados aos próprios usos dos signos e aí os fios do sentido são numerosos.

Assim, de acordo com François, o sentido do discurso não se encontra nele mesmo, mas num horizonte discursivo, o qual pode ser entendido como tudo o que está em torno do discurso, na relação da linguagem com o que está fora dela, ou seja, com seus *entornos*, com tudo o que se passa numa situação real de interpretação. O termo *entorno* já se encontra em Coseriu (1979:215) associado ao termo *determinação* como *dois problemas da lingüística do falar*. Para este teórico da linguagem, os *entornos* são instrumentos circunstanciais da atividade lingüística. Sendo mais amplo que a língua, o falar utiliza suas próprias circunstâncias e também atividades complementares não-verbais. Observa ainda Coseriu (1979:228) que *em todo momento, o que efetivamente se diz é menos do que se expressa e se entende*. Os *entornos*, segundo Coseriu, intervêm obrigatoriamente em todo falar, já que todo discurso ocorre sempre numa determinada circunstância e são eles que orientam todo discurso e lhe dão sentido, podendo até determinar o nível de verdade dos enunciados.

Nos termos de François, para se chegar ao sentido de uma palavra, de um enunciado, de um discurso é preciso considerar o lingüístico e todos seus *entornos*. Partir desse pressuposto significa considerar, antes de mais nada, a presença de um sujeito na teoria do discurso.

## 2.2 A noção de sujeito na *lingüística da circulação do discurso*

A tradição lingüística, conforme vimos, esteve por várias décadas voltada para a análise dos constituintes imediatos da palavra e da frase, tornando-se esta última, num segundo momento da abordagem estruturalista, o objeto central da lingüística, limitando o problema do sentido às relações eminentemente intralingüísticas. Com isso, deixam-se à margem os sentidos expressos por outros

---

Bakhtin, observamos, em François, uma certa oscilação no uso desses termos.

sistemas semiológicos em que os discursos, ou mais precisamente, os diálogos se manifestam. Assim, é preciso considerar que numa atividade de linguagem há muitos processos de construção de sentido que estão livres das restrições gramaticais. Todo discurso, segundo François, comporta uma relação com o que está fora dele, com alguma abertura do quadro interpretativo, o que é deixado à margem na análise lingüístico-gramatical. Falar de sentido como interpretação implica, necessariamente, reintegrar o sujeito da atividade de linguagem.

A introdução do sujeito e do dialogismo na *lingüística da circulação do discurso* proposta por esse autor revela-se, a nosso ver, por sua compreensão de que as relações de base da linguagem supõem uma relação de quatro termos: *eu-outro-palavra-coisa*. De acordo com este autor, a relação *eu-palavra-realidade*, embora possível, parece estranha. As relações do tipo pergunta-resposta, ordem, busca-satisfação estão longe de tratar da relação verdadeiro/falso, pois são essas relações verdadeiramente dialógicas.

Considerar que há na linguagem uma relação entre um *eu* e um *outro* significa não só reintroduzir o sujeito, mas também observar os diferentes aspectos e modos como os locutores se posicionam em relação ao mundo, ao outro, e a ele mesmo em seu próprio discurso. Significa observar os movimentos de mudanças de perspectiva, de troca de planos de ajustamento intersubjetivo, entre outras coisas.

Partir desse ponto de vista nos leva a assumir uma posição em relação à noção do sujeito e a defini-lo na perspectiva em que ele vai ser considerado na presente pesquisa. Não é nosso objetivo, entretanto, retomar e discutir aqui a problemática noção de sujeito como ela vem sendo apresentada nas diversas teorias do discurso. Alguns aspectos em relação a este assunto já foram colocados no capítulo de introdução. Resumidamente, podemos dizer que, mais recentemente, há duas tendências dominantes. A da Análise de Discurso Francesa (AD) que rejeita a centralização do sujeito como fonte do sentido – posição defendida por Benveniste em sua teoria da enunciação – com Pêcheux e Mainguenu, que defendem que o ato de produção do discurso é um ato histórico-social, sendo a apropriação da linguagem um ato social e não individual; e uma outra tendência, a

daqueles que não vêem nenhuma aberração em considerar pertinente o conceito de sujeito da enunciação.

No presente estudo, retomaremos o ponto de vista defendido por François (1989) e Salazar–Orvig (1999), que, procurando enfatizar o trabalho com a linguagem, voltam-se para a questão do sujeito, defendendo a existência de um sujeito que, a nosso ver, não se enquadra rigorosamente em nenhuma dessas duas tendências. Em outras palavras, um sujeito que não se caracteriza nem como portavoz de seu discurso, nem também por ser o todo–poderoso de seu discurso, mas um sujeito como movimento, que se caracteriza, antes de mais nada, por sua pluralidade.

Para François (1996), a subjetividade na linguagem não pode ser analisada em termos de marcas lingüísticas presentes no discurso. De acordo com esse autor, é a possibilidade de movimentos, em que se manifesta uma maneira de aparecer de um sujeito, que liga linguagem e subjetividade e não as formas da língua. Nos termos de François:

*não há sujeito da enunciação, mas figuras diferentes de sujeito segundo o que ele fala, o que ele cala, a impressão que ele dá de repetir, de inventar, se se quer, sua figura na relação entre seu dito, o dito do outro, seu modo de dizer. E a ilusão ou se se quer a metailusão seria de se representar um sujeito que coincidiria com a imagem que os outros fazem dele ou que não mudaria em relação a ele mesmo* (François, 1996:210).

Partindo do ponto de vista de que no discurso estamos sempre em situação de interpretação, François (1989:96) defende a existência de um *sujeito discursivo* que nada tem a ver com o sujeito psicológico defendido pelos teóricos do subjetivismo individualista. Nessa perspectiva, a elaboração discursiva é vista como um processo de retomada–modificação de uma base sócio–cultural e recriação, investimento renovado de elaboração discursiva. O sujeito é, assim, ao mesmo tempo, sujeito genérico e fruto de uma história particular, lugar de encontro singular de determinações heterogêneas (plurais). Nessa perspectiva, a enunciação é considerada como construção discursiva com e em função do outro. Essa noção

de sujeito defendida por François e Salazar–Orvig situa-se entre o individual, o dialógico e o coletivo, ou seja, entre o genérico e o particular. De acordo com Salazar–Orvig, esse sujeito é o centro de seu discurso sem ser totalmente o seu dono. É um sujeito que se deixa ver, que se mascara e que se oculta em seu discurso. Discurso no qual se desenha a imagem daquele que está na origem.

Assim, não se pode falar de *ilusão enunciativa*, nem se pode esquecer a dimensão individual na elaboração discursiva. Nessa perspectiva, podemos dizer, como diz Possenti (1993:2), recorrendo ao pensamento de Ricoeur, aqueles que defendem *que a idéia de sujeito é uma ilusão têm a ilusão de produzir um discurso sem sujeito*. É preciso, portanto, levar em conta esta dupla tensão. É preciso considerar a heterogeneidade social, psíquica e lingüística do sujeito falante, admitir a impossibilidade de ter um sujeito homogêneo, o que não implica apagar a instância enunciativa.

De acordo com Salazar–Orvig (1999), o erro está em se considerar o sujeito sob uma só perspectiva, examinando-o como uma imagem homogênea, tomando-o como *um*, considerado como *o indivíduo em carne e osso*. É preciso, antes de mais nada, distinguir esse sujeito concreto do sujeito discursivo e considerá-lo como aquele que veicula fala de outros, que pertence a uma comunidade (social, cultural, lingüística), um sujeito colocado em sua própria história. Para Salazar–Orvig (1999), é esse sujeito que se desenha no discurso, inscrevendo-se num espaço discursivo, é ele mesmo *feito do discurso* que deve ser considerado pelos analistas do discurso.

De acordo com Salazar–Orvig (1999:15):

*quando se considera o discurso como o lugar privilegiado de construção do sentido, se é levado a examiná-lo não somente como um produto acabado mas também sua dinâmica, como testemunha de seu processo de elaboração. Trata-se, portanto, de levar em conta os movimentos que realiza aquele que está na sua origem.*

Considerando o ponto de vista desses autores, falar de modalização, de referência, de argumentação, de quantificação, por exemplo, implica tomar como

pressuposto básico essa noção de sujeito. Os *movimentos discursivos*, assim como muitos outros aspectos da fala, como hesitações, pausas, interrupções permitem observar as relações que o sujeito do discurso mantém com sua fala em construção. Não se pode falar desses movimentos sem falar de uma posição enunciativa, como observa Salazar–Orvig (1999:39):

*os encadeamentos discursivos eles mesmos não respondem ao princípio de coerência: deslocamentos, oposições, reformulações, retificações, modulações, rupturas, revelam diversos posicionamentos do sujeito em relação à sua própria fala e em relação à fala do outro.*

Pelo exposto podemos postular que numa análise de discurso oral ou escrito é preciso levar em conta não só a materialidade lingüística de que se constitui esse discurso, mas também e, sobretudo, a atividade dos sujeitos interlocutores. Atividade que se manifesta através de diversos movimentos discursivos que são responsáveis pela mudança, alteração e atualização do sentido potencial das formas lingüísticas. Dada a relevância desses conceitos para o desenvolvimento do presente estudo, vamos tomá-los como objeto de discussão da seção seguinte.

## **2.3 Discurso e diálogo como acontecimento: movimentos discursivos e encadeamentos**

### **2.3.1 Uma breve introdução**

Para melhor situar o suporte teórico em que se fundamentará nossa análise das *EN –mente*, discutiremos aqui alguns conceitos básicos apresentados por François, em sua *lingüística da circulação do discurso*. Antes, porém, retomaremos alguns pontos de sua reflexão sobre as abordagens lingüísticas que, pautando-se por uma concepção cognitivista da linguagem, ou seja, linguagem

como *instrumento de informação* e as que buscam explicar a significação a partir de análises semânticas desvinculadas do processo de comunicação, deixam à margem a diversidade dos modos de significar correspondentes à diversidade das práticas sociais nas quais se inserem a linguagem (Françoís, 1980 :231).

Para esse autor, as abordagens que se interessam pela linguagem como *transmissão de informação* pecam por considerar que o texto só tem sentido em função de sua capacidade de transmitir um conteúdo ou de manifestar conhecimento do sujeito, ou seja, confundir sentido com mensagem. Por outro lado, as abordagens *sociologizantes* e *psicologizantes* são, segundo esse autor, muito amplas, não levando em conta *o que há de específico no que se faz com as palavras* (Françoís,1990:8). É por essa especificidade que se interessa Françoís. Considerando os aspectos lingüísticos e distinguindo-os dos não-lingüísticos, esse autor volta-se, sobretudo, para o sentido veiculado pelos encadeamentos, que podem ou não ser codificados pelas estruturas da língua. Nessa perspectiva, em todo ato de fala se faz mais que falar. Não há como não fazer várias coisas ao mesmo tempo. Assim, quando se diz *feche a porta*, não há, segundo Françoís, como não fazer isso de um certo modo. Assim, como veremos, ao longo desse capítulo, uma descrição lingüística implica ir além da sintaxe e do léxico de uma língua.

Opondo-se aos modelos de descrição das abordagens tradicionais, a exemplo das análises estruturais; das análises em termos de função de linguagem, de algumas análises de texto e até mesmo das análises em termos de atos de linguagem, por terem elas deixado à margem de sua descrição tudo o que cerca o uso da linguagem, ou seja, todos seus *entornos*, Françoís propõe voltar a atenção para a dinâmica que caracteriza o discurso, tomando como objeto de análise o diálogo *figura cronologicamente primeira do discurso* (Françoís,1984:22), em especial diálogo entre crianças e entre crianças e adultos.

De acordo com esse lingüista, as análises de base estruturalista privilegiaram a sintaxe, tomando como objeto os modelos canônicos de frase da lógica aristotélica e pós-aristotélica, como se a língua funcionasse exclusivamente com base em regras sintáticas. Assim, não se consideram os aspectos globais da

significação, partindo-se de uma compreensão de significado como supostamente intralingüístico. Por outro lado, não se leva em conta que a linguagem funciona principalmente com base em afinidades léxico-gramaticais. Para François (1996:100) *é o léxico e/ou a globalidade do texto* (não distingue aqui o autor texto e discurso) *que nos diz como funciona o 'decodificador' gramatical*. Tomando como exemplo a forma do *presente* do verbo *comer* nas seqüências<sup>3</sup>:

- a) – *quando você está contente ? quando eu **como***
- b) – *eu não posso vir, você vê bem que eu **como***
- c) – *o que você vai fazer esta noite ? eu **como** com X*

esse autor mostra que é o semantismo lexical que permite interpretar a forma verbal *como* como tempo indeterminado, como tempo atual e como futuro, respectivamente. É esse mesmo semantismo que se observa para o sentido genérico e particular do artigo definido *a*, conforme ocorre em: *eu ignoro a verdade* e *eu vou buscar a pá*. Não se pode separar a semântica lingüística das práticas nas quais se põe em relação o discurso e a realidade extralingüística. Isso pode ser observado no uso de todos os elementos gramaticais, na medida em que eles são polissêmicos, afirma François (1996:100). Observação que se confirma no uso das *EN –mente* no discurso oral dialogado, conforme veremos mais adiante no capítulo dedicado à análise dessas estruturas.

Nessa perspectiva, não se deve atribuir exclusivamente à sintaxe toda a construção do sentido, ou em outras palavras, a sintaxe não contribui de maneira unívoca para a construção do sentido do discurso. Segundo François, para se examinar os modos dessa contribuição é preciso considerar três aspectos. Em primeiro lugar, a existência de combinações, depois levar em conta que a sintaxe comporta procedimentos de integração e finalmente observar que essa contribuição variará segundo sua relação com outros componentes do sentido, podendo, assim, isolar-se em função desses três níveis: *o semantismo implicado pelas relações sintáticas; o semantismo implicado pelos lexemas*, como vimos nos exemplos

---

<sup>3</sup> Embora a tradução não corresponda no uso do português, a tradutora procurou manter a forma *como* para garantir a compreensão do que estava sendo explicitado pelo autor.

acima, e o *semantismo implicado pelas condições de comunicação* (François, 1980:211).

Para este autor, há mensagens consideradas simples, em que esses tipos de informação se somam, nesse caso, o significado lexical está de acordo com a implicação sintática, conforme se pode observar em *o macaco come maçãs*, em que o significado dos lexemas corresponde às funções *ator-acção-paciente*. Mas há, também, mensagens ditas complexas nas quais esses tipos de informação se contradizem ou pelo menos alteram umas as outras. As implicações lexicais particulares podem provocar deslocamento de sentido da mensagem ou da expressão, como ocorre no exemplo: *a verdade ultrapassa a ficção* em que a forma do verbo *ultrapassar* não expressa mais um processo que indica deslocamento espacial como ocorre em *o corredor ultrapassou o outro*. O primeiro exemplo pode ser parafraseado pela expressão *é mais extraordinário que*, enquanto o segundo não permite tal paráfrase.

Assim, se por um lado é preciso observar a organização formal dos enunciados, por outro, é indispensável considerar o fato de que em seu uso efetivo a linguagem, em especial o diálogo, apresenta particularidades para a construção do sentido que são tão importantes quanto a sua organização sintática. Podem-se distinguir na construção do sentido, segundo François (1980:212), três aspectos: a) *o papel sintático* (o *eu* sujeito, o *o* determinante do nome); b) *seu sistema semântico* (*eu* em oposição ao *tu*, *sobre* oposto a *sob*) e c) *seu papel semiológico*, sua relação global com as condições de comunicação. Opondo-se ao modelo cognitivista, esse autor defende que um funcionamento semiológico pode se centrar sobre o próprio ato de fala nele mesmo, sobre o contato entre os interlocutores, sobre a adequação dos termos utilizados na interação.

Nessa perspectiva, podemos postular que as palavras funcionam como suporte de noções que vão ser esclarecidas na situação de enunciação. O sentido não é, desse modo, visto como propriedade particular da palavra. Como diz Bakhtin (1979:132): *ele pertence à palavra enquanto traço de união entre os interlocutores, atualiza-se somente no processo da compreensão ativa responsiva*. De acordo com François (1996:45), *o momento abstrato da semântica fechada do*



*inventário paradigmático ou combinatório dos signos não pode funcionar senão porque há uma semântica–pragmática aberta e heterogênea das condições de funcionamento.*

Retomando o pensamento bakhtiniano, podemos dizer que toda palavra enunciada vem acompanhada obrigatoriamente de determinada entonação que decorre do próprio ato de pronunciar. Diz Bakhtin (*apud* Brait, 1997:96)

*nenhum conteúdo poderia ser realizado, nenhuma idéia poderia ser realmente pensada, se não fosse estabelecida uma ligação essencial entre o conteúdo e o tom emotivo–volitivo (...) é precisamente o tom emocional–volitivo que orienta e afirma o semântico na experiência singular.*

Para François (1980:212), o sucesso ou fracasso semiológico não depende das estruturas lingüísticas em si, mas de fatores extralingüísticos, mais precisamente, da relação que se estabelece entre os interlocutores.

As análises lingüísticas em termos de função, também fundamentada na concepção de linguagem como *instrumento de informação*, a partir de Bühler, depois Jakobson e com Halliday, nos anos 70, parecem privilegiar alguns aspectos do chamado eixo da comunicação, mas também não dão conta da “criatividade” da linguagem. Para François (1998), a famosa classificação de Jakobson das funções da linguagem *fascinou* pela abertura que essa classificação representou face à lingüística estrutural de cunho behaviorista, mas esse código de seis funções e de seis pólos de um ato de comunicação parece constituir um quadro sistemático a partir do qual se poderia pensar que determinados signos lingüísticos, a exemplo dos dêiticos, possam funcionar de um mesmo modo. Por outro lado, essa classificação poderia ser vista numa outra perspectiva, na de ter introduzido a linguagem na língua na medida em que considera a metalingüística e a poética não mais como funções secundárias, externas ao objeto da lingüística como ciência, mas isso ainda representa muito pouco, uma vez que persiste a tensão entre a função poética definida no sistema e a variedade real da poesia e de suas recepções.

De acordo com François, essa concepção de linguagem como instrumento de informação parece também alicerçar a proposta de funções de

linguagem de Halliday, uma vez que nesta a função suposta freqüentemente como central é a de *transmitir informação*. Para esse autor, embora essa classificação seja de base empírica e considere as primeiras produções verbais das crianças como voltadas para a instalação das relações interpessoais, ela é também polêmica.

Uma classificação das funções, assim como a dos gêneros parece problemática, uma vez que os discursos vão variar, em sua organização formal, de acordo com os temas e, principalmente, em relação ao discurso do outro. A partir dessas classificações não se pode explicar como os discursos funcionam, apenas se poderia dizer que todo discurso diz alguma coisa sobre o mundo a qualquer um e esse discurso manifesta alguma coisa daquele que o diz (François, 2000).

Assim, uma análise lingüística em termos de função se dá, segundo este autor, num espaço muito abstrato, uma vez que conceitos como referência e função emotiva são termos bastante vagos. Falar de função referencial, de acordo com esse autor, é desinteressante se não se sabe a que isso se refere e de que modo. Por outro lado, nessa perspectiva de análise não se leva em conta o exterior da linguagem, todos os outros códigos semiológicos com os quais, ou a partir dos quais, a linguagem significa. Segundo François (2000:8), essa abstração poderia ser corrigida numa dupla orientação, levando-se em conta os *gêneros* e os *movimento discursivos* entre os gêneros como modos diferentes de fazer sentido. Observa ainda esse autor que a análise lingüística pode se dar em termos de *organizadores dominantes variáveis*, podendo esses ser chamados de *função*, não se dando, entretanto, a priori, uma lista fechada dessas funções.

Se a classificação das funções da linguagem, desenvolvida na perspectiva de uma Teoria da Comunicação, coloca a linguagem como fundamental para a comunicação, privilegiando a função informativa e em parte resolve algumas dificuldades postas pela lingüística estrutural, por outro lado, apresenta a inconveniência de considerar a comunicação como um *fenômeno de mão única* que vai do *emissor* ao *receptor*.

Voltando-se para as análises de texto, François (1996:111) observa que a lingüística textual privilegiou, de modo sistemático, os mecanismos de coerência e de coesão como se esses mecanismos de organização textual funcionassem de

modo interno, como se um texto pudesse ser coerente em si mesmo, sem levar em conta os implícitos que subjazem ao uso da linguagem. Por outro lado, se a coesão torna um texto inteligível, é preciso observar que esse comporta movimentos e deslocamentos, podendo-se caracterizar pelo grau de coerência ou de deslocamentos temáticos.

Observa ainda esse autor que, nesse tipo de análise lingüística, os efeitos fônicos, sintáticos e lexicais não são estudados em si mesmos, mas em relação ao funcionamento global do texto, o que ainda representa dificuldades para as análises da significação, uma vez que limita a análise do sentido unicamente ao campo do lingüístico. Para François (1980:234), uma análise nessa perspectiva faz *esquecer que a significação mesma do semiótico e do lingüístico só pode aparecer em sua relação com o extra-semiótico e com o extralingüístico*. Assim, ao invés de se estabelecer um limite entre o propriamente lingüístico e o não-lingüístico é preciso considerar como esses aspectos se interpenetram. Finalmente, chama atenção esse autor para o fato de que as *gramáticas de texto* assim como as *gramáticas de frases* não levam em conta a *heterogeneidade dos modos de uso da linguagem*. Para esse autor, há sempre alguma coisa no sentido de uma mensagem ou de uma expressão que vai além da atualização de possibilidades inscrita na língua.

Cabe aqui ressaltar a posição de Koch (2002:150), para quem o conceito de coerência foi ampliado, a partir da década de 80, quando se adotando uma perspectiva pragmático-enunciativa, passou-se a entender a coerência não mais como uma mera propriedade do texto em si, mas como um fenômeno muito mais amplo, construída numa dada situação de interação *entre o texto e seus usuários, em função da atuação de uma complexa rede de fatores, de ordem lingüística, sociocognitiva e interacional*.

A reflexão lingüística desenvolvida por François, e aqui rapidamente comentada, levou-o a destacar na análise da linguagem os aspectos mais específicos do discurso. É o que tentaremos ver a seguir.

### 2.3.2 Conceitos básicos: diálogo, movimentos discursivos, encadeamentos, afinidades, papéis e lugares.

Partindo do fato de que o diálogo constitui a forma primeira de interação e o dialogismo o princípio fundador da linguagem, François toma o diálogo como objeto de análise. Isso significa, antes de mais nada, levar em conta os aspectos que são inerentes ao uso da linguagem e à construção do sentido. Não se trata, segundo François (1994), entretanto, de tomar o diálogo apenas enquanto troca de fala ou de substituir uma lingüística da frase por uma de réplicas bem encadeadas, ou de analisar a aplicação do objeto abstrato *língua* em uma situação de discurso, mas de compreender as falas de *um* como *retomada-modificação*, ou mesmo como paráfrase, da fala do *outro*. Nesses termos, parte do princípio de que em todo diálogo há um tema de que se fala, que pode ser continuado ou modificado e os modos de falar e de categorizá-lo sintática e lexicalmente. Esses modos de dizer se realizam, segundo François (1990:11), através dos gêneros<sup>4</sup> (narrar, pedir, esclarecer, justificar, descrever, argumentar) que podem aparecer misturados ou não.

Por esse ângulo, o diálogo constitui-se, além da sintaxe e do léxico, também, dos encadeamentos. Muitos atos de linguagem não são codificados por formas lingüísticas, mas por um determinado tipo de encadeamento, como por exemplo acrescentar, ratificar, modalizar, deslocar. Observa ainda esse autor que os encadeamentos não dizem respeito apenas às seqüências das mensagens verbais, mas também do não-verbal. Nesse tipo de interação, as intervenções se encadeiam umas às outras, em relação com as falas precedentes ou com as seguintes. Numa seqüência discursiva, *pode-se repetir idênticamente o que o outro disse, pode-se reformular, pode-se acrescentar alguma coisa, pode-se estar de acordo ou não, pode-se encadear sobre o mesmo tema ou falar de outra coisa* (François, 1990:20). Os movimentos e os encadeamentos podem ser codificados e esperados, mas são as

---

<sup>4</sup> François, diferentemente de outros autores, mas na linha de Bakhtin, considera gênero como enunciado.

irupções ou mesmo as rupturas que devem despertar mais interesse que as repetições, ou seja, as diferenças devem importar mais que o comum, o genérico.

Postula ainda esse autor que falar sobre um tema implica assumir um lugar em relação a seu interlocutor. Os lugares podem ser paralelos ou opostos, estáveis ou instáveis e mesmo quando se está de acordo, não se é do mesmo modo, não se ocupa o mesmo lugar.

Nesse sentido, amplia-se a noção de diálogo dada pela tradição que privilegia a relação pergunta/resposta, considerando-a como a essencial. Para François, há um grande número de encadeamentos no diálogo tão importante quanto esse par, como por exemplo a ordem, que pode suscitar: aceitação e recusa; ou a afirmação, que pode suscitar: reformulação, acréscimo, pergunta de esclarecimento, enunciado paralelo, continuação, etc. O diálogo se caracteriza por não apresentar uma estrutura fixa a partir da qual se possa estabelecer um modelo para o seu desenvolvimento. Os interlocutores têm uma base comum, adquirida na comunidade e opõem a essa base as diferenças. O diálogo, nesse sentido, é o lugar onde o genérico se acompanha de uma estilística própria, particular a cada situação de comunicação, havendo sempre algo de esperado e de inesperado em sua estrutura.

A continuidade do diálogo supõe um implícito partilhado. Assim, ser sujeito de linguagem implica conhecer mais que a língua, implica ser capaz de relacionar-se ao discurso do outro, de encontrar o que permite dar sua continuidade. Entendendo, entretanto, como tal não apenas a seqüência entre enunciados sucessivos, mas também e, principalmente, entre enunciados não adjacentes. A continuidade do diálogo se dá, essencialmente, em função de se poder fazer com a língua *movimentos* que nenhum sistema semiológico permite, tais como:

*passar do discurso do real para o discurso do possível ou impossível, dizer – o que isso faz pensar – retomar para perguntar sobre o sentido do que se disse, reevocar de algum modo o passado (...), enfim mudar os modos do discurso ou, como se queira, os gêneros assim como*

*os mundos nos quais os objetos desse discurso tomam lugar* (François, 1993:216).

Para François (1994:46), há dois tipos de funcionamentos da linguagem, aquele que remete familiarmente ao já banalizado e aquele em que se impõe uma nova significação, que impõe uma ordem, justamente por sua estranheza. Mesmo nos usos elementares da linguagem, há um trabalho de reformulação, de modificação e esclarecimento do sentido.

Nessa perspectiva, uma mesma expressão, um mesmo conjunto de signos, ditos ou escritos, pode ser interpretada de diferentes modos de acordo com os gêneros de recepção, estaria assim sempre submetida a uma variação interpretativa, a uma mudança de significação de acordo com os *entornos dominantes*. Podemos observar ainda que uma mesma palavra ou expressão não é utilizada ou reutilizada por uma mesma pessoa numa mesma circunstância. Cada momento de enunciação é único, ou seja, as palavras não entram nos mesmos tipos de discursos. Sob esse ângulo, uma mesma palavra vai significar diferentemente, de acordo com o gênero, com as condições de enunciação. É o que se pode perceber no uso de *exatamente* nas seqüências abaixo retiradas dos textos que compõem o *corpus*, em que essa forma participa de movimentos distintos cuja função é ora argumentar, (texto 1), ora simplesmente marcar uma idiossincrasia, (texto 2), ora retomar um enunciado anterior, encadeando sobre o mesmo tema ou não, sobre o discurso do locutor ou de seu interlocutor (texto 3), dando, assim continuidade ao discurso. Vejamos:

### Texto 1 (depoimento político)

l. 55	sen. J.R.A	não tenho idéia das frases... eu não sei <i>exatamente</i>
l.56		o que foi dito /.../
l. 110		eu repito que o diálogo é <i>exatamente</i> o que ela
l. 111		contou /.../

### Texto 2 (entrevistas VALPB)

l. 173	E*	a segurança
l. 174	I*	hum... em relação ao termo Brasil... eu acho que:: num
l. 175		existe segurança pra: pra bandido não... às vezes... você até
l. 176		que ajudar a polícia <i>exatamente</i> assim numa numa:: numa
l. 177		discagem de de coisa mas você vê que <i>exatamente</i> :: num
l. 178		adianta... porque ele vai: três ou seis meses... ele tá na rua...
l. 179		então você:: se se apresentou <i>exatamente</i> ... você não vai
l. 180		ter segurança da própria polícia /.../

### Texto 3 (entrevistas TV)

l. 01	Jornalista	o prazo para a entrega da declaração do imposto de renda
l. 02		termina agora ?
l. 03	Dir	<i>exatamente</i> :: é o prazo termina agora
l. 17	Jornalista	quem entrega a declaração mais cedo tem possibilidade
l. 18		de receber mais cedo ?
l. 19	Dir.	<i>exatamente</i> ... a receita federal tem premiado /.../

Não se pode, assim, descrever como funciona o discurso sem levar em conta todos os aspectos discutidos por François.

Resumindo o pensamento desse autor, podemos dizer que falar e compreender uma língua não é apenas aprender seu léxico e as suas estruturas gramaticais, é aprender os diferentes tipos de enunciados ou gêneros, é entrar nos diferentes *jogos de linguagem*, é saber perguntar, responder, modificar, é ainda recontar, argumentar, comparar, confirmar, discordar, etc. São esses *movimentos discursivos* que são responsáveis pela construção do sentido no diálogo. O movimento é, assim, constitutivo do sentido.

Constatamos ainda que, para François (1994:42), a língua funciona também com base nas *afinidades*. Para esse autor, o termo *afinidade* serve *para designar elementos de sentido não localizáveis, mas que são correntes no texto*. Nos termos desse autor, as *afinidades* constituem, sem dúvida, as diferenças mais notáveis entre as *gramáticas dos gramáticos* e as *gramáticas dos sujeitos*. Estas, diferentemente daquelas, funcionam com base em associações, como *pacotes categorias* mais ou menos associados. São exemplos desse mecanismo, as *afinidades léxico-gramaticais*, como as que se observam entre verbos de estado e o imperfeito, ambos funcionando como pano de fundo das narrativas, ou entre a ordem imperfeito e perfeito, ou entre o pretérito perfeito de certos verbos e alguns advérbios, como se pode ver na seqüência: *eu estava em casa, subitamente eu vi acontecer alguma coisa de espantoso*. No *corpus* analisado, podemos identificar *afinidade*, por exemplo, entre o focalizador *exatamente* e vários dêiticos em função anafórica, assim como entre muitos intensificadores em *-mente* e adjetivos em estruturas predicativas, conforme veremos no capítulo de análise das *EN -mente*. Identifica ainda esse autor as *afinidades* que se dão entre os tipos de modalidades, as associações entre classe e função.

Voltar nossa atenção para o estudo das *EN -mente* como configurações de movimentos discursivos e de encadeamentos constitutivos do sentido no diálogo leva-nos, antes de mais nada, a considerar o diálogo como lugar de construção de sentidos, que se desenham através dos movimentos, das afinidades, dos encadeamentos. Implica levar em conta o modo como essas estruturas se realizam no diálogo, como constituintes de certos movimentos que vão dar progressão ao discurso, retomando, completando ou modificando o discurso do outro ou do próprio locutor. Significa não considerar seu sentido potencial, ou de acordo com François o significado, ou ainda de acordo com Bakhtin sua significação, mas a relação que essas estruturas estabelecem entre o discurso de *um* com o discurso do *outro*, os sentidos ou, para alguns, efeitos de sentido por elas produzidos.

Pensando como Salazar-Orvig (1999:08) acreditamos que



*se é possível falar de estrutura ou de sistema da língua e se é possível examinar, igualmente, os modos recorrentes de estruturação de textos é essencialmente enquanto resultado da prática de locutores, do modo como eles produzem e retomam discursos e não como estruturas abstratas que se atualizariam a cada discurso.*

Assim, é necessário observar que não há uma relação unívoca entre as estruturas da língua e suas ocorrências no discurso. É preciso levar em conta os efeitos de sentido novos aos quais dá lugar toda utilização da linguagem.

Além da diversidade de gênero, que caracteriza o uso da linguagem, mais especificamente o diálogo, urge considerar a variação de papéis e lugares discursivos assumidos pelo sujeito falante. De acordo com esse lingüista, o sujeito do discurso modifica continuamente seu estatuto, assim como o do seu interlocutor. Esses sujeitos ocupam papéis sociais diferentes, assumindo papéis discursivos também diferentes.

Para François (1996), assim como não se pode estabelecer, a priori, uma classificação para os mundos e os gêneros, não se pode também para o sujeito, apenas se poderia indicar três pólos de classificação: o da comunidade, em que os sujeitos interlocutores são *simplesmente humanos, substituíveis*; o nível dos papéis diferenciados, no qual cada sujeito tem consciência de *papéis contrastados de linguagem*, e, finalmente, um terceiro nível em que os papéis podem ser modificados. Para François (1996) não seria fácil definir em qual mundo se organiza o lugar dos interlocutores, eles têm *coeficientes de variação*, havendo sujeitos estáveis que tendem ocupar os mesmos lugares, independentemente das situações e sujeitos que vão ocupar lugares diferentes, dependendo do tema, do gênero ou do interlocutor.

Toda essa diversidade que envolve o uso da linguagem deixa de ser levada em conta numa análise lingüística que tem por objeto as unidades da língua em si mesmas e suas combinações na construção da proposição e que se volta para a relação significante/significado, para o aspecto puramente formal dos enunciados, privilegiando o comum, o genérico em detrimento das diferenças, do particular. Por outro lado, analisar a linguagem em seu uso efetivo, em especial, o diálogo como

acontecimento, como resultado de movimentos dos sujeitos que agem e interagem através da linguagem, permite considerar toda essa diversidade que subjaz à suposta unidade da língua. Como diz François (1993:240), *pode-se sempre fabricar classificações, mas a diversidade dos modos de dizer, de encadear ou não dizer não se deixa colocar em fórmulas.*

Considerando que o *corpus* a ser analisado, mais especificamente o depoimento político, caracteriza-se como um gênero de discurso essencialmente argumentativo, assim como que a modalização constitui uma das estratégias discursivas da argumentação, tomamos esse assunto como tema do capítulo seguinte.

### 3. ARGUMENTAÇÃO E MODALIZAÇÃO

#### 3.1 Algumas palavras sobre argumentação e modalização

Os primeiros estudos sobre argumentação filiam-se à Retórica Clássica, disciplina que tem a sua origem na Grécia antiga, como prática metódica de uso da eloquência. É mais exatamente na Sicília com Corax que a retórica começou a ser usada como arte de persuasão, e mais tarde seus discípulos Tísios e Górgias se tornaram os mais famosos oradores da época.

Coube aos sofistas o desenvolvimento da arte retórica. Através de sua capacidade de utilizar os recursos oferecidos pela linguagem, eles colocaram o discurso a serviço dos que precisavam. Considerando a retórica como uma arte de manipular, como um meio ou uma prática de falsear a verdade, Platão a ela se opõe. Para esse filósofo, o discurso estava subordinado à verdade, cuja noção se regia pelos princípios básicos de correspondência ao real.

Com Aristóteles, a retórica assume uma dimensão dialética. Nessa perspectiva, a relação entre orador e auditório, ou seja, entre locutor e interlocutor torna-se essencial. Mais recentemente, muitos estudiosos têm fundamentado suas teorias sobre retórica e argumentação no pensamento desse filósofo. Perelman e Olbrechts-Tyteca (2002), resgatando a retórica aristotélica, enfatizam a importância do raciocínio dialético, sobrepondo-o ao raciocínio de *demonstração analítica*, outro modo básico de raciocínio, segundo Aristóteles. Com os trabalhos de Perelman e Olbrechts-Tyteca, tem-se uma nova concepção de *Retórica* como:

*arte de persuadir, visto como um ato que procura atingir a vontade, o sentimento do (s) interlocutor (es), por meio de argumentos plausíveis ou verossímeis e tem caráter ideológico, subjetivo, temporal, dirigindo-se, pois a um 'auditório particular' (...)* (Koch,1987:20).

Nessa nova retórica não mais se privilegia a univocidade da linguagem nem da tese, mas, o pluralismo e o não-coercivo. Nos termos de Meyer (*apud* Perelman e Olbrechts-Tyteca (2002:XXI), Perelman opta por uma argumentação

*que raciocina sem coagir, mas que também não obriga a renunciar à Razão em proveito do irracional ou do indizível.* Nessa perspectiva, o campo da argumentação passa a ser o do verossímil, do plausível, do provável.

Para esses autores, a argumentação só se desenvolve em função de um auditório, por isso em seu estudo o que interessa são as técnicas discursivas capazes de provocar as adesões dos espíritos às teses apresentadas. Diferentemente da retórica antiga, que tinha como objeto a *arte de falar em público*, limitando o estudo da argumentação ao discurso oral, na nova retórica de Perelman o auditório é definido como o *conjunto daqueles que o orador quer influenciar com sua argumentação*. O orador busca compreender, de modo mais ou menos consciente, o pensamento daqueles que constituem seu auditório e que ele procura persuadir. Esse conhecimento representa a condição prévia para qualquer argumentação. A postura do orador é sempre orientada consoante as opiniões de seus ouvintes. São essas opiniões que ajustam seu discurso. Assim, na argumentação, é importante saber o parecer daqueles a quem esta se dirige. De acordo com Gracián (*apud* Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2002:27), na argumentação ocorre *o mesmo que com um festin, em que as carnes não são preparadas para o paladar dos cozinheiros, mas para o dos convivas*. Ao auditório compete determinar a qualidade da argumentação assim como o comportamento dos oradores. Ainda segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca, o uso da argumentação constitui um meio para não se recorrer à violência ou unicamente à força, uma vez que se deseja a adesão dos ouvintes, graças a um procedimento de persuasão racional. Observa ainda esse pensador que a argumentação está menos para as modalidades lógicas e mais para os meios através dos quais se obtém a adesão do auditório graças às variações na expressão do pensamento.

Inscrevendo o estudo da argumentação no campo das ciências da comunicação, Breton (1999) rejeita o tratamento que lhe é dispensado por filósofos, por literatos e até mesmo por alguns lingüistas que a têm focado sob o ponto de vista da língua, sem considerar as situações reais de comunicação provocadas pela divergência de opiniões. Tomando-a como parte da retórica antiga, os filósofos consideravam a argumentação como um procedimento capaz de

conduzir à verdade ou de provar a falsidade. Já os literatos, observa Breton, reduziram a argumentação ao estudo das figuras de estilo.

Tomada como uma atividade comunicativa, a argumentação deixa de ser vista como privilégio de uns e passa a ser considerada como uma necessidade. O ato de argumentar é, segundo Breton, inerente à linguagem, ou seja, o homem argumenta desde o momento que faz uso da palavra, com seu ponto de vista sobre o mundo em que ele vive. Assim, saber argumentar faz parte da *cultura básica* do indivíduo, uma vez que na sua vida cotidiana ele se defronta sempre com diversas situações de argumentação. Partindo do princípio de que argumentar é, em primeiro lugar, comunicar, esse autor postula que dessa atividade participam os parceiros envolvidos numa situação de comunicação, a mensagem e a própria dinâmica da situação. Para ele, argumentar é também raciocinar, uma vez que consiste em propor uma opinião em busca de adesão.

De acordo com Breton (1999:28), o esquema canônico, que privilegia a difusão de informação, não dá conta da argumentação, ou seja *o transporte de uma informação ao longo de um canal não tem a mesma natureza que a formação de uma opinião e seu transporte em direção a um auditório.*

Assim, no esquema argumentativo, diferentemente do esquema informativo, distinguem-se os seguintes níveis: a) a opinião do orador (que pertence ao domínio do orador); b) o orador (aquele que argumenta); c) o argumento defendido pelo orador (opinião colocada num raciocínio argumentativo); d) o auditório que se quer convencer (uma pessoa, um público ou o próprio orador) e e) o contexto de recepção. Os argumentos são elaborados levando-se em conta o tipo de auditório. Este tem sempre ponto de vista prévio sobre a idéia que é transformada em argumento, como diz Breton (1999:33) *nenhuma opinião proposta intervém num terreno virgem.* Assim essa opinião vai sempre ser colocada frente a um conjunto de crenças, de valores, de representações peculiares a cada auditório.

A argumentação pode ter ainda por objetivo modificar o próprio contexto de recepção. Numa situação de comunicação em que se tenha por propósito mudar a opinião do auditório, o argumento não constitui um elemento informativo que

possa ser acrescentado às suas idéias. Assim, quando se argumenta, não se tem por objetivo partilhar uma informação, mas isso não impede que um enunciado informativo possa funcionar como um argumento. Um enunciado informativo como *está nevando* pode se tornar argumentativo numa determinada situação de comunicação, como por exemplo, quando se pretende convencer alguém a permanecer em casa. Tomando-se aqui o uso das *EN –mente*, podemos observar que uma construção com o quantificador como em *está extremamente frio* pode ter por função simplesmente informar o tempo, ou, ter por propósito convencer o interlocutor, por exemplo, a não se sair de casa. A distinção entre informação e argumentação estaria assim no contrato de comunicação. Por esse modo de ver, a informação caracteriza-se por tender a ser mais objetiva, embora não consiga ser completamente.

Tomando por objeto de investigação a argumentação cotidiana, Santos (1996) observa que, na abordagem filosófica, privilegiou-se o estudo do raciocínio formal em detrimento do raciocínio informal. Só recentemente teria surgido o interesse por este tipo de raciocínio e pela compreensão e avaliação da natureza e funcionamento do raciocínio argumentativo. Interesse que coincide, segundo a autora, com uma concepção de argumentação que vem se desenvolvendo no campo da psicologia e da educação, *como parte substancial do pensar cotidiano* (Billig, *apud* Santos, 1996:11) e como recurso racional utilizado na construção do conhecimento.

A definição de argumentação como parte substancial do pensamento cotidiano de qualquer indivíduo orientou esses estudos para uma investigação sobre os modos como o raciocínio é construído no dia-a-dia, uma vez que a necessidade de argumentar está presente no cotidiano dos indivíduos, seja como defesa de opiniões ligadas a experiências imediatas ou relacionadas a temas mais abrangentes de importância no contexto social em que eles vivem. A argumentação cotidiana pode assim ser considerada como uma atividade cujo objetivo é solucionar diferenças de opiniões, através do uso de argumentos. Procurando distinguir a argumentação cotidiana da lógica formal, Santos (1996:13) postula que:

*a argumentação em situações do dia-a-dia requer do argumentador que este produza, no próprio curso de sua argumentação, as premissas dos argumentos que apresenta, premissas estas que nem sempre são elementos imutáveis e explícitos dos argumentos (...) além disso, as premissas do argumento cotidiano são sempre dependentes de conteúdos e de situações de produção específica (...). A conclusão a que se pode chegar a partir das premissas de um argumento informal jamais pode ser considerada como certeza, uma vez que inexistem regras de inferência cuja aplicação permita estabelecer sua validade (como ocorre no caso do argumento formal).*

De acordo com Santos, a literatura sobre argumentação tem tratado de maneira polêmica a questão do argumento. Na tentativa de sintetizar a sua opinião sobre o assunto, podemos dizer que o argumento tem sido focado sob três perspectivas. A primeira é uma abordagem retórica, em que se tem procurado enfatizar o propósito persuasivo do argumento e, conseqüentemente, o problema ético e moral da manipulação, valorizando-se o aspecto verbal; a segunda, uma abordagem tradicional como a apresentada por O'Keefe (*apud* Santos, 1996), em que o argumento é considerado como *produto*, ou seja, como linguisticamente expresso e como *processo*, ou seja, como algo em que dois ou mais indivíduos se envolvem, divergindo sobre um dado ponto de vista, valorizando-se, assim, o aspecto interativo; e a terceira pode ser caracterizada como cognitiva, como a defendida por Hample (*apud* Santos, 1996:13), para quem o argumento é *um fenômeno que ocorre na mente daquele que argumenta*. Assim, embora considere o discurso um veículo necessário à argumentação, Hample não vê a mensagem como elemento central no estudo da argumentação.

Opondo-se ao pensamento de Hample, Sproule (*apud* Santos, 1996:13) postula que os argumentos:

*são unidades de linguagem visíveis e audíveis que são geralmente dirigidas a um público com propósito persuasivo, enquanto que o raciocínio é um dos caminhos inobserváveis pelos quais um indivíduo chega às suas conclusões.*

Retomando o ponto de vista de Rowland (1987), para quem ser processo e ser produto constituem dois aspectos de uma mesma moeda, Santos (1996:13) defende que a argumentação, *enquanto um modo de resolução de divergências*, precisa de um discurso produzido para justificar ou refutar um dado ponto de vista. Por outro lado, exige também do indivíduo que argumenta *um exame de suas posições à luz das posições defendidas por outros* o que implica o engajamento desse indivíduo num *processo social*.

Assim, conceber o argumento como processo significa privilegiar o contexto interacional e conseqüentemente considerar a argumentação como uma atividade social, como um processo de negociação que tem no diálogo seu lugar privilegiado. Significa considerar a argumentação como um fenômeno de natureza dialógica marcada pela responsividade, uma vez que leva em conta o *outro* a quem invariavelmente se dirige o locutor. O *outro* pode ser um interlocutor específico presente à situação de comunicação, um auditório, ou mesmo estar no plano intrapsíquico, dentro de si mesmo, uma vez que o sujeito é sempre heterogêneo, constituído pelas diferentes *vozes da mente*. É nessa perspectiva, argumento enquanto produto e enquanto processo, que a argumentação será aqui enfocada, já que as *EN –mente* participam dentre outros planos, do plano argumentativo, funcionando como expressão de movimentos argumentativos constitutivos do discurso.

Opondo-se também ao modelo da lógica formal, Toulmin (1990) apresenta um modelo de análise em que busca reproduzir a estrutura dos argumentos que os indivíduos formulam no cotidiano. Seus estudos, além de representar um marco da retomada dos estudos sobre argumentação, representam também, de acordo com alguns estudiosos, um avanço para a elaboração de uma concepção interacional de argumentação, uma vez que o argumento não é mais visto como uma estrutura abstrata de proposições, conforme a lógica formal, mas como uma troca verbal entre indivíduos envolvidos numa discussão, assumindo cada um deles o papel de opositor.

Para Toulmin (1990:14), o argumento é um *movimento que leva de dados para uma justificativa*. Na sua concepção há dois tipos de argumentos, os



substanciais e os analíticos, os primeiros envolvem uma inferência que leva à conclusão do argumento, já no segundo, a conclusão limita-se ao material contido nas premissas. Segundo esse autor, os que usam os argumentos analíticos buscam fundamentar suas reivindicações em princípios universais imutáveis, já os que fazem uso de argumentos substanciais buscam fundamentar suas reivindicações no contexto situacional. Seu modelo de argumento envolve seis componentes inter-relacionados: os dados (*data*), a conclusão (*claim*), a justificativa (*warrant*), o apoio (*backing*), o qualificador modal (*modal qualifier*) e a refutação (*rebutall*). Esse modelo chama a atenção pela introdução de um elemento modal como componente da estrutura do argumento. De acordo com esse autor, os qualificadores modais expressam o grau de certeza do indivíduo que argumenta em relação à sua conclusão. Muitos desses qualificadores são representados pelas *EN-mente* (provavelmente, certamente, etc.).

Não obstante o sucesso, o modelo de Toulmin apresenta, segundo alguns autores, certas limitações. Para Eemeren e Cols (*apud* Santos, 1996:14), ele mostra-se ineficaz para o estudo da argumentação dialógica, uma vez que considera apenas um dos indivíduos envolvidos na argumentação, o que justifica/refuta uma afirmação, deixando à margem o indivíduo que desafia o argumento proposto, ou seja, esse modelo, de acordo com esses autores, privilegia o proponente em detrimento do oponente. Já Willard (*apud* Santos, 1996:14) postula que um modelo que se propõe descrever argumentos do mundo real deveria levar em conta não só o proponente, mas também o oponente e o discurso produzido. Santos chama a atenção para dois aspectos problemáticos desse modelo: o fato de limitar a habilidade de o analista considerar as diferentes perspectivas envolvidas na argumentação, e em segundo lugar, e talvez o fato mais importante, de acordo com essa autora, de não permitir que se descreva a forma contínua e dinâmica como a argumentação se desenvolve ao longo do tempo. Em seus termos:

*a transformação gradual de significados no curso da argumentação, a maneira como os participantes os negociam, incorporando à sua argumentação aspectos pragmáticos e semânticos dos*

*argumentos aos quais respondem, parecem de fato ficar fora do alcance descritivo do instrumento.*

Santos (1996) postula ainda que os estudos de Billig (1987) e os de Eemeren e Grootendorst (1992) representam um avanço na superação dos limites dos modelos de Toulmin, uma vez que nessas novas abordagens, a argumentação é definida como uma prática social que tem como lugar privilegiado o diálogo. Pelo exposto, podemos observar que, assim como o sentido, a argumentação também vai se caracterizar pela sua natureza dialógica e responsiva, o que implica que seu estudo só pode ser desenvolvido por uma teoria que leve em conta a situação real de enunciação em que se ancoram o sentido e a argumentação

Essa nova perspectiva de estudo da argumentação não se subordina à noção de verdade proposicional, mas a uma pragmática de valores, não havendo, assim, uma preocupação com a adesão à verdade da proposição, uma vez que essa questão está agora relacionada à aceitação do enunciado pelo auditório, ou pelo interlocutor. Como diz Platin (*apud* De Souza, 2001:165) *o grau de adesão do auditório a uma tese é a norma da verdade dessa tese e de sua racionalidade. A verdade não está assim relacionada à adequação ao real, mas a um consenso social. Nesse sentido, a adesão de um auditório a uma tese exige que esta esteja em conformidade com as crenças desse auditório, em outras palavras, é preciso que haja um entendimento compartilhado, um lugar comum, um *topos*<sup>5</sup> que autorize a validação do argumento.*

Os estudos sobre argumentação tomaram novo impulso com os trabalhos desenvolvidos por Anscombe e Ducrot (1976). A partir deles, a argumentação passa a ser vista não mais como resultado das leis do pensamento lógico, fundamentada assim na concepção de língua como representação da realidade, mas como de natureza eminentemente lingüística, ou seja, como intrínseca à língua. Livre das amarras que a limitavam a uma função de representar o real, a língua passa a ser concebida como instrumento de comunicação, adquirindo, como tal,

---

<sup>5</sup> Termo utilizado na retórica aristotélica

estrutura própria, da qual participam os elementos de que se utilizam os locutores na construção da argumentação.

Partindo do princípio de que uma descrição semântica não pode se reduzir a uma semântica informativa, esses autores postulam que é preciso considerar simultaneamente o semântico e o pragmático, levando-se em conta, assim, o enunciado numa situação eventual de uso, observando a que tipo de conclusão esse enunciado conduz, servindo como argumento. Nessa perspectiva, a argumentação constitui uma orientação interna para determinado tipo de conclusão, estando assim inscrita na própria língua. Essa compreensão levou esses estudiosos a considerarem a argumentação como o nível fundamental da língua, e, ao contrário de muitos lingüistas, a colocarem o nível informativo como derivado do nível argumentativo. O que se pode observar, conforme vimos, é que a distinção entre esses dois níveis está relacionada à situação, um elemento do nível informativo, como por exemplo um quantificador ou mesmo um advérbio prototípico que, a princípio, integra o plano informativo de um enunciado pode assumir uma função argumentativa.

De acordo com François (1980:83), o estudo da argumentação, depois dos sofistas e da retórica aristotélica, remete a situações de discursos precisas e tem como função convencer o outro, mudar a atitude do outro. Desenvolvia-se sempre como exercício de discursos em tribunais, em discursos em assembléias, em discursos publicitários. Para este autor, essa função psicológica da argumentação não é uma necessidade inalienável, podendo haver discursos de *reafirmação*, que não buscam convencer, principalmente num quadro não fortemente institucionalizado, como por exemplo na conversa entre adultos ou entre crianças. Assim, para este lingüista, parece impossível definir a argumentação como intenção do locutor, como algo homogêneo, cuja manifestação se limite apenas a algumas categorias. No seu entender, a significação da argumentação é dada não somente por algumas categorias utilizadas, mas também pelos encadeamentos dialógicos de categorias heterogêneas, caracterizando-se, assim, por não constituir um procedimento linear e homogêneo.

Se para Ducrot a argumentação é inerente à linguagem, ou seja, a linguagem é antes de tudo argumentação, para François o que está em primeiro lugar é o caráter dialógico da linguagem. Assim, é preciso pensar a linguagem, em primeiro lugar, como diálogo. Sob esse ângulo, a eficácia da argumentação propriamente dita vai se fundamentar na eficácia do diálogo, termo entendido não no sentido de troca, mas no sentido de que aquilo que se diz não está relacionado somente ao objeto percebido, desejado ou ausente, mas também ao dizer do outro.

Para este autor, temas tradicionais de discussão como *a poluição, a ecologia* são tratados por *códigos genéricos fixados*, enquanto falar sobre temas mais do cotidiano faz aparecer a eficácia do diálogo. Esses discursos não constituem simples repetições de enunciados genéricos, eles introduzem conflitos que fazem com que os sujeitos digam coisas diferentes do que diriam sozinhos, *face ao código e ao real* (François, 1980:85). É esta relação conflituosa que vai estruturar o que convencionalmente se chama *troca*. Essas trocas representam muito mais que as estruturas léxico-sintáticas sempre colocadas no centro da eficácia do discurso. Para François (1980:91), analisar discussão, argumentação, consiste, sobretudo, em constatar que em seu desenvolvimento

*a discussão conduz à criação de um espaço heterogêneo em que se justapõem ou se opõem enunciados genéricos e particulares positivos e negativos dependendo da experiência real ou da ficção.*

Para François (1980), a análise de algumas estruturas de base de diálogos entre crianças e adulto e entre crianças revela que, neste tipo de interação, se manifestam a eficácia e o prazer próprio do discurso heterogêneo, do discurso que mistura gêneros, o que, segundo o autor, é o que constitui a essência do *sujeito*.

De acordo com o exposto nesse capítulo, podemos postular que a argumentação, assim como o sentido e a linguagem, caracteriza-se, antes de tudo, pela sua natureza dialógica, devendo ser compreendida como uma prática social que tem como lugar privilegiado o diálogo. Isso significa que em seu estudo é preciso levar em conta os movimentos do sujeito falante em sua atividade de linguagem.

Considerar tais aspectos implica observar os diferentes modos como esse sujeito posiciona-se em relação ao interlocutor, ao mundo e a seu próprio discurso. Através desses movimentos, o sujeito assume posição no espaço discursivo, ao mesmo tempo que busca determinar o lugar do outro.

Os movimentos discursivos foram também estudados por Morel (1988:41-45). Em seus trabalhos, cujo objetivo é contribuir para uma gramática do oral, a partir da análise de diálogos entre adultos e entre crianças, a autora, partindo do princípio de que há três níveis de análise lingüística: o argumentativo, o comunicacional e o da organização interna do discurso oral, apresenta uma proposta de classificação dos movimentos argumentativos. Considerando que essa classificação desenvolve-se dentro da perspectiva interacionista e define claramente alguns movimentos discursivos, optamos por utilizá-la na nossa análise.

Para Morel (1988:44), um movimento argumentativo se realiza *cada vez que uma série de proposições traduz uma tomada de posição particular de um locutor com relação a outro dito anteriormente por interlocutores diferentes sobre o tema em questão, no momento da conversação*. A autora propõe uma classificação dos movimentos argumentativos em duas classes: a primeira é constituída por movimentos que se dirigem para o enunciado do interlocutor, são por ela denominados de: ***movimento de confirmação***, que consiste na manifestação de acordo do interlocutor; ***movimento de refutação***, que traduz uma oposição ou refutação ao enunciado do locutor e o ***movimento de concessão***, que expressa uma manifestação de acordo do interlocutor seguida de uma contra-argumentação ou refutação. A segunda classe constitui-se de movimentos argumentativos no interior do enunciado do próprio locutor. São eles: ***movimento de prolepse***, que se caracteriza por constituir uma refutação antecipada das objeções do interlocutor; ***movimento de autocorreção***, que consiste numa tentativa de correção de um já dito; ***movimento de definição***, que visa contribuir para o esclarecimento do domínio referencial do locutor; ***movimento de comunicação***, que incorpora o interlocutor na argumentação desenvolvida; ***movimento de generalização***, que se caracteriza por uma modificação nas pessoas do verbo; ***movimento de justificação***

e finalmente o *movimento de distanciamento*, que visa manter distância do locutor em relação aos interlocutores.

Há ainda a se considerar, para a análise do *corpus*, outros movimentos mais voltados para a interação e que não foram contemplados na proposta de Morel, como por exemplo os movimentos que introduzem perguntas, respostas e referências (anafórica ou catafórica) e de que fazem parte muitas *EN-mente*.

Considerando que muitos movimentos argumentativos se verbalizam através de muitas *EN-mente* de função modalizadoras, tomamos, rapidamente, o conceito de modalização, segundo alguns autores.

De acordo com Koch (1987) e Coracine (1991), um dos recursos utilizados na argumentação é a modalização. Considerando o conceito de *intencionalidade*, ou seja, *de sujeito dotado de intencionalidade* essas autoras definem modalização numa perspectiva pragmática. Para Koch (1987:87),

*ao produzir um discurso, o locutor manifesta suas intenções e sua atitude perante os enunciados que produz através de sucessivos atos ilocucionários de modalização, que se atualizam por meios dos diversos modos de lexicalização que a língua oferece.*

Retomando o ponto de Strawson (1963), de Kerbrat-Orecchioni (1977) e de Parret (1983), que enfocam a modalização nessa perspectiva, Coracini (1991:121) considera que:

*as modalidades constituem verdadeiras estratégias retórico-argumentativas na medida em que pressupõem uma intencionalidade discursiva, não podendo ser isoladas do ato de fala em que estão inseridas.*

Nesse sentido, a modalidade é definida como expressão da subjetividade de um enunciador que, ao formular seu enunciado, assume com maior ou menor força o que enuncia. Estudando a modalização no discurso científico, Coracini observa que, nesse tipo de discurso, a modalização pode surgir em decorrência de uma antecipação, por parte do locutor, de possíveis refutações de seus interlocutores,

o que nos termos de Morel (1988) constitui um movimento argumentativo de prolepse. De acordo com François (1980), em muitas situações, podemos dizer que o que se desenha em um texto são as atitudes do locutor, sua distância ou sua adesão à sua própria fala.

Tomamos aqui a modalização como a relação que se estabelece entre o sujeito da enunciação, seu enunciado e seu interlocutor, ou seja, como expressão de atitudes do falante face a seu enunciado, e, principalmente, face ao *outro*, ou seja, como resultante também da relação que se estabelece entre os interlocutores numa situação concreta de enunciação. De acordo com Salazar-Orvig (1999:51), é preciso considerar a modalização “*não como uma categoria homogênea, mas como uma entidade linguageira complexa, um tipo de movimento discursivo que se atualiza através de categorias lingüísticas diversas*”. Seu estudo envolve a análise do emprego de várias categorias, entre as quais os advérbios, em especial as *EN - mente*. A modalização por advérbio é, segundo Neves (1996), *sui generis*, no sentido de que nem sempre incide sobre a proposição, podendo ter como escopo um constituinte.

Conforme veremos no capítulo dedicado à análise do *corpus*, as *EN - mente* fazem parte da configuração modal dos enunciados, dos componentes discursivos, funcionando como expressão de modalizadores epistêmicos e deônticos – modalização lingüística *stricto sensu* – verbalizando, respectivamente, a avaliação do sujeito em relação às condições de verdade da proposição, e a crença do sujeito de que o conteúdo da proposição precisa ocorrer. Os modalizadores afetivos, por sua vez, vão verbalizar as *reações emotivas do falante em face do conteúdo proposicional, deixando de lado quaisquer considerações de caráter epistêmico ou deôntico* (Castilho e Castilho, 1993:223).

Nessa perspectiva, o grau de engajamento do locutor com seu enunciado vai depender do tipo de modalidade por ele escolhida. Ao fazer uso das modalidades epistêmica e deôntica, o locutor pode tornar seu discurso autoritário. Procurando demonstrar saber em torno do que enuncia, o locutor busca obrigar o interlocutor a aderir a seu discurso, fazendo-o aceitá-lo como verdadeiro. Nesse caso, tem-se um grau de engajamento máximo. O recurso a esse tipo de modalidade permite o falante

marcar a distância que ele se coloca em relação ao enunciado que produz, determinando, assim, a partir daí, o grau de tensão que se estabelece entre os interlocutores. Por outro lado, ao fazer uso de modalizadores que não se situam nos eixos da crença e da obrigatoriedade, o locutor reduz a força ilocutória de seu discurso, havendo, em consequência, um menor engajamento dele com seu enunciado.



## 4. SITUANDO O OBJETO DE PESQUISA: uma revisão da literatura

### 4.1 Descrição das *EN-mente* no contexto da tradição greco-latina

O propósito de situar o nosso objeto de pesquisa nos fez remontar à tradição clássica onde já se afiguravam como preocupação filosófica a questão da significação e da organização do discurso. Começamos com uma breve revisão das categorias gramaticais no contexto da tradição greco-latina, mais precisamente sobre a categoria advérbio, onde se têm incluído todas as *EN-mente* no português.

Platão, em o *Crátilo*, (aproximadamente 388 a C.), sua obra mais diretamente ligada aos problemas da linguagem, identificou como partes do discurso (termo tomado aqui como proposição) o *ónoma* (nome) e o *rhêma* (verbo). Os nomes eram as palavras que podiam funcionar como sujeito numa oração e os verbos as que serviam para denotar a ação ou a qualidade expressa pelo predicado. Assim, a classe dos verbos era constituída de verbos e de adjetivos, o que, a nosso ver, justifica se ter tomado, mais tarde, o advérbio como modificador também do adjetivo. Para este filósofo, os nomes serviam para distinguir e designar as essências. Essa compreensão levou Platão a defender a tese da isomorfia entre estrutura gramatical e estrutura ontológica, ou seja, da correspondência entre linguagem e ser.

Ampliando o quadro das partes do discurso, Aristóteles (*apud* Gomes:1988) acrescentou uma terceira categoria, a das conjunções. Partindo, agora, da noção de representação, procurou também evidenciar uma correspondência entre a estrutura do universo e a estrutura da linguagem. Para este filósofo, o universo era constituído de substâncias, que, sujeitas a acidentes, traduziam modos de predicação e de ser. Esses acidentes, por sua vez, podiam ocorrer envolvidos por determinadas circunstâncias. A partir dessa visão, Aristóteles, segundo Gomes (1988), definiu as categorias gramaticais do discurso em: *termos categoremáticos* e *termos sincategoremáticos*. Nos primeiros se incluem os *substantivos*, representantes, na linguagem, das substâncias do universo; os *adjetivo* e os *verbos*, correspondentes, na estrutura da linguagem, aos

acidentes que envolvem as substâncias; e os *advérbios*, elementos responsáveis pela delimitação espaço-temporal em que ocorrem os acidentes. Nos segundos, ou seja, nos *sincategoremáticos*, enquadram-se as preposições e conjunções. Essa hierarquia funcional implícita na classificação aristotélica se faz sentir nas propostas de classificação de palavras defendidas por Jespersen e Hjelmslev (Biderman, 1978:175), assim como na de Camara Jr. (1976), conforme veremos mais adiante.

Ao traçar o percurso desenvolvido por filósofos e gramáticos sobre as partes do discurso, Neves (1987) postula que foram os estóicos que estabeleceram a classe dos *advérbios*, dando a estes o nome de mesótes, que quer dizer *intermédio*. Segundo Elia (1980:222), essa designação pode ter tido como propósito apontar para o fato de que o *advérbio* ocupava uma posição intermediária entre os nomes, estrutura formal com autonomia semântica, e as partículas, sendo como estas invariáveis. Essa discussão em torno da identidade dessa categoria, ou seja, de sua classificação como lexema ou como gramema, reflete-se ainda hoje em algumas modernas propostas de classificação de palavras. Mais tarde, os estóicos teriam sugerido para esta categoria o nome de *pandékes*, que significa *que abrange tudo*. A partir daí, o *advérbio* teria passado a ser visto sob a denominação de *epírrema*, termo grego que quer dizer *acrescentado ao verbo*, e, mais tarde na gramática latina, a *adverbium*.

Ampliando o sistema dos estóicos, Dionísio, o Trácio (*apud* Neves, 1987), propôs um outro em que as palavras eram distribuídas em oito classes, sendo o *advérbio* considerado como um termo sempre associado ao verbo. Este autor distinguia os *advérbios* simples dos compostos, estabelecendo vinte e seis subclasses de *advérbios*. Seguindo a linha de raciocínio de Dionísio, Díscolo (*apud* Neves, 1980), tratando das partes do discurso, considera o *advérbio* uma palavra indeclinável que predica de maneira geral e particular os modos dos verbos, sem os quais não pode completar o pensamento, relação semelhante à que ocorre entre o *adjetivo* e o *substantivo*. Considerando o sentido etimológico da palavra *epírrema*, Díscolo defende que o *advérbio* predica sempre um verbo, incluindo aí as formas do particípio.

Segundo Elia (1980), no século XIV, os gramáticos greco–latinos assumiram uma nova perspectiva epistemológica e os fenômenos da linguagem passaram a ser enfocados sob o ponto de vista teórico. Considerando a linguagem como um *sistema de significação*, os modistas voltaram sua atenção para os modos de significar. Em sua teoria, eles postulavam que havia uma íntima relação entre a estrutura da realidade, as operações do espírito e a respectiva expressão lingüística. Assim, havia, para eles, um modo triplo de significar: um modo da coisa ser, *modi essendi*, um modo de estar na mente, *modi intellegendi*, e um modo de se manifestar na linguagem, *modi significandi*. Tomás de Erfurt (Elia, 1980:226) um dos mais importantes gramáticos dessa época, assim define o *advérbio*, em sua *Grammatica Speculativa* (entre 1300 e 1310):

*advérbio é a parte da oração que significa segundo o modo de adjacência a outra que significa o seu próprio ser por meio do modo de fluxo e a determina de maneira absoluta.*

De acordo com este gramático, o *advérbio*, como parte do discurso, prende-se a outra, modificando-a, essa outra parte é o verbo, o qual significa *per modum esse*.

Com isso se estabelece entre o *advérbio* e o *verbo* uma relação semelhante à que ocorre entre o *adjetivo* e o *substantivo*. Os modistas explicavam que o modo de significar pelo modo comum traz consigo dois modos que são: o daquilo que se mantém por si mesmo e o daquilo que jaz ao lado. O primeiro é tomado a partir da propriedade da essência e constitui o nome *substantivo*. O segundo modo de significação pelo modo adjacente é tomado a partir da propriedade da coisa, este modo constitui o *adjetivo*. Elia observa que esta relação entre *advérbio* e *adjetivo* era doutrina dos gramáticos greco–latinos, tendo os modistas mais tarde ampliado o espaço funcional do *advérbio*. Não obstante essa relação, de acordo com os ensinamentos de Erfurt, observa Elia, o *advérbio* de algum modo essencial, especial ou accidental pode determinar outros elementos como se evidencia no exemplo *homo tantummodo legit* (somente o homem lê), citado por aquele gramático.

No período renascentista, destacam-se de acordo com Elia (1980), três grandes gramáticos que buscaram estabelecer bases filosóficas para o estudo da linguagem, Júlio César Escalígero, (*De causis linguae latinae*, 1540), Petrus Ramus (*Grammatica*, 1559) e Francisco Sanches Brocense, (*Minerva*, 1587). A partir dessa base se buscava explicar os fatos da linguagem pela razão. Embora tenha defendido que o termo *adverbium* significava *ad verbum*, ou seja, junto ao verbo, Sanches amplia a função do advérbio, considerando-o como modificador de outras partes da oração, inclusive do substantivo, como se pode ver nos exemplos por ele citado: *bene doctus* (muito douto), *semper lenitas* (sempre suavidade). Considerando incoerente tal posição, Elia, (1980:231) retoma as palavras de Nesfield, que sensatamente, assim como diz Elia, afirma: *se por causa de certas frases podemos dizer que os advérbios qualificam também nomes, então que distinção haveria entre adjetivos e advérbios ?*

Segundo Elia (1980), Sanches negou-se tratar da semântica dos *advérbios*, considerando tal assunto como sendo da competência dos filósofos e não dos gramáticos, mas distingue dessa categoria as interjeições, alegando tratar-se de sons inarticulados.

Neste período, é, porém, a *Grammaire Générale de Port-Royal* que vai refletir o racionalismo na concepção de linguagem. Retomando a teoria medieval dos signos, os gramáticos de Port-Royal consideram a língua como um *sistema de signos*, em cuja base se encontra uma razão. De acordo com Elia (1980:234), para os autores dessa gramática, as palavras da língua pertencem a dois grupos distintos: *as que significam objetos do pensamento*, no qual se incluem os *advérbios*, e *as que significam as formas do pensamento*. As primeiras designam idéias e as segundas, relações entre as idéias.

Considerando que os *advérbios* surgem do desejo dos homens de abreviar o seu discurso, Arnauld e Lancelot (*apud* Elia 1980:234) assim se manifestam em relação ao assunto:

*o desejo que os homens têm de abreviar o discurso é que deu lugar aos advérbios porque a maior parte dessas partículas procuram*

*concentrar apenas em uma palavra o que só se poderia expressar através de uma preposição e um nome: como **sabiamente** em lugar de **com sabedoria**; **hoje** em lugar de; **neste dia**. Mas porque essas partículas se referem ordinariamente ao verbo para modificá-lo e determinar a ação, como **lutou nobremente** é o que faz que tenham sido chamadas de advérbios.*

Assim para esses gramáticos é o fato de essas *partículas* se referirem ordinariamente ao verbo para modificá-lo e determinar sua ação que faz com que elas sejam denominadas de *advérbio*.

Voltando nossa atenção mais especificamente para os chamados *advérbios em –mente*, retomaremos sucintamente alguns aspectos da descrição dos *advérbios* na gramática latina. Neste sistema, Prisciano (*apud* Ribeiro,1914:70), gramático latino do século XVI, assim o definiu: *est pars orationis indeclinabilis, cujus significatio verbis adjitur*. Definição que limita a função adverbial a modificador do verbo.

Segundo Camara Jr.(1976:117), havia no latim três tipos básicos de *advérbios*, dois de natureza pronominal, cuja função era situar o fato no espaço e no tempo, de acordo com a posição espacial e temporal do falante e um de natureza nominal. Estes indicavam o modo de ser do evento e eram por isso em sentido genérico chamado de *advérbios modais*. Este grupo, ao qual já se integravam os chamados *advérbios em –mente*, constituía-se de algumas palavras específicas herdadas do latim, como *sempre, nunca, cedo, tarde, longe, mal, bem*. Essa negação das estruturas nominais de função adverbial (*sempre, nunca, cedo, tarde*) para a indicação de tempo, conforme se pode observar na descrição apresentada por Camara Jr.(1976:121) reflete, a nosso ver, o ponto de vista de Vandryes (1968), para quem, conforme veremos mais adiante, todas as estruturas nominais de função adverbial expressam a noção de modo.

Observa Camara Jr (1976:123) que os *advérbios* no português apresentam uma grande mobilidade semântica e funcional. Em seus termos *ela* (a mobilidade) *é inerente a essas palavras*. Postula, entretanto, este lingüista que essa mobilidade, que também é freqüente nos *advérbios modais*, não ocorre nos

*advérbios em –mente*, para cuja significação é decisiva a significação do adjetivo. Certamente, o eminente lingüista não observou essas formas no uso efetivo da linguagem. Pelo menos é o que podemos deduzir a partir da análise das estruturas *altamente* e *exatamente* que ocorrem nas seqüências discursivas abaixo. Vejamos:

E*	e como são elas ?
I*	são muito legal ! tem uma que é professora:: ... trabalha de manhã:: ... e a outra é essa que eu falei... que ela:: tava terminando psicologia... sabe ? menina <b>altamente</b> /.../educação sabe?tudo lá... eu gosto muito da minha turma

(VALPB: ASF – vol. II, p.91-112)

E*	Qual foi a traquinagem que você fez e que mais lhe marcou ?
I*	Eu acho que foi de lascar a cabeça de um menino /.../ eu tava brincando <b>Exatamente</b> de bola... aí a bola caiu na lama... ele foi pegar e num Quis Entregar

(VALPB: EFS – vol. II, p.113-130)

Podemos perceber que há um deslocamento de sentido dos adjetivos *alto* e *exato*, assumindo as estruturas deles derivadas um sentido discursivo, independentemente das noções expressas por esses adjetivos, ou seja, noção de altura e de exatidão.

De acordo com Camara Jr (1976:121), os *advérbios em –mente* têm origem em uma locução modal no caso ablativo, constituída do substantivo *mens* mais um adjetivo, a exemplo de *bella mente*. Essa construção, segundo esse autor, começou a ser usada ainda no latim literário clássico. Para Brunot (*apud* Maurer,1959:162), o valor modal dessa locução só começou a ser percebido no século VI. Observa este autor que foi durante o período bárbaro que o substantivo *mente* foi perdendo seu sentido original, passando a constituir com o adjetivo um

advérbio, como se pode observar nos seguintes exemplos: *Puis converserent ensemble longement. Que d'enfant n'ourent peiset lour en fortemment. Deu en apellent amdui pafement*. Postula Maurer que no latim vulgar, dado o seu caráter analítico, não se teria usado essa construção sintética, dando-se mais freqüentemente o emprego do ablativo regido de uma preposição, a exemplo de: *de boa mente, de maa mente*. Pelo seu caráter popular se teria feito uso, assim, de locuções adverbiais (*cum fide, cum amore, cum gaudio*). Observa ainda este autor que o latim vulgar, particularmente na Idade Média, já conhecia outro processo para expressar o complemento circunstancial, o emprego adverbial da forma neutra do adjetivo. Mas, neste período, segundo Maurer (1959:163-4), têm-se também exemplos do uso das locuções formadas com o ablativo *mente* nos autores cristãos, mas aí essas locuções ainda indicavam *sentimento* ou *intenção*, como se pode ver nos exemplos citados por este autor: ... *obtulerunt mente promptissima atque devota primitias Domino* (Êxodo, 35,21) e em Santo Agostinho *Quis eadem sana mente putaverit se perdere pudicitiam (...)* ? (De civitate Dei, l. 18,1)

Segundo Camara Jr. (1976), o uso dessa locução formada pelo substantivo *mens*, no ablativo, combinado com o adjetivo, que se queria usar com valor de *advérbio*, a exemplo de *bona mente*, buscava suprir a perda dos *advérbios de modo*, na passagem do latim clássico para o latim vulgar. O início do uso dessa construção ter-se-ia dado ainda no latim literário clássico.

Sob a influência da Grammaire Générale et Raisonnée de Port-Royal surge a *Grammatica Philosophica da Língua Portuguesa* do Pe. Jerônimo Soares Barbosa. Para este gramático, *advérbio não é coisa mais do que uma redução, ou expressão abreviada da preposição com seu complemento em uma só palavra indeclinável*. Essa compreensão levou o gramático a pensar o *advérbio* como não constituindo uma espécie diferente entre as partes do discurso. Para Barbosa, (*apud Elia, 1980:237*) *todos os advérbios de qualidade, formados dos adjetivos e terminados em – mente, não eram na baixa latinidade senão uns ablativos regidos da preposição cum, como justamente, claramente*. Ponto de vista do qual discorda Elia, segundo o qual, na baixa latinidade ou se usaria a expressão *cum iustitia, ou*

*iustitia mente* e não *cum institia mente*, se não hoje teríamos, em vez de *justamente cum justamente*.

Outro equívoco cometido por Barbosa teria sido o fato de ter considerado o *advérbio* como modificador de qualquer palavra suscetível de modificação. Daí teria resultado, segundo Elia, a interpretação errônea do termo *verbum* como palavra em geral. Argumenta esse autor (1980:239) que a palavra *adverbium* é *translineação do grego epírrema e, portanto, significa modificador do verbo e não enquanto qualquer palavra suscetível de determinação*.

Não obstante toda a complexidade que envolve a descrição dessa categoria, podemos postular que o conceito de *advérbio* legado pela tradição greco-latina nos orienta para uma compreensão de *advérbio* como uma categoria funcional que modifica, essencialmente, o sentido expresso pelo verbo.

#### **4.2 A descrição das *EN –mente* no contexto da tradição gramatical**

No contexto da tradição gramatical, parte-se do axioma de que todas as *EN –mente* se enquadram na chamada classe dos advérbios, tendo por função modificar o sentido expresso pelo verbo, quantificar a qualidade expressa pelo adjetivo ou ainda intensificar a circunstância expressa pelo advérbio. Essa ampliação da função do *advérbio* reflete, como bem observou Elia, a posição assumida pelo gramático Soares Barbosa em sua *Gramática Filosófica da Língua Portuguesa*. Há, entretanto, no âmbito da tradição gramatical, quem o tenha definido de modo diferente, limitando a sua função a modificador do verbo ou ainda do adjetivo. Tomemos aqui alguns desses conceitos:

Para Rocha Lima (1987:153) os *advérbios são palavras modificadoras do verbo. Servem para expressar as várias circunstâncias que cercam a significação verbal*.

Cunha (1976:449) assim o define: *advérbios são palavras que se juntam a verbos para exprimir circunstâncias em que se desenvolveu o processo verbal, a adjetivos para intensificar uma qualidade*.



Em Cunha e Cintra (1985:529), tem-se a seguinte definição: 1) *O advérbio é fundamentalmente um modificador do verbo (...)*. 2) *A essa função básica, geral certos advérbios acrescentam outras que lhes são privativas.*

A posição desses gramáticos, limitando a função adverbial a modificador do verbo, parece refletir o pensamento do gramático latino Prisciano (*apud* Ribeiro, 1914:70). Para este gramático, assim como para outros mais modernos, afirma Ribeiro, o *advérbio* tem por função modificar apenas o verbo, posição assumida, no âmbito da lingüística moderna por Pottier (1968), conforme veremos mais adiante.

Em relação às *EN –mente*, houve, no âmbito dessa tradição, quem se manifestasse contrário à inclusão de algumas dessas estruturas na chamada *classe dos advérbios*. Observando o comportamento de *felizmente* e *infelizmente* no uso da linguagem, Said Ali (1971:37) preferiu considerá-las, juntamente com outras palavras, num grupo à parte, denominando-as de *expressão de situação*. Assim, para esse estudioso

*outro encaixe que nada tem a ver com o verbo da oração é o termo **felizmente** bem como o negativo **infelizmente**. Se digo **felizmente** ou (**infelizmente**) choveu, não é à chuva que tocou o contentamento ou desprazer... Chamemos-lhes expressões de situação. Elas atendem ora ao ambiente criado pela presença do ouvinte, ora à situação determinada pelos acontecimentos, ora à disposição do espírito em virtude de considerações anteriores quer da pessoa que fala, quer do ouvinte.*

Mais recentemente, outros estudiosos têm ratificado a posição de Said Ali. Bechara (2000:292) distingue algumas *EN –mente* às quais não se pode aplicar as características canônicas do advérbio. De acordo com esse gramático, algumas dessas estruturas:

*saem do nível da palavra para funcionar no nível da cláusula e daí da oração ou do texto, em exemplos como: **Certamente ! Naturalmente !** Ambos em nível da oração ou do texto ou em: **Certamente** ela não virá*

*hoje. Todos saíram ilesos, **felizmente**. Naturalmente ele negará o que disse ontem. Todos no nível da cláusula comentário.*

Observamos também aqui a descrição apresentada por Vilela (1995:196). Tomando como referência aspectos sintáticos e semânticos, este autor distingue três tipos de advérbios, entre os quais se incluem as *EN –mente*. Os do núcleo actancial, ou seja, que dependem do verbo e dos argumentos do verbo; os que dependem da frase no seu todo e os que estão ancorado na enunciação, os chamados advérbio de enunciação. Segundo Vilela, as estruturas ligadas ao nó actancial têm pouca mobilidade dentro da frase. São esses, em sua concepção, os advérbios propriamente ditos, ponto de vista com o qual concordamos. Comportam-se diferentemente destes os advérbios que se ancoram na enunciação. Estes apresentam uma grande mobilidade, dependendo apenas do foco sobre o qual incidem, a exemplo do que ocorre em: ***Francamente**, nunca mais aprendes. Naturalmente, ele comporta-se bem*. Observa Vilela que estas duas estruturas podem cumprir mais de uma dependência semântica, conforme se pode observar em: a) *Ela falava sempre **francamente**, com transparência. **Francamente**, nunca ninguém ensinou a não mentir ?* b) *Naturalmente, ele comporta-se bem. Ele comportou-se muito **naturalmente**.*

Vilela parece concordar com o pensamento de outros estudiosos, a exemplo de Pottier (1968:217) que, em seu artigo: *Problemas relativos a los adverbios en –ment*, defende a tese de que o advérbio é uma espécie de adjetivo do verbo. Criticando o conceito de advérbio apresentado pelas gramáticas, diz Pottier: *o conceito de advérbio é um dos piores da gramática. Praticamente toda palavra invariável que qualifica o processo recebe o nome de advérbio*. Para ele, o advérbio está para o verbo assim como o adjetivo está para o substantivo. Tese que, como vimos, remonta à tradição clássica, mais precisamente a Dionísio, o Trácio, e a Apolônio Díscolo, que consideravam o advérbio como um elemento sempre associado ao verbo.

Assim, Pottier distingue os advérbios propriamente ditos de um mero quantificador, (quantificador I) por ele denominado de *falsos advérbios*. Diferença

que, a nosso ver, na língua portuguesa, pode ser observada numa construção do tipo: *Ele estava **profundamente** (quantificador) triste, quando mergulhou **profundamente** (advérbio) nas águas do oceano.* (Ribeiro, 1993: 83).

Para Pottier, os advérbios qualificativos *em –mente* incidem sempre sobre um representante verbal, expresso ora por um verbo, ora por uma incidência verbal, entendendo-se como tal a presença de adjetivos deverbais. Como exemplo desta última situação, teríamos ocorrências do tipo: *Vi crianças **psicologicamente** arrasadas. Encontrei homens **fisicamente** abatidos.* (Ribeiro, 1993:87).

Toda essa complexidade que envolve a descrição dos advérbios no âmbito dos estudos da linguagem vai se refletir em algumas modernas propostas de classificação de palavras em diversas línguas. É o que se pode confirmar, tomando-se como exemplo as propostas defendidas por Jespersen e Hjelmslev (*apud* Biderman, 1978:175), ambas de base sintática. Partindo do enunciado: *terribly cold weater*, Jespersen considera que no interior da oração são necessários apenas três graus para a classificação de palavras, sendo o *advérbio* visto como categoria de terceiro grau, modificadora tanto do *verbo* como do *adjetivo*, modificadores do *substantivo* (aqui observamos que essa modificação se dá em níveis sintáticos distintos, o da oração e o do sintagma nominal), sendo, portanto, uma categoria adnominal, nos termos de Biderman. Considerando a hierarquia dos elementos na construção, Hjelmslev também vê o *advérbio* como termo de função terciária, como modificador do *verbo* e do *adjetivo*.

Sob o ponto de vista sintático–semântico, Pottier (*apud* Biderman, 1978:176), em sua proposta de classificação, distingue as palavras com *lexema* as palavras sem *lexema*<sup>6</sup>, incluindo os *advérbios* no segundo grupo, ou seja, no dos *gramemas*. Classificação que, a rigor, deixa à margem as estruturas nominais em *–mente*, já que elas são de base nominal, embora tenha Pottier se voltado para os advérbios em *-mente* no artigo anteriormente citado.

Postura diferente é a assumida por Vendryes (1968). Partindo de um critério morfossemântico ele distingue os *vocábulos–semantema* dos *vocábulos–*

---

<sup>6</sup> A nosso ver a distinção estabelecida por Pottier é entre *lexema* e *gramema*, a exemplo da distinção estabelecida por Vendryes entre *vocábulo–semantema* e *vocábulo–morfema*.

*morfema*, incluindo no primeiro grupo *nomes* e *verbos*, subdividindo os *nomes*, numa perspectiva funcional, em *substantivo*, *adjetivo* e *advérbio de modo*. Conforme se pode perceber, Vendryes contempla essas estruturas, eliminando, entretanto, na sua classificação, os *advérbios* de natureza pronominal. Proposta que, a nosso ver, orientou, parcialmente, a classificação de Camara Jr. que, partindo também desse critério compósito, divide as palavras da língua portuguesa em quatro classes: *nomes*, *pronomes*, *verbos* e *vocábulos conectivos*, subdividindo, numa perspectiva funcional, *nomes* e *pronomes* em *substantivos*, *adjetivos* e *advérbios*, contemplando, assim não só os *advérbios* de natureza nominal, mas também os de natureza pronominal. Assim de acordo com Camara Jr. (1970), o advérbio constitui uma categoria funcional que pode se fazer representar ora por uma estrutura nominal, ora por uma estrutura pronominal, pertencendo, como lexema, ao sistema aberto e como gramema, ao sistema fechado da língua.

Discordando das descrições apresentadas por esta tradição gramatical, para a chamada *classe dos advérbios*, Elia (1980) propõe uma descrição, a nosso ver, mais coerente com o desempenho dessas estruturas no uso efetivo da linguagem. Para este estudioso, os advérbios propriamente ditos, ou seja, os que têm por função modificar um verbo ou um adjetivo, subdividem-se em: a) modificativos, incluindo nestes os qualificativos e os quantificadores e b) os circunstanciadores (tempo, lugar, frequência, etc.). Desta categoria, ele distingue os modalizadores (avaliativos, asseverativos, dubitativos e negativos) e ainda os denotativos (de inclusão e exclusão).

### **4.3 As *EN –mente* no modelo da Gramática Sintagmática e da Gramática dos Casos**

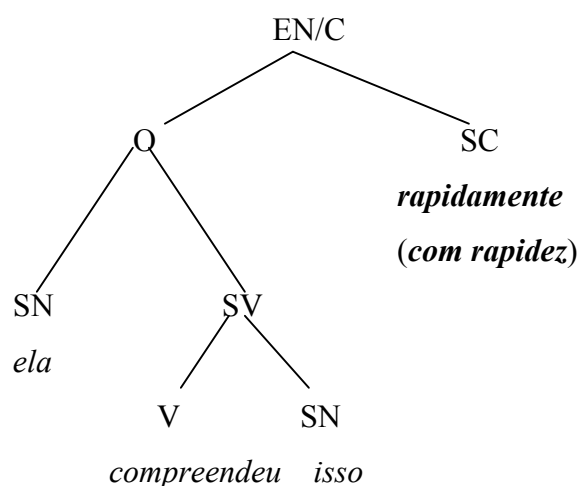
No modelo de descrição da Gramática Sintagmática, podemos distinguir as *EN –mente* de função adverbial, ou seja, os advérbios prototípicos e os quantificadores e intensificadores de outras *EN –mente* que não operam no nível da proposição. As primeiras podem fazer parte da configuração de vários constituintes da oração, de um SN, de um SV, de um SAdj., ou de um SPrep, ou ainda de um

enunciado complexo (En /C). As *EN –mente* que não integram a estrutura sintática da frase, ou seja, que operam no nível do enunciado ou da enunciação, não se encaixam nesse modelo de descrição, dependendo a sua descrição de uma teoria que dê conta da organização do discurso.

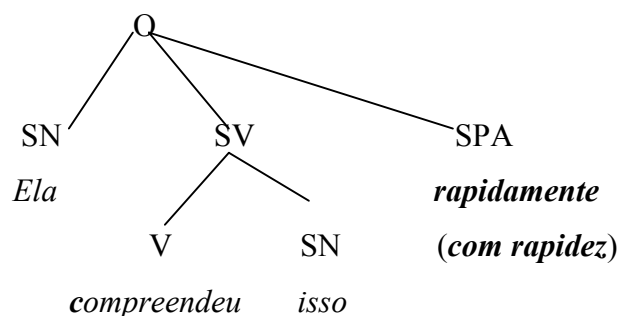
De acordo com Gomes (1988) e Silva e Koch (1987), podemos postular que as *EN –mente* com comportamento prototípico de um advérbio, correspondem sempre (ou pelo menos quase sempre) a um sintagma preposicionado, (SPrep ou SP), diferentemente das que funcionam, a rigor, como quantificador, modalizador, focalizador, etc. Enquanto advérbio, correspondendo a um SPrep, as *EN –mente* podem ser desdobradas em preposição mais sintagma nominal (SPrep = prep. + SN). Como tal, vão funcionar, segundo Gomes, como constituinte de um enunciado complexo, ou como constituinte da oração, segundo Silva e Koch. Tomamos, a seguir, uma seqüência discursiva retirada do *corpus*, (depoimento político) em que a *EN –mente* funcionam como um advérbio propriamente dito, fazendo, assim parte da estrutura sintática da frase e ao mesmo tempo, correspondendo a um SPrep, como tal como expansão da oração Vejamos:

Exemplo 1: (...) *ela compreendeu isso rapidamente*

**Modelo de Gomes (1988):**



### Modelo de Silva e Koch (1987)



No modelo proposto por Silva e Koch, o SP pode ocorrer como constituinte independente, podendo veicular, nestes casos, informações sobre as circunstâncias em que se desenvolvem os fatos contidos na proposição (tempo, lugar, modo, etc., como sintagma preposicionado adjunto) ou indicar atitudes do falante, como um constituinte à parte, modificador circunstancial da oração como um todo, ou então como modificador atitudinal da frase, neste último caso ligado diretamente à enunciação. Tomando como exemplo as seqüências: 16 ii) *Lentamente*, a noite descia sobre a terra e 17i) *Felizmente*, não houve vítimas no desastre, estas autoras mostram ambos como SPA, considerando *lentamente* como parte do conteúdo proposicional, enquanto *felizmente*, como modalizador atitudinal. A nosso ver a diferença vai mais longe: diferentemente de *lentamente*, o modalizador *felizmente* não corresponde a um SP, como ocorre com a forma *lentamente*, não podendo esta forma ocupar o lugar desse constituinte na descrição sintática da frase.

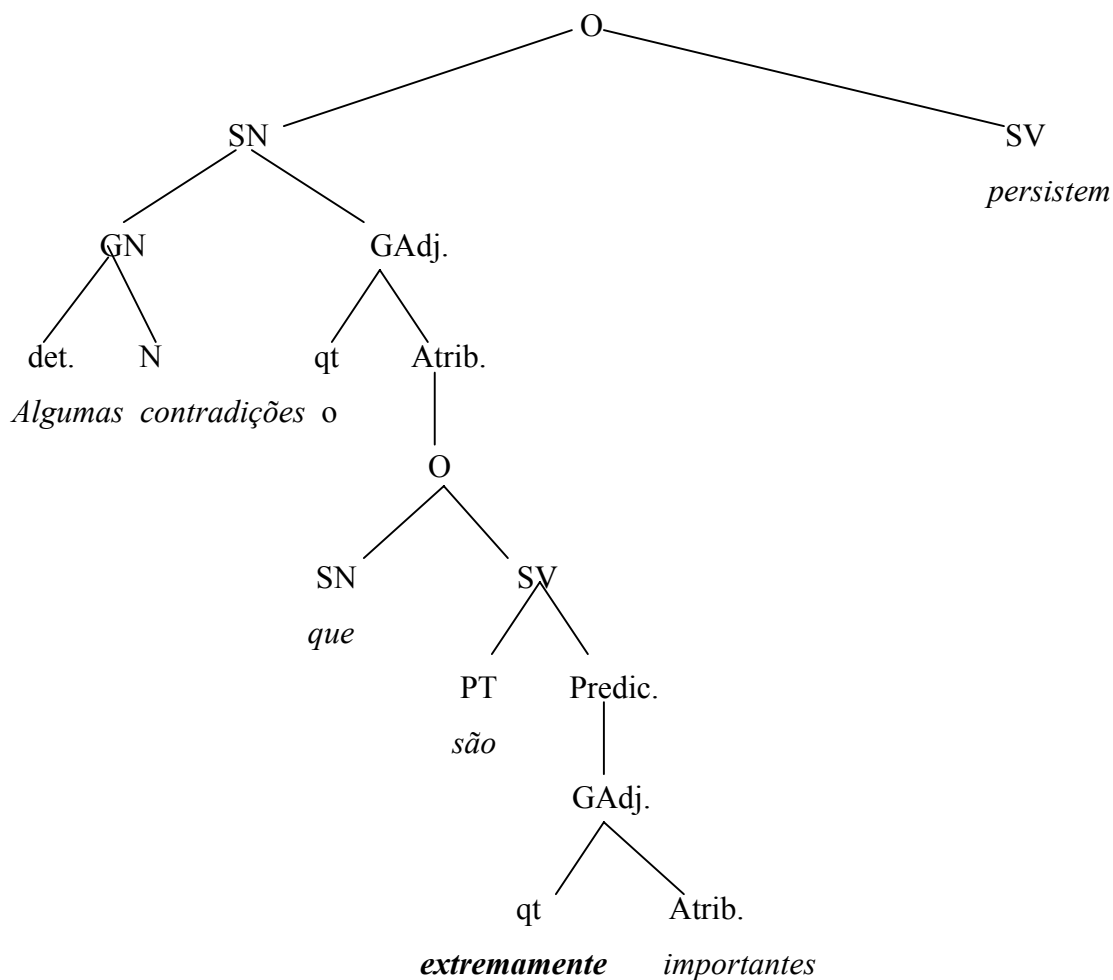
Por outro lado, podemos observar que, enquanto quantificador (ou intensivo), as *EN -mente* funcionam, normalmente, ou pelo menos mais freqüentemente, neste modelo de descrição, como constituinte de um tipo de SV, cuja estrutura é: SV = PT<sup>7</sup> (porta-tempo) + Predic, tradicionalmente classificado como predicado nominal. Neste caso, o Predic se faz representar por um grupo

<sup>7</sup> Nomenclatura utilizada no modelo de descrição apresentado por Gomes para designar o verbo de ligação, denominado neste modelo de porta-tempo.

adjetival (GAdj.), cuja estrutura é: + qt (quantificador) + Atrib. É o que ocorre nessa seqüência discursiva retirada do corpus (debate político). Vejamos:

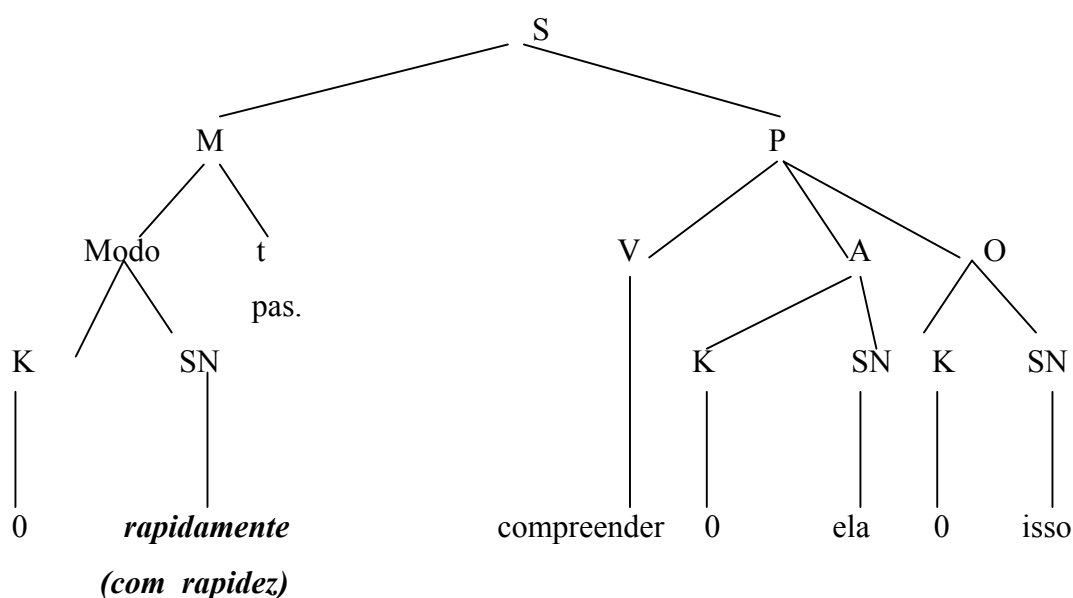
Exemplo 2: *(a meu juízo), persistem algumas considerações que são extremamente importantes.*

Conforme se pode perceber, a estrutura derivada, oração relativa, apresenta em sua configuração uma *EN –mente* como constituinte do SV, na função de intensivo, cuja descrição no indicador sintagmático é:



Tomando-se como modelo de descrição o proposto pela Gramática dos Casos (Fillmore:1968), podemos observar que diferentemente do modelo da Gramática Sintagmática, as *EN –mente* de função adverbial vão se situar sempre fora da proposição ou oração, servindo-lhes como expansão, fazendo, dessa forma, parte da modalidade, desempenhando, como tal, uma função adjuntiva, o que pode ser observado na descrição abaixo:

Exemplo 1: (...) ela compreendeu isso *rapidamente*



Uma análise desses modelos de descrição nos permite postular que se eles permitem descrever algumas das *EN –mente* que se comportam prototipicamente como advérbio ou mesmo como quantificador/intensivo, eles não dão conta de muitas dessas estruturas que, no uso efetivo da linguagem, deixam de fazer parte da organização sintática da proposição, passando a funcionar, apenas no nível do discurso, como constituinte de movimentos discursivos que vão contribuir para a construção do sentido em interações orais dialogadas, a exemplo das que ocorrem nas seqüências discursivas abaixo, cuja análise será mais adiante desenvolvida:



l. 44	Sen. J.R.A	ele (Dr. Domingos) desceu /.../ pegou o envelope /.../
l. 45		era <i>realmente</i> um envelope pardo /.../ não tinha
l. 46		nenhuma identificação /.../ nem o envelope nem o papel
l. 47		/.../ então <i>exatamente</i> eu devo ter conversado mais
l. 48		quatro ou cinco minuto.. para encerrar aquela conversa
l. 49		/.../ aí há um detalhe que <i>sinceramente</i> não me recordo
l. 50		bem
l. 321	Sen. J. R. A	fala com ela em meu nome /.../ fui lá /.../ falei tudo
l. 322		isso /.../ até aí... não dei a dimensão /.../ <i>realmente</i> /.../
l. 323		não /.../ e sobre a questão da consulta /.../ outra vez
l. 324		<i>sinceramente</i> /.../ eu acho que quem responde melhor
l. 325		isso não sou eu /.../ é o Senador ACM

#### 4.4 As *EN-mente* no contexto da Gramática do Português Falado

Nos últimos anos, uma nova perspectiva de análise da chamada *classe dos advérbios* se esboça nas gramáticas que se voltam para o uso da língua portuguesa, a exemplo das Gramáticas do Português Falado vol.I (org. Castilho,1990) e vol. II (org. Ilari, 1993) e da Gramática de Usos (Neves, 2000). Retomando estudos desenvolvidos por Quirk *et alii* (1922), Jackendof (1972), Bellert (1977) e Castelheiros (1986), este último na perspectiva da língua portuguesa, Ilari *et alii* e Castilho e Castilho descrevem os advérbios, quase todos representados pelas *EN-mente*, distribuindo-os em três grupos: o dos modalizadores, o dos focalizadores e o dos aspectualizadores.

No primeiro volume dessa gramática, Ilari *et alii* (1990:76) apresentam um estudo sobre a posição dos advérbios, partindo de uma análise crítica do conceito e da descrição dessas estruturas no contexto da tradição gramatical.

Tomando como exemplo o uso das estruturas *justamente* e *particularmente*, nas duas seqüências abaixo:

- a) – *seus filhos são filhos de tabela ?*  
– não, *justamente* porque a tabela não deu certo /.../
- b) – *a minha meta teria sido a diplomacia, mas eu acho que direito direito **particularmente** foi inculcido*

Ilari *et alii* afirmam:

*É difícil, em todos esses casos, recusar a análise dessas palavras como advérbios diante da evidência representada pelo sufixo –mente; mas é óbvio que temos, mais uma vez, advérbios que não correspondem em nada à caracterização sintática e nocional dos gramáticos.*

A nosso ver, uma classificação que se fundamenta no critério exclusivamente formal seria insuficiente para incluir essas estruturas na categoria advérbio, uma vez que sob o ponto de vista sintático e semântico *justamente* e *particularmente* não se revestem dessa função.

Por outro lado, mostrando que, no uso da linguagem, muitas formas consideradas pela tradição gramatical como advérbio não se comportam como tal, Ilari *et alii* (1990:79) propõem agrupá-las em classes distintas. Dizem eles:

*Pensamos, por exemplo, que a discussão que precedeu justifica que se tratem como classes bem configuradas os dêiticos, os intensificadores e os advérbios indicando verificação; a nosso ver, essas classes devem ser distinguidas das classes dos advérbios tradicionalmente reconhecidas, e é um problema para a organização geral da gramática se elas deveriam ser estudadas no capítulo do advérbio ou em outros (...)*

Para Ilari *et alii* (1990:78), *os critérios utilizados na tradição gramatical para delimitar a classe dos advérbios não identificam, nem mesmo aproximativamente, as expressões que a mesma tradição tem apontado como*

*advérbio*. Segundo esses autores, esses critérios não seriam aproveitáveis para uma análise rigorosa.

Após as observações, eles apresentam uma classificação dos advérbios (quase todos representados pelas *EN –mente*), fundamentando-se para tanto nos aspectos sintático e semântico. Sob o ponto de vista sintático, essas estruturas são divididas em advérbios de constituintes e advérbios de sentença. Sob o ponto de vista semântico, Ilari *et alii* os distribuem em dois grupos: os predicativos (representados principalmente pelas *EN –mente*) e os não-predicativos. Pertencem ao primeiro grupo, os modalizadores, os qualificativos (a nosso ver, onde se incluem os advérbios propriamente ditos), os intensificadores e os aspectualizadores. Entre os não-predicativos estão os de verificação (negação, afirmação e os focalizadores) e os circunstanciadores.

No volume II dessa gramática, Castilho e Castilho (1993) retomam os estudos desenvolvidos por Ilari *et alii*, descrevendo os chamados advérbios modalizadores sob o ponto de vista sintático em advérbios de constituintes e advérbios de sentença. De acordo com Castilho (2002:113), só os primeiros funcionam como adjuntos. Observando que a gramática tradicional mais recente não postula uma função para os chamados advérbios de sentença, propõe este autor que esses advérbios sejam considerados como hiperpredicadores.

É importante observar que, ao tratar dos modalizadores afetivos intersubjetivos, a exemplo de *sinceramente*, este autor atenta para a impossibilidade de classificar esse modalizador sob o ponto de vista sintático, justificando que, como advérbio de sentença, esse modalizador deveria ter como escopo a sentença, mas isso não ocorre, uma vez que seu escopo está na enunciação, na relação *eu-tu*. Por outro lado, como advérbio de constituinte, ele assume o papel de advérbio qualificativo, descaracterizando-se assim da função modalizadora. A observação de Castilho (2002) vem fundamentar a distinção que fazemos entre advérbios prototípicos, ou seja, os que assumem uma função sintática, no nível da proposição, os advérbios propriamente ditos e os modalizadores, que, desprovidos de uma função sintática, assumem uma função, apenas, no nível do discurso.

Assim, a nosso ver, a diferença entre essas estruturas vai muito mais longe. Os chamados advérbios de sentença, conforme veremos em nossa proposta de análise das *EN -mente*, na realidade, não correspondem às características sintático–semânticas previstas para os advérbios propriamente ditos, não se enquadrando nesta categoria gramatical.

Retomando estudos de Dascal (1982), Castilho e Castilho descrevem essas estruturas sob o ponto de vista semântico, observando que os advérbios significam em três níveis distintos: no proposicional, no modal e no pragmático. As significações geradas no primeiro nível contribuem para a função informativa; as que se dão no nível modal são verbalizadas pelos modalizadores e decorrem das avaliações do falante e as que se dão no nível pragmático são geradas no espaço discursivo, por ele descrito como o espaço que *compreende as molduras dentro das quais os falantes se encaixam, as relações de simetria e assimetria entre falante e interlocutor e suas conseqüências na codificação/decodificação da mensagem etc* (Castilho e Castilho, 1993:229).

Tratando mais especificamente do grupo dos modalizadores, considerando-os como elementos que têm como característica expressar uma avaliação do falante sobre o valor de verdade do conteúdo proposicional, esses autores subdividem-nos em: epistêmicos, deônticos e afetivos, subdividindo ainda os epistêmicos em três subgrupos: os asseverativos (*realmente, naturalmente, certamente*); os quase–asseverativos (*possivelmente, provavelmente*) e os delimitadores (*praticamente, basicamente, pessoalmente*); e os afetivos são subdivididos em dois subgrupos: o subjetivos (*felizmente, infelizmente*) e os intersubjetivos (*francamente, sinceramente*).

Discordando da inclusão dos delimitadores no grupo dos modalizadores epistêmicos, observamos que, diferentemente destes, os delimitadores não afirmam nem negam o conteúdo proposicional. Através desses elementos, o falante define os limites dentro dos quais, esse conteúdo deve ser interpretado. De acordo com Castilho e Castilho (1993:246), *os delimitadores estabelecem as condições para o entendimento de uma sentença ou de um de seus constituintes, restringindo o âmbito da informação veiculada*. Partindo dessa compreensão, podemos postular

que os delimitadores orientam a interpretação do enunciado na medida em que guiam os interlocutores para o entendimento da proposição, passando instruções aos interlocutores sobre o modo como eles devem *acionar os mecanismos de significação lingüística*. Vistos como formas que agem sobre os interlocutores, os delimitadores receberam outras denominações: de *advérbios metadiscursivos* (Bartsch); de *advérbios pragmáticos* (Bellert); *hedges* (Lakoff) (apud Castilho e Castilho, 1993) e ainda foram tratados por Thielemann (2002), sob a denominação de *advérbios de escopo*, conforme veremos na seção 4.6.

Em sua Gramática de Usos do Português, Neves (2000) descreve os advérbios sob o ponto de vista de sua função, distribuindo-os em duas classes: a dos *modificadores* e a dos *não-modificadores*, subdividindo, sob o ponto de vista semântico, os da primeira classe em *advérbios de modo*, *advérbios de intensidade* e *advérbios modalizadores*, sendo estes últimos subdivididos em *epistêmicos asseverativos*, *delimitadores*, *deônticos*, *afetivos* e *atitudinais*. Os *não-modificadores* são, por sua vez, subdivididos em dois grupos: a) os que operam sobre o valor de verdade da oração (os de afirmação e de negação) e b) os que não operam sobre o valor de verdade da oração (os circunstanciais, os de inclusão, os de exclusão e os de verificação). Descrevendo, detalhadamente, os modalizadores asseverativos, essa autora mostra que elementos lhes podem servir de escopo e as suas condições de uso. Assim como os estudos desenvolvidos por Ilari *et alii* e Castilho e Castilho, a descrição de Neves é orientada, a nosso ver, ainda por uma perspectiva em que não se leva em conta o papel dessas estruturas na dinâmica da interação.

Ainda numa perspectiva sintático-semântica, Ilari (1993) identifica uma classe de advérbios, entre os quais se encontram muitas estruturas *em -mente*, que se singularizam por exercerem uma função de *focalização*, usados para enfatizar o sentido expresso por adjetivos, numerais ou qualquer outra expressão à qual se queira dar ênfase. Segundo esse autor, um advérbio assume uma função focalizadora quando

*aplicada a um segmento da oração (...) explica que esse segmento fornece informações mais exatas que a média do texto, em decorrência de uma operação prévia de verificação (...) que por sua vez implica um roteiro próprio, por exemplo, a comparação implícita com algum modelo ou parâmetro recuperável no co(n)texto. (Ilari et alii, 1993:196)*

Sob esse ângulo de estudo, a focalização distingue-se da intensificação ou quantificação. Aquela, diferentemente desta, é representada como objeto de verificação especial. De acordo com Ilari *et alii*, há seis tipos de focalizadores que se distinguem pelos tipos de *operações de verificação* implicadas: verificação de número, de proporção, de coincidência, de identidade, de factualidade e de topologias.

Apesar da semelhança com a intensificação (quantificação), essas funções se distinguem, segundo esse autor, em alguns aspectos. Primeiramente, porque na intensificação não ocorre uma relação de comparação, mas uma propriedade em relação a si mesma, conforme se pode observar em: *eu sou absolutamente fiel, eu concordo plenamente*. Em segundo lugar, porque nem sempre os *focalizadores* e os *intensificadores* têm o mesmo regime de distribuição. Assim, se se pode dizer *indiferentemente estou sendo absolutamente fiel* ou *estou sendo muito fiel*, considerando-se, é claro, a diferença da força argumentativa da primeira, há exemplos em que essa substituição é inaceitável, conforme se pode perceber nos exemplos dados por Ilari *et alii* (1993:201): *\*absolutamente impossível, \*absolutamente grande, \*absolutamente alto*.

O que se observa de mais importante no uso dessas formas é que há um efeito de sentido diferente quando se usa uma ou outra. Assim, o uso dos focalizadores impregna o enunciado de uma força ilocutória que não se teria com o uso de um intensivo. Dizer por exemplo que se é *muito sincero*, não é, a nosso ver, a mesma coisa que dizer que se é *absolutamente sincero*. Vale aqui salientar a entonação com que normalmente são proferidos enunciados desse último tipo. Retomando aqui o ponto de vista de François, poderíamos postular que há uma certa *afinidade* entre certas *EN –mente (absolutamente e exatamente)* e a função focalizadora, conforme podemos perceber nos seguintes exemplo extraídos do

corpus: a) era **absolutamente** impróprio; b) ia sendo **absolutamente** desmentida; c) pra que ouça das bocas das pessoas (...) **exatamente** a sua impressão; d) falaria **exatamente** a verdade.

Os estudos desenvolvidos pelo grupo de lingüistas do projeto da Gramática do Português Falado comprovam uma alta frequência de *EN-mente* no uso efetivo da linguagem desempenhando, semanticamente, como predicativos, os papéis de modalizadores, intensificadores e qualificativos (modificadores); e, como não-predicativos, o papel de focalizador.

Apresentamos, a seguir, quadros que sintetizam a classificação dos *advérbios*, proposta por Ilari *et alii*, e a proposta por Neves; a classificação dos modalizadores apresentada por Castilho e Castilho e ainda a classificação dos focalizadores postulada por Ilari.

**QUADRO–RESUMO 1: Proposta de classificação dos “advérbios”****Ilari *et alii* (1990)**

<b>Advérbios</b>	<b>predicativos</b>	<b>qualificativos intensificadores modalizadores aspectualizadores</b>	
	<b>não–predicativos</b>	<b>verificação</b>	<b>afirmação negação focalização</b>
		<b>circunstanciais</b>	

**QADRO–RESUMO 2: Proposta de classificação dos “advérbios”****Neves (2000)**

<b>Advérbios</b>	<b>modificadores</b>	<b>advérbios de modo advérbios de intensidade advérbios modalizadores</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• asseverativos</li> <li>• delimitadores</li> <li>• deônticos</li> <li>• afetivos ou atitudinais</li> </ul>
	<b>não–modificadores</b>	<b>advérbios de afirmação advérbios de negação advérbios circunstanciadores</b>



**QUADRO–RESUMO 3: Proposta de classificação dos “advérbios”  
modalizadores - Castilho e Castilho (1993)**

<b>“ADVÉRBIOS” MODALIZADORES</b>	
<b>EPISTÊMICOS</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ <b>ASSEVERATIVOS:</b> expressa uma alta adesão do falante ao conteúdo por ele verbalizado. Ex.: realmente, naturalmente, certamente, logicamente evidentemente, seguramente, absolutamente, forçosamente, indiscutivelmente, inegavelmente, indubitavelmente, obviamente etc.</li> <li>▪ <b>QUASE–ASSEVERATIVOS:</b> expressam uma baixa adesão do falante ao conteúdo por ele verbalizado. Ex.: possivelmente, provavelmente, eventualmente.</li> <li>▪ <b>DELIMITADORES:</b> estabelecem os limites dentro dos quais se deve considerar o conteúdo da proposição. Ex.: fundamentalmente, basicamente, praticamente, geograficamente, biograficamente, historicamente, pessoalmente, profissionalmente.</li> </ul>
<b>DEÔNTICOS</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ indicam que o falante considera o conteúdo da proposição como um estado de coisas que deve obrigatoriamente ocorrer. Ex.: obrigatoriamente, necessariamente.</li> </ul>
<b>AFETIVOS</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ verbalizam as reações emotivas do falante em face do conteúdo proposicional.</li> <li>▪ <b>SUBJETIVOS:</b> (Predicação dupla)</li> <li>▪ Ex: felizmente, infelizmente.</li> <li>▪ <b>INTERSUBJETIVOS:</b> (Predicação simples)</li> <li>▪ Ex.: francamente, sinceramente.</li> </ul>

**QUADRO–RESUMO 4: Proposta de classificação dos “advérbios”  
Focalizadores - Ilari (1993)**

<b>“ADVÉRBIOS” FOCALIZADORES</b>	
<b>FOCALIZADORES</b>	<b>verificação de número: ex.: exatamente</b> <b>verificação de proporção: ex.: absolutamente</b> <b>plenamente</b> <b>verificação de coincidência: ex.: propriamente</b> <b>realmente</b> <b>exatamente</b> <b>verificação de identidade: ex.: exatamente</b> <b>verificação de factualidade: ex.: exatamente</b> <b>realmente</b> <b>verificação de tipologia: ex.: simplesmente</b> <b>puramente</b>

Diferentemente dessas abordagens, orientadas mais especificamente pelos critérios sintático e semântico, a categoria advérbio foi enfocada por Ducrot (1980) e Thielemann (2002) sob outras perspectivas. Apresentaremos, no tópico a seguir, uma síntese desses estudos.

#### **4.5 Uma abordagem enunciativa dos advérbios**

Focalizando os advérbios numa perspectiva teórica voltada mais para o contexto da enunciação, Ducrot (1980) considera essa categoria como entidade lingüística, cujo ponto de incidência semântica é a enunciação. Partindo da distinção enunciado/enunciação, esse autor postula que para compreender o efeito semântico dessa categoria é preciso considerar sua incidência.

Para Ducrot (1980:308), há certos advérbios que só podem ser descritos por uma teoria da enunciação, uma vez que qualificam o ato de dizer, referindo-se não só ao que se diz, mas, e principalmente, ao modo como se diz. São exemplos

desse tipo de advérbios as estruturas destacadas em: *Francamente ele é inocente* e *Sinceramente ele é inocente*. Assim, para este autor, o estudo desses elementos ultrapassa uma descrição da estrutura interna da frase, sendo preciso recorrer ao processo de produção desta e aos conceitos de enunciado e de enunciação. Ducrot (1980) considera que os efeitos de sentido dos advérbios podem incidir basicamente sobre um constituinte de um enunciado (*Seul Pierre parlait franchement*), sobre o conjunto do enunciado (*Heureusement, seul Pierre parlait*) e sobre a enunciação (*Franchement, seul Pierre parlait*). Embora represente um avanço para a descrição das *EN-mente*, uma vez que se estabelecem dois níveis de operação dessas estruturas, o enunciado e a enunciação, esses estudos, entretanto, desenvolvem-se numa perspectiva monológica, tomando os enunciados fora do texto e da situação em que o texto se constitui.

Fundamentando-se nos estudos de Ducrot, Vieira, em sua Tese de Doutorado (1986), apresenta uma proposta de descrição e de classificação dos advérbios (sendo estes representados basicamente pelas *EN-mente*). Tomando como corpus textos escritos (redação de alunos) e orientando-se por critérios sintático, semântico e pragmático e por uma semântica argumentativa, esta autora analisa e classifica essas estruturas, de acordo com os papéis que elas assumem no texto escrito, em três tipos de advérbios: advérbios de modalidade, advérbios de conteúdo e operadores argumentativos. A exemplo das outras propostas de análise dessa categoria, aqui comentada, a de Vieira também não leva em conta o contexto da interação em que se manifestam essas formas.

Pelo exposto, podemos perceber, em primeiro lugar, que a complexidade que envolve a descrição dos advérbios parece remontar à tradição greco-latina, em que ora se restringia a função adverbial a modificador apenas do verbo, ora se ampliava essa função a modificador de todas as outras classes de palavras. Por outro lado, podemos ainda observar que as teorias que alicerçaram a descrição dessa categoria no âmbito da tradição se orientaram pela concepção clássica de linguagem como representação da realidade e mais recentemente pela concepção de linguagem como expressão do pensamento, deixando à margem a interação e o sujeito da enunciação.

#### 4.6 Uma abordagem funcionalista dos advérbios em *–mente*

Partindo do pressuposto de que os advérbios, na tradição gramatical, têm sido enfocados sob uma visão fundamentada nos critérios, sintático, semântico e morfológico, Thielemann (2002) apresenta uma proposta de descrição de base funcional para os *advérbios em –mente*, considerando, para tanto, os níveis de operação dessa categoria, que, segundo ele, subdividem-se em: nível lexical (nível L); nível da proposição (nível P); nível comunicativo (nível C); nível da enunciação (nível E); nível das funções sintáticas (S1); nível das funções sintático-semânticas (S2); nível da validez (MV) e níveis modalizadores dos diversos estratos (níveis M).

Em sua abordagem, esse autor distingue, em primeiro lugar, os *advérbios* em duas categorias, os *endocêntricos*, os que servem para atualizar semas da micro-estrutura lexical, ou seja, de verbos e adjetivos, funcionando no nível do lexema, ou seja, no nível micro-estrutural, a exemplo de *ferozmente* (*Lutamos ferozmente pelo contrato*) e *suficientemente* (... outras *suficientemente* abastadas). A esses advérbios, a nosso ver, correspondem as *EN –mente*, *advérbios prototípicos*, cuja função é modificar verbos e adjetivos, qualificando-os ou quantificando-os. Já os de emprego *exocêntrico* são caracterizados por integrarem-se em macro-estruturas, operando nos níveis do *sintagma*, da *proposição* ou no nível *supraproposicional*; por indicarem conexão transfrástica, avaliação da veracidade, modo de validez da proposição, comentário da proposição, comentário metadiscursivo ou textual; por marcarem a ação lingüística; por sofrerem bastantes alterações semânticas e, ainda, por adquirirem valores pragmáticos (discursivos).

Segundo Thielemann, os advérbios em *–mente* distinguem-se ainda sob o ponto de vista de seu papel como constituinte ou não da proposição, denominando os primeiros de *adjunto* e os segundo, de *disjunto*. Os primeiros caracterizam-se por fazerem parte da estrutura proposicional; por exercerem funções sintáticas nesta e por servirem para expandir o núcleo informativo. Os segundos, por outro lado, são caracterizados por não fazerem parte da proposição, por dependerem das

atitudes discursivas do locutor e por terem liberdade posicional e funcional. Tal distinção corresponde a que estabelecemos entre as *EN –mente*: como *advérbios prototípicos* e as outras *EN –mente* que, no discurso, não funcionam como tal, revestindo-se de funções definidas de acordo com os papéis aí exercidos.

A partir daí, este autor distingue os advérbios que operam sobre o conteúdo proposicional, em *advérbios de escopo*, que, a nosso ver, correspondem aos modalizadores delimitadores, segundo a classificação de Castilho, ou aos *hedges*, segundo Lakoff (*apud* Castilho 1990), e os *advérbios explicativos*. Assim como os *delimitadores*, os *advérbios de escopo* de Thielemann têm por função restringir a validade de um sintagma ou de toda uma proposição, ou seja, nomeiam a área para a qual a proposição é válida. Segundo esse autor, esses *advérbios* mostram o interesse do locutor em orientar a validade da proposição. Diferentemente dos *advérbios quantitativos* ou *qualitativos*, os *advérbios de escopo* não se referem à significação verbal ou mesmo à adjetival. Assim como os *advérbios de escopo*, os *advérbios explicativos* também se caracterizam por não trazerem uma concretização qualitativa ou quantitativa à significação verbal, apresentando uma informação suplementar, mas destes se diferenciam por poderem ser parafraseados por uma oração adversativa, representando assim uma condensação de informação. São exemplos desses tipos, respectivamente, os advérbios destacados a seguir em: (...) *já foi assinalada, **politicamente**, a necessidade de abrir uma linha de crédito (...)*, (*advérbio de escopo*) e (...) *tentou **inutilmente** se comunicar com os policiais, mas nenhum falava checo ou alemão*, (*advérbio explicativo*). De acordo com Thielemann, a segunda seqüência pode ser parafraseada por: *Tentou comunicar-se com os policiais, mas isso foi inútil*.

No nível do enunciado, operam os advérbios que incorporam as atitudes e reações dos locutores, os chamados *advérbios de avaliação*. Essas reações referem-se à atitude do locutor face à informação proposicional. Neste grupo se incluem os advérbios de avaliação subjetiva, através dos quais o locutor expressa seu estado de espírito, *sua atitude sentimental*, a exemplo das formas *felizmente*, *lamentavelmente*, *desgraçadamente*, *etc*; e também os *de valores epistêmicos* ou de *modalidade epistêmica*. Esses advérbios são meios lingüísticos de que dispõem os

locutores para expressar seu grau de certeza ou de probabilidade em relação ao conteúdo proposicional, dos quais são exemplos, *provavelmente, dificilmente, obviamente, etc.* Esses advérbios participam, de acordo com esse autor, de atos de fala mais complexos em que se pretende influenciar o interlocutor, interferindo em suas reações. Servem, assim, como estratégias de manipulação do interlocutor. Para tanto, o locutor considera seu ato de fala como *certo, óbvio, evidente, seguro.*

No grupo dos *advérbios de avaliação* se enquadram ainda os que salientam a função argumentativa, que se caracterizam por participar da organização do texto e por revelar o empenho do locutor na construção textual; e os *advérbios de atos ilocutórios*. Esses advérbios, segundo Thielemann, marcam os próprios atos discursivos. Diferentemente dos outros tipos de advérbios de avaliação, esses têm como função caracterizar a enunciação do conteúdo proposicional e não esse conteúdo. Ao usar formas como *francamente, sinceramente*, por exemplo o locutor busca mostrar ou convencer o (s) interlocutor (es) de que está falando de maneira *franca, sincera*. Eles tornam visível, assim, o *próprio ato ilocutório*.

Num último grupo, esse autor coloca o que, para ele, são os *advérbios de função discursiva*, distribuindo-os em três subgrupos: os de *função metadiscursiva*; os de *comentários textuais* e os *advérbios criadores de coerência argumentativa*. Ao primeiro pertencem os advérbios que funcionam como sinais articulatórios, cujo objetivo é orientar a produção e a recepção do texto. Ajudam a organizar a *massa amorfa* na construção do pensamento e a articular a projeção do discurso. São dados como exemplos desse tipo, os advérbios *inicialmente, gradualmente, recentemente, etc.* Esses *advérbios metadiscursivos*, segundo Thielemann, *ajudam o autor a tornar visíveis as articulações do conteúdo para assegurar uma compreensão adequada.*

Ao segundo subgrupo pertencem os advérbios cuja função é tecer um comentário antecipado sobre o que vai ser dito a seguir. Retomam-se comentários anteriores, com o propósito de persuadir o interlocutor a partilhar do ponto de vista do locutor. Consiste numa avaliação do autor com o objetivo de *pré-orientar o ouvinte.*

Finalmente, ao terceiro pertencem os *advérbios criadores de coerência argumentativa*, que têm como função, segundo esse autor, *encadear macro-proposições, pacotes de enunciados, organizados em cadeias argumentativas (...) transformando factos informativos em estratégias persuasivos*. São exemplos desse tipo os advérbios: *evidentemente, logicamente, naturalmente, obviamente*. Esses advérbios funcionam como um convite, uma intimação, forçando o interlocutor a aceitar a argumentação apresentada pelo locutor.

Pelo exposto, podemos observar que em sua abordagem funcionalista Thielemann percorre, a nosso ver, todos os níveis de atuação das *EN –mente* no português, constituindo-se, em razão disso, um referencial teórico que pode ser considerado na análise dessa categoria.

A revisão da literatura sobre os advérbios e mais precisamente sobre as *EN –mente* nos permite dizer que, ao longo dos estudos lingüísticos, essas estruturas foram objeto de diversas abordagens, que, privilegiando ora o aspecto sintático, ora o aspecto semântico, ou, até mesmo, a enunciação, não dão conta dos papéis que elas assumem no funcionamento da linguagem. Fundamentando-se na concepção de linguagem como representação da realidade ou como instrumento de comunicação e de sentido como resultante do aspecto discreto e combinatório dos signos, essas abordagens não levam em conta a dinâmica que caracteriza as interações orais dialogadas e a pluralidade dos modos de significar.

## 5. PROPOSTA DE ANÁLISE DAS *EN-MENTE*

Nossa análise das *EN-mente* fundamenta-se no princípio defendido por Bakhtin e François de que o sentido é construído localmente a cada situação de enunciação e para sua estruturação concorre não só o aspecto discreto das formas lingüística, mas também e, sobretudo, todos os *entornos* que cercam o lingüístico. Isso implica considerar as *EN-mente* não como unidades em si, isoladas do contexto de uso ou mesmo como constituintes de sintagmas, mas como constituintes de movimentos discursivos – argumentativos e interativos – que vão contribuir para a construção da argumentação e do sentido do discurso, sentido único e exclusivo a cada uma situação de enunciação.

Adotando essa linha de raciocínio, seguiremos em nossa análise um percurso que vai da organização do discurso para a organização dos constituintes da proposição, tomando como unidade de análise as *seqüências discursivas*, ou nos termos de François (1994:49) as *saynète*. De acordo com este autor, o discurso se organiza em pequenos episódios ou cenas que vão constituir as *saynète*.

Partiremos de uma macrossintaxe, ou seja, de uma sintaxe e semântica discursiva através da qual se organizam as unidades ou seqüências no discurso, análise que, a nosso ver, permitirá observar a multifuncionalidade das *EN-mente*, ora como constituinte do discurso: como modalizador, delimitador, focalizador, marcador discursivo; ora como constituinte da proposição: como advérbio prototípico e intensivo, conforme a descrição a seguir:

<i>seqüência discursiva</i>	
<b><i>Componentes discursivos:</i></b>	<b><i>Constituintes proposicionais:</i></b>
<i>modalizadores</i>	<i>Advérbios prototípicos</i>
<i>delimitadores</i>	<i>Intensivos</i>
<i>focalizadores</i>	
<i>marcadores discursivos</i>	



Enquanto os CP constituem o conteúdo informativo do enunciado, os CD, em particular os expressos pelas *EN –mente*, podem, além disso, indicar, dependendo do nível de atuação, uma avaliação subjetiva; uma avaliação epistêmica; uma restrição da área de validade do conteúdo proposicional; uma focalização de um constituinte ou de toda uma proposição; uma caracterização do ato de fala; uma orientação da produção e da recepção; ou ainda dar continuidade ao discurso. É o que tentaremos ver a seguir, começando pela análise do texto 1, o depoimento político.

Gostaríamos de salientar que, dada a alta frequência das *EN –mente*, nossa análise enfocará as ocorrências em que essas estruturas, participando de diferentes movimentos discursivos, contribuem, efetivamente, para a construção da argumentação e da organização textual–interativa.

## **5.1 Texto 1: depoimento político**

### **5.1.1 Situação de enunciação**

O depoimento político tomado como parte do *corpus* para a análise desenvolveu-se na Comissão de Ética do Senado Federal da República do Brasil, momento em que os membros desta Comissão tinham por tarefa investigar o envolvimento dos senadores Antônio Carlos Magalhães (A.C.M.), ex–presidente do Senado, e José Roberto Arruda (J.R.A), então líder do governo no Senado, e a diretora do PRODASEN a Dr<sup>a</sup>. Regina Borges (Dr<sup>a</sup>. R.B.), todos acusados de terem participado da violação do painel eletrônico do Senado, por ocasião da sessão em que se deu a cassação dos direitos políticos do então senador Luís Estevão (L.E.). Tomaremos aqui, especificamente, a sessão em que ocorreu o depoimento do senador Arruda (29/04/01) e a sessão em que foi realizada uma acareação dos depoimentos dos três acusados (03/05/01) .

Para situar melhor as condições de enunciação dos depoimentos, tentaremos relembrar os fatos principais e as circunstâncias em que se desenvolveram. No início de seu depoimento, o senador J.R.A. entregou aos

membros da Comissão de Ética um documento escrito, lido dois dias antes numa sessão do Senado. Neste documento, ele assume, em parte, seu envolvimento. Jurando dizer estritamente a verdade J.R.A. procurou relatar as conversas que tivera com o senador A.C.M. e com a Dr<sup>a</sup>. R.B. nos dias que antecederam o episódio. De acordo com sua versão, ele teria recebido do então Presidente do Senado, o senador A.C.M., dias antes da sessão em que os direitos políticos do senador L.E. foram cassados, a orientação para consultar a Dr<sup>a</sup>. R.B. sobre a segurança do painel eletrônico, fato que teria ocorrido dias depois. Segundo o senador J.R.A., a Dr<sup>a</sup>. R.B. teria então distorcido suas palavras, transformando a consulta em ordem para violar o painel, providenciado a extração da lista com o resultado da votação em favor da cassação do sen. L.E., mandando-lhe entregar horas depois da votação. Após recebê-la, teria o sen. J.R.A. imediatamente passado às mãos do sen. A.C.M., que surpreso teria recebido, tendo os dois, juntos, naquele momento, lido ligeiramente a *famosa lista*.

Ficando comprovadas as contradições dos depoimentos, os membros da Comissão de Ética realizaram uma sessão com o objetivo de submeter os acusados a uma acareação. O resultado da acareação, em que ficou evidente o envolvimento dos senadores, levou o sen. A.C.M. e o sen. J.R.A. a renunciarem a seus mandatos, evitando, assim, estes senadores que seus mandatos fossem cassados pelo Senado Federal. A Dr<sup>a</sup> R.B. coube ser afastada do cargo de Diretora do PRODASEN.

### **5.1.2 As *EN –mente* como constituintes de movimentos discursivos e suas funções no discurso**

O depoimento inicia-se com a apresentação do Presidente da Comissão de Ética do Senado Federal que, após as apresentações, passa a palavra ao senador J.R.A. Tentando preservar sua imagem de homem público, no papel social de líder do governo no Senado Federal, este senador utiliza-se de várias estratégias discursivas, entre elas o uso exaustivo de modalizadores asseverativos e afetivos, assim como de muitos focalizadores, representados pelas *EN –mente*, que, como constituintes de movimentos discursivos, vão contribuir, fundamentalmente, para a

construção da argumentação de seu depoimento. É o que tentaremos ver a seguir, a partir do início do depoimento. Vejamos:

1.01	sen. R. Te	tem V. Ex. <sup>a</sup> a palavra
1.02	sen. JRA	/.../ eu já me colocaria à disposição das
1.03		perguntas... me parece o mais racional e o mais eficiente
1.04		porque com certeza os senhores vão levantar
1.05		<b>justamente</b> aqueles pontos que consideram
1.06		importantes... os pontos nodais do esclarecimento
1.07		da questão e aí <b>obviamente</b> será esclarecido
1.08	sen. R. Te	<b>perfeitamente</b>

Conforme vimos, no trecho acima, a primeira tarefa do senador J.R.A, no papel de interrogado, é tentar negociar um acordo com seus interlocutores para que ele possa se sentir menos constrangido naquela condição. Para tanto, ele busca convencer os membros da Comissão de Ética a aceitar, como peça de seu depoimento, um texto escrito, em que ele narra todos os fatos sobre os quais seria interrogado. Com isso, ele evitaria relatar, naquele momento, todas as conversas que tivera com o senador A.C.M. e com a Dr<sup>a</sup>. R.B., nos dias que antecederam o episódio, livrando-se, assim, das possíveis contradições. Essa estratégia é marcada pelo argumento de que os pontos principais de seu depoimento seriam levantados pelos próprios senadores. Para tanto, ele faz uso do focalizador **justamente**, para dar ênfase à expressão *aqueles pontos*, que, por sua vez, remete para o que ele considera os pontos nodais para o esclarecimento da questão. O uso dessa forma como focalizador promove um esvaziamento da noção de justiça que evocaria essa forma em função adverbial, conforme prevê a tradição. O argumento utilizado por este senador é reforçado mais adiante pelo uso do modalizador epistêmico asseverativo **obviamente**. Esse modalizador apela para a lógica do interlocutor, reforçando o já colocado explicitamente pelos adjetivos *racional* e *eficiente*, desempenhando um papel relevante para assegurar a coerência argumentativa do

discurso. Com isso, o senador J.R.A. tenta convencer os membros da Comissão a aceitar o seu discurso, já que isso é que seria o *lógico*. O uso desses termos reflete, assim, um alto grau de engajamento do locutor no seu propósito de fazer valer seus argumentos. Desprovidas das funções sintático–semânticas previstas pela tradição gramatical, essas estruturas em *–mente* passam a operar no nível ilocutório, como constituintes de movimentos argumentativos de justificação, utilizados pelo locutor que busca a adesão de seus interlocutores para que o interrogatório transcorra a sua maneira.

Aceitando os argumentos do interrogado, o sen. R.Te manifesta sua concordância através do *marcador de assentimento* **perfeitamente**, que nesta situação aparece como constituinte de um movimento discursivo de confirmação, assumindo, simultaneamente, a função de acordo e de conduzir a interação, possibilitando que o depoimento se desenvolva até aí, sem maiores constrangimentos.

Dando continuidade ao depoimento, o sen. R.Tu toma a palavra. Vejamos:

l. 09	sen. R.Tu	dentro do do que coloca o senador Arruda ele considera
l. 10		como seu depoimento nenhuma alteração nada que
l. 11		pudesse é:: modificar aquilo que <b>objetivamente</b>
l. 12		manuscrito fez em leitura... este é o seu depoimento
l. 13		perante o Conselho de Ética ? é isso que eu entendi ?
l. 15	sen. J.R.A	<b>EXATAMENTE</b> isso senador R Tu... se os senhores
l. 16		tiverem de acordo... eu coloco esse pronunciamento
l. 17		que foi escrito à mão /.../

Nesta seqüência, a forma **objetivamente** faz parte da estrutura da proposição. Além de funcionar como constituinte do CP, tendo por escopo o verbo *fazer*, (fazer manuscrito e de forma objetiva), esse advérbio, a nosso ver, assume uma função no discurso, servindo para expressar, de maneira indireta, a concordância do senador R. Tu com a posição de J.R.A, uma vez que leva a pensar

que R Tu havia compreendido o depoimento como objetivo, sem nenhum jogo subjetivo para envolver os seus interlocutores. Parece que ao valor prototípico desse advérbio, o de indicar o modo da ação do verbo, agrega-se um valor discursivo, que seria o de conduzir para uma interpretação favorável ao senador acusado. O fato de funcionar no nível da proposição, não lhe impediria de assumir funções no âmbito do discurso. Por outro lado, a forma *exatamente* tem uma função mais bem definida, a de focalizar o dêitico *isso* que, por sua vez, funciona como um marcador de assentimento, como constituinte de um movimento de retomada do senador J.R.A, para confirmar a pergunta do senador R.Tu, assumindo, assim, a função de enfatizar o conteúdo retomado pelo pronome em função anafórica.

Percebendo as contradições dos depoimentos dados anteriormente pelos outros envolvidos (o sen. A.C.M. e a Dir. do PRODASEN), o sen. E.D. reage à enfática confirmação de J.R.A., num movimento de solicitação, sugere que o depoente faça uma pequena exposição priorizando essas contradições. Afirma então o senador E.D.:

l. 20	Sen. E.D	todos nós detectamos as contradições entre os
l. 21		depoimentos... então senador Arruda nessa sua
l. 22		exposição é:: priorizasse <i>exatamente</i> essas diferenças
l. 23		entre... as duas exposições... porque seria evitar que
l. 24		ele fizesse tudo de novo ou em contrapartida
l. 25		<i>simplesmente</i> não falasse nada e considerasse o
l. 26		discurso de segunda-feira

Nessa seqüência discursiva, há duas ocorrências de *EN –mente*. *Exatamente*, diferentemente da ocorrência anterior, não aparece no início de turno. Agora, como focalizador, ele tem por função chamar a atenção do interrogado para que ele, em seu depoimento, tenha-se voltado para as referidas diferenças. Apesar de estar à direita do verbo, posição ocupada quase sempre pelas *EN –mente* de

função adverbial, o escopo dessa estrutura não é o verbo, mas a expressão seguinte, *essas diferenças*. Procurando enfatizar a necessidade do esclarecimento das contradições, o sen. E.D. utiliza ainda o focalizador *simplesmente* para destacar parte de seu enunciado em que ele faz este apelo, (não falar nada). A exemplo das outras *EN –mente*, não se percebe também aí uma relação entre essa estrutura e o verbo que lhe segue, uma vez que não se trata de falar de modo simples. Ambas participam da estrutura de um movimento argumentativo de refutação, em que o sen. E.D. rejeita a colocação do sen. J.R.A..

A seqüência do depoimento revela que os argumentos utilizados pelo sen. E.D. parecem surtir efeito, uma vez que o sen. J.R.A. dispõe-se a fazer um breve relato das conversas ocorridas entre ele, a Dr<sup>a</sup>. R.B e o Sen. A.C.M., nos dias que antecederam a violação do painel. Empenhado em dizer a *verdade*, o senador J.R.A. apresenta sua versão dos fatos. Transcrevemos, a seguir, alguns trechos que são pertinentes à nossa análise. Vejamos:

l. 27	Sen. JRA	/.../ saí dali eu num posso dizer aos senhores que no
l. 28		no mesmo dia eu procurei contactar a dr <sup>a</sup> . Regina ... pode
l. 29		ter sido no mesmo dia como pode ter sido no dia seguinte
l. 30		<i>sinceramente</i> não sei /.../
l. 47		/.../então <i>exatamente</i> eu devo ter conversado mais
l. 48		quatro cinco minutos para encerrar aquela conversa e
l. 49		saí <i>imediatamente</i> em direção à sala do Senador
l. 50		Antônio Carlos... /.../ <i>sinceramente...</i> o diálogo que se
l. 51		passou foi <i>exatamente</i> revelado aqui. /.../

Num movimento de narração, o sen. J.R.A. inicia sua exposição introduzindo um dos argumentos utilizados por esse senador para comprovar a tese de que não era sua a responsabilidade da violação do painel: o argumento de que não se lembrava exatamente o dia da conversa que tivera com a Dr<sup>a</sup>. R.B. É bom lembrar que a confirmação exata desta data conduziria a investigação no sentido

contrário a este senador. Num movimento de prolepse, ou seja, presentindo a desconfiança de seus interlocutores, o sen. J.R.A. procura demonstrar a veracidade das informações, fazendo uso, para tanto, do modalizador afetivo intersubjetivo *sinceramente* (1.30 e 1.50), assim como do focalizador *exatamente* (1.47 e 1.51). Na l. 30, *sinceramente* modaliza a expressão *não sei*, que, por sua vez, ratifica a incerteza do sen. J.R.A. verbalizada através das expressões *eu num posso dizer (...)* *que no mesmo dia eu procurei contactar a Dr<sup>a</sup>. Regina* (1.27) e *pode ter sido no mesmo ou pode ter sido no dia seguinte*, expressões que apelam para que os interlocutores adiram à interpretação pretendida por este senador. O focalizador *exatamente* na l. 51 revela, mais uma vez, a preocupação do sen. depoente em demonstrar a sinceridade de suas palavras. Podemos dizer que, neste contexto, as *EN –mente*, *sinceramente* e *exatamente* são utilizadas pelo sen. J.R.A para dar uma orientação argumentativa a seu enunciado em favor de sua tese.

De acordo com Kerbrat–Orecchioni (1977:75), confessar as dúvidas e as incertezas faz parte de uma estratégia utilizado pelo sujeito–enunciador para ganhar credibilidade. Em seus termos essa confissão constitui uma *astúcia discursiva*, já que graças a ela o enunciador se beneficia de um crédito de honestidade.

Nessa seqüência discursiva, podemos perceber que as *EN –mente* funcionam em três níveis distintos: no nível da enunciação, *sinceramente* (1.30 e 1.50); nível do enunciado, *exatamente* (l. 47 e 1.51) e no nível da proposição, *imediatamente* (1.49), participando todas de um movimento argumentativo de justificação. O uso das *EN –mente* até aqui analisadas vem comprovar a tese defendida por François de que na atualização da língua em discurso se está sempre em situação de metáfora, ou seja, de que a retomada de uma mesma palavra não é mera imitação, repetição. No seu entendimento, a retomada indica, de algum modo, que o comum, não forçosamente o idêntico absoluto, é levado em conta, mas ao mesmo tempo cada utilização traz somente as diferenças e atualiza um sentido potencial.

O uso do modalizador afetivo *sinceramente* vai marcar a fala do senador J.R.A. que apela para que seus interlocutores interpretem como verdadeiras as suas

informações, conforme podemos perceber nas seqüências discursivas abaixo extraídas do texto do depoimento e em alguns trechos da acareação.

**Texto do depoimento:**

l. 203	sen.J.R.A.	aí eu disse posso perguntar em seu nome ? ele (ACM)
l. 204		disse.. claro... em meu nome... foi isso não dá pra eu
l. 205		fazer:: <i>sinceramente</i> /.../

l. 313	sen.J.R.A	/.../ sobre questão
l. 314		consulta... outra vez... <i>sinceramente</i> ... eu acho que
l. 315		quem responde melhor isso não sou eu... ; e o senador
l. 316		Antônio Carlos /.../

l. 343	sen.J.R.A	/.../ não me lembro se nesse dia conversamos também
l. 344		assuntos... antes ou depois... <i>sinceramente</i> ... eu não
l. 345		tenho essa precisão... agora o que posso dizer é que
l. 346		houve esse diálogo /.../

**Texto da acareação:**

l. 47	sen. J.R.A	sobre as ligações... eu <i>sinceramente</i> ... no meu
l. 48		depoimento deixei muito claro que não tinha nenhuma
l. 49		lembrança disso /.../

l. 534	sen.J.R.A	eu quero deixar claro é que não recebi ligação de
l. 535		ninguém /.../ <i>sinceramente</i> eu vou ser assim muito
l. 536		sincero... eu não me lembro dessa ligação... não é
l. 537		sincero... eu não me lembro dessa ligação... não é
l. 538		nenhuma lembrança /.../



Na linha 573 do texto da acareação, este senador faz uso do modalizador *sinceramente*, não apenas para referir-se à sinceridade de suas palavras em relação às informações dadas durante o depoimento, mas para expressar seu sentimento em relação ao julgamento a que estava sendo submetido. Nessa seqüência discursiva, *sinceramente* participa de um movimento discursivo conclusivo, cujo efeito de sentido é levar os membros da Comissão de Ética a minimizar a pena a ser-lhe aplicada. É o que deixa transparecer as palavras finais do senador J.R.A. Vejamos:

l. 567	Sen. J.R.A.	Nesse caso... dr <sup>a</sup> Regina... o senador Antônio Carlos e
l. 568		eu... é:: na minha visão pessoal... <i>infelizmente</i> ... estava
l. 569		ligado no mesmo ato infeliz... falso... cada um com sua
l. 570		peculiaridade... mas não estamos sendo
l. 571		acusados de desvios de dinheiro público de postura
l. 572		incorreta em relação a a... a essas coisas... portanto...
l. 573		<i>sinceramente</i> numa análise equilibrada é a coisa da
l. 574		dosemetria... é:: a cada culpa... a cada pecado a sua ...
l. 575		contrição

Conforme se pode ver, esse modalizador afetivo intersubjetivo caracteriza-se por não fazer parte do conteúdo informativo da proposição, mas por tentar caracterizar os atos de fala como verdadeiros. Com esse uso, o locutor procura convencer seus interlocutores de que está falando de modo sincero. Diferentemente dos afetivos subjetivos, que, expressam uma predicação dupla, modalizando o sujeito da enunciação e o conteúdo proposicional, esse modalizador intersubjetivo expressa uma predicação simples, assumida pelo locutor em face de seu interlocutor (Castilho e Castilho, 1993).

É interessante, entretanto, observar que modalizadores como *sinceramente*, *francamente* podem funcionar como um constituinte da proposição,

operando simultaneamente, no nível do enunciado e da enunciação, voltando a assumir, como tal, a função de advérbio prototípico e o papel semântico de qualificativo, constatando-se, assim, mais uma vez, que o sentido das *EN-mente* é determinado pela situação de enunciação, conforme o exemplo abaixo:

l. 525	Sen. J.R.A.	/.../ parece dois ou três encontros pessoais... e me
l. 526		parece que com o sr. Antônio Carlos também teve dois
l. 527		ou três encontros... não me parece muito diferente assim
l. 528		agora é:: falando <i>francamente</i> ... os meus telefonemas
l. 529		a senhora se lembra os detalhes... vírgulas... os dele não

**Encerrando o seu relato assim se manifesta o sen. J.R.A:**

l. 56	sen. J.R.A	esses pontos sr. relator... srs. senadores me parecem
l. 57		os os mais relevantes que foi colocado aqui... o que
l. 58		se passou depois é <i>exatamente</i> o que foi relatado
l. 59		pela dr <sup>a</sup> . Regina /.../
l. 63		/.../ e aí o que segue é <i>absolutamente</i>
l. 64		verdadeiro inclusive todos os encontros /.../

Nessa seqüência, o focalizador *exatamente* e o modalizador *absolutamente* participam de um movimento de prolepse em que o sen. J.R.A. tenta livrar-se de possíveis objeções que possam advir de suas colocações. Enquanto o focalizador *exatamente* enfatiza a veracidade do relato da Dr<sup>a</sup> R.B., dando-o como verdadeiro, o modalizador *absolutamente* tem o seu *valor prototípico* agregado a um valor de focalizador que se situa na posição alta do parâmetro do tudo ou nada (Ilari,1993:200).

Não convencido da veracidade dos fatos relatados pelo sen. J.R.A., e discordando dos argumentos por ele apresentados, o relator do processo, o sen. S.B., procura apontar algumas contradições observadas nos depoimentos do senador J.R.A. e dos outros acusados. Diz então o relator:

l. 67	Sen. S.B	Senador Arruda... o: a meu juízo persistem algumas
l. 68		contradições que são <b>EXTREMAMENTE</b> importantes ...
l. 69		uma contradição é: é:: a da sua versão a respeito do...
l. 70		teor da conversa com a dr <sup>a</sup> . Regina... não só a versão
l. 71		dela... como o comportamento dela né ? porque todos são
l. 72		unânicos... os que acompanharam-na nessa operação...
l. 73		que ela estava <b>extremamente</b> tensa... nervosa... para
l. 74		mexer num programa <b>extremamente</b> complexo... a versão
l. 75		de V.Ex <sup>a</sup> . né ? ... dr <sup>a</sup> . Regina... numa... quer dizer num é
l. 76		pessoa tão... tão desequilibrada... com uma
l. 77		desinteligência tão profunda que gerou uma... uma
l. 78		distorção do seu comportamento... que... que é
l. 79		<b>extremamente</b> grave... que eu dizia beira mesmo a
l. 80		demência

Como vimos, essa seqüência discursiva apresenta uma recorrência enfática do intensivo **extremamente**, que, nesse contexto, aparece como constituinte de um movimento argumentativo de refutação. A entonação com que é proferido esse intensivo na l.68, pelo sen. S.B., como diz Bakhtin, seu tom emocional-volitivo, enfatiza a importância das contradições, expressando a interpretação dada por este senador aos fatos narrados pelo sen. J.R.A., ao mesmo tempo que chama a atenção para os outros membros da Comissão de Ética para essas contradições, o que comprovaria a insinceridade do sen. J.R.A e dos outros acusados.

Respondendo às desconfianças do relator, o sen. J.R.A. continua argumentando na perseguição de seus objetivos, fazendo uso de diversas *EN – mente* que nesse contexto assumem várias funções, vejamos:

. 86	sen. S.B	senador Arruda o encontro seu com a dr <sup>a</sup> . Regina...
l. 87		foi na véspera do... do... da votação não foi ?
l. 88	sen. J.R.A	senador Saturnino... quando percorri a agenda do
l. 89		dia 27... pra tentar usá-la... falando <b>claramente</b> ...
l. 90		naquele discurso.. para dizer não .. não foi isso /.../
l. 91		há um detalhe que a dr <sup>a</sup> Regina falou que depois fui
l. 92		conferir... ela disse que quando saiu teve de esperar
l. 93		o técnico que ela contratou que vinha da Festa das
l. 94		Nações /.../ Festa das Nações começou <b>exatamente</b>
l. 95		naquele dia 27... o que em tese confirma a idéia... eu
l. 96		<b>sinceramente</b> não posso afirmar foi tal dia /.../
l. 97		neste caso... senador Saturnino... se me permite...
l. 98		falando <b>estritamente</b> a verdade... a data é menos
l. 99		relevante /.../

Conforme podemos perceber, a fala do senador J.R.A. é marcada pelo uso de várias *EN – mente*. Todas essas estruturas: **claramente**; (qualificativo); **exatamente**, (focalizador); **sinceramente**, (modalizador); **estritamente**, (delimitador, indicador de exclusão) funcionam em níveis deferentes, como constituintes de movimentos discursivos do sen. J.R.A, que busca enfatizar o seu compromisso com a verdade dos fatos. Embora façam parte de um movimento amplo de resposta, o modalizador **sinceramente** e o delimitador **estritamente** participam, respectivamente, dos movimentos de refutação e de justificação. Estratégia discursiva que revela esforço do senador para preservar sua imagem. A análise da seqüência acima ratifica o nosso ponto de vista de que, quando atualizadas, muitas dessas estruturas assumem funções no discurso, sendo seu sentido determinado pela situação de enunciação.

Na seqüência do debate, tem-se mais uma vez um diálogo entre o interrogado e o relator, em que se faz uso do asseverativo *exatamente*.

l. 116	sen. S.B	aí em nome do senador ACM... o senhor lhe
l. 117		perguntou se era possível ficar sabendo o resultado de
l. 118		uma votação /.../ e lhe ordenou pegar a lista
l. 119	sen. JRA	<i>exatamente...</i> a conversa foi mais ou menos assim...
l. 120		mas fiz apenas uma consulta... não lhe dei ordens...

Nessa situação, diferentemente das outras ocorrências, *exatamente* participa de um movimento discursivo que, seguindo Morel, pode ser definido como um movimento argumentativo de concessão. Embora inicie sua resposta com um movimento de confirmação, assinalado por esse marcador, o acordo vai ser restringindo, na seqüência do enunciado, pela expressão iniciada pelo operador argumentativo *mas*. Na perspectiva de Salazar–Orvig, essa estrutura pode ser entendida como constituinte de um movimento discursivo de restrição, uma vez que o interlocutor restringe parte do enunciado com a qual concorda. A nosso ver, esse movimento constitui uma estratégia utilizada pelo locutor, que, numa atitude de não–enfrentamento, concorda para depois discordar, antecipando-se assim a possíveis conclusões de seu interlocutor.

Nesse jogo de construção e de negociação do sentido, em defesa de suas teses, relator e interrogado fazem uso de uma mesma *EN –mente* para enfatizar seus argumentos e contra–argumentos.

l.125	Sem. S.B	mas V.Ex. mesmo... no...agora no seu depoimento
l.126		tentou reproduzir evidentemente.. não <i>exatamente</i> as
l.127		mesmas palavras mas o espírito da conversa que teria
l.128		concluído mais ou menos assim /.../ ela teria dito para
l.129		V. Ex <sup>a</sup> . tudo bem...saio daqui para cumprir

1.130		uma ordem
1.131	Sem. J.R.A	não... não... não... <b>absolutamente</b>
1.132	Sem. S.B.	ela <b>absolutamente</b> disse isso aqui
1.133	Sem. J.R.A	ela <b>absolutamente</b> não... ficou <b>absolutamente</b> claro
1.134		na conversa que o sistema tem essa fragilidade /.../

A discordância do sen. J.R.A. em relação à colocação feita pelo sen. S.B. é enfaticamente marcada (1.131) pela repetição da partícula negativa, *não*, e pelo modalizador asseverativo **absolutamente** que, como constituinte de um movimento argumentativo de refutação, tem como função asseverar a negação de J.R.A em relação à afirmação do sen. S.B. Já na 1.132, num movimento argumentativo de confirmação, o sen. S.B. reafirma sua colocação em relação às palavras da Dr<sup>a</sup> R.B. (linhas 129 e 130). Nesse encadeamento, S.B. retoma sua fala para discordar de J.R.A. Já na 1.133, **absolutamente** participa novamente de um movimento de refutação do senador J.R.A que retoma sua fala ratificando-a. Dando continuidade a seu discurso, ainda num movimento argumentativo de refutação, o senador J.R.A. reutiliza a forma **absolutamente**, agora com valor de intensivo, numa estrutura predicativa, para intensificar o adjetivo **claro**, cuja carga semântica está relacionada aos objetivos desse senador, que faz uso dessas formas para provar a transparência de suas palavras.

Aqui se pode perceber, o que postula François: não há propriamente uma imitação, repetição, mas uma *retomada-modificação*. Assim, embora se tenha uma mesma forma, não se tem o mesmo efeito de sentido. Sob esse ponto de vista, podemos observar que não são, apenas, as características constantes dessas estruturas (adjetivo mais sufixo *-mente*) que devem ser levadas em conta, mas as diferenças resultantes das possibilidades oferecidas no uso dessas formas.

Dando continuidade a sessão do depoimento, o senador E. S. solicita ao relator a palavra, explicando:

l. 146	sen. E. S.	eu estou querendo informar ao senhor relator o
l. 147		senador Saturnino Braga que há uma informação
l. 148		essencial para o desenvolvimento dos trabalhos
l. 149	sen. R. Te.	tá bem
l. 150	sen. E..S.	em 30 segundos eu a darei... porque o senador J.R.A
l. 151		não parece estar com certeza do telefonema dado pela
l. 152		sr <sup>a</sup> . Regina Borges na manhã do dia 28do 06...eu quero
l. 153		registrar que está documentado... porque ela ficou de
l. 154		dar um retorno ao senador Arruda e às 10 horas e 5
l. 155		minutos ela ligou para seu celular dizendo... onde::
l. 156		ocasião em que deu a resposta informando que tinha
l. 157		feito o que havia sido pedido... era essa a informação
l. 158		que considero essencial que está documentada...
l. 159		inclusive registrada pela TELEBRASÍLIA
l. 160		/.../
l. 161	sen. S.B.	senador Arruda essa informação <i>realmente...</i> eu até
l. 162		não... não dispunha dela ainda porque nós pedimos a
l. 163		dr <sup>a</sup> . Regina providenciar a solicitação da quebra do
l. 164		sigilo do telefone... mas essa informação não havia
l. 165		chegado às minhas ... mas /.../ essa informação é
l..166		muito relevante /.../

Na seqüência discursiva acima, o senador S.B. faz uso do modalizador *realmente*, que tem seu valor asseverativo agregado a uma função discursiva, a de revelar como a informação dada pelo senador E.S. foi interpretada pelo senador S.B. O uso de *realmente* serve para traduzir a surpresa deste senador diante da informação dada pelo sen.E.S., enfatizando-a, participando esse modalizador de um movimento de confirmação, um movimento de ênfase que se desenha no discurso. Como outras *EN –mente* aqui analisadas, essa também não participa da configuração sintática da frase, mas da macrossintaxe do discurso.

O movimento de deslocamento de sentido dessas estruturas por acréscimo de um valor discursivo ao seu valor prototípico pode ser percebido também no uso da forma **altamente** que ocorre na fala do senador J.P., que, dando continuidade ao debate, encadeia sua fala ao discurso do senador J.R.A.

l. 196	sen. J.P	eu tenho de fazer uma consideração... nós estamos
l. 197		diante de um autêntico samba do crioulo doido... com
l. 198		o depoimento dos dois senadores /.../ o senador
l. 199		Antônio Carlos não tem nada a ver com isso... nem
l. 200		sabia... tá fora... o senador Arruda <b>altamente</b>
l. 201		preocupado em garantir o sigilo do voto /... /

O tom emocional–volitivo com que é proferido essa forma revela o desacordo do senador J.P. frente às contradições dos depoimentos dos acusados. Num movimento de refutação, esse senador ironiza explicitamente as informações passadas, naquele momento, pelo senador J.R.A. A ironia do senador J.P. pode ser percebida logo no início de sua fala quando afirma esse senador estar *diante de um samba de crioulo doido* e finda seu ato de fala com uso do intensivo **altamente** para chamar a atenção para o argumento utilizado pelo senador J.R.A., segundo o qual todo o processo teria tido como causa a segurança do painel, refletindo, assim, o zelo pela Instituição.

Tradicionalmente classificada, sob o ponto de vista sintático–semântico, como advérbio de intensidade, **altamente** tem essa função ampliada pela situação de enunciação. Como postula François (1980:235), podemos perceber que no uso da linguagem, e aqui especificamente das *EN–mente*, há, sempre, alguma coisa no sentido que não se limita à atualização das possibilidades inscritas na língua, o que impossibilita essas estruturas serem objeto de análise de abordagens estritamente formais.

Exemplos de não–restrição às possibilidades inscritas na língua, no uso dessas estruturas, podem ser observadas nas seqüências abaixo:



1. 206	sen. S.B.	eu sei mas é que para dr <sup>a</sup> . Regina V. Ex. acrescentou.
1. 207		/.../ V. Ex. disse aqui para ela disse assim: eu lhe
1. 208		pergunto se é possível...se é possível ele quer saber /.../
1. 209		não senador (Arruda) desculpe... mas são duas coisas...
1. 210		uma é a condição...a outra é <b>exatamente</b> o pedido...
1. 211		quer dizer... a condição é se o senador (A.C.M.) lhe
1. 212		falou <b>somente</b> isso... V. Ex. para a dr <sup>a</sup> . teria
1. 213		acrescentado alguma coisa /.../
1. 214	sen. R.Te	eu pediria... eu pediria... senador Saturnino que o
1. 215		objetivo que me parece... tentando interpretar o
1. 216		questionamento de V. Ex. é que essa
1. 217		complementação da conversa dava a entender que
1. 218		queria o resultado... a obtenção da lista
1. 219	sen. S.B.	mas é <b>precisamente</b> isto... porque... olha... atenção...
1. 220		peço atenção de V. Ex. para o que eu vou dizer...
1. 221		porque há dois... desdobramentos da
1. 222		informação /.../

As *EN –mente exatamente* (1.210), *somente* (1.212), com valor de focalizador, participam de um movimento argumentativo de refutação do senador S.B. que, opondo-se ao argumento do senador J.R.A., distingue dois aspectos da informação dada, o da *condição* e o do *pedido*, dando ênfase ao segundo, quando afirma **exatamente o pedido**. Na linha 219, ao concordar com a colocação do senador R.Te., acordo assinalado pelo dêitico **isso** e enfatizado pelo focalizador **precisamente**, o senador S.B. chama a atenção para os dois aspectos da informação, agora de modo explícito, através das expressões *olha, atenção, eu peço atenção*.

O uso das *EN –mente* como focalizador de dêiticos em função anafórica, tem uma alta frequência no *corpus* analisado, caracterizando uma tendência no uso

dessas estruturas, o que, nos termos de François, seria descrito como um exemplo de um tipo de afinidade léxico–gramatical não prevista pela tradição gramatical e que constituiria, segundo este autor, um exemplo bem evidente da distinção da gramática dos gramáticos e da gramática dos falantes. É o que se pode perceber nas seqüências discursivas retiradas do texto da acareação:

l. 69	sen. J.R.A.	/.../Dr. Domingos até aí sem saber também <i>exatamente</i>
l. 70		o que era /.../

l. 81	Sen. A.L.	/.../ eu pergunto ao senador Arruda se ele confirma o que
l. 82		disse <i>inteiramente</i> o que disse
l. 85	Sen. J.R.A	confirmo <i>exatamente</i> o que disse no meu depoimento

l. 267	dr <sup>a</sup> . R. B.	/.../ foi talvez o segundo momento mais difícil daquele
l. 268		processo foi <i>exatamente</i> esse /.../

l. 317	Sen. J.R.A	/.../ ela me deu uma explicação que eu disse de três
l. 318		ou Quatro minutos pode não ter sido <i>exatamente</i> isso

Nessas ocorrências, podemos observar também que o focalizador *exatamente* aparece, quase sempre, numa posição intraproposicional, entre o verbo e o pronome anafórico que lhe serve de escopo, sem entretanto, desempenhar nenhuma função sintática específica, ocorrendo o mesmo quando seu escopo é um sintagma nominal. É o que se pode perceber nessas seqüências extraídas do depoimento: *a outra é exatamente o pedido* (pág.198, linha 210), *... pra mim é exatamente o contrário* (pág.200, linha 287), *... hoje um dos principais temas aqui nas manchetes do Jornal do Brasil é exatamente o tema...* (pág. 202, linha 350). Posição que também parece freqüente para *EN –mente* de função intensiva, conforme se pode perceber nas seqüências: *... contradições que são extremamente*

*importantes* (pág.193, linha 68), ... *ela estava extremamente tensa* (pág. 193, linha 73), ... *que é extremamente grave* (pág. 193, linha 79), *é totalmente diferente* (pág.198, linha 367). Observamos, porém, que, nessa função, essas estruturas aparecem como constituinte da proposição, assumindo como tal uma função sintática de adjunção.

Assim, podemos perceber que, embora possam ocupar uma mesma posição na cadeia do discurso, essas estruturas têm valores diferentes. As primeiras diferem sintaticamente das segundas, por não participarem da estrutura da proposição, sendo a sua descrição somente possível num modelo que tome como unidade de análise, uma *seqüência discursiva* em que se leva em conta não só o conteúdo proposicional, mas também um componente discursivo. Por outro lado, os intensivos, embora possam ser descritos sob o ponto de vista da organização sintática, essa descrição não dispensaria uma análise no âmbito da organização do discurso, uma vez que eles desempenham um relevante papel na construção da argumentação e do sentido do discurso.

Retomamos agora algumas seqüências discursivas extraídas da sessão de acareação que, como veremos, vai se caracterizar por uma maior tensão entre os interlocutores. Um clima que vai exigir dos interlocutores um trabalho mais cuidadoso de elaboração, de escolhas das formas lingüísticas, uma vez que constitui objetivo dos acusados construir argumentos que possam convencer seus interlocutores. Situação em que as *EN-mente* orientam a recepção e interpretação dos enunciados por eles produzidos, desempenhando um papel eminentemente importante.

Começando pela fala do relator do processo, temos:

l. 09	Sen. S. B.	senador Arruda... eu acho que há no próprio depoimento
l. 10		de S. Ex. uma contradição que deve ser esclarecida não
l. 11		apenas no confronto com o que disse a dr <sup>a</sup> . Regina...
l. 12		mas as as... <i>exatamente</i> ... as contradições que existem
l. 13		dentro de suas próprias declarações e é isso que eu
l. 14		quero perguntar
l. 20	dr <sup>a</sup> . R. B.	em relação às palavras pedido... ordem... consulta...
l. 21		a a palavra consulta eu descarto <i>absolutamente</i> ... em
l. 22		momento nenhum chegou a como uma consulta /.../
l. 31		/.../ do ponto de vista do resultado da... da votação
l. 32		eu tomaria uma decisão de ir lá violar o sistema e trazer
l. 33		a lista e mostrar aquilo como uma prova da segurança
l. 34		do sistema <i>realmente</i> seria impossível esta linha de
l. 35		raciocínio /.../ em relação a isso é:: eu <i>realmente</i> me
l. 36		recuso a aceitar é: é:: esta é: colocação de que o pedido
l. 37		é: era para a segurança do sistema /.../

Operando no nível do enunciado, essas estruturas vão revelar o empenho dos locutores na construção de seu discurso. Na linha 12, o sen. S.B. busca enfatizar as contradições existentes no depoimento do sen. J.R.A. através do focalizador *exatamente*. Já na fala da Dr<sup>a</sup>. R.B., o *absolutamente* (l.21) é usado para enfatizar a negação do argumento do sen. J.R.A. de que ele lhe teria feito apenas uma consulta. Diferentemente de outros usos, neste, em que não sofre a concorrência de *muito*, ou seja, em que não funciona como intensivo, essa estrutura passa a indicar uma idéia de proporcionalidade em relação à ação do verbo, ou seja, a ação ocorre de modo absoluto, o que vai reforçar a impossibilidade de confirmação da tese defendida por esse senador. A negação é enfatizada pelo modalizador *realmente* que aparece nas linhas 34 e 35. O uso desse modalizador apela para a lógica dos interlocutores, orientando não só a produção, mas sobretudo a recepção desses enunciados.

O efeito de sentido provocado pelos modalizadores *absolutamente* e *realmente* pode ser percebido na fala do sen. S.B. no momento em que, imediatamente após as palavras da Dr<sup>a</sup>. R.B., este senador se revela convencido das informações dadas, assim se pronunciando:

l. 38	sen. S.B.	mas o que a senhora acabou de declarar confirmando
l. 39		que havia dito é <i>extremamente</i> importante dr <sup>a</sup> . Regina...
l. 40		então eu volto a lhe perguntar... a senhora telefonou para
l. 41		o senador Arruda no dia seguinte às dez horas falou com
l. 42		com ele dando conta que ia ser feito... que tinha
l. 43		conseguido o procedimento para tirar a lista ?
l. 44	dr <sup>a</sup> . R. B.	sim... falei com o senador Arruda
l. 45	sen. S.B.	mas a senhora falou <i>pessoalmente</i> com ele ?
l. 46	dr <sup>a</sup> . R.B.	falei <i>pessoalmente</i> com ele
l. 47	sen. J.R.A	sobre as ligações ... eu <i>sinceramente</i> no meu
l. 48		depoimento deixei muito claro que não tinha nenhuma
l. 49		lembrança disso /.../

Explorando, mais uma vez, a força expressiva do intensivo *extremamente*, o senador S.B. destaca a importância das informações dadas pela Dr<sup>a</sup> R.B., ao mesmo tempo que, na seqüência de sua fala, orienta a platéia para a confirmação do envolvimento do senador J.R.A., através do uso do delimitador *pessoalmente*.

Encadeando a sua fala à da Dr<sup>a</sup>. R.B. e também retomando sua fala anterior, o sen. S.B. faz uso da forma *pessoalmente*, para esclarecer ou precisar a resposta dada por Dr<sup>a</sup>. R.B., que, fazendo uso da mesma forma, reforça seu contra-argumento de que teria falado com o senador J.R.A e não com qualquer outra pessoa que a tivesse atendido em seu nome. Estratégia que vai contribuir para desmontar a tese defendida por esse senador que, verbalizando suas emoções

através do modalizador intersubjetivo *sinceramente*, tenta reverter a situação. A análise desse modalizador será retomada mais adiante.

Como vemos, as *EN –mente* (intensivo, advérbio, modalizador) vão desempenhar um papel relevante na organização da estrutura argumentativa do discurso, contribuindo, por outro lado, efetivamente, para a sua progressão, uma vez que, a ênfase dada aos argumentos, através dessas estruturas, desencadeia um momento de muita tensão entre os interlocutores, surgindo daí argumentos e contra –argumentos. A confirmação da Dr<sup>a</sup>. R.B. é marcada pela repetição do advérbio *pessoalmente*, que, participando da estrutura da proposição aparece como constituinte do sintagma verbal, na função sintática de adjunto, tendo enfraquecida, a nosso ver, a função semântica de delimitação. O efeito de sentido produzido por essa estrutura é o de orientar a platéia para a aceitação do contra–argumento apresentado por Dr<sup>a</sup>. R. B., exigindo do sen. J.R.A. uma elaboração mais *apurada* para a sustentação de seu argumento, segundo o qual ele não teria atendido nenhum telefonema da Dr<sup>a</sup>. R.B.

A função de delimitação assumida normalmente pela estrutura *pessoalmente* é mais fortemente assinalada na seqüência abaixo (texto do depoimento) em que, diferentemente da ocorrência anterior, pode-se constatar o apagamento da função adverbial. Vejamos:

l. 100	Sen. J.R.A	/.../ ela (R.B.) disse que não retornou... explica até a
l. 101		causa da pressa de tudo isso... então eu acho... eu
l. 102		<i>pessoalmente</i> acho que na visão...e veja que eu tenho
l. 103		muito respeito pela dr <sup>a</sup> . Regina /.../ levantaram outras
l. 104		teses /.../mas pelas conversas que tive com ela... não
l. 105		faria isso não... não me envolveria nisso com essa
l. 106		maldade... <i>sinceramente</i> não /.../
l. 107		/.../ então com todo respeito a ela.... que pelo menos
l. 108		houve uma precipitação ou um entendimento da
l. 109		questão que eu havia colocado de outra forma /.../

Ao referir-se à conversa que manteve com a Dr<sup>a</sup>. R.B., o senador J.R.A delimita a validade de seu enunciado, ou seja, esse é seu ponto de vista, através do delimitador *pessoalmente*, que tem por função reforçar essa expressão *eu acho que* (l.101 e 102). Outro exemplo desse tipo de delimitação pode ser observado na seqüência abaixo em que a estrutura *particularmente* aparece como constituinte de um movimento argumentativo de explicação do senador J.R.A., que, ainda na sessão do depoimento, visa particularizar a sua opinião.

l. 223	sen. J.R.A.	no terreno das hipóteses... senador Saturnino...
l. 224		senador Dutra tem a dele ... V. Ex. tem a sua... eu
l. 225		<i>particularmente</i> tenho a minha...tenho a minha
l. 226		conceitual... que talvez tenha inclusive me
l. 227		prejudicando nesse episódio /../ porque eu minimizei
l. 228		o episódio... eu <i>particularmente</i> acho que esse
l. 229		instituto do voto secreto /../

A função de delimitação pode ainda ser observada nas seqüências discursivas abaixo em que as estruturas *regimentalmente*, *burocraticamente* (sessão depoimento) *tecnicamente* (sessão acareação) diferentemente da delimitação assinalada pelas estruturas *pessoalmente* e *particularmente*, fixam a validade do enunciado no âmbito do domínio de um conhecimento, conforme se pode perceber em:

l. 303	sen. J.R.A.	/../ hoje não tenho a menor dúvida... de
l. 304		vulnerabilidade... esse computador é um queijo suíço
l. 305		/../ fatalmente ocorreu outras quebras de sigilo...
l. 306		<i>regimentalmente</i> mais graves... que não estão
l. 307		merecendo atenção neste momento /../

I. 326	sen. R.Te.	ela disse que está ultimando a... <i>burocraticamente</i> a...
I. 327		a papelada telefônica para enviar diretamente aqui /.../

I. 058	sen.J.R.A.	/.../ nenhum momento que a dr <sup>a</sup> tivesse vindo
I. 059		aquilo pelo lado negativo /.../ ainda que tivesse... que
I. 060		a minha exposição não tivesse sido <i>tecnicamente</i> a
I. 061		mais própria e disse olha...como eu não sei eu vou
I. 062		verificar de fato /.../

Nessas ocorrências, os delimitadores *regimentalmente*, *burocraticamente* e *tecnicamente* têm como função passar informação ao interlocutor em relação ao modo como ele deve pôr em movimento os mecanismos lingüísticos de significação. O fato de implicar uma ação sobre os interlocutores, uma vez que orientam para a compreensão do conteúdo proposicional, levou Bartsch e Bellert (*apud* Castilho e Castilho, 1993) a denominarem, respectivamente, os delimitadores de advérbios metacomunicativos e advérbios pragmáticos.

Retornando ao uso do modalizador afetivo *sinceramente*, nas várias ocorrências até aqui analisadas, podemos observar que o uso exaustivo desse modalizador, ao longo do depoimento, caracteriza um processo de metaforização, que consiste num deslizamento semântico da estrutura de base, passando a ser interpretado, no sentido contrário, a cada vez que é proferido por esse senador, ou seja, como comprovação de sua insinceridade. O enfraquecimento semântico deste modalizador pode ser percebido pela reação dos membros da Comissão de Ética, que parecem acreditar cada vez menos nas palavras do depoente, que, em momentos finais da acareação, assim se manifesta:



l. 533	sen. J.R.A	eu quero deixar é claro que não recebi ligação de
l. 534		ninguém /.../ eu <i>sinceramente</i> eu vou ser <b> muito</b>
l. 535		<b>sincero</b> ... eu não me lembro dessa ligação.. não é
l. 536		possível que ela tivesse sido feita e eu não tivesse
l.537		nenhuma lembrança /.../

Ao parafrasear *eu sinceramente* por *eu vou ser assim muito sincero*, enfatizando o adjetivo *sincero*, através do intensivo *muito*, o senador J.R.A. parece ter percebido a falta de força persuasiva deste modalizador, que, ao longo do depoimento e da acareação, vai perdendo seu valor perlocucionário. Como diz François (1996:35), não há como alguém poder fixar por um metadiscurso explícito o sentido implícito no seu discurso, *a posição explícita é (...), autodestrutiva (...), não pode senão provocar alguma coisa como o riso ou a desconfiança*. Diz ainda François (1996:35) *não é porque eu digo que meu discurso é sério ou para fazer rir que ele o é realmente*.

Podemos postular, seguindo Morel, que o modalizador *sinceramente* faz parte da estrutura de um movimento argumentativo de confirmação que revela a preocupação do locutor em pôr fim a desconfiança de seus interlocutores, modalizando de modo exaustivo seu enunciado através do uso de modalizadores, afetivos intersubjetivos para provar a veracidade de seu discurso.

Em outro momento da acareação, toda a polêmica é desenvolvida em torno da tese da distorção defendida pelo sen. J.R.A., segundo a qual a Dr<sup>a</sup>. R.B. teria distorcido suas palavras e transformado sua consulta em ordem. Polêmica que parece bem evidente nas colocações feitas pelo senador J.P. Vejamos:

l. 140	sen. J. P.	eu pergunto primeiro a dr <sup>a</sup> . Regina... não há
l. 141		possibilidade de mal-entendido dr <sup>a</sup> . Regina /.../ o
l.142		senador Arruda lhe pediu <b>CLARAMENTE</b> que a

l. 143		senhora providenciasse a violação do painel do
l. 144		senado e lhe entregasse o resultado para ser
l. 145		encaminhado ao senador Antônio Carlos
l. 146		Magalhães... Presidente do Senado ?
l. 147	dr <sup>a</sup> . R.B	me pediu <b>claramente</b> a emissão da lista de como
l. 148		votaram... de como votariam os senadores na
l. 149		votação do dia seguinte /.../
l. 152	sen. J.P.	senador Arruda... V. Ex. disse <b>CLARAMENTE</b>
l. 153		a dr <sup>a</sup> . Regina... consultou <b>clara... claramente</b>
l. 154		consultou a dr <sup>a</sup> . se era possível violar... porque
l. 155		havia uma preocupação com isso ?
l. 156	sen. J. R.A	claro que não... meu depoimento é muito claro
l. 157		nisso sen. Jeferson /.../ admiti... portanto... no meu
l. 158		depoimento a indução que a dr <sup>a</sup> . Regina fez...
l. 159		mas <b>TERMINANTEMENTE</b> não pedi... não dei
l. 160		ordem... não se falou em lista... em relação de
l. 161		votante... isso está muito claro /.../

A entoação expressiva com que é proferido e repetido o advérbio **claramente** pelo sen. J.P. na pergunta dirigida a Dr<sup>a</sup>. R.B. e, em seguida, ao sen. J.R.A revela, a nosso ver, uma estratégia ou um movimento do sen. J.P. que parece ter um duplo objetivo. Ao se dirigir a Dr<sup>a</sup>. R.B., este senador busca dirimir todas as dúvidas em relação ao envolvimento do sen. J.R.A. O uso deste advérbio orienta, assim, a discussão em duas direções, para a confirmação da tese da distorção, apresentada pelo sen. J.R.A., ou para a sua negação. Neste último caso, possibilitando a Dr<sup>a</sup>. R.B. ratificar a sua tese de que apenas cumprira uma ordem. Por outro lado, a repetição enfática do advérbio **claramente** na pergunta dirigida ao sen. J.R.A. permite-lhe retificar ou ratificar o seu depoimento, optando este senador pela confirmação da tese da distorção. Confirmação marcada pelo tom enfático dado ao advérbio **terminantemente**, cujo escopo é o verbo pedir, para negar de

uma vez por todas o seu envolvimento no ato praticado pela Dr<sup>a</sup>. R.B., participando desse advérbio de um movimento argumentativo de refutação do sen. J.R.A., que insiste na tese da distorção. Mais uma vez, o léxico utilizado por este senador visa a convencer os membros da Comissão de Ética de que seu depoimento é muito transparente, é o que se pode deduzir da repetição enfática do adjetivo *claro*, nas linhas 156 e 161.

Observando as contradições, o sen. J.P. retoma as palavras da Dr<sup>a</sup>. R.B. e mais uma vez faz uso do advérbio *claramente*, conforme se pode observar na seqüência abaixo:

l. 162	sen. J.P	bom... vou passar adiante... há uma contradição
l. 163		insanável... dr <sup>a</sup> . Regina disse não... não que tinha
l. 164		entendido... que ele disse <i>claramente</i> que ela
l. 165		levasse a lista /.../

Agora, *claramente*, num movimento conclusivo, serve para enfatizar a confirmação da Dr<sup>a</sup>. R.B. de que o sen. J.R.A. lhe teria *pedido claramente a lista*, e para sinalizar para a aceitação da tese defendida pela Dr<sup>a</sup>. R.B.

Operando, em todas essas ocorrências, no nível da proposição, o advérbio *claramente* assume funções também no nível do discurso. Assim, diferentemente de outros usos das *EN-mente*, aqui não há o apagamento da função adverbial. A esta função se somam outras funções discursivas, cujo efeito de sentido é contribuir para a definição das teses defendidas, orientando os membros da Comissão de Ética a se posicionarem contra ou a favor em relação ao depoimento do senador J.R.A.

Comparando o uso de *claramente* que ocorre na página 194, linha 89, no depoimento do sen. J.R.A., podemos observar que, diferentemente das ocorrências acima analisadas, esse advérbio aí aparece como constituinte de um movimento argumentativo, cujo objetivo é reforçar o compromisso deste senador com a verdade, tendo, assim, como efeito de sentido orientar a recepção de seu enunciado

para a aceitação de sua tese. Situações de uso que, a nosso ver, exemplificam o ponto de vista aqui defendido. Constata-se, mais uma vez, a tese de François (2000:2) de que a linguagem é sempre retomada-modificação, e de que a enunciação de uma palavra é sempre uma ocorrência única.

A desconstrução da tese do sen. J.R.A., que se configura na resposta categórica da Dr<sup>a</sup>. R.B., vai exigir, a partir daí, um esforço maior na construção dos enunciados dos interrogados e interrogantes, levando-os, conseqüentemente, a um uso exaustivo dos recursos de que dispõe a linguagem para a construção da argumentação, em particular, ao uso de muitas *EN -mente* (modalizadores epistêmicos e afetivos, focalizadores, delimitadores, advérbios prototípicos e intensificadores).

O efeito de sentido produzido por essas estruturas nos atos de fala produzidos pelo senador J.P. e por Dr<sup>a</sup>. R.B. se faz sentir, logo a seguir, nas palavras do sen. L.A. que, dando continuidade à acareação, coloca novamente a Dr<sup>a</sup>. R.B. em condição de ratificar seu argumento, contribuindo para um desfecho (envolvimento dos acusados) que vai, ao longo da acareação, definindo-se, conforme se pode ver:

l. 199	sen. L. A	eu vou fazer duas indagações... dirigidas uma a dr <sup>a</sup> .
l. 200		Regina... /.../
l. 205		/.../ saber qual o estado de espírito dela... se ela...
l. 206		<b>realmente</b> como ela se encontrava diante disso /.../ ?
l. 208	dr <sup>a</sup> . R. B.	muito ansiosa... muito ansiosa... tirando a parte toda
l. 209		a operação que foi realizada... noite sem dor...
l. 210		sem dormir...mas a minha preocupação <b>realmente</b> ...
l. 211		porque como me foi passado como uma determinação
l. 212		do sen. Antônio Carlos... e eu... na de entregar me foi
l. 213		dito que não era a ele que eu ia entregar... aquilo me
l. 214		causou uma insegurança muito grande... eu fiquei
l. 215		<b>realmente</b> muito tensa... até receber aquela ligação

l. 216	que me sinalizou que estava lá /.../
--------	--------------------------------------

Através da repetição do modalizador epistêmico *realmente*, retomado do enunciado pelo sen. L.A., Dr<sup>a</sup>. R.B. enfatiza a ansiedade e a tensão por que foi tomada durante todo o processo, desde a alteração do programa até a hora da entrega da lista. Ênfase marcada pela repetição das expressões *muito ansiosa*, (l.208) e *muito tensa*, (l.215). Desprovida de função sintática, *realmente* passa a operar no nível da enunciação, como constituinte de um movimento argumentativo de confirmação, contribuindo, assim, para a organização da estrutura argumentativa do discurso.

Nesta linha de raciocínio adotada ao longo do depoimento e da acareação, destaca-se a fala da senadora H.H. que, dando continuidade à questão colocada pelo sen. J.P., dirige-se à Dr<sup>a</sup> R.B., num tom fortemente autoritário e num movimento imperativo, marcado pela repetição da estrutura *psicologicamente*, exige da Dr<sup>a</sup> R.B. uma resposta que, com certeza, orientará para uma decisão contra o sen. J.R.A. Vejamos:

l. 275	sen. H.H	eu quero que V.S. diga pra essa comissão se em algum
l. 276		momento V.S.se sentiu coagida <i>psicologicamente</i> em
l. 277		relação a uma ordem que estava sendo colocada /.../ ?
l. 281	dr <sup>a</sup> . R.B	<i>realmente</i> minha resposta inicial pra ele foi que não
l. 282		podia fazer aquele tipo de relatório com esses dados
l. 283		/.../ mas ele disse que o presidente precisava daquele...
l. 284		daquela relação /.../
l. 285	sen. H. H	então V.S. está confirmando pra essa comissão que se
l. 286		sentiu de alguma forma coagida <i>psicologicamente</i> a
l. 287		cumprir uma ordem que V.S. identificava como de
l. 288		algum superior hierárquico... é isso ?
l. 289	dr <sup>a</sup> . R.B	sim... <i>psicologicamente</i> porque é claro que foi falado
l. 290		num tom de voz normal... mas <i>psicologicamente</i>
l. 291		me senti premedida a ir resolver o problema tanto
l. 292		assim que revela na forma como executei /.../

O uso do delimitador *psicologicamente*, nas diversas ocorrências da seqüência acima, vai contribuir para a sustentação da tese defendida pela Dr<sup>a</sup>. R.B. e conseqüentemente para a desconstrução da tese do sen. J.R.A.. Nas linhas 276 e 286, ao fazer uso deste delimitador, num movimento imperativo de pergunta, a sen<sup>a</sup>. H.H. deixa claro que considera como verdadeira a tese apresentada por ela (Dr<sup>a</sup> R.B.). Na sua pergunta, a sen<sup>a</sup>. H.H. parte do pressuposto da existência de *uma ordem* e não de *uma consulta*. O mesmo ocorre com a resposta de Dr<sup>a</sup> R.B. que, também se fundamentando nesse pressuposto, confirma ter sido *psicologicamente* coagida, enfatizando sua resposta através da repetição desse delimitador que nessa ocorrência participa de um movimento argumetativo de confirmação. A estratégia utilizada pela sen. H.H. busca, a nosso ver, conduzir a acareação nesta linha de raciocínio, ou seja, da culpabilidade do sen. J.R.A.

Considerando ainda o uso das formas *claramente* e *psicologicamente*, podemos observar que o sentido dessas estruturas, a exemplos de outras aqui analisadas, não poderia ser reduzido ao que sua forma isolada do contexto da

situação traduziria, ou seja, o sentido do adjetivo acrescido da noção de modo expresso pelo sufixo *-mente*. A análise mostra que o sentido não está vinculada à palavra, mas às condições de enunciação, sendo resultante da atividade dos sujeitos da linguagem, dos movimentos discursivos realizados pelos sujeitos em situações específicas de enunciação.

Podemos ainda observar que os efeitos de sentido produzidos pela enunciação dessas estruturas ilustram o ponto de vista de François, segundo o qual, a linguagem, como movimento, deve ser definida como multiplicadora da capacidade de produzir sentido por liberdade combinatória. O sentido de que se revestem muitas *EN -mente*, aqui analisadas, está bem distante das regras de organização sintática previstos pela tradição gramatical. Confirmando-se assim que um grande número de procedimentos de construção de sentido no diálogo são movimentos bem distanciados da mera aplicação de regras sintáticas.

Comprovamos também que o sentido é produzido, mais especificamente, por aquilo que não tem forma material, ou seja, a partir dos implícitos, o que em nos termos de François é definido como *significação não-localizável*. Em outras palavras, podemos postular que o sentido se esboça no desenvolvimento do próprio discurso, sendo produzido pelos movimentos discursivos, que se realizam a partir da utilização das estruturas morfo-semânticas, do material verbal para dizer coisas diferentes em situações também diferentes. É essa possibilidade de retomada-modificação, como afirma François, que permite as unidades da língua a veicularem múltiplas significações, produzindo vários efeitos de sentido.

Nessa perspectiva, a metáfora, como diz Ricoeur (*apud* François, 1996: 61), não é um exercício estranho de substituir uma palavra por outra, mas de produzir sentido pelo deslocamento de um domínio para outro. É o que exemplifica bem a diversidade de sentido produzido pelas *EN -mente* aqui analisadas, mostrando, nos termos de François, a fragilidade do sentido e sua perpétua transformação.

Na perseguição de seus objetivos, Dr<sup>a</sup>. R.B. continua modalizando exaustivamente seus enunciados, através da repetição do modalizador *realmente*, tendo como efeito orientar seus interlocutores para uma conclusão que lhe fosse

favorável. Respondendo às questões levantadas pelos senadores A. L., A. P. e M. S. diz a Dr<sup>a</sup> R.B. na seqüência das perguntas:

l. 383	dr <sup>a</sup> . R.B	/.../ eu não teria
l. 384		disposição física... psicológica para eu olhar a lista
l. 385		naquela hora... <b>realmente</b> tudo o que eu procurei fazer
l. 386		foi botar num envelope e levar pro destino... e e pedir
l. 387		pra que o Ivar eliminasse do disquete então <b>realmente</b>
l. 388		eu não soube do resultado /.../

l. 400	dr <sup>a</sup> . R.B.	/.../ cumpri minha parte... e a partir daí... <b>realmente</b>
l. 401		eu não tenho como responder as questões de eventuais
l. 402		diálogos entre os dois... <b>realmente</b> com muita
l. 403		sinceridade... pra mim aqui é... é tão novo como pra
l. 404		vocês /.../

l. 483	dr <sup>a</sup> . R.B	/.../ se ele me acalmou... elogiou /.../
l. 484		<b>realmente</b> foram coisas dessa natureza...agora se:: se a
l. 485		senhora quer dizer que ele falou muito muito obrigada
l. 486		eu não tenho como dizer isso pra senhora <b>realmente</b>
l. 487		/.../ pra mim ali fechou o que eu precisava

A fala da Dr<sup>a</sup> é marcada ainda pelo uso do modalizador **absolutamente**, que, como constituinte de movimentos argumentativos de refutação, tem por função asseverar enunciados em que a Dr<sup>a</sup> R.B., numa oposição explícita, reage às



colocações dos senadores L.A., A.L. e J.C., respondendo negativamente às questões que lhe são dirigidas por esses senadores. É o que vemos a seguir:

l. 217	sen. L. A.	dr <sup>a</sup> Regina V.S. já dirigiu o PRODASEN em outros
l. 218		momentos...ouviu falar... teve notícia ou conhecimento
l. 219		de alguma forma /.../ que tivesse havido violações como
l. 220		esta do painel... que a votação secreta pudesse ter sido
l. 221		do conhecimento de alguém ?
l. 222		/.../
l. 223	dr <sup>a</sup> . R.B.	não... <b>absolutamente</b> /.../ no primeiro período que eu em
l. 224		que fui diretora do PRODASEN era outro computador
l. 225		/.../

l. 239	sen. L.A.	dr <sup>a</sup> . é V.Ex. tinha claro que era ilícito /.../
l. 243		/.../ algum senador ou autoridade do senado solicitou
l. 244		a V.S. que praticasse algum ato /.../ houve alguma vez
l. 245		isso ou não ?
l. 246	dr <sup>a</sup> . R.B.	<b>absolutamente</b> ... não houve /.../

l. 456	sen. J.C.	a senhora...segundo li nos jornais...é filiada ao PSDB /.../
l. 460		/.../ em algum momento da conversa da senhora com
l. 461		o senador Arruda veio a falar sobre o partido /.../ ?
l. 463	dr <sup>a</sup> . R.B.	/.../ então não fiz a desfiliação ... mas não tive mais
l. 464		atividade nenhuma então não faria
l. 465		<b>ABSOLUTAMENTE</b> nada... das minhas ações dentro
l. 466		do PRODASEN teve qualquer conotação de cores
l. 467		partidárias <b>absolutamente</b> ... tratava todos os partidos com
l. 468		o mesmo tipo de tratamento

A reutilização do modalizador *absolutamente* constitui uma estratégia usada por Dr<sup>a</sup> R.B, que, prevendo possíveis refutações ou contra-argumentos de seus interlocutores, assume o conteúdo de seu enunciado. Comprometendo-se com a verdade do que enuncia, ela tenta fazer valer suas informações.

Em outro trecho da acareação, a Dr<sup>a</sup> R.B. recorre mais uma vez ao valor persuasivo das *EN –mente*, conforme se pode perceber na seqüência abaixo, cujo efeito de sentido é buscar a adesão de seus interlocutores. Vejamos:

l. 548	dr <sup>a</sup> . R.B.	/.../ não tomei iniciativa... foi uma iniciativa do senador
l. 549		/.../ eu coloquei <i>justamente</i> para dar um dado... porque
l. 550		naquele momento eu <i>realmente</i> imaginei onde que eu
l. 551		vou parar com isso... porque ia sendo <i>ABSolutamente</i>
l. 552		desmentida e como eu ia ficar... eu e os servidores do
l. 553		PRODASEN... com a nossa verdade e aí /.../ então
l. 554		<i>realmente</i> quando o senador ligou... eu fiz... procurei
l. 555		ver qual o primeiro detalhe que eu poderia dar /.../

Ao tentar passar a imagem de que colaborou para que a verdade fosse esclarecida, a Dr<sup>a</sup> R.B. faz uso das estruturas *justamente* e *realmente* e *absolutamente*, todas constituintes de um movimento argumentativo de justificação que tem como propósito minimizar a responsabilidade da interrogada no processo. Diferentemente das funções assumidas nas ocorrências anteriores, o modalizador *absolutamente* tem sua função modalizadora agregada à de focalizador, servindo para enfatizar o fato que a levou a se voltar para a verdade.

O uso do modalizador *realmente* pode também ser observado em atos de fala do sen. A.C.M. Como constituinte de movimentos argumentativos, esse modalizador tem como função discursiva orientar a recepção e a interpretação das colocações desse senador, contribuindo, efetivamente, para uma conclusão desfavorável ao sen. J.R.A. Vejamos:

1.086	sen. S.B.	bom... ao sen. Antônio Carlos eu perguntaria...
1.087		pergunto se:: se confirma o que disse antes que
1.088		não tinha tido nenhuma tratativa e e revelou-se
1.089		surpreso... surpreendeu-se com a entrega /.../

1.091	sen. ACM	é verdade /.../ não dei nenhuma autorização ao sen.
1.092		Arruda... nem ordem para tratar com dr <sup>a</sup> Regina
1.093		qualquer assunto... entretanto conversamos /.../
1.094		/.../ isso foi feito /.../
1.097		/.../ <i>realmente</i> foram feitas muitas conversas...
1.098		entretanto não houve autorização para o sen.
1.099		para tratar em meu nome /../

1.136	sen. J. P	senador Antônio Carlos
1.137	sen.ACM	lamento dizer <i>realmente</i> não dei nenhuma
1.138		autorização nem ao sen. Arruda nem a qualquer
1.139		pessoa para tratar de assunto de qualquer espécie
1.140		com a dr <sup>a</sup> Regina.

1.171	sen. J.P	admoestou a dr <sup>a</sup> Regina, em relação à violação do
1.172		painel ?
1.173	sen.ACM	passado algum tempo... tratei de um outro assunto
1.174		falei nesse assunto /../ e <i>evidentemente</i> estranhei
1.175		... está no meu depoimento que a dr <sup>a</sup> Regina não
1.176		tivesse me procurado para saber se o sen. Arruda
1.177		falava em meu nome... isso eu disse no meu

1.178		depoimento mais de uma vez <i>realmente</i> estranhei
1.179		/.../ sempre tratou assuntos com maior seriedade
1.180		... tudo ela disse aqui... <i>conseqüentemente</i> eu
1.181		achava que ela poderia ter me feito a consulta

Na linha 97, o modalizador *realmente* aparece como constituinte de um movimento argumentativo de confirmação realizado pelo senador A.C.M., que encadeando sua fala à do senador S. B. ratifica o que havia dito, dias antes, em seu depoimento. Antecipando às indagações do senador J. P., na linha 137, o senador A.C.M., num movimento de prolepse, faz uso novamente desse modalizador, para enfatizar seu desacordo em relação à tese da consulta apresentada pelo senador J.R.A. Na última seqüência, há ainda a ocorrência do modalizador epistêmico *evidentemente* e de *conseqüentemente*, ambos participando de um movimento de justificação do senador. A.C.M, que procura demonstrar ter-se surpreendido com o comportamento de Dr<sup>a</sup> R. B. Podemos, mais uma vez, constatar que o uso dessas estruturas é motivado pela situação concreta que faz surgir o discurso. Situação que também determina os diferentes efeitos de sentido produzidos por elas em interações orais dialogadas.

O *corpus* ainda nos fornece exemplos de outros usos de *EN –mente* que, providas de função sintática, ou seja, como constituinte da proposição, participam de movimentos discursivos, assumindo relevantes funções na organização da argumentação e do sentido no discurso, conforme se pode ver nas seqüências seguintes extraídas da sessão do depoimento:

#### A) Fala do senador J.R.A.

1. 044	Sen. J.R.A.	ele (Dr. Domingos) desceu... pegou o envelope... era
1. 045		realmente um envelope pardo /.../ não tinha nenhuma

l. 046		identificação...nem o envelope nem o papel /.../ então
l. 047		/.../ exatamente eu devo ter conversado mais quatro
l. 048		ou cinco... para encerrar aquela conversa e saí
l. 049		<i>imediatamente</i> em direção à sala do senador Antônio
l. 050		Carlos /.../

O senador J.R.A. faz uso do advérbio *imediatamente*, que, em contiguidade com o verbo sair, faz parte de um movimento argumentativo de relato ou narração, cujo propósito é chamar a atenção dos membros da Comissão de Ética para o fato de que não teve, em mãos, por muito tempo, a famosa lista, fato que lhe poderia beneficiar, redimindo-o de uma culpa maior.

#### B) Fala do senador S.B.

l. 231	Sen. S.B.	Posso fazer um aparte... desculpe... só pra lembrar o
l. 232		seguinte o senador Luís Estevão quando ele foi
l. 233		cassado... não havia ainda a comprovação de
l. 234		dos atos de corrupção... ele foi cassado
l. 235		basicamente porque mentiu mentiu <i>gravemente</i> ...
l. 236		mentiu repetidas vezes...quer dizer... a... a... a quebra
l. 237		de decoro foi a mentira dele perante o senado

Nesta seqüência, o relator do processo, o senador S. B., busca enfatizar a causa que motivou a cassação dos direitos políticos do senador L. E., intensificando a ação do verbo mentir através da reutilização desta forma verbal e do uso do advérbio *gravemente*, que aqui se reveste de uma função intensiva. Intensificação que parece ter por efeito de sentido lembrar aos membros da Comissão de Ética que a situação do senador interrogado era semelhante a do

senador L.E., buscando, assim, orientar os senadores na direção de uma punição para o senador J.R.A. É interessante observar que o adjetivo qualificativo que serve de base a formação desse advérbio tem por característica ser passível de intensificação.

### C) Fala do senador L.A.

l. 271	sen. L.A.	onde está a verdade... isso apenas para mostrar a alta
l. 272		a grave responsabilidade da nossa tarefa... da nossa
l. 273		missão que é ingente não é? é de calcularmos
l. 274		<b>realmente</b> a verdade... aqui há um problema semântico
l. 275		está colocado é: é:: <b>recorrentemente</b> /.../ é a ordem
l. 276		ou a determinação... pedido ou solicitação e consulta
l. 277		... e consulta que são <b>aparentemente</b> ... isso poderia ser
l. 278		a coisa menos relevante... mas de fato é
l. 279		relevantíssimo /.../

Em sua intervenção, o senador L.A. utiliza-se de várias *EN-mente*, que desempenham um papel relevante na organização da coerência argumentativa de seu ato de fala. Em posição intraproposicional, entre o verbo e seu complemento, o modalizador **realmente** (l.274), operando no nível da enunciação, sem perder assim seu valor prototípico de asseverador, tem essa função agregada à de focalização, para enfatizar o termo verdade. Utilizando-se, ainda, das possibilidades oferecidas pelo emprego dessas estruturas, o senador L.A. faz uso do advérbio **recorrentemente**, que, inserido num movimento mais amplo de pergunta, tem por função mostrar o problema gerado pela semântica das palavras *consulta*, *ordem*, *pedido*, *determinação*, *solicitação*, colocando-a como a questão central de toda aquela discussão. Ter sido **recorrentemente colocada** dá a dimensão da importância dessa questão e justifica o pedido de esclarecimento, feito por esse senador ao senador J.R.A. Observa-se ainda que ao usar o modalizador quase-

assevetativo *aparentemente* (l 277), o senador L.A. não se compromete, pelo menos totalmente, com aquilo que afirma, mas chama a atenção para o fato de que, se essas palavras podiam ser tomadas como *sinônimas*, aqui elas fazem a diferença. E o que poderia não ter importância torna-se um aspecto determinante no desenvolvimento da apuração dos fatos.

Podemos observar, ainda, nessa parte do *corpus*, embora numa baixa frequência estruturas em –mente de função metadiscursiva, cujo papel é orientar a produção e a recepção, conforme os exemplos abaixo em que o relator do processo, o senador J.R.A. e o senador A.L. fazem uso da estrutura *finalmente* para indicar que se orientam para conclusão das suas participações no processo de acareação. Vejamos:

I. 125	Sen. S.B.	<b>Finalmente</b> dr <sup>a</sup> . Regina... o senador Antônio Carlos
I. 126		lembrou-nos que passado algum tempo... /.../ ele
I. 127		admoestou a senhora sobre o que tinha ocorrido
I. 128		/.../ gostaria de ouvi-la a respeito disso /.../

I. 345	Sen. A.L.	<b>Finalmente</b> ...eu... gostaria de mais uma vez mostrar
I. 346		que nos estamos diante de um outro ponto de
I.347		controvérsia que é entre aquilo que
I. 348		<b>eventualmente</b> foi uma conversa genérica do então
I. 349		presidente o senador Antônio Carlos /.../

Apresentamos, nas páginas a seguir, quadros–resumo que demonstram as ocorrências das *EN –mente*, seus papéis semânticos e os movimentos discursivos de que essas estruturas participam no depoimento político (quadro-resumo 5) e na acareação (quadro-resumo 6).

**QUADRO–RESUMO 5: (depoimento político)**  
**FUNÇÕES SEMÂNTICO–DISCURSIVAS**  
**DAS EN–MENTE**

<i>OCORRÊNCIAS</i>	<i>NÍVEL DO DISCURSO</i>		<i>NÍVEL DA PROPOSIÇÃO</i>
<i>EN–MENTE</i>	<i>MOVIMENTO DISCURSIVO</i>	<i>FUNÇÃO SEMÂNTICA</i>	<i>FUNÇÃO SINTÁTICA</i>
<i>OBVIAMENTE</i> (l.07 – sen. J.R.A.)	<i>Movimento arg. de justificação</i>	<i>Modalização epistêmica</i>	<i>0</i>
<i>EXATAMENTE</i> (l.15 – sen. J.R.A.)	<i>Movimento arg. de confirmação</i>	<i>Focalização</i>	<i>0</i>
<i>SINCERAMENTE</i> (l.30 – sen. J.R.A.)	<i>Movimento arg. de Prolepse</i>	<i>Modalização afetiva</i>	<i>0</i>
<i>ABSOLUTAMENTE</i> (l.63 – sen. J.R.A.)	<i>Movimento arg. de prolepse</i>	<i>Focalização</i>	<i>0</i>
<i>EXTREMAMENTE</i> (l. 68 – sen. S.B.)	<i>Movimento arg. de refutação</i>	<i>Intensificação</i>	<i>Adjunção</i> (constituente de um G. Adj. Ou S. Adj.)
<i>CLARAMENTE</i> (l.89) – sen. J.R.A.)	<i>Movimento arg. de justificação</i>	<i>Qualificação</i>	<i>Adjunção</i> (constituente do SV)
<i>SINCERAMENTE</i> (l. 96 sen. J.R.A)	<i>Movimento arg. de refutação</i>	<i>Modalização afetiva</i>	<i>0</i>
<i>ESTRITAMENTE</i> (l. 98 sen. J.R.A).	<i>Movimento arg. de justificação</i>	<i>Delimitação (de constituinte)</i>	<i>Adjunção</i> (constituente de um G. Adj. ou S. Adj.)



**Continuação do quadro-resumo 5**

<i>OCORRÊNCIA</i>	<i>NÍVEL DO DISCURSO</i>		<i>NÍVEL DA PROPOSIÇÃO</i>
<i>EN – MENTE</i>	<i>MOVIMENTO DISCURSIVO</i>	<i>FUNÇÃO SEMÂNTICA</i>	<i>PAPEL SINTÁTICO</i>
<i>EXATAMENTE (l. 119 – sen. J.R.A.)</i>	<i>Movimento arg. de concessão</i>	<i>Modalização epistêmica</i>	<i>0</i>
<i>ABSOLUTAMENTE (l.131 – sen. J.R.A.)</i>	<i>Movimento arg. de refutação</i>	<i>Modalização epistêmica</i>	<i>0</i>
<i>ABSOLUTAMENTE (l.132 – sen. S.B.)</i>	<i>Movimento arg. de confirmação</i>	<i>Modalização epistêmica</i>	<i>0</i>
<i>ABSOLUTAMENTE (l.133 – sen. J.R.A.)</i>	<i>Movimento arg. de refutação</i>	<i>Modalização epistêmica</i>	<i>0</i>
<i>REALMENTE (l. 161 – sen. S. B.)</i>	<i>Movimento arg. de confirmação</i>	<i>Modalização epistêmica</i>	<i>0</i>
<i>ALTAMENTE (l.200 – sen. J.P.)</i>	<i>Movimento arg. de refutação</i>	<i>Intensificação</i>	<i>Adjunção (constituente de um G.Adj. ou S. Adj.)</i>

**QUADRO-RESUMO 6: (acareação)**  
**FUNÇÕES SEMÂNTICO-DISCURSIVAS**  
**DAS EN -MENTE**

<i>OCORRÊNCIA</i>	<i>NÍVEL DO DISCURSO</i>		<i>NÍVEL DA PROPOSIÇÃO</i>
<i>EN -MENTE</i>	<i>MOVIMENTO DISCURSIVO</i>	<i>FUNÇÃO SEMÂNTICA</i>	<i>PAPEL SINTÁTICO</i>
<i>REALMENTE</i> (l.34 e 35 –Dr <sup>a</sup> R.B)	<i>Movimento arg. de refutação</i>	<i>Modalização epistêmica</i>	<i>0</i>
<i>PESSOALMENTE</i> (l. 45 – sen. S. B.)	<i>Movimento int. de pergunta</i>	<i>Delimitação (de constituinte)</i>	<i>Adjunção</i> (constituente de um SV)
<i>PESSOALMENTE</i> (l.46 – Dr <sup>a</sup> R.B.)	<i>Movimento arg. de confirmação</i>	<i>Delimitação (de constituinte)</i>	<i>Adjunção</i> (constituente de um SV)
<i>SINCERAMENTE</i> (l 47 –sen. J.R.A.)	<i>Movimento arg. de refutação</i>	<i>Modalização afetiva</i>	<i>0</i>
<i>CLARAMENTE</i> (l.142 – sen. J.P.)	<i>Movimento de int. pergunta</i>	<i>Qualificação</i>	<i>Adjunção</i> (constituente de um S.V.)
<i>CLARAMENTE</i> (l.147 –Dr <sup>a</sup> R.B.)	<i>Movimento arg. de confirmação</i>	<i>Qualificação</i>	<i>Adjunção</i> (constituente de um SV)
<i>CLARAMENTE</i> (l.152 e 153– sen. J.P.)	<i>Movimento int. de pergunta</i>	<i>Qualificação</i>	<i>Adjunção</i> (constituente de um S.V.)
<i>TERMINANTEMENTE</i> (l.159 – sen. J.R.A.)	<i>Movimento arg. de refutação</i>	<i>Qualificação</i>	<i>Adjunção</i> (constituente de um SV)

## Continuação do quadro-resumo 6

<i>OCORRÊNCIA</i>	<i>NÍVEL DO DISCURSO</i>		<i>NÍVEL DA PROPOSIÇÃO</i>
	<i>MOVIMENTO DISCURSIVO</i>	<i>FUNÇÃO SEMÂNTICA</i>	<i>PAPEL SINTÁTICO</i>
<i>CLARAMENTE</i> (l.164 – sen. J. P.)	<i>Movimento arg. de conclusão</i>	<i>Qualificação</i>	<i>Adjunção</i> (constituente de um SV)
<i>REALMENTE</i> (l.210 – Dr <sup>a</sup> R.B.)	<i>Movimento int. de resposta</i>	<i>Modalização epistêmica</i>	0
<i>PSICOLOGICAMENTE</i> (l.276 – sen. H.H.)	<i>Movimento arg. de injunção</i>	<i>Delimitação</i> (de constituinte)	<i>Adjunção</i> (constituente de um SV)
<i>PSICOLOGICAMENTE</i> (l.289 – Dr <sup>a</sup> R. B.)	<i>Movimento arg. de confirmação</i>	<i>Delimitação</i> (de constituinte)	<i>Adjunção</i> (constituente de um SV)
<i>GRAVEMENTE</i> (l.235 – sen. S.B.)	<i>Movimento arg. de Justificação</i>	<i>Intensificação</i>	<i>Adjunção</i> (constituente de um SV)
<i>BUROCRATICAMENTE</i> (l.326 –sen. R.Te.)	<i>Movimento arg. de Justificação</i>	<i>Delimitação</i>	0
<i>SINCERAMENTE</i> (l.535 – sen. J.R.A.)	<i>Movimento arg. de confirmação</i>	<i>Modalização afetiva</i>	0
<i>ABSOLUTAMENTE</i> (l.551 – Dr <sup>a</sup> R.B.)	<i>Movimento arg. de justificação</i>	<i>Intensificação</i>	<i>Adjunção</i> (constituente de um SV)

Ao concluirmos a análise dessa primeira parte do *corpus*, gostaríamos de chamar a atenção para alta freqüência das estruturas: ***sinceramente***, ***exatamente***, ***realmente***, ***absolutamente*** que marcam os atos de fala do senador J.R.A. e de Dr<sup>a</sup> R.B., os principais protagonistas desse depoimento, assim como os movimentos discursivos de que essas estruturas participam e suas funções no discurso.

Começando pelo modalizador ***sinceramente***, podemos observar que seu uso é exclusivo dos atos de fala do senador J.R.A., que tem como propósito convencer os membros da Comissão de Ética do Senado Federal da sua versão dos fatos. Esse modalizador participa de vários movimentos argumentativos, (confirmação, refutação, prolepse), cujo objetivo é a sustentação da *tese da distorção* defendida por esse senador, conforme se pode observar nas linhas: 30, 54, 96, 205, 314, 344 (texto do depoimento) e ainda nas linhas: 47, 534, 573 (texto da acareação). Há ainda a se destacar, nos atos de fala do senador J.R.A., uma recorrência do focalizador ***exatamente*** que, assim como ***sinceramente***, ou seja, participando de vários movimentos argumentativos, tem por função orientar os interlocutores para uma conclusão favorável à tese desse senador.

Por outro lado, os modalizadores epistêmicos ***realmente*** e ***absolutamente*** têm uma alta freqüência nos atos de fala da Dr<sup>a</sup> R.B. (texto da acareação) que, rejeitando a *tese da distorção*, contra-argumenta defendendo a *tese da ordem*. Observa-se o uso do modalizador ***realmente*** nas linhas (34, 35, 130, 210, 215, 236, 274, 281, 307, 385, 387, 400, 402, 449, 454, 484, 486, 551). Participando dos movimentos argumentativos de confirmação, refutação e justificação, essas estruturas têm por função expressar o envolvimento da Dr<sup>a</sup> R.B. com aquilo que ela enuncia, havendo assim uma forte adesão a seu discurso. Numa freqüência menor, aparece o modalizador ***absolutamente***, linhas 21, 223, 246, 371, 465, 467, 551, que, em determinadas situações, tem sua função modalizadora ampliada, assumindo, o papel de intensivo e de focalizador, convergindo todos para a sustentação de sua tese.

Gostaríamos ainda de observar que, ao contrário da alta freqüência de modalizadores epistêmicos asseverativos, e da recorrência do modalizador afetivo intersubjetivo ***sinceramente***, constatou-se uma freqüência quase zero dos

modalizadores deônticos representados pelas *EN – mente*, fato que, a nosso ver, está diretamente relacionado à natureza do gênero de discurso aqui analisado em que os interrogados procuram demonstrar uma certeza daquilo que afirmam, constituindo-se, assim, lugar propício ao uso da modalização epistêmica e mais especificamente para os epistêmicos asseverativos e para a modalização afetiva.

Vejamos, na página a seguir, um quadro-demonstrativo em que destacamos as diversas funções semântico-discursivas assumidas pelas *EN – mente* de alta frequência no depoimento e na acareação, como constituintes de diferentes movimentos discursivos que vão contribuir para a construção da argumentação e do sentido do discurso.

**QUADRO–DEMONSTRATIVO: funcionamento das *EN* –mente no depoimento e na acareação**

Tipo de interação	<i>Movimentos discursivos</i>	Funções semânticas				
		Modalizador	Focalizador	Intensificador	Delimitador	qualificativo
Depoimento	Refutação	absolutamente (l.131,133 - dep.) sinceramente (l.47 - acar. l. 96 dep.) realmente (l.34, 35 - acar.)	exatamente (l.210 - dep.) absolutamente (l.21 - acar.)	Extremamente (l.68,73,74,79- dep.) altamente (l.200 – dep.)	somente (l.212 dep.)	terminantemente (l.159 – acar.)
	Confirmação	realmente (l.161- dep.) sinceramente (l.535 - acar.) absolutamente (l.132 – dep.)	exatamente (l.15 - dep, l. 85 - acar.)	x	psicologicamente (l.289,290 - acar.) precisamente (l. 219 – dep.) pessoalmente (l.46 – acar.)	claramente (l.147 – acar.)
	Justificação	absolutamente (l.551 - acar.) obviamente (l.07 - dep.) claramente (l.89 - dep.)	realmente (l.274) justamente (l.05- dep. l.549 - acar.) absolutamente (l.551 - acar.)	x	estritamente (l.98 - dep.)	gravemente (l.235 – acar.)
	Prolepse	sinceramente (l.30 50 - dep.) absolutamente (l.63 - dep.)	absolutamente (l.63) exatamente (l.47,51,58- dep.)	x	x	imediatamente (l.49 – dep.)
	Concessão	exatamente (l.121 - dep.)	x	x	x	x
	Conclusão	x	x	x	x	claramente (l.164 – acar.)
	Injunção	x	x	x	psicologicamente (l. 276 – acar.)	x
	Pergunta	x	x	x	pessoalmente (l.45 – acar..)	claramente (l. 142,152,153 - acar.)
	Resposta	x	x	x	pessoalmente (l.47 – acar.)	claramente (l.147 - acar.)
	Acareação					

## 5.2. Texto 2: entrevistas do VALPB

### 5.2.1 A situação de enunciação

As entrevistas aqui tomadas para análise constituem parte do *corpus* do Projeto Variação Lingüística da Paraíba (VALPB). Esse Projeto teve início em 1993 e surgiu como uma forma de pesquisar a realidade lingüística da comunidade de João Pessoa com o objetivo de traçar o perfil lingüístico, em nível fonético-fonológico e gramatical, dos falantes dessa comunidade, observando os fatores sociais que interferem no uso da língua. Os dados foram coletados através de entrevistas em que os informantes falavam sobre os temas apresentados pelo documentador, através de narrativa de experiência pessoal, de narrativa recontada, de relato de opinião, etc. Após a coleta, os dados foram transcritos e, posteriormente, armazenados eletronicamente a partir de 1994 e estão organizados em cinco volumes de acordo com a variável nível de escolaridade

### 5.2.2 As *En –mente* como constituinte de movimentos discursivos e suas funções no discurso

Neste gênero de discurso (entrevista), podemos observar, a exemplo do depoimento político, uma alta freqüência das *EN –mente*, mais especificamente de *realmente* e *exatamente* que, em razão da própria natureza deste gênero de discurso, vão participar de movimentos discursivos que vão produzir efeitos de sentido diferentes. É o que tentaremos ver a seguir, começando pela análise do modalizador *realmente*, que aparece como constituinte de diversos movimentos discursivos realizados pelo informante, conforme podemos perceber na seqüência discursiva abaixo:

1. 01	E*	certo... onde você nasceu e o que mais gostava nesse lugar ?
1. 02	I*	eu nasci na [ci] Itabaiana // num posso falar muito porque

1. 03		<i>realmente</i> eu me transportei de lá prá na idade de quatro
1. 04		anos... certo ?aí num... vaga lembrança

(VALPB: GG – vol. IV p. 53)

Nesse momento da entrevista, o documentador interroga o informante levando-o a falar sobre a cidade em que nasceu. Ao justificar por que não podia falar sobre o que mais gostava da cidade natal, o informante intervém em seu enunciado, modalizando-o através do asseverativo epistêmico *realmente*, que, nesse contexto, tem como efeito de sentido garantir a validade de sua informação. Operando no nível do enunciado, como constituinte de um movimento argumentativo de justificação, este modalizador revela que o informante pretende dar seu enunciado como verdadeiro. Diferentemente do depoimento político, aqui, o enunciatador/locutor busca simplesmente a crença de um único interlocutor.

Respondendo a uma outra indagação do documentador, o informante faz uso da mesma estrutura revestindo-a de um novo valor:

1. 05	E*	certo... e por que você saiu de Itabaiana e veio morar aqui ?
1. 06	I*	ah... isso aí foi:: problema de minha mãe... exatamente...
1. 07		não querer a gente na cidade:: cidade do interior... certo ?
1. 08		pra que a gente <i>realmente</i> tivesse oportunidade na capital
1. 09		entende ? /.../

(VALPB: GG – vol. IV, p. 53)

Tendo por escopo a lexia *ter oportunidade*, e também participando de um movimento argumentativo de justificação, *realmente*, não tem mais por função expressar o compromisso do informante com a veracidade da informação, ou seja, de tornar essa informação como digna de crédito. Nessa ocorrência, realmente, opera no nível da proposição como um advérbio, função que, a nosso ver, pode ser comprovada pela possibilidade de paráfrase com os enunciados *pra que a gente*



*tivesse de modo real uma oportunidade* ou *pra que a gente tivesse uma oportunidade real, concreta*, ou ainda *pra que a gente tivesse concretamente uma oportunidade*. Como constituinte de um SV, **realmente** tem sua função adverbial reativada, desempenhando no discurso a função de orientar para a compreensão da atitude da mãe do informante.

O uso de **realmente** pode ser observado, ainda, em vários outros momentos das entrevistas, assumindo essa estrutura, em cada situação, uma função específica: enfatizar o conteúdo da informação dada, organizar a argumentação; para a construção textual–interativa, conforme veremos nas seqüências discursivas a seguir.

I. 10	E*	e desses (colégio) qual o que você mais gostou ?
I. 11	I*	o que eu mais gostei ? é o melhor mesmo foi o Pio::
I. 12		os dois Pio Décimo e Pio Doze, foram os melhores...
I. 13		<b>realmente</b> ... foram os mais acentuados

(VALPB: GG, vol. IV, p. 54)

Na seqüência acima, o modalizador **realmente**, como constituinte de uma resposta, expressa um comprometimento total do informante que busca enfatizar o conteúdo já modalizado pelo seu concorrente **mesmo**, tendo, assim, por função reforçar a asseveração.

Solicitado a falar sobre programas de rádio que tratam de temas policiais, e a opinar sobre o tema *pena de morte*, o informante continua a fazer uso do modalizador **realmente** para traduzir não sua certeza em relação a suas informações, ou seja, o que se assevera não é o conteúdo da proposição, mas o propósito do informante de sustentar seu ponto de vista, é o que exemplifica as ocorrências dessa estrutura nas seqüências discursivas abaixo:

### Seqüência A

l. 66	E*	o que você acha desses programas tipo esses cronistas...
l. 67		desses cronistas policiais ?
l. 68	I*	eu num acho nada...eu acho que isso seria até bom se eles
l. 69		tomassem conhecimento da visão das coisas... se eles
l. 70		<b>realmente</b> :: se conscientizassem de que o fato <b>realmente</b>
l. 71		tinha acontecido da maneira que tivesse sido...chegasse a
l. 72		um programa de rádio e: abrisse:: o que ele <b>realmente</b>
l. 73		poderia ter conhecimento// não porque alguém telefona
l. 74		... diz é isso aí... ele vai::

(VALPB: GG, vol. IV, p. 60)

Após assumir uma atitude de neutralidade, através do uso da expressão *eu num acho nada*, o informante, num movimento de retomada–reformulação de seu enunciado, coloca-se, condicionalmente, a favor dos *programas de crônica policial*. As condições são enfatizadas pelo modalizador **realmente** que, participando de um movimento discursivo que permite uma continuidade temática, dá uma visão mais clara da compreensão do informante sobre o assunto. Numa posição encaixada entre os sintagmas sujeitos e os sintagmas verbais, esse modalizador participa, nas várias ocorrências, de um movimento de justificação.

Ao responder afirmativamente à indagação do documentador, o informante procura justificar sua posição em relação ao tema abordado. Antecipando-se a possíveis reações de discordância, ele tenta negociar com seu interlocutor a aceitação de seu ponto de vista, modalizando exaustivamente seu enunciado através da recorrência do modalizador **realmente**, conforme podemos observar na seqüência B, abaixo:

## Seqüência B

l. 149	E*	você é a favor da pena de morte ?
l. 150	I*	sou...seria... agora também existe detalhes ...seria a favor
l. 151		se <b>realmente</b> fosse pego exatamente... sendo ele o autor
l. 152		pra deduzir...apontar de que foi ele fulano ou sicrano não aí
l. 153		pagaria gente inocente... né ? porque... por exemplo a polícia
l. 154		pegasse ou qualquer pessoa mesmo que <b>realmente</b> visse a
l. 155		situação do crime do estupro... seja lá que do negócio:: que
l. 156		<b>realmente</b> o autor afirmar se:: que seria a pessoa então...
l. 157		<b>realmente</b> :: tinha que ir pra pena de morte sem inocentar
l. 158		não ... certo ? pagar pelo que <b>realmente</b> fez /.../
l. 159	E*	se for provado mesmo
l. 160	I*	provado... provado... provado /.../

(VALPB: GG, vol. IV, p.64)

Na linha151, o modalizador **realmente** enfatiza a condição essencial de sua concordância com a *pena de morte*, ou seja, a de ser preciso que o acusado seja realmente o culpado. Já nas linhas.154 e 156, a repetição desse modalizador tem por função orientar para a compreensão da posição assumida pelo informante. Procurando justificar seu ponto de vista, ele coloca duas condições que sustentariam seu argumento fundamental. A recorrência desse modalizador confere ao enunciado uma força ilocutória que vai orientar para a conclusão do ponto de vista defendido pelo informante de que comprovada a culpa a *pena de morte* deveria ser aplicada. Conclusão que é enfatizada pela repetição do **realmente** nas linhas157 e 158, e que leva o documentador a resumir os argumentos do informante, na seqüência da linha 159, (*se for provado mesmo*) tendo o informante ratificado seu argumento através da repetição enfática do adjetivo *provado*, (l.160), e do **mesmo** em lugar do **realmente**.

Diferentemente do que ocorre no depoimento, em que o modalizador *realmente* tem por efeito de sentido orientar uma platéia para a comprovação das teses defendidas, buscando-se uma adesão, o modalizador *realmente*, na seqüência B, não se refere às condições de verdade do enunciado. Como vimos, aqui a recorrência de *realmente* traduz uma necessidade do informante em precisar melhor sua opinião, buscando uma aceitação de seu ponto de vista.

A exemplo do modalizador *realmente*, o focalizador *exatamente*, nesse gênero de discurso, têm uma alta freqüência. Como constituinte de movimentos discursivos que vão contribuir para o desenvolvimento da interação, o focalizador *exatamente* tem por função enfatizar parte do enunciado que lhe serve de escopo, diferentemente do que ocorre no depoimento político, em que ele participa da estrutura argumentativa do discurso, como constituinte de movimentos discursivos, cuja função é a sustentação das teses defendidas.

Tomemos como exemplo esse trecho da entrevista onde há uma alta ocorrência do focalizador *exatamente*:

1. 30	E*	é fica só <i>exatamente</i> na na na penumbra... né ? /.../ quando
1. 31		as luzes se dissiparem
1. 32	I*	talvez um dia ela volte a brilhar... né ?
1. 33	E*	hum... hum... e sobre essas revisão constitucional que tanto
1. 34		fala... o que você pensa sobre ?
1. 35	I*	isso tudo é furto:: ... safadeza /.../ agora é só pra correr dinheiro
1. 36		e esconder mais
1. 37	E*	falcatrua
1. 38	I*	é falcatrua... <i>exatamente</i>
1. 39	E*	e sobre esse caso desses deputados envolvidos com essas
1. 40		lavagem de dinheiro... loto... sena... esse caso desse deputado
1. 41	I*	<i>exatamente</i> ... não tem um homem no Brasil pra chegar e
1. 42		fuzilar:... ou então mandar fechar o congresso /.../ tinha que ser
1. 43		feito isso aí:... correto ? na minha... meu ponto de vista é isso

l. 44		aí
l. 45	E*	você é a favor da volta da ditadura ?
l. 46	I*	não... não... não... /.../ não porque... <i>exatamente</i> ... eu acho
l. 47		que vai haver muito massacre... principalmente das pessoas
l. 48		que realmente não têm nada a ver /.../ a perseguição
l. 49		<i>exatamente</i> ... é:: é implacável... entende ?
l. 50	E*	hum...hum... e você acha que a televisão influencia essas
l. 51		campanhas políticas ?
l. 52	I*	demais... tem que renegar sobre isso... televisão é:: um canal
l. 53		um canal de ilusão...o que é bom pouco existe em televisão e
l. 54		noventa por cento do que é ruim... <i>exatamente</i> ... todo mundo
l. 55		copia
l. 56	E*	e como você acha que deveria ser essa programação para
l. 57		que não influenciasse tanto a cabeça das pessoas ?
l. 58	I*	na verdade eu acho que eles poderiam fazer aí:: é onde eu
l. 59		acho que poderia ter uma revisão certo? e alertassem os pais
l. 60		pra que realmente não:: cedesse:: espaço pra criança
l. 61		<i>exatamente</i> :: ter tempo pra:: certo tipo de programa de
l. 62		televisão... certo ? e por aí é início... né ? isso aí
l. 63	E*	qual o noticiário que você mais gosta ?
l. 64	I*	eu... qualquer um... <i>exatamente</i> ... desde que realmente ele
l. 65		venha com mais fatos reais

(VALPB: GG- Vol. IV, p.57)

O uso exaustivo de *exatamente* é marcado, conforme podemos ver, pela sua grande liberdade posicional. Em diferentes posições, esse focalizador vai produzir diferentes efeitos de sentido. Na linha 38, em final de turno, *exatamente* tem por função ratificar a posição do interlocutor, enfatizando-a. Na linha 41, *exatamente* inicia o turno como marcador de assentimento, através do qual o interlocutor expressa sua concordância em relação ao colocado no turno

imediatamente anterior, ocupando assim uma posição interturno. Esse movimento de retomada introduzido por *exatamente* evita que o interlocutor repita todos os elementos que podem ser recuperados no co-texto. Através desse marcador, o interlocutor encadeia sua fala à do locutor dando continuidade ao tema, revelando seu desacordo em relação ao comportamento de deputados envolvidos em corrupção. As palavras de repúdio do informante a esse tipo de procedimento dão o tema da pergunta seguinte do documentador, que, prosseguindo a entrevista, pede sua opinião sobre uma possível volta da ditadura.

Assumindo uma posição contrária a essa possibilidade, através da repetição enfática da partícula negativa *não*, o informante procura justificar sua rejeição, apresentando, para tanto, dois argumentos, ambos enfatizados pelo focalizador *exatamente*, na linha 46, numa posição intraproposicional e na linha 49, em posição interturno. Primeiramente *porque vai haver muito massacre*, argumento ao mesmo tempo focalizado por *exatamente*, e atenuado pela expressão modalizadora *eu acho que*, traduzindo a atitude do locutor que emite sua opinião de modo não-categórico e definitivo (expressão de grande recorrência nesse gênero de discurso analisado). O segundo argumento, o de que *a perseguição é implacável*, é também enfatizado por esse focalizador, participando ambos de um movimento de justificação que se insere num movimento mais amplo de resposta.

Solicitado, ainda, a falar sobre a influência da televisão nas campanhas políticas, o informante, num movimento de confirmação, enfatiza parte de seu enunciado através do focalizador *exatamente* que é colocado após seu escopo, o adjetivo *ruim*, numa posição intraproposicional, (1.54).

Finalmente, podemos observar nesse trecho da entrevista, mais duas ocorrências de *exatamente* (linhas 61 e 64) em que o informante continua pontuando sua fala através da repetição dessa estrutura, numa tentativa de explicar o que deveria ser feito para evitar que as crianças, termo enfatizado por esse focalizador, sejam influenciadas pelos programas de televisão. Na linha 64, numa posição interproposicional, *exatamente* tem como termo focalizado o sintagma nominal que o antecede, ou seja, *qualquer um*. A recorrência do modalizador *realmente* e do focalizador *exatamente* revela, a nosso ver, um comportamento

idiosincrásico do informante que parece resultar de uma necessidade de chamar a atenção do documentador para o que está sendo dito.

Conforme se pode perceber, embora desprovidos de função sintática em todas as ocorrências aqui analisadas, o modalizador *realmente* e o focalizador *exatamente* atualizam-se, como constituinte de movimentos discursivos que vão contribuir para a coerência do discurso. Funcionando como focalizador ou como marcador discursivo, *exatamente* serve como facilitador para a organização e planejamento do discurso do informante, não devendo ser considerado, a exemplo do que ocorre com *realmente*, como um elemento descartável sob o ponto de vista discursivo–interativo. Vejamos, a seguir, dois quadros–resumo do funcionamento das *EN–mente*: *realmente* e *exatamente*.

## QUADRO–RESUMO 7 (entrevistas do VALPB)

FUNÇÕES SEMÂNTICO-DISCURSIVAS  
DAS *EN-MENTE*

<i>OCORRÊNCIA</i>	<i>NÍVEL DO DISCURSO</i>		<i>NÍVEL DA PROPOSIÇÃO</i>
<i>EN-MENTE</i>	<i>MOVIMENTO DISCURSIVO</i>	<i>FUNÇÃO SEMÂNTICA</i>	<i>FUNÇÃO SINTÁTICA</i>
<i>REALMENTE (l.03 – infor)</i>	<i>Movimento arg. de justificação</i>	<i>Modalização epistêmica</i>	<i>0</i>
<i>REALMENTE (l.08 infor.)</i>	<i>Movimento arg. de justificação</i>	<i>Qualificação</i>	<i>Adjunção (constituente de um SV)</i>
<i>REALMENTE (l.13 – infor.)</i>	<i>Movimento int. de resposta</i>	<i>Modalização epistêmica</i>	<i>0</i>
<i>REALMENTE (l.70 e 72 – infor)</i>	<i>Movimento de retomada-reformilação</i>	<i>Modalização epistêmica</i>	<i>0</i>
<i>REALMENTE (l.151 – infor.)</i>	<i>Movimento arg. de justificação</i>	<i>Modalização epistêmica</i>	<i>0</i>
<i>REALMENTE (l.154 e 156 – infor.)</i>	<i>Movimento arg. de Justificação</i>	<i>Modalização epistêmica</i>	<i>0</i>
<i>REALMENTE (l.157 – infor.)</i>	<i>Movimento arg. de conclusivo</i>	<i>Modalização epistêmica</i>	<i>0</i>



Continuação do quadro-resumo 7 (entrevistas do VALPB)

<i>OCORRÊNCIA</i>	<i>NÍVEL DO DISCURSO</i>		<i>NÍVEL PROPOSIÇÃO</i>
<i>EN – MENTE</i>	<i>MOVIMENTO DISCURSIVO</i>	<i>FUNÇÃO SEMÂNTICA</i>	<i>FUNÇÃO SINTÁTICA</i>
<i>EXATAMENTE (l.38 – infor).</i>	<i>Movimento arg. de confirmação</i>	<i>Focalização</i>	<i>0</i>
<i>EXATAMENTE (l.41 – infor )</i>	<i>Movimento int. de confirmação</i>	<i>Modalização epistêmica</i>	<i>0</i>
<i>EXATAMENTE (l.46 e 49 – infor.)</i>	<i>Movimento arg. de refutação</i>	<i>Focalização</i>	<i>0</i>
<i>EXATAMENTE (l.54 – infor )</i>	<i>Movimento arg. de confirmação</i>	<i>Focalização</i>	<i>0</i>
<i>EXATAMENTE (l 61 – infor.)</i>	<i>Movimento arg. de justificação</i>	<i>Focalização</i>	<i>0</i>
<i>EXATAMENTE (l.64 –infor.)</i>	<i>Movimento int. resposta</i>	<i>Focalização</i>	<i>0</i>

### 5.3 Texto 3: entrevistas de TV

#### 5.3.1 A situação de enunciação

Nesse momento de nossa análise nos voltamos para a última parte do *corpus* que é constituída de algumas entrevistas de TV. Entrevistas que foram realizadas no programa Bom-dia Paraíba, na TV Cabo Branco, uma filiada da Rede Globo de Televisão, sobre temas variados, com duração média de cinco minutos. Essas entrevistas têm sempre como propósito consultar especialistas para dar informações em determinadas áreas do conhecimento, caracterizando-se, assim, como um gênero de discurso do domínio informativo.

Registramos, a seguir, a data de realização das entrevistas, com o nome do entrevistado e o tema discutido: dia 23/04/01; entrevistado: Secretário de Segurança Pública do Estado da Paraíba, tema: segurança na *micarande*; dia 25/04/01, entrevistado: Diretor da Receita Federal, tema: imposto de renda; dia 26/04/01, entrevistado: Dr. Ítalo, tema: hipertensão; 19/06/01, entrevistado: Dr. Pedro Cardoso, tema: drogas.

#### 5.3.2 As *EN –mente* como constituinte de movimentos discursivos e suas funções no discurso

As entrevistas aqui analisadas caracterizam-se como um tipo de interação em que se misturam espontaneidade e planejamento. O entrevistador cumpre o papel de condutor da entrevista, num sistema tradicional de pergunta-resposta, tendo por propósito informar os telespectadores sobre os temas das entrevistas, desenvolvendo-se num clima de cordialidade e harmonia, sem ameaça à preservação das faces dos interlocutores. Observa-se que esse tipo de entrevista é orientado também pelos telespectadores que desempenham um papel relevante, como elemento propulsor da organização e das modificações que se realizam antes e durante as entrevistas, uma vez que são eles o alvo que se pretende alcançar.

Conforme veremos, o uso das *EN –mente*, nesse gênero de discurso, tem uma função bastante distinta das do depoimento político, que se caracterizou como de grande tensão, e também das entrevistas do VALPB, cujo objetivo foi a constituição de um *corpus*. Vejamos, a seguir, alguns trechos dessas entrevistas.

1. 01	Jorn.	secretário... como transcorreu a micarande este ano em
1. 02		termo de segurança ?
1.03	Sec.	foi <b>extremamente</b> animador animador... <b>extremamente</b>
1. 04		positivo /.../ este ano nós não tivemos é problema de
1. 05		violência física contra pessoa... não tivemos atentado
1. 06		violento ao pudor... uma festa <b>extremamente</b> é... é...
1. 07		demonstrando a civilidade do povo paraibano e dos
1. 08		cidadãos que aqui vieram para divertimento /.../

(Bom–dia Paraíba em 23/04/01)

Essa seqüência é marcada pela repetição do intensivo **extremamente**, cuja função é enfatizar a satisfação do entrevistado em relação ao sucesso da *micarande 2001*, em termo de segurança. Na ocorrência da linha 03, a ênfase é reforçada pela repetição do adjetivo *animador*. O uso do intensivo na linha 06 é marcado pela elipse do adjetivo intensificado. O entrevistado limita-se a classificar a festa como **extremamente**, deixando a critério da opinião do telespectador a complementação da predicação, para o que contribuirá, certamente, o dito anteriormente pelo entrevistado. Tendência que começa a se configurar no uso de algumas *EN –mente* de valor intensivo e de que são exemplos **extremamente** e **altamente**. Esse uso pode ser percebido na ocorrência de **altamente** na seqüência abaixo extraída de uma entrevista do VALPB em que o informante ao falar das filhas assim se pronuncia:

l. 11	I*	são muito legal... tem uma que é professora... trabalha de
l. 12		manhã.... e a outra é essa que eu falei... que ela:: tava
l. 13		terminando psicologia... sabe ? menina <i>altamente</i> ...
l. 14		educação sabe ? tudo lá... eu gosto muito da... da minha
l. 15		turma

(VALPB: ASF – Vol II, p. 92-112)

Retomando a entrevista do Secretário de Segurança, constatamos mais uma vez o uso do intensivo *extremamente*, no momento em que o jornalista, tomando o turno do entrevistado, antecipa-se e conclui a fala do mesmo. Vejamos:

l. 12	Jorn.	todos resolvidos
l. 13	Sec.	<i>exatamente</i> ... porte ilegal de arma apenas dois... no âmbito
l. 14		da <i>micarande</i> é:: nós estamos <i>extremamente</i> felizes com
l. 15		esse resultado

(Bom-dia Paraíba em 23/04/01)

Através do uso de *exatamente*, na função de marcador de assentimento, o entrevistado dá continuidade ao tema, expandindo seu comentário, enfatizando sua felicidade por meio da repetição do intensivo *extremamente*. Uma análise discursiva desse intensivo nos permite observar que, diferentemente do que ocorre no depoimento político, página 193 (linhas: 68,73,74,79), cuja situação de enunciação o revestem de um funcionamento que vai contribuir para ampliar a tensão entre os interlocutores, aqui, *extremamente* produz um outro efeito de sentido, o de marcar o otimismo na fala do entrevistado. Diferença que é marcada pela semântica dos próprios adjetivos intensificados: *tensa, nervosa, complexa, grave*, no depoimento político; e *animador, positivo e felizes*, na entrevista e que resulta da situação de enunciação, em que foram produzido os discursos, mais

especificamente a natureza da temática tratada e também dos gêneros (depoimento e entrevista).

Se do ponto de vista da sintaxe *extremamente*, nas várias ocorrências, participa de um SAdj ou GAdj., como constituinte de um SV, exercendo como tal uma função de adjunção no nível da proposição, obedecendo a um modelo previsto pela descrição gramatical; no nível do discurso, *extremamente* participa de movimentos discursivos distintos e até opostos (refutação e confirmação) que vão orientar o discurso em sentidos diferentes.

Essas interações são marcadas também pela recorrência de *exatamente*, como constituintes de movimentos discursivos que vão se voltar, principalmente, para o desenvolvimento da interação, permitindo a progressão do discurso e a continuidade temática. É o que se pode observar em seqüências de outras entrevistas de TV que constituem o *corpus*. Vejamos:

l. 01	Jorn.	o prazo para a entrega da declaração do imposto de renda
l. 02		termina agora ?
l. 03	DRF	<i>exatamente</i> ... é é:: esse prazo termina agora... segunda
l. 04		feira e esse prazo é improrrogável né ? /.../
l. 17	Jorn.	quem entrega a declaração mais cedo tem possibilidade de
l. 18		receber mais cedo?
l. 19	DRF	<i>exatamente</i> ... a receita federal tem premiado né ? os
l. 20		contribuintes que têm sido ágeis na entrega das suas
l. 21		declarações

(Bom-dia Paraíba em 19/06/01)

l. 12	Jorn.	e muito do que o sr. disse é a gente viu que não
l. 13		necessariamente é preciso ser tratado com medicamento
l. 14		para hipertensão
l. 15	Dr. Ítalo	<i>exatamente</i> ... a grande maioria... a grande maioria de

l. 16		medidas que controlam a pressão são simples... não
l. 17		demandam custos /.../

(Bom-dia Paraíba em 26/04/01)

l. 25	Jorn.	dr. Pedro... o senhor é autor de vários trabalhos... vários
l. 26		livros... inclusive esse livro aqui... “álcool... droga lícita ?”
l. 26	Dr. Pedro	<b>exatamente</b> ...eu estou lançando este livro “álcool...droga
l. 27		lícita” que é um compêndio que aparecendo <b>exatamente</b>
l. 28		no milênio aí como um compêndio que eu... eu acho que
l. 29		esse livro se propõe muito mais uma abordagem médico
l. 30		social do que um aprofundamento científico /.../
l. 38		/.../ nós falamos muito mais nas chamadas drogas
l. 39		pesadas... a morfina... a heroína.. LSD...cocaína... êxtase
l. 40		mas ninguém fala <b>exatamente</b> as drogas lícitas /.../ nós
l. 41		temos o tabaco... o cigarro... que.. que é... é o cigarro é
l. 42		responsável <b>exatamente</b> por 90% do pulmão... e não só
l. 43		do câncer do pulmão /.../

(Bom-dia Paraíba em 19/06/01)

Nesta última seqüência, registramos, na fala do entrevistado (Dr. Pedro) a recorrência da estrutura **exatamente** que assume aí não só a função de marcador, mas também e, principalmente, de focalizador (linhas. 27,40,42) tendo por função, nesse último caso, enfatizar os termos: *no milênio*, *as drogas lícitas* e *por 90% do pulmão*, tendo por efeito de sentido chamar a atenção dos telespectadores para os aspectos enfatizados.

Identificamos ainda, na fala desse entrevistado, outras ocorrências de **exatamente** que, participando de movimentos de confirmação, contribui para a progressão do discurso. Embora não dê continuidade ao tema, o interlocutor ratifica seu papel através do uso desse marcador. É o que podemos observar nas seqüências abaixo:

1. 01	Jorn.	um estudiosos do assunto drogas... inclusive com vários
1. 02		livros publicados... não é verdade ?
1. 03	Dr. Pedro	<i>exatamente</i>
1. 04	Jorn.	é certo chamar um fulano /.../ qualquer de alcoólatra ?

(Bom-dia Paraíba em 19/06/01)

1. 20	Jorn.	o alcoolismo é uma das chamadas drogas é... é drogas
1. 21		lícitas como é o cigarro ?
1. 22	Dr. Pedro	<i>exatamente</i>
1. 23	Jorn.	eu agora pergunto ao senhor /.../

(Bom-dia Paraíba em 19/06/01)

Apresentamos, a seguir, um quadro-resumo do funcionamento das *EN* –  
*mente: extremamente e exatamente* nesse gênero de discurso.

**QUADRO–RESUMO 8: (entrevista de TV)**

**FUNÇÕES SEMÂNTICO–DISCURSIVAS  
DAS EN –MENTE**

<i>OCORRÊNCIAS</i>	<i>NÍVEL DE DISCURSO</i>		<i>NÍVEL DA PROPOSIÇÃO</i>
<i>EN –MENTE</i>	<i>MOVIMENTO DISCURSIVO</i>	<i>FUNÇÃO SEMÂNTICA</i>	<i>FUNÇÃO SINTÁTICA</i>
<b>EXTREMAMENTE</b> <i>(l.03 –Secret.)</i>	<i>Movimento int. de resposta</i>	<i>Intensificação</i>	<i>Adjunção (constituente de um G.Adj. ou S Adj.)</i>
<b>EXATAMENTE</b> <i>(l.13 –Secret.)</i>	<i>Movimento int. de resposta (confir )</i>	<i>Modalização <sup>8</sup> epistêmica</i>	<i>0</i>
<b>EXATAMENTE</b> <i>(l.03 –Dir.RF)</i>	<i>Movimento int. de resposta (confir.)</i>	<i>Modalização epistêmica</i>	<i>0</i>
<b>EXATAMENTE</b> <i>(l.03,22 –Dr. P.)</i>	<i>Movimento int. de resposta (confir.)</i>	<i>Modalização epistêmica</i>	<i>0</i>
<b>EXATAMENTE</b> <i>(l.27,40,42 –Dr. P.)</i>	<i>Movimento arg. de justificação</i>	<i>Focalização</i>	<i>0</i>

<sup>8</sup> Seguimos aqui a orientação de Castilho e Castilho (1993:240). De acordo com esses autores, alguns modalizadores asseverativos, a exemplo de *exatamente*, podem funcionar também como *marcadores conversacionais*.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o objetivo de analisar, numa perspectiva semântico–discursiva, as *EN–mente* em interações orais dialogadas, partimos da hipótese de que o sentido dessas estruturas só pode ser definido por uma abordagem que permita levar em conta não só a materialidade verbal do discurso, mas também e, sobretudo, a situação concreta de enunciação. A análise dos dados orientou-nos para a confirmação de nossa hipótese, levando-nos a algumas conclusões que nos cumpre apresentá-las como forma de considerações finais.

A primeira delas é a de que, diferentemente do que afirma a tradição gramatical e lingüística, as *EN –mente*, quando atualizadas no discurso, nem sempre se comportam como advérbios. No *corpus* analisado, muitas dessas estruturas sofrem apagamento da função adverbial de adjunção, ou seja, deixam de funcionar como um constituinte da proposição de função acessória, passando a funcionar apenas no nível do discurso, contribuindo efetivamente para a construção do sentido. Se considerarmos os chamados advérbios de frases ou de sentenças de que falam algumas gramáticas normativas, observamos que, nesse contexto, elas já aparecem desprovidas de qualquer função na hierarquia sintática da frase.

Um outro aspecto constatado é o de que, no nível do discurso, uma mesma *EN –mente* pode acumular mais de uma função semântica, agregando à sua função prototípica uma outra, produzindo diferentes efeitos de sentido. É o que ocorre, por exemplo, com o modalizador epistêmico *absolutamente*, que, sem perder sua função modalizadora, passa a funcionar como focalizador, conforme podemos observar em seqüências discursivas do depoimento político, nas páginas: 193 (linha 63), 200 (linha.296). O que não ocorre no nível da sintaxe, uma vez que a descrição gramatical rejeita qualquer tipo de anfilogismo sintático.

A multifuncionalidade dessas estruturas e os diferentes sentidos de que elas se revestem, no nível do discurso, vêm confirmar a tese defendida por alguns estudiosos e assumida por nós, no presente trabalho, de que não existe uma relação

unívoca entre forma e função e entre forma e sentido. Parafraseando Wittgenstein (1996), podemos dizer que as formas das palavras assim como as formas das ferramentas nada dizem sobre a diversidade de suas funções e retomando as palavras de François (2002:1), podemos dizer que *os sentidos de todas as palavras têm alguma coisa de constante e qualquer coisa que varia em função de seu contexto e de sua situação de emprego*, não estando, assim, preso a uma forma.

Uma outra constatação foi a de que uma mesma *EN –mente* pode aparecer como constituinte de diferentes movimentos discursivos, conforme podemos observar no quadro-demostrativo a seguir, produzindo efeitos de sentidos diferentes, na fala de um mesmo locutor, é o que ocorre com o modalizador afetivo *sinceramente*, utilizado pelo senador J.R.A, na página 205 (linha 47), num movimento de contra–argumentação; na página 194 (linha 96), num movimento argumentativo de refutação; na página 192 (l.30) num movimento de prolepse e ainda na página 221 (l.534), num movimento de confirmação. Tal fato vem confirmar o que postula François (1996) que a especificidade da linguagem está mais no inesperado, nos movimentos realizados em cada situação de enunciação do que nas estruturas lingüísticas. Nessa perspectiva, o sentido estaria mais na dependência dos movimentos discursivos do que no aspecto discreto dos signos.

Resta-nos ainda salientar que, no desenvolvimento do discurso, uma *EN –mente*, num processo de recorrência, pode sofrer um deslizamento semântico e produzir um efeito de sentido exatamente oposto aos propósitos comunicativos do falante. É, a nosso ver, o que acontece na recorrência do modalizador *sinceramente*, nos atos de fala do senador J.R.A., que, sentindo a necessidade de provar a sinceridade de suas palavras, termina por revelar sua insinceridade, o que confirma o ponto de vista de François (2000) de que não há retomada sem movimento de metáfora.

A análise do funcionamento das *EN –mente* nos gêneros aqui tomados nos leva a postular que essas estruturas, assumindo funções distintas, como constituintes de diferentes movimentos discursivos, vão contribuir mais especificamente para a organização da argumentação, no depoimento e na acareação; e para a organização textual-interativa nas entrevistas do VALPB e nas

entrevistas de TV, estando o seu funcionamento, a nosso ver, relacionado aos gêneros de que elas fazem parte.

Quanto à posição das *EN –mente*, podemos observar que essas estruturas gozam de uma grande liberdade posicional, na cadeia da fala, não deixando, entretanto, de manifestar uma certa tendência para uma ou outra posição, o que pode ser explicado, usando a terminologia de François, como um tipo de afinidade léxico–gramatical, a exemplo do que ocorre com o focalizador *exatamente*, cuja incidência maior é a anteposição a seu escopo, em posição intraproposicional, conforme pudemos comprovar na análise do depoimento político. Isso não impede, entretanto, sua colocação em outras posições, como por exemplo, posposto a seu escopo. Na função de marcador, como sinal de concordância, ou para assinalar tomada de turno, *exatamente* aparece quase sempre em posição interturno, conforme vimos nas seqüências extraídas das entrevistas de TV. Já na função de advérbio prototípico, há uma tendência para a posição pós-verbal ou pré-verbal, o que não impede seu aparecimento em posições que possam surpreender.

A análise do *corpus* revela ainda que, funcionando no âmbito do discurso ou no âmbito da proposição, as *EN –mente* contribuem *efetivamente*: para a construção da argumentação; para a organização discursivo–interacional, orientando a produção e a recepção do discurso; para a caracterização dos atos de fala, expressando avaliações subjetivas e epistêmicas do sujeito falante em relação a ele ou a seu enunciado; para completar o conteúdo proposicional ou para delimitar a área de sua validade; para a construção do sentido do discurso e ainda para revelar um comportamento idiossincrásico de um falante.

Conforme se vê, o desempenho das *EN –mente* no uso efetivo da linguagem, ultrapassa o nível da hierarquia sintática da frase, não devendo, portanto, a sua descrição ficar restrita a uma abordagem de natureza sintático–semântica como postula a tradição gramatical. Restringir a descrição das *EN –mente* a esse nível é pensar as estruturas isoladas de seu funcionamento; é pensar a língua como sistema abstrato e o sentido como resultado das relações internas a esse sistema, como algo pronto e definitivo; é, assim, não sair do nível das

estruturas e das relações sintagmáticas. É, ainda, considerar apenas o que há de genérico no uso das *EN –mente*, ou, em outras palavras, é não perceber que o genérico, como diz França (2000) se acompanha de uma estilística particular a cada situação de enunciação. Retomando mais uma vez França, podemos dizer que, no uso de um signo, o que importa não é sua generalidade ou sua particularidade, mas sua generalidade–particularidade.

Por outro lado, é, também, deixar de fora da descrição lingüística o sujeito e suas astúcias; um sujeito como agente da atividade de linguagem; um sujeito discursivo (França, 1998) capaz de atualizar as mesmas formas lingüísticas para dizer coisas diferentes; um sujeito capaz de fazer movimentos com a linguagem para construir sentidos a partir de uma compreensão ativa responsiva (Bakhtin), retomando e modificando o já-dito; um sujeito capaz de argumentar e contra–argumentar em defesa de seus pontos de vistas. É, principalmente, deixar de fora do discurso o seu criador, é pensar um discurso sem sujeito.

Por tudo isso, e parafraseando Bakhtin, concluímos nosso trabalho na expectativa de ter trazido *uma luz nova a um fenômeno bem conhecido e aparentemente bem estudado*, mas também conscientes de que esse *fenômeno* poderá continuar a ser considerado, ainda, como *aparentemente estudado*, merecendo, assim, de outros interessados pelo assunto uma *nova luz*. Não obstante, esperamos que possa servir a outros projetos de estudos que tenham como objetivo descrever as estruturas lingüísticas no funcionamento da linguagem, considerando, para tanto, o lingüístico e seus *entornos*, assim como os movimentos discursivos como constitutivos do sentido na dinâmica das interações orais dialogadas. As conclusões a que chegamos instigam-nos a novas investigações sobre o funcionamento dessas estruturas em outros gêneros orais dialogados ou não–dialogados, assim como em outros gêneros da modalidade escrita. O desafio está lançado.

## REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

- ASCOMBRE, J.C. e DUCROT, O. *L'argumentation dans la langue*: Langages. 1976.
- AUSTIN, John L. *How to do things with words*. Oxford Universty Press, Londres: 1962.
- BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- \_\_\_\_\_. *Questões de literatura e estética*. São Paulo: Hucitec, 1988.
- \_\_\_\_\_. *Marxismo e filosofia da linguagem*. [1929]. São Paulo: Hucitec, 1979.
- BALLY, C. [1944]. *Linguistique générale et linguistique française*. Berne: 1965.
- BARBOSA, J. S. *Gramática filosófica da língua portuguesa*. Lisboa: Tipografia da Academia Real das Ciências, 1866.
- BARROS, D. L. P. & FIORIN, J. L. (orgs.). *Dialogismo, polifonia, intertextualidade*. São Paulo: EDUSP, 1999.
- BASÍLIO, M. *Morfológica e castilhamente: um estudo das construções X – mente no português do Brasil*. In: Revista de documentação de estudos em lingüística teórica e prática. Homenagem a Ataliba T. Castilho. Vol. 14, 1998.
- BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. Edição revista e ampliada. Rio de Janeiro: Lecena 2000.
- BENVENISTE, E. [1966]. *Problemas de lingüística geral I*. São Paulo: EDUSP, 1976.
- \_\_\_\_\_. [1974]. *Problemas de lingüística geral II*. Campinas: Pontes, 1989.
- BIDERMAM, M. T. C. *Teoria lingüística quantitativa e computacional*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1978.
- BLOOMFIELD, L. [1935]. *Language*. LONDRES, George Allen & Unwin,. 1967.
- BONFIM, Eneida. *Advérbios*. São Paulo: Ática, 1988.
- BOLINGER, D. *Meaning and form*. London: Longman, 1977.
- BORBA, F. S. *Introdução aos estudos lingüísticos*. Campinas: Pontes, 1991.

BOURDIER, P. *Ce que parler veut dire*. Paris: Fayard, 1982.

BRAIT, Beth (org.) *Bakhtin, dialogismo e construção do sentido*. Campinas, São Paulo: UNICAMP, 1997.

\_\_\_\_\_. As vozes bakhtinianas e o diálogo inconcluso. In: Diana P. Barros & José L. Fiorin (org.). *Dialogismo, polifonia, intertextualidade*. São Paulo: EDUSP, p. 11-27, 1994.

BRANDÃO, H. H. N. Pragmática lingüística: delimitações e objetivos. In: *Retórica de ontem e de hoje*. São Paulo: Humanitas – FFLCH / USP, 2001.

\_\_\_\_\_. *Subjetividade, argumentação, polifonia: a propaganda da Petrobrás*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

\_\_\_\_\_. *Introdução à análise do discurso*. Campinas: UNICAMP, 1993.

BRÉAL, M. [1897]. *Ensaio de semântica: ciência das significações*. Trad. Eduardo Guimarães *et alii*. São Paulo: EDUC, Pontes, 1992.

BRETON, Philippe. *A argumentação na comunicação*. Bauru. São Paulo: EDUSC, 1999.

BRONCKART, Jean-Paul. *Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sócio-discursivo*. São Paulo: EDUC, 1999.

BÜHLER, Karl. *Teoria del lenguaje*. Madrid: Edição da Revista Ocidente, 1950.

CAMARA Jr, J. M. *Contribuição à estilística da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1977.

\_\_\_\_\_. *História e estrutura da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão, 1976.

\_\_\_\_\_. *História da lingüística*. Petrópolis: Vozes, 1975.

\_\_\_\_\_. *Estrutura da língua portuguesa*. Petrópolis: Vozes, 1970.

CASTELEIRO, J. M. *A análise gramatical dos advérbios de frase*. [ ] Biblios, 1982.

CASTILHO, A. T. *A língua falada no ensino do português*. São Paulo: Contexto, 2002.

\_\_\_\_\_. Estudo das unidades discursivas do português falado. In: Castilho, A. T. (org.) *Gramática do português falado: a ordem*. Vol. I, 1990.

CASTILHO, A. T. de. e CASTILHO C. M. Advérbios modalizadores. In: Ilari R. (org.) *Gramática do português falado*. Vol. II, Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.

CERVONI, Jean. *L'énonciation*. Paris: PUF, 1989.

CHOMSKY, N. *Topics in the theory of generative grammar*. The Hague, Mouton, 1966.

\_\_\_\_\_. *Syntactic structure*. The Hague, Mouton, 1957.

CORACINI, M. J. *Um fazer persuasivo: o discurso subjetivo na ciência*. São Paulo: Pontes, 1991.

\_\_\_\_\_. *Etude des adverbs de relativité déjà-já e encore–ainda*. São Paulo: USP. Dissertação de Mestrado, 1980.

COSERIU, E. Determinação e entorno. In: *Teoria da linguagem e lingüística geral: cinco estudos*. Rio de Janeiro: Presença, 1979.

CUNHA, C. *Gramática da língua portuguesa*. Belo Horizonte: Bernardes Álvares S/A. 1976.

CUNHA, Celso F. & CINTRA, C. F. L. *Nova gramática do português contemporâneo*. São Paulo: Nova Fronteira, 1985.

CUNHA, D. A. C. *Discours rapporte et circulation de la parole*. Leuven/louvain-la-Neuve, Peeters/ Publications Linguistiques de Louvain. Tese de Doutorado, Université de Paris V: Sorbonne, 1984.

DASCAL, M. (org.) *Fundamentos metodológicos da lingüística*. Vol. 4. Campinas, São Paulo, 1982.

DE SOUZA, W. E. Retórica, argumentação e discurso. In: *Análise do discurso: fundamentos e práticas*. Mari, Hugo. Machado, Ida Lúcia. Mello, Renato de. Orgs. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2001.

DIAS, L. F. *Os sentidos do idioma nacional: as bases enunciativas do nacionalismo lingüístico no Brasil*. São Paulo: Pontes, 1996.

DOSSE, F. *História do estruturalismo*. Vol. I: O campo do signo. Campinas: UNESP. 1993.

DUCROT, O. *O dizer e o dito*. Campinas, São Paulo: Pontes, 1987.

\_\_\_\_\_. *Enunciação Enciclopédia Einaudi*. Vol. 2 Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1984.

\_\_\_\_\_. *Les mots du discours*. Paris: Seuil, 1981.

\_\_\_\_\_. *Analyses pragmatiques*. In: *Revista Communications*, 32. Paris: Ecole des Hautes Études en Sciences Sociales, 1980.

ELIA, S. Sobre a natureza do advérbio. In: *Miscelânea em honra de Rocha Lima* (org. Raimundo B. Neto). Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas do Colégio Pedro II, 1980.

FARACO, C. A. *Linguística histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas*. São Paulo: Ática, 1991.

FILMORE, C. *The case for case*. In: Bach & Harms, 1968

FIORIN, José Luiz. *As astúcias da enunciação*. São Paulo: Ática, 1996.

FODOR, J. A. & KATZ, J. J. *The structure of language: readings in the philosophy of language*. Englewood Cliffs, New Jersey, Prentice-Hall, 1964.

FRANCHI, C. *Linguagem: atividade constitutiva*. Almanaque 5, p. 9-27, 1977.

FRANÇOIS, F. *Sens, sujet, genres... ou que faire des grandes mots ?* (mimeo), 2002.

\_\_\_\_\_. *Fonction, genres et mouvements discursifs. Um essai de clarification (?)...* (mimeo), 2000.

\_\_\_\_\_. *Les discours et ses entours*. Paris: L'Harmattan, 1998.

\_\_\_\_\_. *Práticas do oral*. Tradução de Lélia E. Melo. Carapicuíba: Pró-Fono Departamento Editorial, 1996.

\_\_\_\_\_. *Morale et mise em mots*. Paris: L'Harmattan, 1994.

\_\_\_\_\_. *Oral et écrit: affinités, contradictions, interactions*. In: *Les entretiens*. Editions Nathan, 1993 (ed Bentolida).

\_\_\_\_\_. *La communication inégale. Heurs et malheurs de l'interaction verbale*. Neuchâtel, Delachaux et Niestlé, 1990.

\_\_\_\_\_. *Sémantiques et signification*. In: *La linguistique*. 25, fasc. L, 75-114 [ ], 1989.



\_\_\_\_\_. *Continuité et mouvements discursifs dans les dialogues*. Conférence présentée à un des travail de l, A. R.P. L. ° E. V., 1983.

\_\_\_\_\_. *Dialogue, discussion et argumentation au debut de la scolarité*. Pratiques argumenta – 28 – 1980 (a).

\_\_\_\_\_. L'analyse sémantique et la mise en mots. In: *Les traits généraux du langage*. 1980 (b).

\_\_\_\_\_. HUDELOT.C. e SABEAU-JOUANNET. *Conduites linguistiques chez le jeune enfant*. Paris: PressES Universitaires de France, 1984.

FREGE, G. *Lógica e filosofia da linguagem*. São Paulo: Cultrix, 1978.

GARCEZ, P. M. e RIBEIRO, B. M. T. (org.). *Sociolinguística interacional*. Porto Alegre: AGE, 1998.

GERALDI, J. W. *Portos de passagem*. São Paulo: Martins Editora, 1991.

GIVON, T. *Functionalism and grammar*. Amsterdam/Filadélfia: Jonh Benjamins Publishing Company, p. 81-127, 1991.

GOMES, J. M. B. *Classes de vocábulos e partes do discurso*. Mimeo. UFPB, 1988.

\_\_\_\_\_. *Categorias gramaticais*. Mimeo. UFPB, 1988.

GRANGER, G. et alii. *Filosofia da linguagem*. Coimbra: Livraria Almedina, 1973.

GRICE, H. P. Lógica e conversação. In: DASCAL, Marcelo (org.) *Fundamentos metodológicos da lingüística*. Campinas: Editora do Autor. Vol. IV, p. 81-103.

GREIMAS, A. I. *Semântica estrutural*. São Paulo: Cultrix, EDUSP, 1973.

GUIMARÃES, E. *Os limites do sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem*. Campinas: Pontes, 2002.

\_\_\_\_\_. (org.) *História e sentido na linguagem*. Campinas. São Paulo: Pontes, 1989.

\_\_\_\_\_. *Texto e argumentação: um estudo das conjunções do português*. Campinas: Pontes, 1987.

\_\_\_\_\_. Sobre alguns caminhos da Pragmática. In: *Sobre Pragmática*. Série Estudos. Vol. 9. Minas Gerais: Faculdades integradas de Uberaba, 1983.

HALLIDAY, M. A. K. *An introduction to functional grammar*. Londres: Edward Arnold, 1995.

HARRIS, Z. [1952]. *Analyse du discours*. Langage, 1969.

HENRY, H. *A ferramenta imperfeita: língua, sujeito e discurso*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1992.

HORA, Dermeval & PEDROSA, J. L. R. *Projeto variação lingüística da Paraíba*. Volumes I, II, III, IV e V. João Pessoa: Idéia, 2001.

HUMBOLDT, W. V. *Introduction à l'ouvre sur le Kavi et autres essais*. Seuil, 1974.

ILARI, R. Sobre advérbios focalizadores. In: *Gramática do português falado*. Vol. I, (org. Ilari). Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993.

\_\_\_\_\_. Considerações sobre a posição dos advérbios. In: *Gramática do português falado*. Vol. I, (org. Ilari) Campinas: UNICAMP, 1990.

ILARI, R. & GERALDI, J. W. *Semântica*. São Paulo: Ática. Série Princípios, 1985.

JAKOBSON, R. *Essais de linguistique générale*. Paris: Minuit. 1963.

\_\_\_\_\_. *Lingüística da comunicação*. São Paulo: Cultrix, 1960.

KATZ, J. J. & POSTAL, P. M. *An Integrated theory of linguistic descriptions*. Cambridge, Massachussts, MiT Press, 1964.

KERBRAT-ORECCHIONI, C. *Les interactions verbales*. Tome II. Paris: Armand Colin, 1992.

\_\_\_\_\_. *Les interactions verbales*. Tome I. Paris: Armand Colin, 1990.

\_\_\_\_\_. *L'énonciation. De la subjectivité dans le langage*. Paris: Armand Colin, 1980.

KOCH, Ingedore G. V. *Desvendando os segredos do texto*. São Paulo: Cortez, 2002.

\_\_\_\_\_. *A inter-ação pela linguagem*. São Paulo: Contexto, 2000.

\_\_\_\_\_. *Argumentação e linguagem*. São Paulo: Cortez, 1987.

\_\_\_\_\_. *A questão das modalidades numa nova gramática da língua portuguesa*. Araraquara: Estudos Lingüísticos, 1996.

KOCH, Ingedore G. V. & BARROS, K. S. M. (orgs.). *Tópicos em lingüística do texto e análise da conversação*. Natal: EDUFRRN, 1997.

KRISTEVA, Júlia. *História da lingüística*. Lisboa: Edições 70 Ltda. Coleção Signos. 6, 1969.

LOBATO, L. M. P. (org.). *A semântica na lingüística moderna: o léxico*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1997.

LYONS, J. *Linguagem e lingüística: uma introdução*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan S.A., 1987.

\_\_\_\_\_. *Semantics*. Londres Cambridge University. Trad. Vol. I. Coimbra: Almedina, 1977.

MAGALHÃES, M. I. S. (org.). *As múltiplas faces da linguagem*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996.

MARCUSCHI, L.A. *História da semântica e teoria semântica*. Mimeo. UFPE, 2000.

\_\_\_\_\_. *Marcadores conversacionais no português brasileiro: formas, posições e funções*. (mimeo). UFPE, 1987.

\_\_\_\_\_. *Análise da conversação*. São Paulo: Ática, 1986.

MARQUES, M. H. D. *Iniciação à semântica*. Coleção LETRAS. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas – São Paulo, 1997.

MAURER JÚNIOR, T. H. *O problema do latim vulgar*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1959.

MEILLET, A. *Linguistique historique et générale*. Paris: Honoré Champion, 1926.

MOREL, Mary–Annick. Elements pour une rhétorique de la conversation. In: *Cahiers d'acquisition et de pathologie du langage*. Paris III, 1988.

MOURA, H. M. *Significação e contexto: uma introdução a questões de semântica e pragmática*. Florianópolis: Insular, 2000.

NEF, F. *A linguagem: uma abordagem filosófica*. Trad. Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

- NEVES, M. H. M. *Gramática de usos do português*. São Paulo: UNESP, 2000.
- \_\_\_\_\_. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fonte, 1997.
- \_\_\_\_\_. A modalidade. In: *Gramática do português falado*. Vol. VI, (org. Koch, Ingedore G. V.). Rio de Janeiro: UNICAMP, 1996.
- \_\_\_\_\_. *A vertente grega da gramática tradicional*. São Paulo: HUCITEC. Editora Universidade de Brasília, 1987.
- OLIVEIRA, M. A. *reviravolta lingüístico-pragmática na filosofia contemporânea*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- ORLANDI, P. E. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: UNICAMP, 1999.
- \_\_\_\_\_. *A linguagem e seu funcionamento*. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- \_\_\_\_\_. *As formas do silêncio no movimento dos sentidos*. Campinas: UNICAMP, 1992.
- OSAKABE, H. *Argumentação e discurso político*. São Paulo: Kairós, 1979.
- PARET, H. *Enunciação e pragmática*. Campinas: UNICAMP, 1988.
- PAUL, Herman. [1937]. *Princípios fundamentais da história da língua*. Lisboa: Calouste Gulbenkian. 1970.
- PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso*. Campinas: UNICAMP, 1988.
- PERELMAN, C. e OLBRECHTS-TYTECA, L.[1996]. *Tratado da argumentação: a nova retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- PERINI, M. *Para uma nova gramática do português*. Série Princípios. São Paulo: Ática, 1991.
- POSSENTI, S. *Sobre noções de sentido e efeito de sentido*. Campinas (mimeo), 1997.
- \_\_\_\_\_. *Discurso, estilo e subjetividade*. São Paulo: Martins Fonte, 1993.
- \_\_\_\_\_. *O sujeito fora do arquivo: ensaio em análise do discurso*. Campina:(mimeo, s/d).
- POTTIER, B. *Lingüística moderna e filologia hispânica*. Madrid: Editorial Gredos, 1968.
-

- RIBEIRO, Júlio. *Gramática portuguesa*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1914.
- RIBEIRO, M G. C. *Advérbio: uma categoria gramatical do discurso*. Dissertação deo de Mestrado. João Pessoa: UFPB, 1993.
- RISSO, M. S. *et alii. Marcadores discursivos: traços definidores*. Rio de Janeiro:UFRJJ, mimeo, UFRJ, 1995.
- ROBINS, R. H. *Pequena história da lingüística*. Rio de Janeiro: Ao livro técnico, 1967.
- ROCHA LIMA, C. H.[1972]. *Gramática normativa da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1987.
- ROCHA, Regina. *A enunciação dos provérbios: descrição em francês e português*. São Paulo: ANNABLUME. Coleção Timbre, 1995.
- SAID ALI. M. *Gramática secundária da língua portuguesa*. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1971.
- SALAZAR–ORVIG, A. S. *Les mouvements du discours: style, reference et dialogue des entretiens cliniques*. L’Harmattan, 1999.
- SANTOS, S. L. *Perspectivas no estudo da argumentação quotidiana*. Universidade Federal de Pernambuco. Psicologia: Teoria e Pesquisa. Vol. 12, 1996.
- SAUSSURE, F. *Curso de lingüística geral*. São Paulo: Cultrix, EDUSP, 1969 (1 ed. 1913).
- SCHIFFRIN, Deborah. *Approaches to discourse*. Oxford UK & Cambridge, Brasil Blackwell, 1994.
- SEARLE, J. *Speech acts*. London: Cambrige Universty Press, 1969.
- SILVA, Carly. *Gramática transformacional – uma visão global*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1978
- SILVA, G, & MACEDO, A. A análise sociolingüística de alguns marcadores conversacionais. In: *Variação e discurso*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.
- SOUZA e SILVA, M. C. P de, & KOCH, I. G. V. *Lingüística aplicada ao português: sintaxe*. São Paulo: Cortez, 1987.
- THIELEMANN, Werner. *Advérbios: peso funcional – níveis de operação*. Universidade Humboldt de Berlin, mimeo, 2002.
-

- TODOROV, T. *Mikhail Bakhtin. Le principe dialogique*. Paris: le SEUL, 1981.  
\_\_\_\_\_. *Problèmes de l'énonciation*. Langage, 17, 1970.
- TOULMIN, S.E. *The uses of argument*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990 (1 ed.1958).
- VENDRYES, J. *Le langage – introduction à l'histoire*. Paris: Albin Michel, 1968.
- VIEIRA, H. G. *Os advérbios e a complexidade lingüística no discurso: uma abordagem semântico-pragmática*. Porto Alegre: PUC. Tese de Doutorado, 1986.
- VILELA, M. *Gramática da língua portuguesa*. Coimbra: Almedina, 1995.
- VION, R. *La communication verbale: analyse des interactions*. Paris: Hachette Supérieur, 1992.
- VOGT, C. *Linguagem, pragmática e ideologia*. São Paulo: HUCITEC, 1989.
- WITTGENSTEIN, L.[1953] *Investigações filosóficas*. Petrópolis – Rio de Janeiro: Vozes, 1996.
-

**ANEXO I: COMISSÃO DE ÉTICA DO SENADO  
FEDERAL DA REPÚBLICA DO BRASIL**

**COMISSÃO DE ÉTICA DO SENADO FEDERAL  
DA REPÚBLICA DO BRASIL**

**ASSUNTO: “VIOLAÇÃO DO PAINEL ELETRÔNICO DESTA INSTITUIÇÃO”**

**SESSÃO 1: “DEPOIMENTO DO SENADOR JOSÉ ROBERTO ARRUDA”**

1. 01	Senador R. Te	tem Vossa Excelência a palavra
1. 02	Senador J. R. A.	e eu já me colocaria à disposição das perguntas... me
1. 03		parece o mais racional e o mais eficiente porque com
1. 04		certeza os senhores vão levantar <i>justamente</i> aqueles
1. 05		pontos que considero os pontos importantes... os
1. 06		pontos nodais do esclarecimento da questão e aí
1. 07		<i>obviamente</i> será esclarecido
1. 08	Senador R. Te	<i>perfeitamente</i>
1. 09	Senador R. Tu	dentro do... do que coloca o Senador Arruda... ele
1. 10		considera como seu depoimento nenhuma alteração...
1. 11		nada que pudesse é:: modificar aquilo que
1. 12		<i>objetivamente</i> manuscrito fez em leitura...
1. 13		este é o seu depoimento perante o Conselho de Ética...
1. 14		é isso que eu entendi ?
1. 15	Senador J. R. A.	<b>EXATAMENTE</b> isso Senador Romeu Tuma... se os
1. 16		senhores tiverem de acordo... eu coloco esse
1. 17		pronunciamento que foi escrito à mão... que todos têm
1. 18		cópia e que tem 36 páginas... que ele seja considerado
1. 19		já íntegra do meu depoimento /.../
1. 20	Senador E. D.	todos nós detectamos as contradições entre os
1. 21		depoimentos... então Senador Arruda nessa sua



1. 22		exposição é:: priorizasse <i>exatamente</i> essas diferenças
1. 23		entre... entre as duas exposições /.../ porque seria evitar
1. 24		que ele fizesse tudo de novo... ou em contra partida
1. 25		<i>simplesmente</i> não falasse nada e considerasse o
1. 26		discurso de segunda-feira /.../
1. 27	Senador J. R. A	saí dali... eu não posso dizer aos senhores que no
1. 28		mesmo dia eu procurei contactar a dra. Regina... pode
1. 29		tido no mesmo dia como pode ter sido no dia
1. 30		seguinte... <i>sinceramente</i> não sei /.../
1. 31		dra. Regina... eu gostaria de lhe fazer uma consulta
1. 32		<i>pessoalmente</i> ela disse pois não... eu... eu já estou em
1. 33		casa... eu falei... eu... eu também já estou chegando em
1. 34		casa /.../ ela disse eu moro em tal lugar... não me
1. 35		lembro <i>exatamente</i> ... mas muito perto de onde eu
1. 36		moro.../.../ ela chegou muito educada... os dois
1. 37		sentamos... no sofá me lembro <i>exatamente</i> ... até o
1. 38		lugar que sentamos e a conversa não foi demorada /.../
1. 39		dra. Regina o que eu quero saber é o seguinte... o
1. 40		Senador Antônio Carlos tá preocupado em saber se
1. 41		numa votação secreta vocês ficam sabendo o
1. 42		resultado... é isso que ele quer saber... tem jeito ? ela
1. 43		disse <i>sinceramente</i> ... eu não sei... eu vou verificar /.../
1. 44		ele (dr. Domingos) desceu... pegou o envelope... era
1. 45		<i>realmente</i> um envelope pardo /.../ não tinha nenhuma
1. 46		identificação... nem o envelope nem o papel /.../ então
1. 47		<i>exatamente</i> eu devo ter conversado mais Quatro ou
1. 48		cinco minutos... para encerrar aquela conversa e saí
1. 49		<i>imediatamente</i> em direção a sala do Senador Antônio
1. 50		Carlos /.../ aí <i>sinceramente</i> /.../ o diálogo que se passou
1. 51		foi <i>exatamente</i> revelado por ele aqui /.../
1. 52		ele pegou o telefone e teve com ela (dra. Regina) uma

1. 53		conversa rápida... ontem ele falou frases da conversa
1. 54		aqui... eu <i>sinceramente</i> não tenho idéia das frases... eu
1. 55		não sei <i>exatamente</i> o que foi dito /.../
1. 56		esses pontos sr. Relator... srs. senadores me parecem os
. 57		mais relevantes que foi colocado aqui... o que se passou
1. 58		depois é <i>exatamente</i> o que foi relatado pela dra. Regina
1. 59		/.../
1. 60		e quando teve o episódio da conversa com os
1. 61		procuradores... aí sim... dra. Regina me procurou...
1. 62		procurou o Senador Antônio Carlos... tivemos uma
1. 63		conversa e aí o que se segue é <i>absolutamente</i>
1. 64		verdadeiro inclusive todos os encontros /.../
1. 65	Senador R. Te	com a palavra o senador... o Senador Saturnino Braga
1. 66		na qualidade de de relator
1. 67	Senador S. B.	senador Arruda... o... a meu juízo persistem algumas
1. 68		contradições que são <i>EXTREMAMENTE</i> importantes
1. 69		/.../ uma contradição é... é:: a da sua versão a respeito
1. 70		da... do teor da conversa com a dra. Regina... e não só
1. 71		aversão dela... como o comportamento dela né ? porque
1. 72		todos são unânimes... os que acompanharam-na nessa
1. 73		operação... que ela estava <i>extremamente</i> tensa...
1. 74		nervosa /.../ para mexer num programa <i>extremamente</i>
1. 75		complexo /.../ a versão de V.Ex. né ?... dra. Regina...
1. 76		numa... quer dizer... numa pessoa tão tão::
1. 77		desequilibrada... com uma desinteligência tão profunda
1. 78		que gerou uma... uma... distorção do seu
1. 79		comportamento... que... que é <i>extremamente</i> grave...
1. 80		que eu dizia beira mesmo a... a demência /.../
1. 81		e além disso agora sustentando essa posição de
1. 82		envolvimento dele (ACM)... conhecimento prévio
1. 83		dele... arriscando até o mandato dele... quer dizer...

1. 84		V.Ex. fica numa situação de... de caráter muito::
1. 85		<b>realmente</b> ... muito ruim /.../
1. 86		senador Arruda o encontro com a dra. Regina /.../ foi
1. 87		na véspera do... do... da votação não foi ?
1. 88	Senador J.R.A	senador Saturnino... quando percorri a agenda do dia
1. 89		27... pra tentar usá-la... falando <b>claramente</b> ... naquele
1. 90		discurso... para dizer não... não foi
1. 91		isso /.../ há um detalhe que a dra. Regina falou que
1. 92		depois eu fui conferir... ela disse que saiu teve de
1. 93		esperar o técnico que ela contratou que vinha da Festa
1. 94		das Nações /.../ Festa das Nações começou <b>exatamente</b>
1. 95		naquele dia 27... o que em tese confirma a idéia... eu
1. 96		<b>sinceramente</b> não posso afirmar foi tal dia /.../
1. 97		neste caso... Senador Saturnino... se me permite...
1. 98		falando <b>estritamente</b> a verdade... a data é menos
1. 99		relevante /.../
1. 100		ela (dra. Regina) disse que não retornou... explica até a
1. 101		causa da pressa de tudo isso... então eu acho... eu
1. 102		<b>pessoalmente</b> acho que na visão... e veja que eu tenho
1. 103		muito respeito pela dra.Regina /.../ levantaram outras
1. 104		teses mas pelas conversas que eu tive com ela... não
1. 105		faria isso não... não me envolveria nisso com essa
1. 106		maldade... <b>sinceramente</b> não /.../
1. 107		então com todo respeito a ela... se pelo menos houve
1. 108		uma precipitação ou um entendimento da questão que
1. 109		eu havia colocado de outra forma houve /.../ eu repito
1. 110		que o diálogo é <b>exatamente</b> o que ela contou... o que
1. 111		se passou depois é <b>exatamente</b> o que ela contou... o
1. 112		que com a minha memória /.../
1. 113	Senador S.B	o que me preocupa mui... preocupa muito o
1. 114		conhecimento do... do estado de... de nervo dela... dito

1. 115		por todos que tiveram com ela naquela noite /.../
1. 116		aí em nome do senador ACM... o senhor lhe perguntou
1. 117		se era possível ficar sabendo o resultado de uma
1. 118		votação /.../ e lhe ordenou pegar a lista /.../
1. 119		<b>exatamente...</b> a conversa foi mais ou menos assim...
1. 120		mas fiz apenas uma consulta... não lhe dei ordens...
1. 121		na minha conversa também... eu acho que é um pouco
1. 122		do temperamento de dra. Regina... ela é agitada mesmo
1. 123		/.../ é tanto que ela explicou como o computador
1. 124		funcionava e eu <b>sinceramente</b> não entendi /.../
1. 125		mas V.Ex. mesmo... no... agora... no seu depoimento
1. 126		tentou reproduzir <b>evidentemente...</b> não <b>exatamente</b> as
1. 127		mesmas palavras mas o espírito da conversa que teria
1. 128		concluído mais ou menos assim /.../ ela teria dito para
1. 129		V.Ex. tudo bem... saio daqui para
1. 130		cumprir uma ordem
1. 131	Senador J. R. A	não... não... não... <b>absolutamente</b>
1. 132	Senador S. B.	ela <b>absolutamente</b> disse isso aqui
1. 133	Senador J. R. A	ela <b>absolutamente</b> não/.../ ficou <b>absolutamente</b> claro na
1. 134		conversa que o sistema tem essa fragilidade /.../
1. 135	Senador S. B.	eu estou <b>perfeitamente</b> entendendo o que V.Ex. tá
1. 136		dizendo /.../ todo o embrólio da coisa pode está
1. 137		<b>eventualmente</b> nesta frase: se ficam sabendo... ele
1. 138		quer... o... o Presidente quer saber
1. 139	Senador R.Te	senador Campos V.Ex. tem razão... eu... eu... eu
1. 140		entendo /.../ só que a Presidência não tem o poder de
1. 141		fazer com que quem está depondo... deponha dessa ou
1. 142		daquela maneira mais completa ou menos completa ...
1. 143		isso aí é juízo dele... agora porque o que ele está
1. 144		falando aqui vai ter influência <b>naturalmente</b> que
1. 145		decisiva no julgamento do Conselho de Ética

1. 146	Senador E. S.	eu estou querendo informar ao senhor relator o senador
1. 147		Saturnino Braga que há uma informação essencial
1. 148		para o desenvolvimento dos trabalhos
1. 149	Senador R. Te.	tá bém
1.150	Senador E. S.	em 30 Segundos eu a darei... porque o senador JRA
1. 151		não parece estar com certeza do telefonema dado pela
1. 152		sr <sup>a</sup> . Regina Borges na manhã do dia 28 do 06... então
1. 153		eu registro que está documentado porque ela ficou de
1. 154		dar um retorno ao senador Arruda e às 10 horas e 5
1. 155		minutos ela ligou para seu celular dizendo... onde::
1. 156		ocasião em que ela deu a resposta informando que tinha
1. 157		feito o que havia sido pedido... era essa a informação
1. 158		que considero essencial que está documentada...
1. 159		inclusive ficou registrada pela
1. 160		TELEBRASÍLIA
1. 161	Senador S. B.	Senador Arruda esta informação <b>REalmente</b> ... eu até
1. 162		não... não dispunha dela ainda porque nós pedimos a
1. 163		dra. Regina providenciar a solicitação da quebra do
1. 164		sigilo do telefone... mas esta informação não havia
1. 165		chegado às minhas mãos... mas /.../ essa informação é
1. 166		muito relevante
1. 167		/.../
1. 168	Senador E. S.	porque eu tenho procurado desde os primeiros
1. 169		momentos dessa apuração... por respeitá-la... conhecê-
1. 170		la e como se sabe eu conversei com ela durante o
1. 171		depoimento do Senador J. R. A e... e naquela vez foi a
1. 172		minha iniciativa de procurá-la... para então verificar se
1. 173		tudo estava sendo observado... e V.Ex. sabe tudo que
1. 174		ocorreu desde então... mas no momento que ela
1. 175		observou que o Senador J. R. A não se lembrava desse
1. 176		telefonema então ela me telefonou há pouco // e me

1. 177		disse <i>exatamente</i> o número para o qual ela telefonou
1. 178		mas foi só isso o que aconteceu /.../
1. 179	Senador R. Te.	em absoluto... é que V.Ex. com justa razão... porque é
1. 180		muito dedicado... e amigo foi o interlocutor
1. 181		privilegiado dela porque nós conversamos... ela
1. 182		telefonou hoje pra minha casa a respeito de uma
1. 183		possível acareação e me falou que <i>realmente</i> tinha
1. 184		parte das ligações... a outra ela tava tendo um pouco de
1. 185		dificuldade /.../ agora peço a ela que faça chegar o mais
1. 186		<i>rapidamente</i> possível o que ela já tem para a
1. 187		Presidência... ela deve estar nos ouvindo
1. 188	Senador J.R.A.	bom... é:: o diálogo que o senhor reproduz da minha
1. 189		casa é:: <i>basicamente</i> aquele... eu não posso discutir
1. 190		palavras ou frases... mas o espírito é aquele /.../ quando
1. 191		ela diz: olha... eu acho que acho não tem jeito de ver
1. 192		não... falei pois é... mas nós achamos que todo mundo
1. 193		vê... verifique isso e <i>EXATAMENTE</i> por causa dessa
1. 194		frase é que se consolida a idéia da pergunta da
1. 195		consulta que repito... ela não respondeu
1. 196	Senador J. P.	eu tenho de fazer uma consideração... nós estamos
1. 197		diante de um autêntico samba do crioulo doido... com
1. 198		o depoimento dos dois senadores /.../ Senador Antônio
1. 199		Carlos não tem nada a ver com isso... nem sabia... não
1. 200		devo... tá fora... o Senador Arruda <i>altamente</i>
1. 201		preocupado em garantir o sigilo do voto /.../
1. 202	Senador S. B..	eu dirigi uma pergunta ao Senador Arruda
1. 203	Senador J.R.A.	aí eu disse posso perguntar em seu nome ? ele (ACM)
1. 204		disse claro em meu nome... foi isso não dá pra eu fazer
1. 205		<i>sinceramente</i>
1. 206	Senador S. B.	eu sei mas é que para a dra. Regina V.Ex. acrescentou
1. 207		/.../ V.Ex. disse aqui para ela disse assim: eu lhe

1. 208		pergunto se é possível...se é possível ele quer saber /.../
1. 209		não Senador (Arruda) desculpe... mas são duas coisas...
1. 210		uma é a condição... a outra é <i>exatamente</i> o pedido...
1. 211		quer dizer... a condição é é se o Senador (ACM) lhe
1. 212		falou <i>somente</i> isso... V.Ex. para a dra. teria
1. 213		acrescentado alguma coisa /.../
1. 214	Senador R. Te.	eu pediria... eu pediria... Senador Saturnino que o
1. 215		objetivo que me parece... tentando interpretar o
1. 216		questionamento de V.Ex. é que essa
1. 217		complementação da conversa dava a entender que
1. 218		queria o resultado... a obtenção da lista
1. 219	Senador S. B.	mas é <i>precisamente</i> isto... porque... olha... atenção... eu
1. 220		peço atenção de V.Ex. para o que eu vou dizer...
1. 221		porque há dois... há dois desdobramentos da
1. 222		informação /.../
1. 223	Senador J.R. A	no terreno das hipóteses... Senador Saturnino... Senador
1. 224		Dutra tem a dele... V.Ex. tem a sua... eu
1. 225		<i>particularmente</i> tenho a minha... tenho a minha
1. 226		conceitual... que talvez tenha inclusive me prejudicado
1. 227		nesse episódio /.../ porque eu minimizei o episódio... eu
1. 228		<i>particularmente</i> acho que esse instituto do voto secreto
1. 229		que tá passando impressão que era uma coisa
1. 230		rigorosíssima /.../
1. 231	Senador S. B.	posso fazer um aparte... desculpe... só pra lembrar o
1. 232		seguinte o Senador Luís Estevão quando ele foi
1. 233		cassado... não havia ainda a
1. 234		comprovação dos atos de corrupção... ele foi cassado
1. 235		<i>basicamente</i> porque mentiu... mentiu <i>gravemente</i> ...
1. 236		mentiu repetidas vezes... quer dizer... a... a... a quebra
1. 237		de decoro foi a mentira dele perante o Senado
1. 238	Senador J. R. A	o sr. colocou muito bem... eu acho que o sr. colocou

1. 239		muito bem... Senador Saturnino... é... é <i>exatamente</i> sua
1. 240		fala... numa sessão anterior... eu confesso que foi uma
1. 241		variável importante no meu processo de decisão //
1. 242		V.Ex. coloca um raciocínio muito bom /.../ no caso do
1. 243		ex-senador... não havia... segundo V.Ex. comprovação
1. 244		e ele mentiu repetidas vezes /.../ primeiro a CPI do
1. 245		Judiciário e do Senador Paulo Souto /.../ havia
1. 246		comprovações a exaustão... segundo... mentiu até o
1. 247		fim... eu... <i>efetivamente</i> ... senador já confessei isso...
1. 248		além da falha inicial... eu cometi uma outra... amarrado
1. 249		neste compromisso que se estabeleceu entre eu... dra.
1. 250		Regina e o Senador Antônio Carlos Magalhães /.../
1. 251	Senador L. A.	eu vou fazer algumas considerações... depois uma...
1. 252		duas... mas tudo muito <i>brevemente</i> ... /.../ nós temos a
1. 253		liberdade de fazermos todas as perguntas que acharmos
1. 254		que devemos fazer... e o depoente responder da forma
1. 255		que ele acha que é a verdade... /.../ nós não podemos
1. 256		fazer aqui um esforço... é... permanente de tentar
1. 257		conciliar pergunta e resposta... as contradições elas se
1. 258		expõem <i>naturalmente</i> ... <i>naturalmente</i>
1. 259	Senador S. B.	desculpe... mas é que ontem... algum comentário de um
1. 260		deputado que depois disse aí aos jornalistas que nós /.../
1. 261		no depoimento do Senador Antônio Carlos... nós não o
1. 262		apertamos <i>suficientemente</i> ... essa coisa de apertar...
1. 263		finalidade não é humilhar ninguém... nem torturar
1. 264		ninguém... a finalidade é indagar as respostas as
1. 265		respostas nem sempre nos convencem /.../ agora não
1. 266		adianta ficar na... na... no inquérito policial... olha
1. 267		vamos... vamos apertar aqui... aí aperta um pouco...
1. 268		aperta <i>fisicamente</i> tal pra ver se sai alguma coisa /.../
1. 269	Senador L. A.	ontem a bíblia foi muito citada aqui... então eu volto



1. 270		àquele trecho... àquela passagem que diz a verdade...
1. 271		onde está a verdade... isso apenas pra mostrar a alta ...
1. 272		a grave responsabilidade da nossa tarefa... da nossa
1. 273		missão que é ingente não é ? é de calcularmos
1. 274		<b>realmente</b> a verdade /.../ há um problema semântico
1. 275		que está colocado é: è:: <b>recorrentemente</b> /.../ é a ordem
1. 276		ou determinação... pedido ou solicitação e consulta... e
1. 277		consulta... que são <b>aparentemente</b> ... isso poderia ser a
1. 278		mesma coisa menos relevante... mas de fato é
1. 279		relevantíssimo /.../ aí eu pergunto a V.Ex. Senador
1. 280		Arruda se V.Ex. teria como... que explicação... uma
1. 281		consulta... uma indagação é se transformou numa ação
1. 282		preciosa... diligente e complexa... porque o número de
1. 283		peçoas envolvidas... então eu... eu... eu pergunto se
1. 284		V.Ex. podia <b>realmente</b> esclarecer e a outra observação
1. 285		que quero fazer para concluir é sobre o fato de que o
1. 286		aparecimento da lista teria sido interpretada como sinal
1. 287		de Segurança do sistema... pra mim é <b>exatamente</b> o
1. 288		contrário... o aparecimento da lista revela a
1. 289		vulnerabilidade do sistema... revela que o sistema é
1. 290		<b>absolutamente</b> vulnerável a... a vários tipos de
1. 291		procedimento que pudessem dar conhecer que final de
1. 292		contas foi o voto proferido naquela reunião
1. 293	Senador J. R. A	vou começar por esse comentário de V.Ex.... a partir do
1. 294		instante que fui ao plenário e falei o que falei... fiz a
1. 295		confissão que fiz... primeiro eu me senti muito melhor
1. 296		comigo mesmo... segundo eu estou <b>absolutamente</b>
1. 297		convencido que contribuí para que esse episódio seja
1. 298		rápido... seja mais curto /.../ essa lição eu acho não só
1. 299		para mim /.../ é o fato de ter a coragem de dar ao
1. 300		episódio a sua exata dimensão... mesmo...

1. 301		<i>eventualmente</i> contrariando a opinião pública /.../ aí
1. 302		V.Ex. diz a lista é sinônimo de segurança ou de
1. 303		vulnerabilidade... hoje não tenho a menor dúvida... de
1. 304		vulnerabilidade... esse computador é um queijo suíço...
1. 305		/.../ fatalmente ocorreu outras quebras de sigilo...
1. 306		<b>regimentalmente</b> mais graves... que não estão
1. 307		merecendo atenção neste momento /.../ já reconheci de
1. 308		público... com essas palavras reconheço outra vez ...
1. 309		quando houve o primeiro diálogo... o Senador Antônio
1. 310		Carlos – Arruda vê isso com a Regina – eu disse posso
1. 311		fazer em seu nome – pode... fala com ela em meu nome
1. 312		– fui lá... falei tudo isso... até aí... não dei a dimensão...
1. 313		<b>realmente</b> ... não e sobre a questão da consulta... outra
1. 314		vez... <b>sinceramente</b> ... eu acho que quem responde
1. 315		melhor isso não sou eu... é o
1. 316		Senador Antônio Carlos
1. 317	Senador O. D.	O Senador Suplicy fez referência a um telefonema que
1. 318		ele teria recebido de dra. Regina /.../ passando a ele
1. 319		informações /.../ as deveriam ser dadas através do
1. 320		Presidente e do Relator da Comissão /.../ eu
1. 321		ficaria com mais segurança /.../
1. 322	Senador R. Te.	a dr <sup>a</sup> . Regina... depois ela me telefonou dizendo que eu
1. 323		estava presidindo os trabalhos e que ela não tinha... não
1. 324		querendo... interromper... passou para o Senador J. E.
1. 325		Dutra e agora passo a informação mais importante... ela
1. 326		disse que está ultimando a... a... <b>burocraticamente</b> a...
1. 327		a papelada telefônica para enviar <b>diretamente</b>
1. 328		aqui à Mesa do Conselho
1. 329	Senador E. S.	permita-me uma parte... Senador Osmar Dias
1. 330	Senador O. D.	pois não... Senador Suplicy
1. 331	Senador E. S.	eu gostaria de informar que eu... tendo recebido uma

1. 332		informação importante... eu procurei transmitir
1. 333		<b>EXATAMENTE</b> ao Relator e ao
1. 334		Presidente porque se tratava de um momento chave de
1. 335		uma informação de grande relevância /.../
1. 336	Senador O. D.	como o senhor afirma que houve a conversa... eu vou
1. 337		fazer a primeira pergunta // de quem foi a iniciativa da
1. 338		conversa ? /.../
1. 339	Senador J. R. A	senador Osmar... eu não sei responder /.../
1. 340		conversamos sobre o tema... agora fiz um esforço
1. 341		grande para ser preciso na parte do
1. 342		diálogo que remeteu ao ato de fazer a consulta /.../ eu
1. 343		não me lembro se nesse dia conversamos também
1. 344		assuntos... antes ou depois... <b>sinceramente</b> ... eu não
1. 345		tenho essa precisão... agora o que posso dizer é que
1. 346		houve esse diálogo /.../
1. 347	Senador E. S.	mas eu faço uma referência aos jovens do Brasil que
1. 348		estão nos ouvindo... e em todas as escolas... inclusive
1. 349		hoje um dos principais temas aqui nas manchetes do
1. 350		Jornal do Brasil é <b>exatamente</b> o tema que nós estamos i
1. 351		falando da importância de se dizer a verdade /.../
1. 352		quero salientar a V.Ex. que durante o dia de hoje...
1. 353		<b>especialmente</b> ... quando V.Ex. leu um parecer de um
1. 354		jurista dizendo que quando um Senador ou Deputado
1. 355		<b>espontaneamente</b> diz como votou numa votação
1. 356		secreta... estaria <b>igualmente</b> quebrando a norma
1. 357		constitucional /.../
1. 358	Senador J.R. A	o que eu quero dizer é o seguinte se houve um pacto...
1. 359		uma coisa é um Senador <b>especificamente</b> abrir o seu
1. 360		voto... outra coisa é o que o Estado de São Paulo falou
1. 361		no dia seguinte à votação... /.../ ou seja... Senador
1. 362		Suplicy... não foi uma abertura individual...

1. 363		espontânea... foi uma abertura coletiva... /.../
1. 364		<b>previamente</b> combinada... <b>estrategicamente</b> colocada
1. 365		com fotografos... é que pode avaliar a influência
1. 366		daqueles votos e <b>eventualmente</b> até em outros...
1. 367		portanto antes da votação /.../ é <b>totalmente</b> diferente /.../
1. 368	Senador E. S.	não é <b>totalmente</b> diferente V.Ex. há de lembrar agora
1. 369		suas próprias palavras que vou repetir /.../ senador J. E.
1. 370		Dutra... é lembrar... então... as palavras do Senador J.
1. 371		R. Arruda... <b>exatamente</b> encaminhando o voto /.../
1. 372	Senador J. R. A	/.../
1. 373	Senador O. D.	eu digo o voto é meu e eu mostro pra quem eu
1. 374		quiser... em momento da votação e isso todo... a grande
1. 375		maioria dos constitucionalistas e eu quero dizer...
1. 376		nobre Senador J. R. Arruda... que um jornal ia fazer
1. 377		uma matéria <b>exatamente</b> nessa direção... dessa
1. 378		polêmica mas consultou vários juristas e como a
1. 379		esmagadora maioria tinha <b>exatamente</b> o entendimento
1. 380		que é esse que eu estou externando que... do ponto de
1. 381		vista individual... o voto secreto é um direito /.../ no
1. 382		momento meu entendimento fica <b>parcialmente</b>
1. 383		confirmado o envolvimento dos senadores ...

**ASSUNTO: “VIOLAÇÃO DO PAINEL ELETRÔNICO DESTA INSTITUIÇÃO”**

**SESSÃO 2: “ACAREAÇÃO”**

1. 01	Senador R. Te	com a palavra... portanto... o: o eminente senador
1. 02		Saturnino Braga na qualidade de relator
1. 03	Senador S. B.	eu começaria indagando da dra. Regina... se
1. 04		<i>evidentemente</i> com a alteração de palavra que nenhum
1. 05		de nós pode reconstituir <i>inteiramente</i> se ela confirma
1. 06		esta... este depoimento prestado mais ou menos nesses
1. 07		termos ?
1. 08	Dra. R. B.	<i>perfeitamente</i> ... confirmo
1. 09	Senador S.B.	senador Arruda ... acho que há no próprio depoimento
1. 10		de S. Ex. uma contradição que deve ser esclarecida não
1. 11		apenas no confronto com o que disse a dra. Regina...
1. 12		mas as as... <i>exatamente</i> ... as contradições que existem
1. 13		dentro de suas próprias declarações e é isso que eu
1. 14		quero perguntar
1. 15	Senador J. R. A	entendi /.../ com maior respeito Senador Saturnino...
1. 16		embora seja um desafio tentar lhe convencer daquilo
1. 17		que <i>previamente</i> V.Ex. já se diz convencido do
1. 18		contrário... mas V.Ex.... <i>objetivamente</i> ... coloca duas
1. 19		contradições /.../
1. 20	Drª. R. B.	em relação às palavras ‘pedido’... ‘ordem’... ‘consulta’...
1. 21		a a palavra consulta eu descarto <i>absolutamente</i> ... em
1. 22		momento nenhum chegou a a mim como uma consulta...
1. 23		esta eu descarto... em relação a pedido ou ordem... eu
1. 24		acho tão tênue /.../ então é <i>provavelmente</i> muitas vezes
1. 25		aqui possa ser é essas palavras podem ser usadas uma

1. 26 | hora como pedido... uma hora como uma ordem /.../ em  
 1. 27 | relação ao teor... o que foi pedido... ou ordenado... é:: há  
 1. 28 | aí enorme... aí pra mim é onde reside a grande  
 1. 29 | diferença... é:: jamais se me fosse ou pedido ou  
 1. 30 | consultado... ou ou para verificar a segurança do sistema  
 1. 31 | do ponto de vista do resultado da votação... eu tomaria  
 1. 32 | uma decisão de ir lá violar o sistema e trazer a  
 1. 33 | lista e mostrar aquilo como uma prova da segurança do  
 1. 34 | sistema *realmente* seria impossível esta linha de  
 1. 35 | raciocínio /.../ em relação a isso é:: eu *realmente* me  
 1. 36 | recuso a aceitar é: é:: esta é:: colocação de que o pedido  
 1. 37 | é: era para a segurança do sistema /.../  
 1. 38 | Senador S.B. | mas o que a senhora acabou de declarar confirmando o  
 1. 39 | que havia dito é *extremamente* importante dra. Regina...  
 1. 40 | então eu volto a lhe perguntar a senhora telefonou para  
 1. 41 | o Senador Arruda no dia seguinte às dez horas e falou  
 1. 42 | com ele dando conta que ia ser feito que tinha  
 1. 43 | conseguido o procedimento para tirar a lista ?  
 1. 44 | Dra. R. B. | sim... falei com o Senador Arruda  
 1. 45 | Senador S.Braga | mas aí a senhora falou *pessoalmente* com ele ?  
 1. 46 | Dra.Regina | falei *pessoalmente* com ele /.../  
 1. 47 | Senador J. R. A | sobre as ligações... eu *sinceramente*... no meu  
 1. 48 | depoimento deixei muito claro que não tinha nenhuma  
 1. 49 | lembrança disso /.../  
 1. 50 | Senador S. B. | então há uma contradição... eu tou querendo também  
 1. 51 | clarear as contradições do depoimento de V.Ex....  
 1. 52 | entenda bem a minha indagação  
 1. 53 | Senador J. R. A | não sem dúvida... só que do meu ponto de vista  
 1. 54 | nenhuma contradição /.../ mantenho o que disse no meu  
 1. 55 | depoimento /.../  
 1. 56 | a conversa foi rápida... ela compreendeu isso

1. 57		<i>rapidamente</i> ... não me pareceu naquele momento em
1. 58		nenhum momento que a dra. Regina tivesse vindo
1. 59		aquilo pelo lado negativo /.../ ainda que tivesse... que a
1. 60		minha exposição não tivesse sido <i>tecnicamente</i> a mais
1. 61		própria e disse olha... como eu não sei eu vou verificar e
1. 62		te falo /.../ é:: como ela entendeu isso e porque fez as
1. 63		coisas que julgou próprias... é isso <i>realmente</i> ... eu::
1. 64		não posso é: dar explicações... agora isso pra mim... sr.
1. 65		Relator... tá muito claro... é no meu depoimento anterior
1. 66		é eu confirmei e reconfirmo aqui que houve o contato
1. 67		telefônico muito rápido /.../ a fala foi muito rápida e
1. 68		quando ela disse que estaria naquele lugar... eu pedi ao
1. 69		dr. Domingos... até aí sem saber também <i>exatamente</i> o
1. 70		que era... apenas disse a ele que alguma coisa que
1. 71		deveria entregar ao Presidente e que ele fosse buscar pra
1. 72		mim
1. 73	Senador J. R. A	mas no depoimento do Senador Antônio Carlos... não há
1. 74		nenhuma referência a esse... a essa conversa prévia...
1. 75		esse entendimento prévio nem a esta... e e há até uma
1. 76		negativa dessa autorização para usar o seu nome na... no
1. 77		no diálogo com a dra. Regina... o Senador Antônio
1. 78		Carlos se disse surpreso <i>inteiramente</i> ao receber a lista...
1. 79		porque não sabia de nada <i>absolutamente</i> de nada sobre
1. 80		nenhuma tratativa anterior do Senador Arruda com a a
1. 81		dr <sup>a</sup> . Regina /.../ eu pergunto ao Senador Arruda se ele
1. 82		confirma o que disse <i>inteiramente</i> o que disse no seu
1. 83		depoimento e se eu... dentro do espírito e não das
1. 84		palavras... reproduzi <i>fielmente</i> ?
1. 85	Senador J. R. A	confirmo <i>exatamente</i> o que disse no meu depoimento
1. 86	Senador S. B.	bom... ao Senador Antônio Carlos eu perguntaria...
1. 87		pergunto também se se confirma o que disse antes que

1. 88		não tinha tido nenhuma tratativa e e revelou-se
1. 89		surpreso... surpreendeu-se com a entrega que lhe foi
1. 90		feita a apresentação que lhe foi feita da lista de votação?
1. 91	Senador ACM	é verdade /.../ não dei nenhuma autorização ao Senador
1. 92		Arruda.... nem ordem para tratar com dra. Regina
1. 93		qualquer assunto... entretanto conversamos // sobre a
1. 94		possibilidade que se falava de que o painel poderia ser
1. 94		violado pelo Senador Luís Estevão para modificar a
1. 96		votação provável que seria contra ele... isso foi feito
1. 97		<b>realmente</b> foram feitas muitas conversas... entretanto
1. 98		não houve autorização para o Senador Arruda tratar em
1. 99		meu nome /.../
1. 100	Senador S. B.	para terminar o meu segundo ponto... então eu
1. 101		perguntaria ao Senador Arruda se ele não cogitou de
1. 102		pegar a lista...era único exemplar/.../ por que não o fez?
1. 103	Senador J. R. A	senador Saturnino isso pra mim está muito claro... foi o
1. 104		que eu disse no depoimento e reafirmo aqui /.../ vou
1. 105		fazer a mesma conversa que tive com ele... eu reproduzi
1. 106		com a dr <sup>a</sup> . Regina /.../ com as mesmas preocupações...
1. 107		<b>exatamente</b> as mesmas porque nesse dia que foi 28 eu
1. 108		não conversei <b>pessoalmente</b> com a dra. Regina /.../ é::
1. 109		claro que o documento... ainda que de uma forma que...
1. 110		como eu disse... queimou a minha mão... era uma
1. 111		comprovação que o o painel tinha funcionado bem
1. 112		<b>obviamente</b> era <b>absolutamente</b> impróprio eu ficar com
1. 113		aquilo/.../essa segunda conversa com o Senador Antônio
1. 114		Carlos... como ele relatou... também não foi longa...
1. 115		houve o telefonema para dra. Regina... depois saí e
1. 116		nunca mais <b>efetivamente</b> vi esta lista /.../
1. 117	Senador S. B.	é estranho... peço então a confirmação do Senador
1. 118		Antônio Carlos



1. 119	Senador ACM	a dr <sup>a</sup> . Regina disse <b>claramente</b> aí e disse também no seu depoimento que não se lembrava das palavras /.../
1. 120		
1. 121		<b>evidentemente</b> se a dra. Regina... se eu tive
1. 122		concedência com a dra. Regina... eu tive pelo mérito
1. 123		que ela tem e pela certeza que eu tinha dela não ter
1. 124		culpa no episódio /.../
1. 125	Senador S. B.	<b>finalmente</b> dr <sup>a</sup> . Regina... o Senador Antônio Carlos
1. 126		lembrou-nos que passado algum tempo... /.../ ele
1. 127		admoestou a senhora sobre o que tinha
1. 128		ocorrido /.../ gostaria de ouvi-la a respeito disso /.../
1. 129	Dr <sup>a</sup> . R. B.	não tive é não não tive nenhuma admoestação sobre ter
1. 130		tirado a lista <b>realmente</b> ... agora quanto aos dois
1. 131		encontros /.../ os dois encontros foram após o laudo da
1. 132		UNICAMP /.../
1. 133	Senador J. R. A	eu confirmo <b>inteiramente</b> o teor do meu depoimento
1. 134		também neste ponto /.../ a ligação foi <b>realmente</b> uma
1. 135		ligação muito rápida /.../
1. 136	Senador J. P.	senador Antônio Carlos
1. 137	Senador ACM	lamento dizer <b>realmente</b> não dei nenhuma autorização
1. 138		nem ao Senador Arruda nem a qualquer pessoa para
1. 139		tratar de assunto de Qualquer espécie com a dra. Regina
1. 140	Senador J.P.	eu pergunto primeiro a dr <sup>a</sup> . Regina... não há
1. 141		possibilidade de mal-entendido dr <sup>a</sup> . Regina /.../ o
1. 142		Senador Arruda lhe pediu <b>CLARAMENTE</b> que a
1. 143		senhora providenciasse a violação do painel do Senado
1. 144		e lhe entregasse o resultado para ser encaminhado ao
1. 145		Senador Antônio Carlos Magalhães... Presidente do
1. 146		Senado?
1. 147	Dr <sup>a</sup> .Regina	me pediu <b>claramente</b> a emissão da lista de como
1. 148		votaram... de como votariam os senadores na votação do
1. 149		dia seguinte... não foi usada a palavra violação /.../ foi

1. 150		usada a palavra emissão da lista /.../ de como votariam
1. 151		os senadores no dia seguinte /.../
1. 152	Senador J. P.	senador Arruda V.Ex. disse <b>CLARAMENTE</b> a dr <sup>a</sup> .
1. 153		Regina... consultou <b>clara... claramente</b> consultou a
1. 154		dr <sup>a</sup> .Regina se era possível violar... porque havia uma
1. 155		preocupação com isso ?
1. 156	Senador J. R. A	claro que não... meu depoimento e muito claro nisso
1. 157		Senador Jefferson /.../ admiti... portanto... no meu
1. 158		depoimento a indução que a dra. Regina fez... mas
1. 159		<b>TERMINANTEMENTE</b> não pedi... não dei ordem...
1. 160		não se falou em lista... em relação de votante... isso está
1. 161		muito claro /.../
1. 162	Senador J. P.	bom... vou passar adiante... há uma contradição
1. 163		insanável... dra. Regina disse não... não que tinha
1. 164		entendido... que ele disse <b>claramente</b> que ela levasse a
1. 165		lista /.../
1. 166	Senador J. P	porque se V.Ex. admoestou a dra. Regina é uma coisa...
1. 167		se não admoestou Senador Antônio Carlos... então... a
1. 168		meu ver... isso é... seria um indício... não uma prova...
1. 169		de que V.Ex. <b>realmente</b> agiu em concordância
1. 170		com o Senador Arruda /.../ então a pergunta que lhe faço
1. 171		V.Ex. admoestou a dra. Regina em relação à violação do
1. 172		painel ?
1. 173	Senador ACM	passado algum tempo... tratei de um outro assunto...
1. 174		falei nesse assunto /.../ e <b>evidentemente</b> estranhei... e
1. 175		está no meu depoimento... que a dra. Regina não tivesse
1. 176		me procurADO para saber se o Senador Roberto Arruda
1. 177		falava ou não em meu nome... isso eu disse no meu
1. 178		depoimento mais de uma vez... <b>realmente</b> estranhei /.../
1. 179		sempre tratou os assuntos com maior seriedade... tudo
1. 180		isso ela disse aqui... <b>conseqüentemente</b> eu

1. 181		achava que ela poderia ter me feito a consulta /.../
1. 182	Senador S. B.	o resultado da votação que segundo ele eram os
1. 183		rumores que corriam na casa... se fosse apenas uma
1. 184		consulta... essa consulta <b>naturalmente</b> ...
1. 185		<b>determinantemente</b> levaria a busca de uma resposta para
1. 186		tomar a providência cautelar no caso dela da resposta ser
1. 187		positiva /.../ eu pedi <b>exatamente</b> licença ao Senador
1. 188		Jefferson para ressaltar esse ponto /.../
1. 189	Senador J. R. A	senador Saturnino... eu entendo a formulação da
1. 190		pergunta da V.Ex.... <b>obviamente</b> V.Ex. tá indo pro
1. 191		campo onde é o campo das hipóteses
1. 192		psicológicas /.../ já disse no meu depoimento que a dr <sup>a</sup> .
1. 193		Regina é não tinha convicção de como funcionava o
1. 194		sistema e saiu para verificar <b>obviamente</b> como eu havia
1. 195		feito em nome do Presidente da Casa... claro que ela
1. 196		poderia... obtida a resposta que julgasse própria... se
1. 197		comunicar <b>diretamente</b> com ele... ou não... quer dizer ...
1. 198		eu fiz aquilo que julgava que devesse ter feito /.../
1. 199	Senador L. A	eu vou fazer duas indagações... dirigida... uma a dra.
1. 200		Regina... onde /.../
1. 201	Senador R. Te	senador... eu pediria a V.Ex.... são duas indagações...
1. 202		fazer... porque nós estamos numa acareação... fazer uma
1. 203		da cada vez... por gentileza /.../
1. 204	Senador L. A	<b>perfeitamente</b> ... vou fazer uma de cada vez /.../ a minha
1. 205		pergunta agora vai para dra. Regina... saber qual o
1. 206		estado de espírito dela... se ela <b>realmente</b> como ela se
1. 207		encontrava diante disso /.../ ?
1. 208	Dr <sup>a</sup> .Regina	muito ansiosa... muito ansiosa... tirando a parte toda a
1. 209		operação que foi realizada... a a noite toda sem dor...
1. 210		sem dormir... mas a minha preocupação <b>realmente</b> ...
1. 211		porque como me foi passado como uma determinação do

1. 212		Senador Antônio Carlos... e eu... na de entregar me foi
1. 213		dito que não era a ele que eu ia entregar... aquilo me
1. 214		causou uma insegurança muito grande... eu fiquei
1. 215		<b>realmente</b> muito tensa... até receber aquela ligação que
1. 216		me sinalizou que estava lá /.../
1. 217	Senador L. A	dr <sup>a</sup> Regina... V.S. já dirigiu o PRODASEN em outros
1. 218		momentos... ouvi falar... teve notícia ou conhecimento
1. 219		de alguma forma... em algum momento que fosse...
1. 220		tivesse havido violações como esta do painel que a
1. 221		votação secreta pudesse ter sido do conhecimento de
1. 222		alguém ?
1. 223	Dr <sup>a</sup> .Regina	não... <b>absolutamente</b> /.../ no primeiro período que eu em
1. 224		que fui Diretora do PRODASEN era outro computador
1. 225		/.../ neste período que eu tive dirigindo foi substituído
1. 226		por esse atual... que na minha idéia era <b>perfeitamente</b>
1. 227		seguro /.../
1. 228	Senador L. A	dr <sup>a</sup> . Regina /.../ foi a primeira vez que a V.S. recebeu o
1. 229		que parecia ser uma ordem ou uma recomendação do
1. 230		Senador Antônio Carlos/.../ houve alguma situação como
1. 231		essa... ou essa foi a primeira vez ?
1. 232	Dr <sup>a</sup> . Regina	eu... eu fiz essa declaração na Comissão de Sindicância
1. 233		com os técnicos do Senado... repeti aqui... nunca
1. 234		houve... nunca houve nenhum pedido é:: dessa
1. 235		natureza... e nem com intermediação... e pra mim a
1. 236		garantia que eu tinha eu... eu imaginava <b>realmente</b> no
1. 237		constrangimento do pedido e a garantia que tinha era de
1. 238		entregar nas mãos dele /.../
1. 239	Senador L. A	dr <sup>a</sup> . Regina... é V.S. tinha claro /.../ que era um ilícito ...
1. 240		parecia uma ordem e V.S. se julgou no dever de cumpri-
1.241		la... mas de fato e uma violação que se estava
1. 242		cometendo no painel... em algum momento próximo ou

1. 243		remoto... algum senador ou autoridade do Senado
1. 244		solicitou a V.S. que praticasse algum ato /.../ houve
1. 245		alguma vez isso ou não ?
1. 246	Drª.Regina	<b>absolutamente</b> ... não houve /.../
1. 247	Senador A D.	a senhora atenderia qualquer pedido ou consulta ou
1. 248		ordem que viesse do Senador Arruda se ele dissesse eu
1. 249		estou aqui em nome do Senador Antônio Carlos
1. 250		Magalhães... qualquer pedido ?
1. 251	Drª.Regina	senador... eu nem vou me ater /.../ porque tem uma
1. 252		coisa... a verdade ela é uma base que está lá dentro... o
1. 253		conceito... o valor que a gente tá pensando... então
1. 254		<b>provavelmente</b> qualquer dos caminhos que eu tenha
1. 255		saído pra responder não teria saído daquilo que é meu
1. 256		pensamento /.../ pedido de um Senador da República...
1. 257		me chamar na casa dele à noite... coisa que nunca tinha
1. 258		me acontecido pra tratar de assunto dessa
1. 259		natureza /.../ com aquela urgência que a coisa tinha de
1. 260		ser feita... que hoje <b>factualmente</b> tá provado pelas
1. 261		ligações...pela UNICAMP de como a coisa foi feita /.../
1. 262		então na minha cabeça eu estava atendendo um pedido
1. 263		do Presidente do Senado /.../
1. 264	Senador AD.	porque a senhora concordou entregar a lista para... para
1. 265		um assessor do Senador Arruda ?
1. 266	Drª. Regina	olha... eu já coloquei isso... também tá no depoimento...
1. 267		reiterada vezes que foi o talvez o segundo momento
1. 268		mais difícil daquele processo foi <b>exatamente</b> esse /.../
1. 269		então eu entreguei... fui questionado pelos outros /.../
1. 270		então todos ficaram aflitos... e o senhor pode pegar na
1. 271		quebra do meu sigilo que após a ligação do senador /.../
1. 272		o senhor vai ver a minha ligação para os técnicos do
1. 273		PRODASEN... tá lá registrado à noite... para

1. 274		tranqüilizá-los que <b>realmente</b> tinha sido /.../
1. 275	Senador H. H.	eu quero que V.S. diga pra essa Comissão se em algum
1. 276		momento V.S. se sentiu coagida <b>psicologicamente</b> em
1. 277		relação a uma ordem que estava sendo colocada /.../ ?
1. 278	Drª. Regina	<b>inicialmente</b> quando o senador me colocou é essa é::
1. 279		esse pedido essa ordem... esse desejo de saber eu fiz pra
1. 280		ele a restrição técnica // quando ele fala que eu não sabia
1. 281		<b>realmente</b> minha resposta inicial pra ele foi que não
1. 282		podia fazer aquele tipo de de relatório com esses dados
1. 283		// mas ele disse que o Presidente precisava daquele
1. 284		daquela relação /.../
1. 285	Senador H.H.	então V.S. está confirmando pra essa Comissão que se
1. 286		sentiu de alguma forma coagida <b>psicologicamente</b> a
1. 287		cumprir uma ordem que V.S. identificava como de
1. 288		algum superior hierárquico... é isso ?
1. 289	Drª.Regina	sim... <b>psicologicamente</b> porque é claro que foi falado
1. 290		num tom de voz normal... num... mas <b>psicologicamente</b>
1. 291		me senti premiada a ir resolver o problema tanto assim
1. 292		que revela na forma como executei /.../
1. 293	Senador A L.	eu <b>exatamente</b> começaria com a drª. Regina... senhor
1. 294		Presidente... porque no depoimento inicial ela relata de
1. 295		maneira sintética esse encontro com Senador Arruda ...
1. 296		a depoente fala inclusive que vai falar <b>textualmente</b> mas
1. 297		aí passa uma série de considerações... não vou ler o
1. 298		depoimento... mas <b>exatamente</b> quando a gente esperava
1. 299		que os detalhes viessem /.../ diz <b>textualmente</b> que ela
1. 300		vai e aí... o que fica é o seguinte uma idéia final que
1. 301		a drª. Regina saiu dali para cumprir uma ordem... ou um
1. 302		pedido... enfim algo como se fosse imperativa a
1. 303		determinação que recebera para violar o painel <b>pura</b> e
1. 304		<b>simplesmente</b> /.../ foi direto... eu preciso da lista... algo

1. 305		dessa natureza... eu gostaria que a senhora desse os
1. 306		detalhes porque isso importante /.../
1. 307	Drª.Regina	foi direto... é:: eu tenho impressão que <i>realmente</i> o
1. 308		senador devia tá com pouco tempo /.../
1. 309	Senador A L.	ele não falou na hipótese de adulteração da lista por
1. 310		parte de pessoas <i>eventualmente</i> ligadas ao Senador Luís
1. 311		Estevão ?
1. 312	Drª. Regina	não... não... não
1. 313	Senador J. R. A	senador Amir...
1. 314	Senador A L.	<i>exatamente</i> eu não posso deixá-lo de ouvir porque
1. 315		embora esse tá superado... mas de qualquer forma /.../
1. 316	Senador J. R. A	eu fico com o primeiro depoimento da dra. Regina /.../
1. 317		eu reafirmo o diálogo... // ela me deu uma explicação
1. 318		que eu disse de três ou quatro minutos pode não ter sido
1. 319		<i>exatamente</i> isso /.../ a preocupação nítida minha era de
1. 320		segurança... eu já disse também no meu depoimento
1. 321		Senador Amir Land e reafirmo que como foi uma
1. 322		conversa muito tranqüila... amistosa que nascia de uma
1. 323		preocupação sadia... eu posso não ter me preocupado
1. 324		<i>exatamente</i> com as palavras e não sei como dra. Regina
1. 325		também não soube e é muito difícil mesmo precisar as
1. 326		palavras... o que posso afirmar é que nascia dessa
1. 327		preocupação do diálogo anterior <i>exatamente</i> essa
1. 328		preocupação /.../ eu reafirmo meu depoimento /.../
1. 329	Senador A L.	e eu volto a insistir sr. Presidente numa última
1. 330		indagação <i>exatamente</i> sobre a posição do Presidente da
1. 331		Casa ao tomar conhecimento... eu... <i>evidentemente</i> ...
1. 332		segundo o que se fala... eu não... não quero aqui
1. 333		formular nenhum juízo... afirmando uma ou outra
1. 334		versão // porque é uma decisão difícil... essa é uma
1. 335		decisão difícil não punir se é que ela tinha alguma

1. 336		responsabilidade... ao menos investigar a
1. 337		responsabilidade /.../
1. 338	Senador ACM	não deixei de levar em conta o passado e o presente da
1. 339		dr <sup>a</sup> . Regina... mas o que me levou a não levar a público
1. 340		isso foram razões muito maiores /.../ ficasse V.Ex. no
1. 341		meu lugar... V.Ex. homem sério que V.Ex. <b>certamente</b>
1. 342		tomaria a mesma atitude que eu <b>solitariamente</b>
1. 343		tomei e estou certo que tomei com absoluta convicção e
1. 344		por amor a esta Casa /.../
1. 345	Senador A L.	<b>finalmente</b> ... eu... eu gostaria de mais uma vez mostrar
1. 346		que nós estamos diante de um outro ponto de
1. 347		controvérsia que é entre aquilo que
1. 348		<b>eventualmente</b> foi uma conversa genérica do então
1. 349		Presidente... o Senador Antônio Carlos... inclusive
1. 350		envolvendo outros nomes... o senhor poderia /.../ quem
1. 351		foram os outros com quem o senhor comentou esse
1. 352		assunto ?
1.353	Senador ACM	/.../
1. 354	Senador A L.	sr. Presidente... eu não vou tomar essa providência...
1. 355		mas o relator podia ouvir se <b>realmente</b> as partes /.../ se
1. 356		as pessoas mencionadas pudessem se manifestar /.../
1. 357		verificando se esse fato... quer dizer... o Senador
1. 358		Campos acabou de se referir não <b>exatamente</b> nesses
1. 359		termos... mas conversa... então é importante que isso
1. 360		seja esclarecido... quanto ao Senador Arruda é evidente
1. 361		que não vai retificar nada... <b>absolutamente</b> nada sobre
1. 362		esse ponto que já... por várias vezes disse que <b>realmente</b>
1. 363		havia comunicado que foi solicitado que iria a dr <sup>a</sup> .
1. 364		Regina... evidente... não para obter a lista... porque ela
1. 365		afirma com todas as letras que foi <b>exclusivamente</b> essa
1. 366		tarefa que lhe solicitada... designada... enfim a tarefa foi



1. 367		diferente daquela que V.Ex. diz que seria uma mera
1. 368		consulta /.../
1. 369	Drª.Regina	nós trabalhamos em uma casa que lidamos
1. 370		<b>diuturnamente</b> com dados sigilosos de todanatureza /.../
1. 371		não é <b>ABSolutamente</b> uma prática ninguém ficar lá
1. 372		olhando /.../ nunca saiu do PRODASEN uma
1. 373		informação a respeito de qualquer coisa dessa natureza
1. 374		/.../ então todos que trabalharam conosco /.../ conhece a
1. 375		nossa maneira de agir... então não temos essa maneira...
1. 376		quando a gente tá fazendo um trabalho de ficar
1. 377		bisbilhotando ali ah... ah... não... é fazer e passar pra
1. 378		frente <b>ESPEcialmente</b> um trabalho feito no
1. 379		afogadilho... naquela angústia dentro do do que... da
1. 380		natureza do trabalho... tendo de entregar jamais seria
1. 381		última motivação naquele momento que eu teria...
1. 382		<b>principalmente</b> de uma votação que a gente já sabia...
1. 383		não houve surpresa no resultado /.../ eu não teria
1. 384		disposição física... psicológica para eu olhar a lista
1. 385		naquela hora... <b>realmente</b> tudo o que eu procurei fazer
1. 386		foi botar num envelope e levar pro destino... e e pedir
1. 387		pra que o Ivar eliminasse do disquete... então <b>realmente</b>
1. 388		eu não soube do resultado /.../
1. 389	Senador R. Te	senador Antero... me permita /.../ isso não é nenhuma...
1. 390		nenhuma observação mais séria é que já perdeu
1. 391		<b>praticamente</b> o caráter de uma acareação
1. 392		<b>verdadeiramente</b> /.../ é... <b>praticamente</b> isso tocado pelos
1. 393		fatos... graças a Deus tá indo tudo bem /.../
1. 394	Senador A P.	eu estou perguntando para formar a minha convicção
1. 395		peçoal sobre as divergências dos... dos depoimentos /.../
1. 396	Drª. Regina	senador... talvez... é talvez... eu... eu dizendo pro
1. 397		senhor... talvez esclareça mais... muita coisa do que da

1. 398		conversa do Senador Antônio Carlos e o Senador Arruda
1. 399		eu tou sabendo aqui junto com os senhores /.../ eu
1. 400		cumpri minha parte... e a partir daí... eu não... <b>realmente</b>
1. 401		eu não tenho como responder as questões de eventuais
1. 402		diálogos entre os dois... <b>realmente</b> com muita
1. 403		sinceridade... pra mim aqui é:: é tão novo como pra
1. 404		vocês /.../
1. 405	Senador A P.	certo... eu quero indagar do Senador José Roberto
1. 406		Arruda /.../ V.Ex. afirma que o que motivou é uma causa
1. 407		nobre... é uma preocupação com relação à possibilidade
1. 408		de fraude... eu quero indagar de V.Ex. o seguinte: se
1. 409		V.Ex. não tivesse recebido a incumbência... a missão
1. 410		V.Ex. de 'per se'... <b>isoladamente</b> ... teria tomado a
1. 411		iniciativa /.../
1. 412	Senador J. R. A	não /.../
1. 413	Senador A P.	se era uma questão de segurança a questão da
1. 414		segurança era uma causa nobre... por que V.Ex. não
1. 415		dividiu essa questão da segurança com toda casa /.../ ?
1. 416	Senador J. R. A	não Senador Antero... <b>realmente</b> não me ocorreu... diria
1. 417		que depois de tudo... se fosse hoje <b>provavelmente</b> é o
1. 418		que qualquer um faria /.../
1. 419	Senador A P.	senador Antônio Carlos... se V.Ex. declara que não
1. 420		sabia se alista era verdadeira ou falsa. /.../ por que alegar
1. 421		razão de estado para não revelar ou repreender a dr <sup>a</sup> .
1.422		Regina... ou até mesmo abrir inquérito ?
1. 423	Senador ACM	<b>exatamente</b> por isso... V.Ex. tá dando a razão por que eu
1. 424		não poderia fazer um escândalo numa hora dedúvidas ...
1. 425	Senador A P.	senhor Presidente... eram essas as indagações que eu
1. 426		gostaria de fazer /.../ porque não é possível que aqui
1. 427		existam muitas /.../ ou verdades de plantão... mas eu já
1. 428		formei <b>inteiramente</b> a minha convicção que é

1. 429		<i>exatamente</i> a tranqüilidade de que é sobre este processo
1. 430		não existem muitas dúvidas ou nenhuma dúvida sobre a
1. 431		participação daqueles que estão envolvidos no processo
1. 432		mas eu perguntaria primeiro a dr <sup>a</sup> Regina: a missão a que
1. 433		a sra. se referiu foi cumprida e deixaram impressões
1. 434		digitais pra trás... rastros a sra. Recebeu pressão durante
1. 435		esse período todo ou tentou pressionar alguém para
1. 436		apagar o serviço mal feito... ilegal e mal feito /.../ ?
1. 437	Dr <sup>a</sup> .Regina	senador... é <i>obviamente</i> eu tinha noção que era um
1. 438		trabalho que não era pra ser revelado /.../
1. 439	Senador R. Te	/.../
1. 440	Dr <sup>a</sup> .Regina	quando as notícias a respeito dessa lista começaram a
1. 441		sair no que pese o peso de guardar o segredo desse /.../ é
1. 442		a relação custo benefício eu sabia que vir à tona isso
1. 443		significava mandatos de senadores e imagem da
1. 444		senadora... é a questão da cas... ... botar em cheque a
1. 445		questão da cassação de um senador... <i>felizmente</i> a
1. 446		UNICAMP mostrou que não houve violação de voto...
1. 447		mas poderia ficar a idéia que houve... /.../ era tão
1. 448		complicado que <i>realmente</i> não tinha jeito... aí era tentar
1. 449		<i>realmente</i> segurar e levar... foi essa... essa a posição
1. 450		tomada /.../
1. 451	Senador J. P.	a senhora não percebeu que ia violar um artigo da
1. 452		constituição... ficou apressada afobada e saiu para /.../
1. 452	Dr <sup>a</sup> . Regina	olha... eu não vou falar pro senhor que eu sou uma
1. 453		pessoa ingênua que não sei que que estava infringindo
1. 454		normas... mas <i>realmente</i> fiquei
1. 455		apressada... achando que tinha que cumprir e fui fazer
1. 456	Senador J.C.	a senhora... segundo eu li nos jornais... é filiada ao
1. 457		PSDB... o Senador Arruda era filiado ao PSDB saiu do
1. 458		partido... é claro que... além de <i>eticamente</i> ... podia

1. 459		interessar ao PSDB <i>politicamente</i> o afastamento
1. 460		senador que foi cassado... em algum momento da
1. 461		conversa da senhor com o Senador Arruda veio a falar
1. 462		sobre o partido /.../ ?
1. 463	Drª.Regina	então eu não fiz a desfiliação... mas não tive mais
1. 464		atividade nenhuma então não faria
1. 465		<b>ABSOLUTAMENTE</b> nada das minhas ações dentro do
1. 466		PRODASEN teve qualquer conotação de cores
1. 467		partidárias <i>absolutamente</i> ... tratava todos... todos os
1. 468		partidos com o mesmo tipo do tratamento /.../
1. 469	Senadora M. S.	as perguntas podem ser repetitivas... mas é que as
1. 470		respostas também não estão chegando a um rumo de
1. 471		convencimento... então talvez elas ter um pouco mais de
1. 472		contundência... para que a gente ouça das bocas das
1. 473		peessoas que estão se colocando... <b>EXATAMENTE</b> a
1. 474		sua impressão e relação ao depoimento contraditório um
1. 475		do outro /.../
1. 476	Senadora M. S	drª. Regina... quando o Senador Antônio Carlos
1. 477		Magalhães ligou para foi para acalmá-la ou foi para
1. 478		agradecê-la ?
1. 479	Drª.Regina	conforme eu coloquei aqui... a senhora pode ver no meu
1. 480		depoimento é tive dificuldade de resgatar... porque
1. 481		naquele momento foi um dia muito aflito... muito difícil
1. 482		pra mim e eu precisava daquela ligação
1. 483		dele... então é:: se ele me acalmou... elogiou...
1. 484		<b>realmente</b> foram coisas dessa natureza ... agora se:: se a
1. 485		senhora quer dizer que ele falou muito muito obrigada...
1. 486		eu não tenho como dizer isso pra senhora eu <b>realmente</b>
1. 487		me lembro /.../ pra mim ali fechou o que eu precisava...
1. 488	Senadora M. S.	/.../
1. 489	Senador J. R. A.	voltando à questão da curiosidade... eu já coloquei isso

1. 490		como uma falha... falha humana... foi <b>realmente</b> uma
1. 491		fraqueza... eu acho que o ideal foi teria sido não ter
1. 492		visto nada... e /.../ esta falha eu assumi... e mais do que
1. 493		isso... Senadora Marina é isso que é importante /.../ eu
1. 494		não fiz uso de nenhuma das informações ali contidas
1. 495		para <b>absolutamente</b> nada /.../
1. 496		aqui pra nós... <b>difícilmente</b> teria aquela lista em mãos
1. 497		sem ver /.../
1. 498	Senador E. D.	dr <sup>a</sup> . Regina... a senhora <b>realmente</b> afirma que conversou
1. 499		com o Senador Arruda no dia seguinte de manhã... antes
1. 500		da votação... depois que foi feita a operação para
1. 501		conseguir a lista ? V.S. tem condição de dar algum
1. 502		detalhe dessa conversa ?
1. 503	Dr <sup>a</sup> . Regina	tenho /.../ eu expliquei que tinha sido feito a preparação
1. 504		do... do sistema /.../ para que se pudesse emitir a lista da
1. 505		votação /.../ o meu contato foi muito maior com ele
1. 506		meus contatos com o Senador Antônio Carlos foram
1. 507		mínimos /.../ eu quero dizer aqui uma coisa... naquele dia
1. 508		que eu fui fazer aqui meu depoimento... é:: na hora que
1. 509		me perguntaram sobre um dos encontros que eu tive
1. 510		com o Senador Antônio Carlos... eu tive uma ENORME
1. 511		resistência em dizer na casa de quem /.../ eu falei
1. 512		<b>exatamente</b> ... porque o constrangimento... porque era
1. 513		uma pessoa que... <b>efetivamente</b> não sabia qual era o
1. 514		assunto... não tinha nada a ver com isso... /.../ eu fiquei
1. 515		MUItO constrangida de fazer... mas superei
1. 516		passei por cima de tudo só para não dar idéia pro
1. 517		Senador (Arruda) de que eu pouparia um e falaria
1. 518		<b>exatamente</b> a verdade sobre o outro /.../
1. 519	Senador E. D.	bom Senador Arruda... tem algum comentário sobre a
1. 520		resposta da dr <sup>a</sup> . Regina ?

1. 521	Senador J. R. A.	não... não dr <sup>a</sup> . Regina tá colocando um peso que ela julga
1. 522		próprio... é: /.../ eu acho que os fatos são os fatos... é:: no
1. 523		que concerne a dr <sup>a</sup> . Regina depois do episódio público
1. 524		todos às vezes que a senhora me procurou eu lhe recebi...
1. 525		parece dois ou três encontros pessoais...e me parece que
1. 526		com o Sr. Antônio Carlos também teve dois ou três
1. 527		encontros... não me parece muito diferente assim agora
1. 528		é:: falando <i>francamente</i> ... os meus telefonemas a
1. 529		senhora se lembra os detalhes... vírgulas... os dele não...
1. 530	Senador E. D.	a pergunta objetiva a respeito do telefonema V. Ex.
1. 531		mantém a versão de que não falou com a dra. Regina
1. 532		nesse momento ?
1. 533	Senador J. R. A.	eu quero deixar claro é que não recebi ligação de
1. 534		ninguém /.../ eu <i>sinceramente</i> eu vou ser assim muito
1. 535		sincero... eu não me lembro dessa ligação... não é
1. 536		possível que ela tivesse sido feita e eu não tivesse
1. 537		nenhuma lembrança /.../
1. 538	Dr <sup>a</sup> . Regina	eu gostaria de falar a respeito de três pontos: primeiro
1. 539		lugar em relação à fala com o Senador Suplicy que eu
1. 540		acho <i>extremamente</i> importante... é eu até fiquei
1. 541		preocupada com relação à última reunião como a coisa
1. 542		se deu no primeiro dia /.../ quando o senador falava
1. 543		em plenário // eu recebi um telefonema do Senador
1. 544		Suplicy que me perguntou assim: você se lembra de
1. 545		algum detalhe daquele dia... do
1. 546		que aconteceu naquele encontro... eu parei e pensei e o
1. 547		que me lembrei eu passei pro Senador Suplicy // não
1.548		tomei iniciativa... foi uma iniciativa do senador... mas
1. 549		é: eu: coloquei <i>justamente</i> para dar um dado... porque
1. 550		naquele momento eu: <i>realmente</i> imaginei onde que eu
1. 551		vou parar com isso... porque ia sendo <i>ABSolutamente</i>

1. 552		desmentida e como eu ia ficar... eu e os servidores do
1. 554		PRODASEN... com a nossa verdade e aí /.../ então
1. 555		<i>realmente</i> quando o senador ligou... eu fiz... procurei
1. 556		ver qual o primeiro detalhe que eu poderia dar /.../
1. 556	Senador R. Te	é justo... portanto... é um princípio de justiça que se
1. 557		ouça as últimas considerações dos... dos senadores dos
1. 558		senadores e da dr <sup>a</sup> . Regina /.../ com a palavra o Senador
1. 559		Arruda /.../
1. 560	Senador J. R. A.	muito obrigado sr. Presidente... é:: <i>efetivamente</i> eu ia
1. 561		fazer naquele momento... ainda no início dos trabalhos...
1. 562		um comentário pequeno... <i>efetivamente</i> era um
1. 563		comentário que fugia do ponto específico da acareação //
1. 564		me sinto até mais à vontade para fazê-lo no final...
1. 565		porque <i>efetivamente</i> ... termos objetivos... podem não ser
1. 566		considerados /.../
1. 567		neste caso... dr <sup>a</sup> . Regina... o Senador Antônio Carlos e
1. 568		eu... é:: na minha visão pessoal... <i>infelizmente</i> ... estava
1. 569		ligado no mesmo ato infeliz... falho... cada um com sua
1. 570		peculiaridade... mas não estamos sendo
1. 571		acusados de desvio de dinheiro público de postura
1. 572		incorreta em relação a... a... a essas coisas... portanto ...
1. 573		<i>sinceramente</i> ... numa análise equilibrada é a coisa da
1. 574		dosemetria... é:: a cada culpa... a cada pecado a sua
1. 575		contrição

**ANEXO II: ENTREVISTAS VALPB**



## VALPB: GG – Vol. IV, p. 50–71

1. 01	E*	certo... onde você nasceu e o que mais gostava neste lugar ?
1. 02	I*	eu nasci na [ci] em Itabaiana num posso falar muito porque
1. 03		<i>realmente</i> eu me transportei de lá pra cá na idade de quatro
1. 04		anos... certo ? aí num... vaga lembrança
1. 05	E*	certo... e por que você saiu de Itabaiana e veio morar aqui ?
1. 06	I*	ah... isso aí foi:: problema de minha mãe... <i>exatamente</i> ... não
1. 07		querer a gente na cidade::... cidade do interior... certo ? pra
1. 08		que a gente <i>realmente</i> tivesse oportunidade na capital...
1. 09		entende ? /.../
1. 10	E*	e desses (colégio) qual o que você mais gostou ?
1. 11	I*	o que mais gostei ? é o melhor mesmo foi o Pio:: os dois Pio
1. 12		Décimo e Pio Doze... foram os melhores <i>realmente</i> ... foram os
1. 13		mais acentuados... né ?
1. 14	E*	hum...hum e o que você mais gostava de brincar no colégio?
1. 15	I*	na época <i>exatamente</i> ?
1. 16	E*	e que o levou a não entrar para a Universidade ?
1. 17	I*	a busca de ...
1. 18	E*	/.../
1. 19	I*	respirar um pouco melhor... né ? atrapalhou aí eu perdi meu
1. 20		pai // na época eu perdi meu pai... certo ? eu tinha que
1. 21		enfrentar <i>exatamente</i> esse esse lado aí... dificultou a coisa
1. 22	E*	dificultou... né ? e <i>exatamente</i> o que aconteceu... desculpa a
1. 23		pergunta... com seu pai ?
1. 24		/.../
1. 25	I*	ah... não... a morte foi natural mesmo // coração... enfarte
1. 26	E*	é isso aí... você apóia ou crítica as medidas tomadas pelo
1. 27		governo federal ?

1. 28	I*	apoio umas... crítico outras... certo ? // quem tá de fora pode
1. 29		criticar... mas:: talvez não tenham alcance de de:: realizar
1. 30	E*	é fica só <i>exatamente</i> na na na penumbra... né ? quando as
1. 31		luzes se dissiparem
1. 32	I*	talvez um dia ela volte a brilhar... né ?
1. 33	E*	hum... hum e sobre essas revisão constitucional que tanto se
1. 34		fala... o que você pensa sobre ?
1. 35	I*	isso tudo é furto::... safadeza... agora é só pra correr dinheiro e
1. 36		esconder mais
1. 37	E*	falcatrua
1. 38	I*	é falcatrua... <i>exatamente</i>
1. 39	E*	e sobre esse caso desses deputados envolvidos com essas
1. 40		lavagem de dinheiro... loto... sena... esse caso desse deputado?
1. 41	I*	<i>Exatamente</i> ... não tem um homem no Brasil pra chegar e
1. 42		fuzilar::... ou então mandar fechar o Congresso... tinha que ser
1. 43		feito isso aí::... correto ? na minha... meu ponto de vista é isso
1. 44		aí
1. 45	E*	você é a favor da volta da ditadura ?
1. 46	I*	não... não... não... não porque... <i>exatamente</i> ... eu acho que::
1. 47		vai haver muito massacre... <i>principalmente</i> ... das pessoas que
1. 48		<i>realmente</i> não nada a ver a perseguição... <i>exatamente</i> ... é:: é
1. 49		implacável... entende ?
1. 50	E*	hum... hum e você acha que a televisão influencia essas
1. 51		campanhas políticas ?
1. 52	I*	demais... tem que renegar sobre isso... televisão é:: um canal
1. 53		um canal de ilusão... o que é bom pouco existe em televisão e
1. 54		noventa por cento do que é ruim... <i>exatamente</i> ... todo mundo
1. 55		copia
1. 56	E*	e como você acha que essa que deveria ser essa programação
1. 57		para que não influenciasse tanto a cabeça das pessoas ?

1. 58	I*	na verdade eu acho que eles poderiam fazer aí:: é onde eu acho
1. 59		que poderia ter uma revisão... certo ? e alertassem os pais pra
1. 60		que <i>realmente</i> não:: não cedesse:: espaço pra criança
1. 61		<i>exatamente</i> :: ter tempo pra:: certo tipo de programa de
1. 62		televisão... certo ? e por aí é o início... né ? é isso aí
1. 63	E*	Qual o noticiário que você mais gosta ?
1. 64	I*	eu... Qualquer um... <i>exatamente</i> ... desde que <i>realmente</i> ele
1. 65		venha com mais fatos reais
1. 66	E*	o que você acha desses programas tipo esses cronistas...
1. 67		desses cronistas policiais ?
1. 68	I*	eu num acho nada... eu acho que: isso seria até bom se eles
1. 69		tomassem conhecimento da visão das coisas... se eles
1. 70		<i>realmente</i> :: se conscientizassem de que o fato <i>realmente</i>
1. 71		tinha acontecido da maneira que tivesse sido... chegasse a um
1. 72		programa de rádio e: abrisse:: o que ele <i>realmente</i> poderia
1. 73		ter conhecimento... não porque alguém telefona... diz é isso
1. 74		aí... ele vai::
1. 75	E*	e uma coisa copiada ?
1. 76	I*	pois é... isso é muito errado... isso aí eles copiam
1. 77		<i>exatamente</i> ::... ouvem uma coisa que não tem visão e:: jogam
1. 78		no canal de de rádio pra dizer que é o tal e dizer que é:: e não
1. 79		andam só porque têm medo quando vêem <i>exatamente</i> a
1. 80		pessoa que falou
1. 81	E*	e nessa rádio Liberdade qual o programa que você mais gosta ?
1. 82	I*	não... <i>só</i> esse de Roberto Carlos mesmo... é porque <i>realmente</i>
1. 83		tem pouco comercial e não tem:: radialista... não... aquele só
1. 84		locutor de rádio mesmo... falando besteira não... entende ? só
1. 85		esse horariozinho que eu tou em casa... assim... de uma às
1. 86		duas... <i>somente</i> uma... duas e meia
1. 87	E*	e dessas músicas de Roberto que você escuta qual a que você

l. 88		mais gosta ?
l. 89	I*	toda ela...toda ela é boa... entende ? a que me faz lembrar:: do
l. 90		outro lado faz outra coisa lembrar e se eu juntar eu sei
l. 91		<b>exatamente</b> :: edificar a coisa não... gosto... gosto porque
l. 92		gosto... aliás gosto de de: eu gosto da música entende ?
l. 93	E*	hum ... hum ... qual o tipo de música que você mais gosta... é
l. 94		essa música romântica ?
l. 95	I*	<b>exatamente...</b> coisa que passo a compreender... gosto de
l. 96		música internacional::... passo a ouvir... gostar <b>exatamente</b> ...
l. 97		mas num entendo o que é que tá:: se passando né ? tem nada a
l. 98		ver... tem conteúdo não... pra eles talvez... pra mim mesmo
l. 99		não
l. 100	E*	o que você pensa sobre essa violência que está aumentando a
l. 101		cada dia ?
l. 102	I*	não... eu que:: o governo isso é tão fácil saber... pelo menos...
l. 103		eu ando na rua sei que isso é tão fácil <b>exatamente</b> ... sei
l. 104		porque:... eu sei... eu acho que o que passa logo ao
l. 105		condenado... são direitos humano... entende ? não concordo
l. 106		com isso
l. 107	E*	e esses direitos dessas crianças... desses menores ?
l. 108	I*	não... eu não condeno criança... porque criança <b>exatamente</b>
l. 109		não tem a cabeça que nós temos... entende ? pra que
l. 110		<b>realmente</b> não tivesse dessa maneira... problema de
l. 111		governo::... num é o social ? é por aí... eles não têm nada a ver
l. 112		com isso não... agora ele poderia pagar pela pena que andasse
l. 113		fazendo... pelo menos eu ouvi e vi na televisão aqui sexta-
l. 114		feira... certo ? dois menores em Liverpool... na Inglaterra...
l. 115		né? Né ? na Inglaterra... Liverpool /.../ pronto... vão a
l. 116		juízo... <b>exatamente</b> por um: crime... se não me engano...
l. 117		Quatro anos... pronto eu a choque seria aquilo ali o correto

l. 118		entende ? se já não tem condição <i>exatamente</i> :: tem que pagar
l. 119		pela pena
l. 120	E*	o que você acha que deve ser feito para combater a violência ?
l. 121	I*	ah... a violência ! a polícia na rua... certo ? se pega marginal
l. 122		é com policiamento na rua... né ? dentro dos quartéis... certo ?
l. 123		é isso também tem que ter poder aquisitivo do governo com
l. 124		melhores... com veículos... né ? se fosse mais motorizado e::
l. 125		melhores salários... <i>realmente</i> os salários é baixo pra um
l. 126		policial... tivesse uma seleção também... tinha que ser feito
l. 127		uma seleção... que os policiais daqui hoje num /.../
l. 128	E*	sim... automóveis do governo
l. 129	I*	não... não automóveis... tudo bem... armamento eu acho... eu
l. 130		cheguei... quero concluir <i>exatamente</i> do meu ângulo... do meu
l. 131		conhecimento... que <i>realmente</i> :: seria feita uma seleção...
l. 132		correto ? pra fazer <i>exatamente</i> uma melhor polícia
l. 133		ostensiva::... certo ? que se pudesse <i>realmente</i> dar:: dar armas
l. 134		a: a bons dar as armas a /.../
l. 135	E*	por que os assaltantes andam bem armados enquanto a
l. 136		polícia
l. 137	I*	é... mas a polícia <i>exatamente</i> que cede a mesma coisa...
l. 138		rapaz... assaltante e polícia e polícia e assaltante é uma
l. 139		integridade... é uma comunidade... uma integridade... certo ?
l. 140		tem que ser feito uma seleção... entende ? e e: uma
l. 141		devasta:: tem que ser feito uma devasta se que:: se quer
l. 142		<i>realmente</i> recuperar a tranquilidade do cidadão::... que
l. 143		<i>realmente</i> você resgata voltar:: a andar nas ruas com
l. 144		tranquilidade né difícil não... é só::... questão de governo::... tá
l. 145		entendendo ? chega... chega ter consciência
l. 146		usar da consciência... a violência tá generalizada::... a
l. 147		violência cresce::... o tóxico:: a droga é... <i>exatamente</i> ... é fácil

l. 148		... é muito fácil:... tá entendendo ?
l. 149	E*	você é a favor da pena de morte ?
l. 150	I*	sou... seria... agora ele também existe detalhes... seria a favor
l. 151		se <b>realmente</b> fosse pego <b>exatamente</b> :... sendo ele o autor //
l. 152		pra deduzir... apontar de que foi fulano ou sicrano... não... aí::
l. 153		pagaria gente inocente... né ? porque:... por exemplo: a polícia
l. 154		pegasse ou qualquer pessoa mesmo que <b>realmente</b> visse a
l. 155		situação do crime do estupro... seja lá do do negócio:: que
l. 156		<b>realmente</b> :: o autor afirmar se:... que seria a pessoa então...
l. 157		ele <b>realmente</b> :: tinha que ir pra pena de morte... sem inocentar
l. 158		não... certo ? pagar pelo que <b>realmente</b> fez
l. 159	E*	se for provado mesmo
l. 160	I*	provado... provado... provado advogado pra outras causas:...
l. 161		não pra punir bandido... são relações... <b>exatamente</b> ...
l. 162		porque se ele tiver dinheiro:... se ele tiver:... família e se
l. 163		alguma coisa... <b>exatamente</b> que tenha relacionamento com::
l. 164		com a própria justiça
l. 165	E*	hum... hum... e quanto ao nosso sistema penitenciário... o que
l. 166		você pensa sobre a situação dele <b>atualmente</b> ?
l. 167		/.../
l. 168	E*	a situação das cadeias ?
l. 169	I*	se são boas... se se eles
l. 170	E*	a segurança
l. 171	I*	hum... em relação ao termo Brasil... eu acho que:: num existe
l. 172		Segurança pra:: pra bandido não... já hoje até que você vê que
l. 173		você:... às vezes... você até quer ajudar a polícia <b>exatamente</b>
l. 174		assim numa numa:: numa discagem de de coisa mas você vê
l. 175		que <b>exatamente</b> :: num adianta... porque ele vai: três... seis
l. 176		meses... ele tá na rua... então você:: se se apresentou
l. 177		<b>exatamente</b> você não vai ter segurança da própria polícia pra

l. 178		que <i>realmente</i> :: e você num é polícia... num deve dedurar
l. 179		ninguém não
l. 180	E*	valeu... mudando um pouco de assunto... Qual o tipo de
l. 181		revista que você mais gosta de ler ?
l. 182	I*	veja... isto É... num interessa
l. 183	E*	por que <i>justamente</i> essas ?
l. 184	I*	não... são mais... informam melhor... as notícias mais::
l. 185		chegam em primeira mão... entende ? também não leio... eu
l. 186		falei que não leio <i>exatamente</i> a notícia <i>exatamente</i> ... me
l. 187		baseando pelo que eles tão escrevendo... certo ? pra ter
l. 188		conhecimento do que <i>realmente</i> tá acontecendo... mas:: eu
l. 189		também posso me programar pra:: pra ver minha formação de
l. 190		palavras e idéias
l. 191	E*	hum...hum ... quando você está com seus amigos em conversas
l. 192		o que você <i>geralmente</i> mais gosta de conversar ?
l. 193	I*	olhe... em conversa de homem sai tanta coisa... né ?
l. 194		<i>principalmente</i> ... é em termo de mulher... né ? sai pra valer...
l. 195		né ? sempre problema... são problemas... mais sai... sai
l. 196		política... certo ? sai:: sai isso aí <i>realmente</i> em resumo o que
l. 197		você:: fez perguntas aí... a gente discute com uma amiga::
l. 198		num diálogo diferente... já lembra da infância... né ? já lembra
l. 199		<i>exatamente</i> do tempo de colégio... já lembra do tempo de de
l. 200		de de viagem... de passeio... certo ? de namorada... se
l. 201		<i>realmente</i> ... é sempre lembra... sai tudo... é diversificado
l. 202	E*	que tipo de ambiente você prefere para se reunir com seus
l. 203		amigos ?
l. 204	I*	eu gosto de um lugar tranquilo... pacato... entende ? não gosto
l. 205		muito de barulho... apesar de gostar da música... eu... pelo
l. 206		menos... eu me ausento até de:: determinados lugares pôr::
l. 207		questão <i>exatamente</i> dessa:: Quando eu conheço o o ambiente

l. 208		é muito freqüentado pôr:: por eles... que <i>realmente</i> eu:: passo
l. 209		a conhecê-los:: <i>finalmente</i> ... eu me interesse pôr este lugar
l. 210	E*	agora tá muito
l. 211	I*	não... desapareceu é porque... <i>realmente</i> :: você não tem
l. 212		Segurança em sair de casa hoje... pra dizer: Vou brincar o
l. 213		carnaval"... você tem medo, <i>exatamente</i> :: o mascarado é
l. 214		<i>realmente</i> se aproveitam disso aí... pra fazer uma:: uma
l. 215		tragédia... né ? e a pessoa que quer segurança... apenas teme e
l. 216		não sai::... prefere ir às praias... que você vê hoje que
l. 217		<i>exatamente</i> o carnaval:: rola mais nas praias... entende ?
l. 218	E*	<i>exatamente</i>
l. 219	I*	algumas pessoas fazem retiro... outras viajam... mas é
l. 220		desapareceu... é um passeio... é um dia <i>exatamente</i> com a
l. 221		liberdade de ação::... mas sem ser um carnaval... o que foi
l. 222		carnaval no tempo do nossos avós... né ?
l. 223	E*	hum... hum... e onde você costuma passar os dias de carnaval ?
l. 224	I*	em viagens porque <i>realmente</i> têm opção aqui que <i>realmente</i>
l. 225		eu sempre faço carnaval... que eu não sou folião de de:: de me
l. 226		exaltar... entender ? por isso eu vou passear
l. 227	E*	o que você pensa sobre a situação: o país... o povo passando
l. 228		fome e são milhões e milhões de dólares dispensados só ao
l. 229		carnaval... na época
l. 230	I*	milhões e milhões despejados só no carnaval da época... mas
l. 231		os milhões e milhões <i>exatamente</i> é muito fácil... certo ? esse
l. 232		milhões e milhões... alguns se preparam o quanto antes... e
l. 233		milhões e milhões <i>exatamente</i> são frutos de de de de quê ? de
l. 234		tóxico::... de banqueiro... né ? de assassinato... de roubo... é
l. 235		fácil... dinheiro fácil
l. 236	E*	país do carnaval
l. 237	I*	o país da carnaval... mas o dinheiro é fácil... o dinheiro é fácil



1. 238		... o dinheiro é do é de comando de de de:: mesmo de de::
1. 239		quadrilhas... é fácil dinheiro muito fácil... é tanto que eles
1. 240		fazem bonito porque <i>realmente</i> :: chega fácil
1. 241	E*	não... o que vocÊ acha dessas festas todas ?
1. 242	I*	olhe... se eu gosto do Natal... gosto do carnaval... tem gente
1. 243		que num gosta do do carnaval... gosta do Natal... certo ? são
1. 244		ruins não::... pelo menos dá pra animar mais <i>exatamente</i> o
1. 245		<i>stress</i> do povo brasileiro
1. 246	E*	e por que você não pratica nenhum (esporte) agora ?
1. 247	I*	não eu acho que sou um pouco acomodado mesmo...
1. 248		<i>sinceramente</i> me assumindo é comodismo mesmo... mas eu
1. 249		sempre faço:: faço <i>diariamente</i> Cooper... eu sempre faço...
1. 250	E*	sempre faço
1. 251		certo... é tem algum sonho que você já realizou ou deseja
1. 252		realizar ?
1. 253		/.../
1. 254	I*	ou que deseja ? acho fundamental... entende ? é me estabelecer
1. 255		... casar não... que eu não pretendo... é me estabelecer...
1. 256		mesmo... me preocupa me estabelecer... a gente vai ficando::
1. 257		ficando:: com mais maturidade... né ? só preocupa <i>exatamente</i>
1. 258		estabelecer... a velhice abandonada é coisa péssima
1. 259	E*	não... você é que tem que responder... você é o entrevistado
1. 260	I*	eu não... eu não posso falar aquilo que <i>realmente</i> ::... sei lá...
1. 261		acho que:: normal... num sei se agrada as pessoas não...
1. 262		entende ?
1. 263	E*	como você acha que é esse... esse seu jeito de falar ?
1. 264	I*	eu acho que:: com mais consciência de minhas palavras...
1. 265		entende ? acho que mais consciente::... acho mais assim
1. 266		integrado::... tá entendendo ? num gosto deixar <i>exatamente</i> a
1. 267		conversa por meio do caminho... não... gosto de dar

l. 268		sinceridade mesmo
l. 269		
l. 270	I*	que você mudaria no seu jeito de falar ?
l. 271	E*	/.../
l. 272	I*	não mudaria nada ?
l. 273	E*	nada... nada... nada... <i>simplesmente</i> eu sou eu mesmo
l. 274	I*	e você acha que todos os brasileiros falam do mesmo jeito ?
l. 275	E*	não
l. 276	I*	tem sempre alguma diferença ?
l. 277		tem... isso até a gente a gente nota... pelo menos... eu
l. 278		conheço pessoas que <i>exatamente</i> que basta ir ali no Rio que
l. 279	E*	vem chiando
l. 280	I*	você acha que você mesmo fala o português correto ?
l. 281		não... eu não falo o português correto não... tá muito longe::...
l. 282		mas pelo menos as palavras <i>exatamente</i> não num:: se se se
l. 283		passo a ouvir alguém::... aí vou dar uma de de de não ser
l. 284		original... mas se se me me interessa até mesmo eu vou ao dicionário <i>exatamente</i> :: posso me lembrar daquela palavra ...

## VALPB: ASF – Vol. II, p. 92–112

1. 01	E*	seu Antônio... o que o senhor acha da mulher que não se dedica a casa... aos
1. 02		
1. 03	I*	o que eu acho ? que a mulher que não se dedica à casa nem ao marido é porque ela tem uma cabeça... assim...
1. 04		
1. 05		<b>completamente</b> diferente:: de ser uma dona de casa // que
1. 06		a palavra de Deus diz assim: “Que a mulher: uma mulher sábia:: edifica sua casa e não... destrói”... né ? aí
1. 07		
1. 08		<b>justamente</b> ... ela faz isso... ela destrói a casa... destrói ao lar... destrói ao lar dos filhos... do marido //
1. 09		
1. 10	E*	e como elas são ?
1. 11	I*	são muito legal ! tem uma que é professora::... trabalha de manhã::... e a outra é essa que eu falei... que ela:: tava terminando psicologia... sabe ? menina <b>altamente</b> //
1. 12		educação sabe ? tudo lá... eu gosto muito da... da minha turma
1. 13		
1. 14		
1. 15		
1. 16	E*	seu Antônio... como foi sua infância ?
1. 17	I*	sete... oito... nove... dez anos já são homens e: meninas querendo ser moça e:: tal // a brincadeira minha foi <b>completamente</b> diferente:: quinze ano... dezesseis ano...
1. 18		
1. 19		eu era criança // ainda dormia de camisola // aqueles camisolo comprido // mais hoje você num vê mais isso...
1. 20		
1. 21		
1. 22		né ? é <b>completamente</b> diferente

**ANEXO III: ENTREVISTAS DE TV**

**Programa: Bom-dia Paraíba em 23/04/01**

**Entrevistado: Secretário de Segurança do estado da Paraíba**

**Tema: Segurança**

1. 01	Jorn.	Secretário... como transcorreu a Micarande este ano... em
1. 02		Termo de Segurança ?
1. 03	E*	Foi <i>extremamente</i> animador animador... <i>extremamente</i>
1. 04		positivo /.../ este ano nós não tivemos é problemas de
1. 05		violência física contra pessoa... não tivemos atentado
1. 06		violento ao pudor, uma festa <i>extremamente</i> é... é...
1. 07		demonstrando a civilidade do povo paraibano e dos
1. 08		cidadãos que aqui vieram para divertimento /.../ nós tivemos
1. 09		apenas é: em verdade 68 ocorrências... é:: apenas 3 furtos
1. 10		de veículos... é:: com restituição... inclusive com prisão em
1. 11		flagrante
1. 12	Jorn.	Todos resolvidos
1. 13	E*	<i>Exatamente</i> ... porte ilegal de arma apenas dois... no âmbito
1. 14		da Micarande é:: nós estamos <i>extremamente</i> felizes com
1. 15		esse resultado
1. 16	Jorn.	Esse resultado tão satisfatório se deve sem dúvida à
1. 17		estrutura que foi montada pela polícia não é verdade ?
1. 18	E*	Sim... com um mês de antecedência... nós já fizemos um
1. 19		trabalho pré-micarande... é:: de polícia... de mais polícia na
1. 20		rua nos dias que antecederam nós fechamos as entradas de
1. 21		Campina Grande... é:: <i>exatamente</i> verificando o acesso de
1. 22		pessoas que vêm de outros estados acompanhando esse tipo
1. 23		de evento /.../
1. 24	Jorn.	e a presença também Secretário era visível da polícia até
1. 25		dentro dos trios acompanhando os blocos... isso contribuiu

1. 26		muito
1. 27	E*	sem dúvida... nós tínhamos é::... é:: policiais infiltrados
1. 28		dentro dos blocos... policiais em cima dos trios... policiais...
1. 29		é:: acompanhando os trios elétricos nós tivemos...
1. 30		inclusive... bombeiros... no açude <i>exatamente</i> para
1. 31		prevenir acidentes
1. 32	Jorn.	desde março o senhor é Presidente do Conselho de
1. 33		Segurança do Nordeste responsabilidade triplicada... sem
1. 34		dúvida... quais suas expectativas a partir de agora ?
1. 35	E*	bom... aumentou a responsabilidade... a política de
1. 36		Segurança do Nordeste envolvendo os nove estados é... é::
1. 37		parte aqui da nossa Paraíba pequena... e nós estamos
1. 38		demonstrando integração entre todos os estados... troca de
1. 39		informações e... e tem propiciado <i>exatamente</i> a prisão de
1. 40		Quadrilhas /.../

**Programa: Bom-dia Paraíba em 25/04/2001**

**Entrevistado: Diretor da Receita Federal de João Pessoa**

**José Fernandes do Nascimento**

**Tema: Imposto de renda**

1. 01	Jorn.	o prazo para a entrega da declaração do imposto de renda
1. 02		termina agora ?
1. 03	E*	<i>exatamente</i> ... é é:: esse prazo termina agora... segunda-
1. 04		feira e esse prazo é improrrogável né ? a entrega das
1. 05		declarações aqui no estado da Paraíba vem ocorrendo
1. 06		num ritmo normal se comparado com os anos
1. 07		anteriores... no entanto avaliamos que ainda resta muitas
1. 08		declarações a serem entregues
1. 09	Jorn.	é a mania de brasileiro de deixar tudo pra última hora...
1. 10		né?
1. 11	E*	é <i>infelizmente</i> é uma mania que na maioria das vezes só
1. 12		prejudica o contribuinte tendo em vista que pode ocorrer
1. 13		algum congestionamento no caso da entrega pela
1. 14		internet... ou algum transtorno na entrega nos bancos...
1. 15		no correio ou na Receita //
1. 16	Jorn.	me esclareça um ponto... aquele que declara mais cedo...
1. 17		que entrega a declaração mais cedo tem possibilidade de
1. 18		receber mais cedo ?
1. 19	E*	<i>exatamente</i> ... a Receita Federal tem premiado né ? os
1. 20		contribuintes que têm sido ágeis na entrega das suas
1. 21		declarações... <i>principalmente</i> ... favorecendo os
1. 22		contribuintes que entregam suas declarações pela internet
1. 23	Jorn.	agora eu queria saber do senhor o seguinte... esse
1. 24		problema de CPF como é que está isso ?
1. 25	E*	veja bem... a Receita é é:: esse programa de de

l. 26		declarações de isentos... ela tá fazendo <i>exatamente</i> uma
l. 27		limpeza no cadastro //
l. 28	Jorn.	eu gostaria que o senhor esclarecesse um problema aqui
l. 29		também esse Problema de recibo dos profissionais
l. 30		liberais né ? muita gente junta um recibo desse para ter
l. 31		um desconto não é isso ?
l. 32	E*	<i>exatamente</i> ... é inclusive muito oportuna a sua pergunta
l. 33		Chico... tendo em vista que hoje nós observamos na
l. 34		fiscalização da... da delegacia esse fato é um fato que tá
l. 35		adquirindo um... um certo contorno de gravidade... isso
l. 36		<i>realmente</i> traz um... um... um certo transtorno pro
l. 37		contribuinte... tendo em vista que a primeira vista pode
l. 38		parecer que... que ele tá tendo alguma
l. 39		vantagem... mas <i>posteriormente</i> ele vai ter problema
l. 40		seríssimo //



**Programa: Bom-dia Paraíba em 26/04/2001**

**Entrevistado: Dr. Ítalo (cardiologista)**

**Tema: Hipertensão**

1. 01	Jorn.	dr. Ítalo... hoje é o dia nacional de combate à hipertensão...
1. 02		aqui na Paraíba o que tá programado para esta data ?
1. 03	E*	esse... esse é um... uma conquista da sociedade de
1. 04		cardiologia da Qual eu sou sócio e <i>particularmente</i> esse é
1. 05		um trabalho da linha de hipertensão arterial do Hospital
1. 06		Memorial São Francisco... que preocupado com a
1. 07		hipertensão e sabendo que os hipertensos de hoje serão os
1. 08		cardíacos de amanhã... estamos <i>EXTREMAMENTE</i>
1. 09		envolvidos e comprometidos no processo de educar a
1. 10		nossa população... nós vamos ter <i>realmente</i> redução
1. 11		de mortalidade e morbidade por doença cardiovascular
1. 12	Jorn.	e muito do que o Sr. disse é a gente viu que não
1. 13		<i>necessariamente</i> é preciso ser tratado com medicamento
1. 14		para a hipertensão
1. 15	E*	<i>exatamente</i> ... a grande maioria... a grande maioria de
1. 16		medidas que controlam a pressão são simples... não
1. 17		demandam custo // o que a literatura médica preconiza
1. 18		para controlar a pressão são medicamentos
1. 19		<i>EXTREMAMENTE</i> acessíveis à população // acho eu que
1. 20		medicamento para hipertensão... uma doença crônico-
1. 21		degenerativa... deveria ser fornecida... é... é::
1. 22		<i>genericamente</i> para toda população hipertensa... em todo
1. 23		recanto do Brasil

**Programa: Bom-dia Paraíba em 19/06/2001**

**Entrevistado: Dr. Pedro Cardoso**

**Tema: Drogas**

1. 01	Jorn.	um estudioso do assunto drogas... inclusive com vários livros
1. 02		publicados... não é verdade ?
1. 03	E*	<i>exatamente</i>
1. 04	Jorn.	é certo chamar um fulano... um fulano qualquer de ex-
1. 05		alcoólatra ?
1. 06	E*	não... o... o alcoólatra... ele será <i>eternamente</i> alcoólatra... o
1. 07		alcooolismo é uma doença que eu sempre digo que corre na raia
1. 08		da incurabilidade... o indivíduo pode manter um certo
1. 09		controle... um certo... não um controle total do alcooolismo...
1. 10		sem beber... sob controle... mas no momento em que
1. 11		ele tenta pensar voltar a beber <i>socialmente</i> ... ele volta a beber
1. 12		muito mais
1. 13	Jorn.	o chamado bebedor de fim de semana ?
1. 14	E*	olha... o bebedor de... nem todo mundo é doente alcoólatra...
1. 15		esta é que é a verdade existe <i>realmente</i> alguns bebedores de
1. 16		fim de semana... nós uma infinidade de classificações...
1. 17		temos... por exemplo... o bebedor fisiológico... que é aquele
1. 18		que bebe <i>amplamente</i> com única intenção de se embriagar...
1. 19		mas existe um chamado bebedor patológico
1. 20	Jorn.	o alcooolismo é uma das chamadas drogas é... é drogas lícitas
1. 21		como é o cigarro ?
1. 22	E*	<i>exatamente</i>
1. 23	Jorn.	eu agora pergunto ao senhor... veja bem e a cola... a chamada
1. 24		cola de de sapateiro ?
1. 25	E*	a cola de sapateiro é... é uma droga lícita também // usada
1. 26		pelos meninos de rua... os meninos... que <i>pejorativamente</i> são

l. 27		classificados de cheira–cola pela sociedade /.../
l. 28	Jorn.	dr. Pedro... o senhor é autor de vários trabalhos... vários
l. 29		livros... inclusive esse livro aqui... “Álcool... drogas lícitas ?”
l. 30	E*	<b>exatamente</b> ... eu estou lançando este livro álcool... drogas
l. 31		lícitas que é um compêndio que aparecendo <b>exatamente</b> no
l. 32		milênio aí como um compêndio que eu... eu acho que esse
l. 33		livro se propõe muito mais uma abordagem médico–social do
l. 34		que um aprofundamento científico... porque este livro
l. 35		traz <b>realmente</b> na sua essência a grande vantagem do leigo
l. 36		poder chegar a ele... ter condição de ter uma noção do que
l. 37		seja o drogado... tá entendendo ? do que seja dependente
l. 38		químico... nós falamos muito mais nas chamadas drogas
l. 39		pesadas... a morfina... a heroína... LSD... cocaína... êxtase
l. 40		mas ninguém fala <b>exatamente</b> nas drogas lícitas /.../ nós temos
l. 41		o tabaco... o cigarro... que... que é... é o cigarro é responsável
l. 42		<b>exatamente</b> por 90% do pulmão... e não só do câncer do
l. 43		pulmão /.../
l. 44	Jorn.	dr. Pedro... essa experiência que o Sr. teve em Amsterdã na
l. 45		Holanda ?
l. 46	E*	a Holanda é <b>inegavelmente</b> ... é o ponto... pólo de distribuição
l. 47		de drogas para toda a Europa... para o resto do mundo...
l. 48		inclusive o Brasil

